

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 58

Ano XXVI - Nº 58 - junho de 2016



Mulheres em movimento nas lutas sociais e sindicais

**CONGELAMENTO
DE
SALÁRIOS**

**SUSPENSÃO
DE
CURSOS
MÉDICOS**

**DOCENTES NA LUTA E NAS RUAS
PARA BARRAR O PLP 257/2016!**

**DESTRUIÇÃO DE
PREVIDÊNCIA
SOCIAL**

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 58

Ano XXVI - Nº 58 - junho de 2016

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

- 6 Crise do capital, limites à igualdade substantiva**
e os desafios para as lutas feministas no Brasil
Leidiane Souza de Oliveira
- 18 Consciência coletiva e unidade diversa:**
tendências pujantes na organização feminista brasileira
Lissa Crisnara Silva do Nascimento
- 32 As mulheres contra o patriarcado e as relações desiguais de gênero:**
aspectos teóricos e práticos no combate às opressões
Ediane Lopes de Santana
- 42 Mulheres na história da Capoeira:**
contribuição ao necessário debate sobre mulheres nas lutas sociais
Vamberto Ferreira Miranda Filho e Jálícia Lima Santos Muricy
- 48 Fórum de Mulheres de Santa Maria (RS):**
espaço de luta e resistência de mulheres
*Maria Celeste Landerdahl, Bruna Osório Pizarro, Angela Souza Lima,
Laura Ferreira Cortes e Fernanda Anversa Bresolin*
- 58 Alexandra Kollontay:** escritos, luta revolucionária e o Comissariado
do Povo ao Bem-Estar Social na União Soviética
Hélvio Alexandre Mariano
- 68 Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe:** a luta das alunas mães trabalhadoras
negras pelo direito à educação superior no Brasil
Cibele da Silva Henriques
- 80 Os ataques aos direitos das mulheres** e a necessidade da organização classista
Sandra M. M. Siqueira
- 92 Mulheres em movimento e sua invisibilidade:**
a memória e o esquecimento das cangaceiras
Caroline de Araújo Lima

Debates

- 104** **A autonomia universitária** na era da parceria público-privado
Daniella Borges Ribeiro
- 116** **A autonomia universitária** no contexto dos dispositivos legais
Renata Ramos da Silva Carvalho e Jackeline Nascimento Noronha da Luz
- 126** **A greve dos operários navais de Niterói**
no contexto do pré-sal
Sonia Lima e Lilian Matias

Homenagem

- 140** Dos lixos para os livros -
Carolina Maria de Jesus: a escritora marginal

Entrevista

- 144** **A matriz de todas as desigualdades**
é a heterossexualidade
Entrevista com Rita Laura Segato, concedida a Liliane Machado

Atualidade em foco

- 150** Expressões da luta atual
das mulheres no Brasil

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

- Publicação semestral do ANDES-SN:
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos,
mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES ver página 161

Conselho Editorial

Antônio Candido, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Márcio Antônio de Oliveira, Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Marinalva Silva Oliveira, Newton Lima Neto, Osvaldo de Oliveira Maciel (*in memoriam*), Paulo Marcos Borges Rizzo, Renato de Oliveira, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação Marinalva Silva Oliveira

Coordenação GTCA

Antônio José Vale da Costa, Liliane Maria Macedo Machado, Marinalva Silva Oliveira

Editoria Executiva deste Número

Antônio José Vale da Costa, Daniel de Oliveira Franco, Liliane Maria Macedo Machado, Luiz Henrique dos Santos Blume e Mary Sylvia Miguel Falcão

Pareceristas Ad Hoc

Ana Cristina Fernandes Martins, Antônio de Pádua Bosi, Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, Carmen Lucia de Sousa Lima, Cássio Eduardo Soares Miranda, Dione Oliveira Moura, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Fabíola Orlando Calazans Machado, Flávia Alessandra de Souza, João Evangelista das Neves Araújo, Josélia Maria da Silva Farias, Lila Cristina Xavier Luz, Lúcia Helena Bezerra Ferreira, Maslowa Islanowa Cavalcanti Freitas e Odailton Aragão Aguiar

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações Kita Telles

Capa Gabi Caspary

Revisão Gramatical Gizane Silva

Tiragem 5.000 exemplares

Impressão Gráfica Coronário

Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - CEP 05410-010 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3061-3442 / Tel./Fax: (11) 3061-0940
E-mail: andesregsp@uol.com.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)
Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779
2016 - Ano XXVI Nº 58

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.
I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN
Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C
CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716
E-mail: secretaria@andes.org.br

Esta edição de *Universidade e Sociedade* contempla um tema que evidencia uma das principais agendas do capital atual: a opressão de gênero. A temática **Mulheres em movimento nas lutas sociais e sindicais** explicita e debate a luta por conquista e manutenção da liberdade e direitos das mulheres, foca suas vivências cotidianas, contemplando o movimento feminista em geral e suas particularidades e peculiaridades. Este número expressa o esforço que o Sindicato tem feito para contemplar os debates de gênero e suas lutas contra as opressões e violências sofridas pelas mulheres e, como homenagem ao movimento feminista, tem a cor lilás.

Em **Crise do capital, limites à igualdade substantiva e os desafios para as lutas feministas no Brasil**, Leidiane Souza de Oliveira aponta alguns aspectos referentes à articulação das lutas das mulheres no contexto da crise do capital e suas implicações contemporâneas. Lissa Crisnara Silva do Nascimento, em **Consciência coletiva e unidade diversa: tendências pujantes na organização feminista brasileira**, discute as categorias Consciência Militante Feminista e Coletivo Total com o objetivo de analisar o atual estágio de (re)organização de grupos do Movimento Feminista brasileiro. O artigo **As mulheres contra o patriarcado e as relações desiguais de gênero: aspectos teóricos e práticos no combate às opressões**, de Ediane Lopes de Santana, contribui para a reflexão dos movimentos de mulheres e feministas, demonstrando que, por mais diversos que sejam os feminismos, os pilares dessa luta articulam abordagens teóricas e prática militante. Vamberto Ferreira Miranda Filho e Jalcia Lima Santos Muricy levantam, no artigo **Mulheres na história da Capoeira: contribuição ao necessário debate sobre mulheres nas lutas sociais**, que a articulação das lutas das mulheres por espaço na capoeira deve ser ressaltada na luta geral pela superação da sociedade de classes.

O artigo **Fórum de Mulheres de Santa Maria (RS): espaço de luta e resistência de mulheres**, de Maria Celeste Landerdahl, Bruna Osório Pizarro, Angela Souza Lima, Laura Ferreira Cortes e Fernanda Anversa Bresolin, apresenta a experiência de um grupo de feministas, ativistas sociais, no campo dos direitos das mulheres em que o foco é a luta pela reestruturação do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de Santa Maria como instância de controle social. Hêlvio Alexandre Mariano, no artigo **Alexandra Kollontay: escritos, luta revolucionária e o Comissariado do Povo ao Bem-Estar Social na União Soviética**, trata da história anterior ao momento da Revolução de Outubro, quando Kollontay seria nomeada Comissária do Povo ao Bem-Estar Social.

O artigo **Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil**, de Cibele da Silva Henriques, apresenta as condições de permanência das alunas mães trabalhadoras negras nos cursos de Pedagogia e Serviço Social daquela IFES. Sandra M. M. Siqueira, em **Os ataques aos direitos das mulheres e a necessidade da organização classista**, retrata o aviltamento das condições de trabalho e retirada de direitos a que são submetidos os trabalhadores e trabalhadoras, em particular as mulheres, negras e LGBTQs. Já o texto **Mulheres em movimento e sua invisibilidade: a memória e o esquecimento das cangaceiras**, de Caroline de Araújo Lima, resgata a participação das mulheres no movimento do cangaço e de como elas foram representadas nos filmes e documentários.

Na seção Debates, **A autonomia universitária na era da parceria público-privado**, de Daniella Borges Ribeiro, traz à baila o tema autonomia universitária a partir de um levantamento de artigos publicados em números anteriores desta revista; **A autonomia universitária no contexto dos dispositivos legais**, de Renata Ramos da Silva Carvalho e Jackeline Nascimento Noronha da Luz, contribui para a compreensão de como na história da universidade no Brasil se desenvolveu a discussão sobre a autonomia universitária; e **A greve dos operários navais de Niterói no contexto do pré-sal**, de Sonia Lima e Lilian Matias, traz a análise do movimento paredista ocorrido em 2012.

A entrevistada deste número é **Rita Laura Segato**, professora titular da UnB, vinculada aos programas de pós-graduação em Biologia Ética e Direitos Humanos. Considerada uma das maiores pesquisadoras em estudos feministas e de gênero com enfoque nas violências praticadas contra as mulheres, Rita fala de feminicídio, naturalização dos gêneros e sexismos, critica a academia por sua miopia sobre a questão de gênero e ainda ironiza Sigmund Freud.

Nossa homenageada é uma exuberante, lutadora e destacada mulher: a formidável escritora **Carolina Maria de Jesus**. De trabalhadora rural a catadora de papel na cidade de São Paulo, foi uma das maiores representantes da literatura marginal brasileira.

Por fim, apresentamos a reportagem fotográfica com contribuições de algumas Seções Sindicais do ANDES-SN e de profissionais da fotografia espalhados pelo país sobre o papel social que hoje desempenha a mulher trabalhadora no contexto político.

Este é o conteúdo de *Universidade e Sociedade* que você tem nas mãos. Confira.

Crise do capital, limites à igualdade substantiva e os desafios para as lutas feministas no Brasil

Leidiane Souza de Oliveira

Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: leidiane22@gmail.com

Resumo: Neste artigo apontamos alguns aspectos referentes à articulação das lutas das mulheres no contexto da crise do capital e suas implicações contemporâneas para a organização da classe trabalhadora e as particularidades das lutas feministas nesse processo. Para tanto, destacamos como primeiro aspecto a necessária vinculação da luta feminista às lutas da classe trabalhadora; um segundo aspecto destacado é a problematização, no contexto mais amplo, do lugar das mulheres como sujeitos particulares; e, por último, apontamos os limites para as conquistas das mulheres, tomadas enquanto parte das conquistas mais gerais, na perspectiva da igualdade substantiva, que, por sua vez, exige a superação das implicações postas pelo próprio movimento de desenvolvimento e expansão do capital. Nesse sentido, apontamos ao longo do texto os limites da crise do capital para o alcance da igualdade substantiva e, nesse contexto, os desafios postos para as lutas feministas no Brasil.

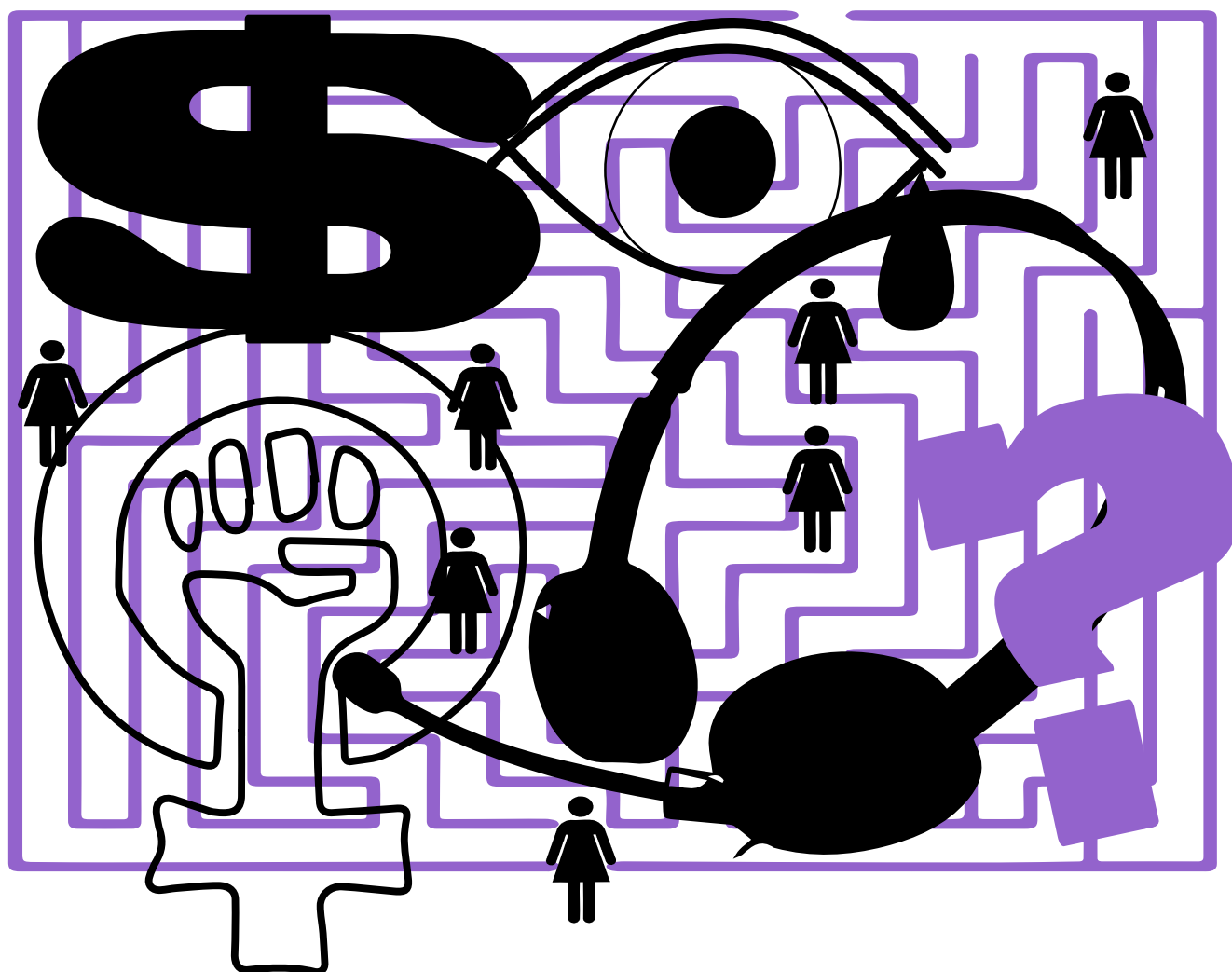
Palavras-chave: Crise do Capital. Igualdade substantiva. Lutas feministas.

1. Lutas feministas no contexto da crise do capital: situando a problemática

O contexto político e social contemporâneo nos mostra inúmeras consequências dos limites postos para a humanidade pelo desenvolvimento destrutivo desencadeado pelo capital em suas reiteradas investidas para manter-se vigente, gerando, para tanto, o

aprofundamento das desigualdades, sendo esse conjunto de elementos caracterizado como *crise estrutural*, à medida em que seus sintomas se multiplicam e despontam seus limites estruturais, conforme aponta Mészáros (2009).

A atual configuração da expansão capitalista sob o império das finanças em nível mundial tem colocado para as lutas sociais o desafio de organizar e enfrentar as massivas demissões, o avanço do pauperismo,



as desarticulações das lutas classistas, o desmonte das conquistas de direitos para os trabalhadores e as trabalhadoras e as manobras do Estado para manter a irrestrita fidelidade à expansão capitalista em detrimento de conquistas políticas e civis já alcançadas pelos diferentes sujeitos políticos em suas lutas.

Nesses termos, destacamos as implicações da ofensiva capitalista na esfera produtiva e para além dela, com intercorrências que afetam diretamente a organização política de classe. Conforme nos adverte Tonet (2009): “todas as outras dimensões da vida humana – política, direito, ciência, filosofia, educação, arte, valores, religião, ecologia, psicologia, relações sociais, vida pessoal e familiar – são profundamente afetadas por essa crise nos fundamentos materiais da sociedade” (p. 109).

No conjunto das lutas sociais e dos desafios interpostos para a organização política dos trabalhadores e das trabalhadoras, particularizamos nesse texto as lutas feministas, considerando alguns aspectos no tocante a esse movimento em particular.

O primeiro desses aspectos é que, no contexto da crise do capital, os desafios postos para as mulheres não podem ser tratados isolados da totalidade da vida social, permeada por contradições inerentes à forma de desenvolvimento e de reprodução capitalistas. É fundamental, a partir dessa perspectiva metodológica de análise, demarcar que: “A mulher, com sua opressão específica e carregando sobre os ombros o mito da inferioridade feminina, não existe em si mesma, isolada do conjunto do modo de produção. Ela só existe nesse contexto e assim deve ser compreendida” (TOLEDO, 2012, p. 12).

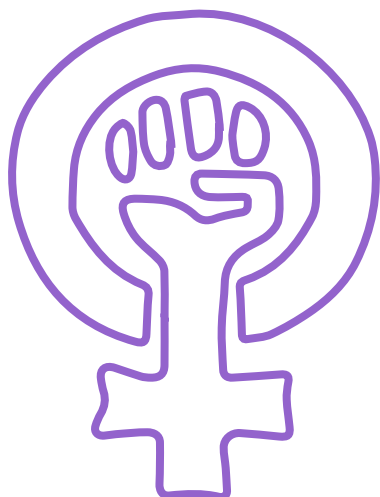
Um segundo aspecto é que, mesmo inseridas na totalidade das relações sociais submetidas ao conjunto das determinações capitalistas gerais, havemos de destacar a questão das mulheres como uma particularidade histórica e humana, que, se por um lado, pressupõe essa ligação com a sociabilidade de modo mais amplo, exige, por outro, apontar os desafios do ser mulher no contexto da ofensiva capitalista, em questões referentes à inserção das mulheres no traba-

lho, divisões de tarefas, apropriação e mercantilização do corpo, participação política em espaços como sindicatos, movimentos e partidos, como nos chama a atenção Kartchevsky-Bulport:

O debate subjacente às lutas e reivindicações coloca em pauta não somente o problema da *articulação* entre vida familiar e vida profissional (questionando de algum modo a divisão tradicional do trabalho), mas discute também mais globalmente a organização social da vida cotidiana (instalações para uso coletivo, como creches, por exemplo) e descompartmenta os problemas de ordem privada para transformá-los em questões públicas, coletivas, a serem tratadas enquanto tais, na arena política e sindical (contracepção, aborto, creches) [...] (1986, p. 15) (*grifos do autor*).

Um último aspecto, sintetizando os dois anteriores, é que, ressaltadas as particularidades das mulheres, numa obrigatória mediação entre essas particularidades e a totalidade social, impõe-se a igualdade substantiva como horizonte da luta mais geral, sendo esta um determinante para o alcance da emancipação de todos os sujeitos e, nesse movimento, se apresentarem as reais possibilidades de uma emancipação das mulheres.

Cabe destacar que, diante da capacidade destrutiva do capital, o horizonte da igualdade substantiva e a organização para as lutas em direção a ela enfrentam um tortuoso caminho, diante do fato de que “é largo o leque de fenômenos contemporâneos que indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem tardia do capital, [...] que esta ordem só tem a oferecer, contemporaneamente, soluções barbarizantes para a vida social” (NETTO, 2013, p. 33).



Sem confundir pessimismo do tempo histórico com fatalismo, apontamos nos tópicos seguintes os limites postos para a igualdade substantiva no contexto da expansão do capital e suas investidas de restauração, bem como os desafios para as lutas do feminismo brasileiro frente às implicações da crise contemporânea atual para a vida social, destacando a necessidade da organização coletiva das mulheres e sua necessária articulação com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

2. Expansão destrutiva do capital e os limites históricos para a igualdade substantiva

Muitos estudos em torno das transformações do modo de produção capitalista, das teorias administrativas e das formas organizativas do trabalho têm se apresentado, sobretudo em momentos distintos da história, geralmente marcados por significativas mudanças (como é evidente ter acontecido em 1930, 1970 e em 2008), cujas saídas históricas encontradas pelo capitalismo para se reerguer nesses momentos culminaram em perdas cumulativas para os trabalhadores e as trabalhadoras e revelam que serão cada vez medidas mais recorrentes, implicando aumento exponencial das desigualdades que lhe são inerentes.

Nesse sentido, lançamos mão dos argumentos utilizados por Mészáros (2009) ao caracterizar a crise do capital não como diferentes crises, que se expressam em ciclos, mas como um movimento contínuo, com aprofundamentos sequenciais, estando, nas suas próprias palavras, “destinada a piorar consideravelmente” (p. 17); o que nos revela que, no interior de seu movimento, o modo de produção capitalista se desenvolve na constante contradição entre a expansão da produção, em escala cada vez maior e mundializada, e os limites de sua circulação e consumo, se valendo de mecanismos de exploração e alienação para a classe trabalhadora, como guerras, pauperização extrema e fome:

Alguém pode pensar numa *maior acusação* para um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: no auge do seu poder produtivo,

está produzindo uma crise alimentar global e o sofrimento decorrente dos incontáveis milhões de pessoas por todo o mundo? Essa é a natureza do sistema que se espera salvar agora a todo custo, incluindo a atual “divisão” do seu custo astronômico (MÉSZÁROS, 2009, p. 21) (*grifos do autor*).

Configurando-se como incontrolável, o capital, enquanto sistema mundial, potencializa seu processo de expansão de modo cada vez mais destrutivo, hoje caracterizado pela financeirização e pelo modelo flexível nas relações de trabalho, dos quais são decorrentes o desemprego em proporções cada vez maiores, a informalidade nos empregos, maior sutileza no controle da força de trabalho, como proposta do modelo flexível de acumulação, disputa entre os trabalhadores, condições desumanas de realização do trabalho, apropriação da riqueza socialmente e coletivamente produzida nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, tudo isso com o auxílio do Estado.

Situando a atualidade desse processo no contexto da crise do capital e da expansão do lucro via financeirização, envolta nos marcos do capitalismo de monopólios, denominando a sociedade atual como tardo-burguesa, Netto (2013)¹ apresenta como características atuais do processo de restauração capitalista: acentuado padrão de competitividade intermonopolista; sensíveis modificações na estrutura de classe da sociedade burguesa, que alteram o *perfil demográfico* das populações; mudanças na estrutura da família; e inserção de uma *cultura do consumo* e considerável redimensionamento do Estado burguês.

Em si, esses são aspectos que, dentre tantos outros não retomados aqui, contribuem para o atendimento dos interesses capitalistas na perspectiva da acumulação e da garantia do lucro, configurando um processo de expansão destrutiva, à medida em que, nesse movimento, questões que perpassam desde o modo de vida cotidiano até as perdas dos direitos resultantes do processo de luta da classe trabalhadora concorrem para evidenciar os limites da igualdade formal burguesa e enfatizar a urgência de sua superação como única forma de materializar as capacidades numa perspectiva de igualdade realmente possível, substantiva.

Um aspecto que merece destaque nesse contexto é o neoliberalismo, enquanto teoria que “propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2011, p. 12).

É essa perspectiva teórica que orienta as práticas econômicas na Europa a partir da segunda metade da década de 1970, embasando-se no liberalismo clássico, mas, acima de tudo, orientando novas perspectivas de lucro para o capital, após um período de expansão dos lucros que combinou crescimento na produção e no consumo com medidas de proteção social que caracterizaram o chamado Estado de Bem-Estar.

Nesse sentido:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas de soberania no Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (HARVEY, 2011, p. 13).

Configurando-se como incontrolável, o capital, enquanto sistema mundial, potencializa seu processo de expansão de modo cada vez mais destrutivo, hoje caracterizado pela financeirização e pelo modelo flexível nas relações de trabalho [...] com o auxílio do Estado.

Nos marcos da crise do capital, entendemos que o seu caráter estrutural se apresenta tanto em nível do processo de mundialização que lhe acompanha, como pelo fato desta atingir as dimensões produtiva e reprodutiva da vida humana. Para atingir a finalidade da restauração e saída emergencial da crise, o capital conta com o tácito apoio do Estado na condução de seu projeto, sendo o neoliberalismo um mecanismo ao qual o Estado e o capital recorrem para o atendimento das necessidades do mercado.

Como atesta Mészáros: “A tendência objetiva inerente à natureza do capital [...] abala e torna anacrônica a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital” (2009, p. 54), de modo que os limites postos pela crise estrutural, ao impulsionar processos que destituem direitos, contrariam as reformas sociais, aumentam as formas e os níveis de exploração da força de trabalho e deslegitimam conquistas anteriormente alcançadas e também evidenciam os limites da igualdade formal em uma sociabilidade cujas configurações dos direitos, ainda que sob forte pressão da classe trabalhadora e de suas frações, é sempre capitaneada pelo poder de decisão da classe que decide e, nesse processo, acaba por denunciar os limites da igualdade e evidenciar a necessidade das lutas que extrapolem os limites do capital, em um processo a ser coletivamente e estrategicamente construído, na perspectiva de uma igualdade que atenda às necessidades da humanidade.

O aumento das desigualdades e o nível de barbarização da vida humana nos apresenta atualmente um contexto de profundo fortalecimento da propriedade privada como fio condutor dos valores sociais e culturais, sendo elementos como o individualismo e a transferência para o indivíduo da responsabilidade pela sua condição social entraves para a produção de uma consciência crítica que desmistifique os limites

O contexto atual aponta para a urgente necessidade de entender a igualdade como elemento que extrapola as barreiras da liberdade civil e política, apontando para a emancipação humana, sob a qual o sentido da liberdade dos sujeitos, como resultados de relações iguais entre os indivíduos [...]

da vida social no capitalismo, cujo consumo determina as concepções de classe, fugindo ao lugar social que os sujeitos ocupam na vida cotidiana e tratando-a como uma questão de renda ou de degraus, a serem alcançados ou não.

A esse respeito, corroboramos com TONET (2009), ao afirmar que:

A falência dos valores tradicionais, que, de alguma forma, faziam uma referência maior ao aspecto comunitário, deve-se exatamente a essa

exacerbação daquilo que é a própria essência do capitalismo: a concorrência. Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por suposto egoísmo humano natural, mas como imposição da lógica da reprodução do capital, que se espalha por toda a vida cotidiana (p. 120).

Se o caminho oferecido pelo capitalismo tem sido o da desumanização, as forças contrapostas a essa sua lógica destrutiva necessitam elaborar estratégias na perspectiva de sua superação, em defesa da potencialidade das capacidades humanas, ainda mais quando os limites absolutos do capital estiverem à mostra, evidenciando as forças antagônicas no seu interior.

O contexto atual aponta para a urgente necessidade de entender a igualdade como elemento que extrapola as barreiras da liberdade civil e política, apontando para a emancipação humana, sob a qual o sentido da liberdade dos sujeitos, como resultados de relações iguais entre os indivíduos, cuja impossibilidade de acontecer no capitalismo vem sendo demonstrada quanto mais os limites estruturais desse sistema são postos na realidade. Conforme Mészáros, a saída do capitalismo, que já se coloca como grande desafio às forças de esquerda internacionais, só faz sentido se articulada a um projeto de socialismo.

Ideias e projetos levados a cabo pelos sujeitos individuais e coletivos referem-se aqui à capacidade única e exclusivamente dos seres humanos, constituídos conforme Lukács (*apud* LESSA, 2007, p. 24-25) por três esferas ontológicas distintas do ser social:

[...] a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta.

Se é por meio do trabalho – mediação central para a realização do ser humano – que homens e mulheres se reconhecem como iguais e como humanos e se no capitalismo a realização de atividades identificadas como trabalho sofrem um processo de alienação², as outras mediações que constituem os seres – a política, a educação, a cultura – também vão sofrer,

não uniformemente, mas dialeticamente, os rebatimentos desse processo de alienação, que se configura como limites postos ao seu desenvolvimento. Além disso, cada complexo desse guarda com a totalidade social uma relação de determinação recíproca.

No campo das contradições contemporâneas, situamos o capitalismo e o patriarcado³ como objeções ao processo de desenvolvimento das capacidades humano-genéricas, especialmente das mulheres. O movimento de alienação corrobora com desvalores (valores que não se constroem na perspectiva da emancipação humana, mas da desvalorização dos sujeitos), como o preconceito, o racismo, a intolerância, o machismo.

A conjuntura política atual expressa um terreno contraditório entre direitos das mulheres nessa conjuntura de regressão de direitos e de perdas recorrentes para a classe trabalhadora. O contexto neoliberal e seu ideal de desresponsabilização do Estado, privatização e mercantilização impulsionam o individualismo e o conservadorismo identificados no tempo presente.

Destacaremos melhor esses aspectos no próximo tópico, deixando claro que é fundamental entender que os aspectos aqui destacados no tocante à crise do capital afetam a vida de homens e mulheres de modo geral e as mulheres, na sua particularidade humana e política, enfrentam alguns desafios que lhes são próprios dessa condição.

3. Desafios postos para as mulheres brasileiras frente à crise contemporânea

No seu processo de humanização, homens e mulheres desenvolvem capacidades emancipadoras de sua condição humana, como a **sociabilidade** e o reconhecimento de uma reciprocidade social, a partir do reconhecimento no outro da sua condição humana; o exercício ativo da **consciência**, que se refere à capacidade, não de criar a materialidade, mas de, diante da realidade, formular estratégias perante ela, abrindo espaço para escolhas; nesse sentido, nos deparamos com o exercício da **liberdade**, enquanto “*existência de alternativas e possibilidade concreta de*

escolha entre elas” (BARROCO, 2008, p. 26), acompanhada das condições objetivas que permitam sua materialização.

O terreno dos desafios postos para as mulheres brasileiras não foge ao quadro histórico situado no tópico anterior, mas, antes, recai sobre elas com o peso das particularidades de uma aliança entre patriarcado e capitalismo, que, se por um lado, particulariza a condição social das mulheres pelas desigualdades salariais, na divisão desigual das tarefas domésticas, na relação com o corpo e na inserção na vida política fora do espaço do lar, por outro, todos esses elementos não podem ser tomados como aspectos isolados dos determinantes macrosociais e do eixo da produção, situando essas questões na articulação com a classe social.

No contexto de crise do capital, Hirata aponta três elementos que merecem destaque no cenário da mundialização contemporânea; embora em um trecho longo, é importante atentar para as particularidades dos trabalhos realizados de modo prevalente pelas mulheres no capitalismo:

[...] em primeiro lugar, as políticas neoliberais de desregulamentação, de abertura dos mercados, como corolário as privatizações, o desenvolvimento da subcontratação, a externalização da produção. [...] Em segundo lugar, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, a expansão das redes e a financialização (capitalização)

O terreno dos desafios postos para as mulheres brasileiras não foge ao quadro histórico situado no tópico anterior, mas antes, recai sobre elas com o peso das particularidades de uma aliança entre patriarcado e capitalismo,

das economias conduziram a uma ascensão do trabalho assalariado das mulheres do sul nos anos 1990, em setores como a informática, os centros de chamadas telefônicas, o telemarketing [...]. Enfim, o novo papel das organizações internacionais, paralelamente à regulamentação pelos Estados-Nações e pelas empresas multinacionais, tem também consequências sobre as mulheres: as políticas explícitas de igualdade profissional, por exemplo, têm efeitos sobre o emprego (2009, p. 86-88).

Com efeito, esses elementos reafirmam a relação direta da condição da mulher com as determinações societárias do modo de produção capitalista. Os exemplos chamam atenção para a migração de mulheres na luta pela sobrevivência – como a predominância de mulheres no setor de telemarketing, reforçando o mito de suavidade na voz, de agradabilidade no convencimento – e as insere no contexto da política mais ampla, com destaque para o papel do Estado e os rebatimentos da política econômica nas novas formas de vida e de trabalho de homens e mulheres, estas com especificidades do modo como se articulam capitalismo e patriarcado.

Ao considerarmos que as condições humanas e sociais são determinadas no complexo processo da luta de classes que é movida pela contradição central *capital-trabalho*, é necessário “relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora” (CISNE, 2009, p. 38).

Na contemporaneidade, recaem sobre a mulher as exigências de uma sociedade que articula esses valores machistas e androcêntricos de dominação à configuração da exploração capitalista, determinada pelo antagonismo capital-trabalho, configurando uma situação de “dominação-exploração” (SAFIOTTI, 2004) particularizada por essas desigualdades para as mulheres.

Na contemporaneidade, recaem sobre a mulher as exigências de uma sociedade que articula esses valores machistas e androcêntricos de dominação à configuração da exploração capitalista, determinada pelo antagonismo capital-trabalho, configurando uma situação de “dominação-exploração” (SAFIOTTI, 2004) particularizada por essas desigualdades para as mulheres.

Nesse sentido, demarcamos aqui a concepção política que o enfrentamento desse quadro não pode se dar senão com ênfase na luta anticapitalista, sendo o contexto da crise profícuo para o aprofundamento da opressão às mulheres, tendo as lutas feministas também um viés classista.

Corroboramos aqui com a afirmação de Mészáros (2002):

[...] é preciso enfrentar a questão do *tipo de igualdade* viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam distribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem. Os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente também determinam seus princípios e seu modo de distribuição (p. 273).

Um outro aspecto da luta das mulheres no capitalismo diz respeito às reivindicações por direitos no marco das propostas legais, das reformas e da política da participação, evidenciando os limites da concepção de emancipação perpetrados pelo sistema capitalista. No que pese os avanços no campo legal, especialmente com a promulgação de uma lei específica que prevê a punição à violência contra as mulheres em 2006, assistimos ao desmonte dos direitos sociais mais amplos e, nesse processo, a não efetivação das propostas legais contidas no avanço jurídico.

A despeito desses limites, Saffioti (2013) aponta que:

Na verdade, de modo subjacente, o conservantismo determinava a continuidade e mesmo o fortalecimento de certos preconceitos, tais como os de raça ou de cor e de sexo. Em diversos setores da vida social brasileira, estabeleceram-se assim, verdadeiros hiatos entre as relações sociais efetivas e as suas regulamentações jurídicas, por mostrarem-se as primeiras incapazes de absorver a racionalidade de que estava prenhe a segunda (p. 357).

Seguimos a rota das lutas feministas com vistas a incidir na atual configuração das políticas sociais, especialmente nas políticas para as mulheres, na perspectiva de exercer o controle social das políticas e efetivar o projeto político do feminismo frente às respostas que vêm sendo dadas pelo Estado e à configuração do direito, em sua densidade histórica, evidenciando contradições quando se apresenta como um mecanismo funcional à manutenção da divisão de classes na sociedade capitalista e, em determinados contextos históricos, assume a condição de estratégia das classes trabalhadoras em sua luta contra formas de exploração e de opressão.

Para as mulheres, a aproximação com os direitos previstos legalmente e que mecanismos existem ou precisam existir para sua efetivação situam esse processo no contexto das políticas sociais brasileiras, tensionadas pelo processo de minimização dos recursos que visam amenizar as expressões da questão social e a maximização de recursos destinados a subsidiar a política macroeconômica, contradição que permeia a relação Estado x sociedade no capitalismo contemporâneo e nas particularidades da realidade brasileira.

Somente a vinculação ao caráter histórico que determina a cultura de desigualdade para a vida das mulheres, aliada à condição de classe que separa mulheres ricas e brancas de mulheres pobres e, em sua maioria negras, revelada através de fatos concretos do cotidiano a exemplo das desigualdades no mundo do trabalho, põem na ordem do dia as reais condições em que se encontram as mulheres. É inegável que, mesmo submetidas às distintas formas de dominação, mulheres ricas e pobres, encontram condições de enfrentamento distintas, determinadas pela sua classe.

Situando as problemáticas que caracterizam a vida das mulheres no âmbito de um processo histórico da vida social, havemos de reconhecer, acerca da perspectiva histórica e material, que esta “possibilita pensar as práticas sociais, a construção das institui-

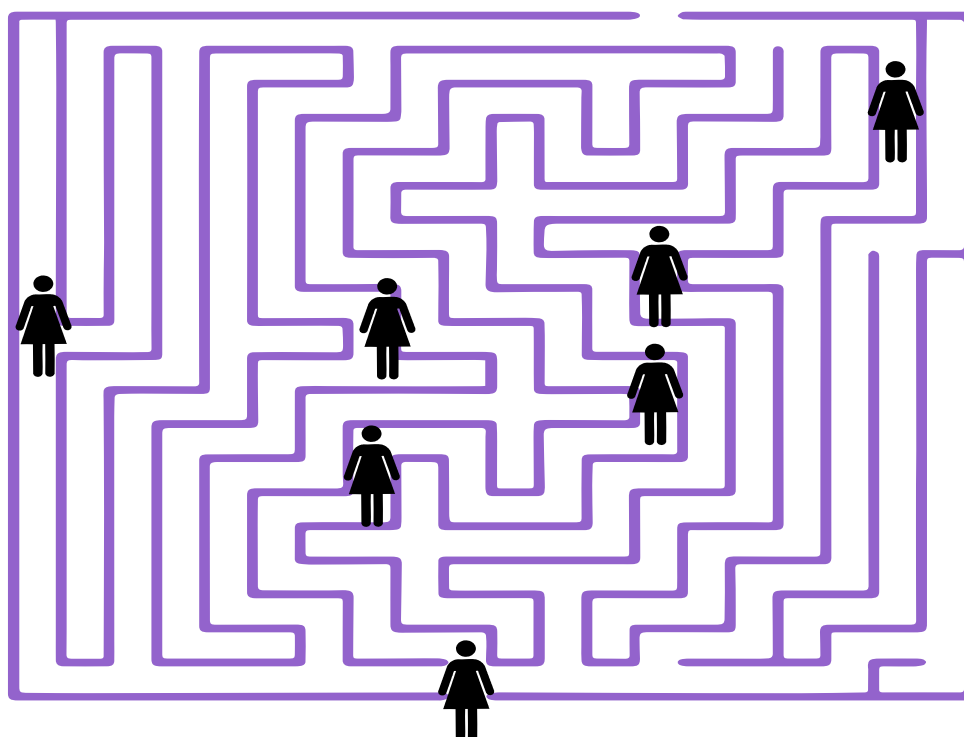
ções, assim como os valores transmitidos através das gerações, como processos mutáveis, que ocorrem via uma agência humana ativa e dinâmica, embora não determinista” (ARAÚJO, 2000, p. 65).

Nesse sentido, nos vinculamos aqui à perspectiva que entende que:

A questão da opressão da mulher só pode ser resolvida se se romper com a ordem econômica vigente. A luta contra a discriminação de gênero é fundamental porque dá visibilidade à situação da mulher, mobiliza as mulheres contra toda e qualquer manifestação de machismo e de opressão, aumenta seu grau de consciência e expõe as mazelas do sistema, revelando o grau de hipocrisia dos governos e instituições burguesas em relação à “liberdade” da mulher nos tempos modernos. No entanto, ela se restringe a isso, ela tende a afastar a mulher trabalhadora das organizações de sua classe, levando-as para as ONGs e grupos feministas policlassistas.

A luta pela igualdade de gêneros, que é a luta contra a opressão da mulher, só pode ser travada no marco de um enfrentamento com o capital, pelo fim da exploração da classe trabalhadora (TOLEDO, 2012, p. 118-119).

Nesse sentido, a luta das mulheres sem uma perspectiva de classe pode incorrer na ilusão de superação de desigualdades no campo da superestrutura e, além disso, na nossa análise, a liberdade das mulheres deve pressupor, antes de tudo, a liberdade huma-



na, por meio do “domínio consciente sobre o processo de autoconstrução genérica e sobre o conjunto do processo histórico [...]” (TONET, 2005, p. 15).

No contexto do conservadorismo brasileiro atual, assistimos ao desmonte dos direitos conquistados com a Constituição de 1988 e um arsenal de projetos de lei que atacam diretamente às mulheres, do qual é exemplo o PL 50/69, que criminaliza todas as formas de aborto, inclusive em caso de estupro, propondo proibir toda e qualquer forma de manifestação individual ou coletiva em defesa da autonomia das mulheres com seu corpo.

Sabemos ainda que a ascensão conservadora da intolerância vigente resulta de um processo de fortalecimento dos valores da classe dominante e de sua hegemonia na condução das decisões políticas no país e mais uma vez reforçamos nosso posicionamento de que, nesse contexto, a saída não pode ser segmentada, havendo a necessidade primeira de uni-

No contexto do conservadorismo brasileiro atual, assistimos ao desmonte dos direitos conquistados com a Constituição de 1988 e um arsenal de projetos de lei que atacam diretamente às mulheres, do qual é exemplo o PL 50/69, que criminaliza todas as formas de aborto, inclusive em caso de estupro, propondo proibir toda e qualquer forma de manifestação individual ou coletiva em defesa da autonomia das mulheres com seu corpo.

ficar a classe trabalhadora para a construção de uma pauta de seus interesses e construção de estratégias de luta que já não podem ser feitas poupando as investidas neoliberais do estado brasileiro e, segunda, a de não romper com a ilusória ideia de que a condição dos homens é o horizonte da luta das mulheres, quando já é evidente que homens e mulheres sob a égide capitalista jamais poderão se dizer iguais, no sentido substantivo do termo.

4. Aproximações conclusivas

Uma clara questão que situa as lutas feministas no conjunto das lutas mais gerais é a dimensão da totalidade social vinculada à teoria marxista, da qual se aproximam as fontes bibliográficas utilizadas nesse

texto. A teoria social marxista não é, nem de longe, predominante nos estudos de gênero e feminismo, tendo este trabalho, também, um aspecto político de retomar alguns princípios da luta de classe e da complexidade que a envolve, especificamente aqui as particularidades das lutas feministas e, nesse campo, os desafios postos para a vida das mulheres.

Do ponto de vista mais geral, vimos que o capital, enquanto sistema econômico, político e social que carrega consigo a capacidade de entrar em declínio quanto aos lucros, não pode ser tomado como sistema apenas de produção, mas, levando-se em conta também a totalidade da vida social, necessita da articulação com a circulação e o consumo para se realizar e, se esse movimento não acompanha o ritmo da produção, intercorre-se sistematicamente a crise, própria desse movimento, caracterizada como estrutural.

No âmbito das expressões dessa crise, destacamos que as mesmas afetam não só a esfera do trabalho, mas todas as dimensões da vida humana, além de recrudescer os níveis de desigualdades, de forma crescente, em um movimento caracterizado por Netto (2013) como o caminho para a barbárie.

Como aspectos centrais dessa crise estrutural encontram-se a redefinição do Estado e o aporte ao neoliberalismo como formas de viabilizar a expansividade dos lucros, embora essas investidas, ainda que garantindo a duras penas seus objetivos, não tenham alcançado longos períodos de expansão, implicando em drásticas consequências para a classe trabalhadora.

As lutas encampadas pelo movimento feminista, ao nosso entender, jamais podem estar desvinculadas desse contexto e tão pouco podem ser tratadas apenas no campo das particularidades da mulher, pois a dimensão estrutural da crise atinge a universalidade humana, de modo que toda e qualquer estratégia de superação de opressão ou dominação só alcançará êxito em um padrão de relações que não tenha como base a desigualdade, o que não pode ser alcançado nos limites do capital.

Nesse sentido, as atuais reivindicações feministas pela igualdade formal e pela liberdade do corpo e de aspectos da subjetividade, ao nosso ver, distanciam-se do conjunto das lutas anticapitalistas unificadas

às investidas das lutas por direitos humanos sustentados pela via legal e pela formalidade jurídica, em um momento histórico que polariza as conquistas legais versus os recuos no campo das lutas coletivas e políticas, não avançam no sentido de uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Ao considerarmos a questão da desigualdade das mulheres como elemento particular da história humana, sustentada pelo sistema patriarcal e permeada pelas múltiplas faces do capitalismo, reafirmamos a necessária articulação entre luta feminista e luta de classes como único meio pelo qual se pode alcançar a igualdade substantiva.

Considerando que as mulheres são entendidas aqui como sujeitos particulares, em uma mediação entre sujeito humano-genérico e mulheres singulares, nos interessa afirmar que a construção de uma identidade masculina ou feminina passa pelas dimensões objetiva e subjetiva da constituição dos indivíduos e dos aspectos não só biológicos, mas culturais, sociais e econômicos, se considerarmos a dimensão de totalidade que incide sobre a formação humana. Sob essa perspectiva, chamamos atenção para a complexidade que, no capitalismo, atinge o processo de sociabilidade, uma vez que, impulsionados pelo trabalho como fundante da sociabilidade humana, os seres sociais, homens e mulheres, sem deixar de considerar a incidência de diferenças e de desigualdades nesse processo, se constituem afastando-se cada vez mais das relações naturais e orgânicas.

As relações de gênero e o capitalismo se constituem independentemente entre si, mas, no conjunto das relações contemporâneas, não se pode apreender as particularidades da formação do ser homem e do ser mulher fora do contexto de exploração e de opressão a que estão submetidos e submetidas. Da mesma forma, o capitalismo se mantém apropriando-se das particularidades dessas relações, em um movimento de aprofundamento das desigualdades. Há uma pressão do capitalismo sobre as chamadas desigualdades *extraeconômicas*, como é o caso das de gênero, “uma espécie de oportunismo sistemático, que permite ao capitalismo aproveitar-se dela”, conforme Wood (2003, p. 231)⁴.

Nesse embate, não há receita ou caminhos pré-traçados, estando postos os desafios cotidianos da

rearticulação das lutas sociais e do fortalecimento da classe trabalhadora – luta e sonho de homens e mulheres. Contudo, não podemos perder de vista a luta por uma nova ordem societária, sem esquecer que devemos potencializar a solidariedade e o reconhecimento no/a outro/a, que o projeto de sociedade vigente não nos contempla e que, com ternura e ousadia, gritaremos, até que o mundo inteiro nos ouça e grite junto. **US**

notas

1. Destacamos que as implicações contemporâneas do capital se expressam pela via do capitalismo monopolista e sugerimos para um aprofundamento dessa categoria o livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, de José Paulo Netto.

2. A alienação é, na sociedade capitalista burguesa, conforme Lessa e Tonet (2008), a capacidade que o capital tem de submeter o homem, na sua individualidade, e todas as relações sociais que eles criam ao capital. Para os autores, “No plano individual, uma vida de sucesso é a vida de alguém que acumulou riqueza. Ser bem sucedido é quase sinônimo de ter se tornado rico. No plano social, os homens são reduzidos à força de trabalho, que nada mais é do que uma mercadoria como outra qualquer” (p. 98).

3. Entendido como sistema de dominação dos homens sobre as mulheres e que está presente em todos os lugares, podendo inclusive ser apropriado pelas próprias mulheres. A esse respeito, ver Saffioti (2004).

4. O termo extraeconômicas é alcunhado por Helen Wood na obra *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo editorial, 2003. Para ela, são explorações não diretamente relacionadas ao campo da produção econômica, que, no entanto, não podem ser desvinculadas da mesma.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. IN: **Revista Crítica Marxista nº 11**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2000, p. 65-70.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. Biblioteca básica de Serviço Social, Vol. 4. São Paulo, Cortez, 2008.

CISNE, Mirla. A relação orgânica entre gênero e patriarcado na sociedade capitalista: uma análise teórico-crítica. Consulta Popular. Cadernos de Debates. **Consulta Popular e Feminismo**. Nº 1. Junho, 2009.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. (Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves). 2. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2011.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano III, Nº 2. Recife, SOS corpo, 2009.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. IN: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. **O sexo do trabalho**. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1986. (Coleção Mulheres em Movimento, vol. 1).

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. Ed. Ijuí, Editora Unijuí, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, Boitempo editorial, 2009.

NETTO, José P. Uma face contemporânea da barbárie. IN: COSTA, Gilmaisa; SOUZA, Reivan. **O social em perspectiva**: políticas, trabalho, serviço social. Maceió, EDUFAL, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

TOLEDO, Cecília (org). **A mulher e a luta pelo socialismo**: clássicos do marxismo. Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky. São Paulo, Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Coleção fronteiras da educação. Ijuí, Editora Unijuí, 2005.

_____. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. IN: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

WOOD, Hellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.

referências

Consciência coletiva e unidade diversa: tendências pujantes na organização feminista brasileira¹

Lissa Crisnara Silva do Nascimento
Professora da Universidade Potiguar (UnP)
E-mail: lissachrisnara@gmail.com

Resumo: O presente artigo objetiva discutir as categorias Consciência Militante Feminista e Coletivo Total, a fim de analisar o atual estágio de (re)organização de grupos do Movimento Feminista brasileiro. Para tanto, problematiza as particularidades da formação da consciência militante para a sujeita² mulher – como classe de sexo – e a construção de uma unidade diversa no interior do feminismo, a fim de ampliar o movimento a partir da multiplicidade e diversidade de mulheres que se apresentam à classe. Desse modo, este trabalho pretende contribuir, no campo crítico-dialético, com as análises das contradições e do desvelamento do Feminismo – projeto político das mulheres – para transformar-revolucionar as relações de (re)produção social.

Palavras-chave: Relações Sociais de Sexo. Classe de Sexo. Consciência Militante Feminista. Coletivo Total. Divisão Sexual do Trabalho.

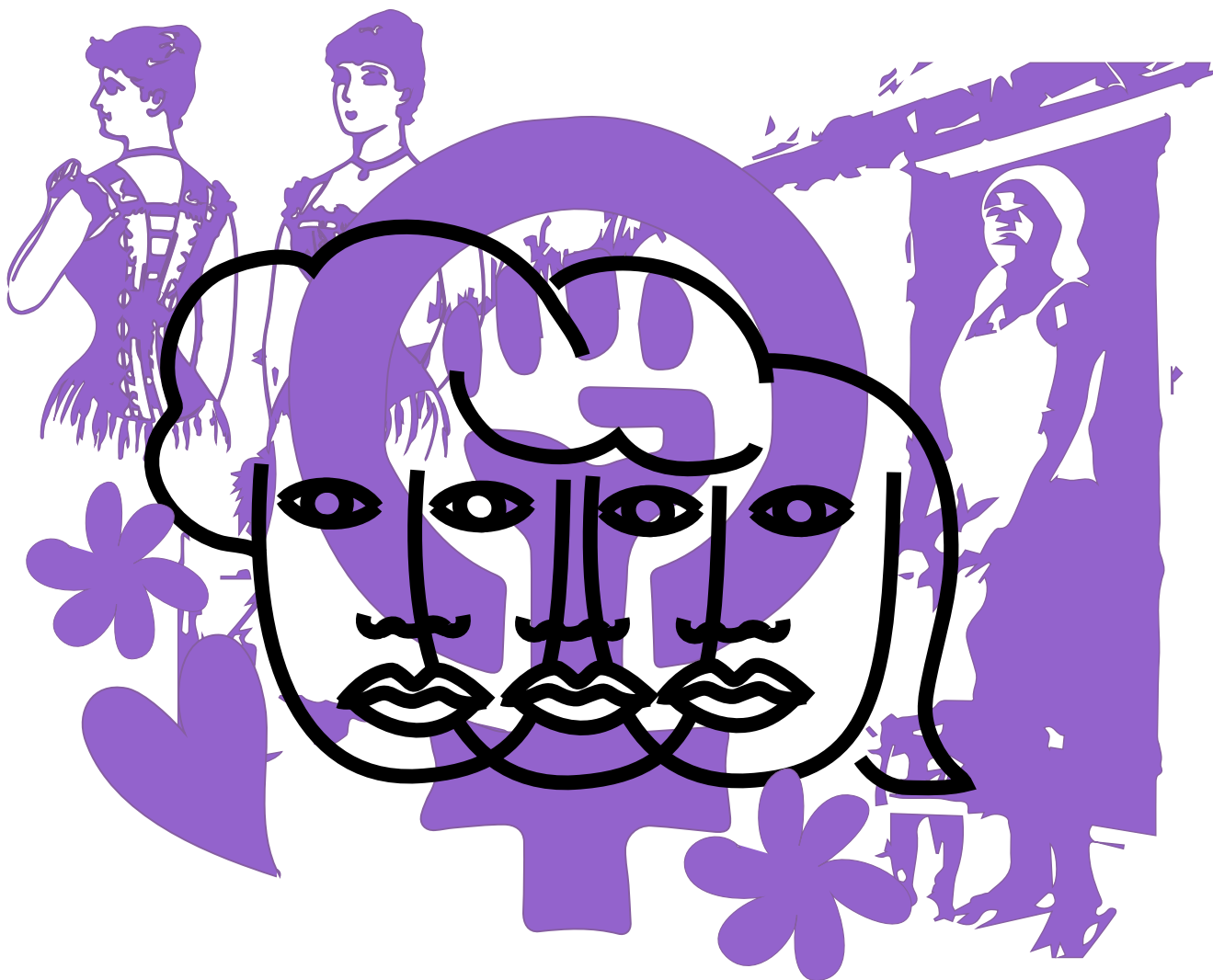
Introdução

Para este trabalho, discutimos a condição de classe de sexo das mulheres, qual seja, o debate material sobre a desigualdade de sexo/gênero sofrido a partir da construção social do *feminino* e do *masculino*, tendo como sua ‘mola propulsora’ a Divisão Sexual do Trabalho (DST).

A tomada da condição de classe das mulheres, aqui, é proporcionada, tendo em vista as Relações Sociais de Sexo (RSS), que vão nomear explicitamente o con-

fronto entre as duas classes de sexo, como conflito expresso materialmente na *dominação dos homens*.

Logo, para compreender as mulheres como indivíduos reais dentro da luta de classes [proletário x burguesia, fundamentalmente], é necessário desomogeinizar a classe trabalhadora em suas dimensões de sexo/gênero e “raça”/etnia, assim como, em decorrência, as ações e condições materiais de sua existência.



A ideia de *unidade*, no conceito de ‘unidade da classe operária’, confunde-se com a ideia de *identidade*, que exclui a noção de *diferença*. É por isso que a constatação da discriminação-diferença parece ameaçar a unidade de classe operária; daí a necessidade de integração das lutas (SOUZA-LOBO, 2010, p. 45).

E, ainda, sobre o que diferencia as mulheres dos homens, como classe trabalhadora, continua a autora:

[...] a força de trabalho masculina aparece como força livre, a força de trabalho feminina, como sexuada. Ou seja, as condições de negociação da força de trabalho não são as mesmas, o que nos permite concluir pela sexualização das relações e das práticas de trabalho (IDEM, p. 157-158).

A partir dessa lógica, o debate sobre Consciência Militante Feminista (CISNE, 2014) nos proporciona

aprender a análise da tomada de consciência como ser feminista – sujeito político da classe de sexo das mulheres.

Segundo Cisne (2014), a Consciência Militante Feminista pode ser compreendida como formação por meio da práxis feminista – dimensões teórica e do exercício político –, tendo esta o caráter de pertencimento das mulheres *a si*, compreendidas a partir de sua opressão decodificada. De modo que as mulheres estabelecem, no processo de consciência, a superação da alienação de si mesmas, da natureza e como seres humanos.

Nesse processo, é preciso estabelecer novos espaços e relações para que a libertação das mulheres seja um projeto possível, o que aponta para a necessidade de construção de novos vínculos entre as próprias mulheres, no plural, em sua multiplicidade, a fim de estabelecer contornos individuais e coletivos à formação da consciência, reconhecendo-se como classe de sexo.

Ademais, diante da atual conjuntura, apontamos o quadro reacionário no qual se inscrevem, para o enfrentamento, as atuais organizações feministas. O cenário político brasileiro em seu estágio hodierno tem exposto quadros institucionais que fortalecem e ampliam decisões estatais ideologicamente conservadoras, a favor do desmonte de direitos sociais, civis e humanos e de lutas históricas, em específico as protagonizadas pelos movimentos das classes trabalhadoras, de mulheres e feministas.

Têm contribuído para agravar este cenário os cortes orçamentários, anunciados pelo atual governo no ano de 2015³, os quais se destinam às políticas sociais públicas fundamentais, como saúde, educação, assistência social, moradia e direitos humanos. Assim como o desmantelamento dos direitos trabalhistas, direitos reprodutivos e direitos previdenciários e a marginalização das pautas de gênero e diversidade sexual (logo, também das religiões não-cristãs, que endossam um coro social de extremo conservadorismo, refletido em ações a-históricas, preconceituosas e discriminatórias, que atingem intensamente a vida das mulheres trabalhadoras).

Nessa perspectiva, espaços e relações se constroem a partir das diversas experiências vividas pelas mulheres como luta feminista contra opressões. O feminismo demonstra, assim, os seus determinantes como movimento social e revolucionário, quais sejam: as diversidades e multiplicidades de mulheres, uma leitura, segundo Gurgel (2014), que categoriza o *coletivo total*, processo dialético, não-hierárquico e autodesignado por sujeitas singulares e coletivas.

Tendo em vista essas discussões, objetivamos, de modo geral, nesse trabalho, analisar a organização dos novos grupos feministas que se apresentavam no período atual reivindicando autonomia e liberdade, a partir da análise da Consciência Militante Feminista e do Coletivo Total. Logo, pretendemos conhecer as formas e capacidade organizativa do feminismo enquanto projeto político das mulheres para transformar *a si* e a sociedade; apreender a consubstancialidade sexo, 'raça'/etnia e classe para o Movimento Feminista; problematizar como se dá e se potencializa a apropriação de si pelas militantes feministas e a unidade diversa de seu movimento social.

A classe de sexo das mulheres e as relações sociais de sexo: uma abordagem crítica

Na perspectiva de analisar como se dá a formação da consciência e organização das mulheres – dominadas diante das relações patriarcais – que compõem uma classe social historicamente explorada [a classe trabalhadora], apropriamo-nos da discussão sobre as Relações Sociais de Sexo (RSS) – relações de confronto entre as classes de sexo, percebidas em seu antagonismo.

Nessa esteira, a consubstancialidade das opressões sofridas pelas mulheres se encontra na dinâmica transversal de três modalidades de expressões das Relações Sociais de Sexo; são elas: a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo, que, juntas, formam uma unidade de dominação-exploração das mulheres.

Ainda segundo a Devreux (2011), as Relações Sociais de Sexo como relações sociais – que significam oposição estruturante entre duas classes – têm um alcance heurístico universal, à medida que sua lógica própria de totalidade e transversalidade apresenta um caráter dinâmico, que impulsiona e modera mudanças estruturais e interpessoais. As RSS nomeiam explicitamente o confronto entre as duas classes de sexo ao expor um grupo social específico que constrói e se beneficia materialmente da *dominação patriarcal* – o grupo dos homens.

Antes de continuarmos a discussão sobre a categoria exposta, compreendemos ser relevante tecer esclarecimentos que nos permitam situar o que analisamos ao falar das mulheres como classe de sexo. Segundo algumas estudiosas das Relações Sociais de Sexo, as mulheres são uma classe criada pela exploração do seu trabalho. Para Curiel e Falquet (2005), essa exploração se refere ao modo de produção doméstico, que se dá no marco da instituição do casamento e da exploração familiar, segundo Delphy (1970), citada pelas autoras, é base do sistema patriarcal que coexiste com o modo de produção capitalista. Apesar do sistema patriarcal ser anterior cerca de 7 mil anos ao sistema do capital, é nessa ordem que a *dominação do homem* ganha maior amplitude e efetividade (SAFFIOTI, 2009).

Dessa forma, a mulher constitui uma classe apropriada pelo casamento individualmente e coletivamente pela classe dos homens através da sexagem [relações de servidão e escravidão⁴]. A base que dá materialidade e universaliza essa apropriação coletiva é a Divisão Sexual do Trabalho.

Para Mathieu (1989), citada pelas autoras, qualquer que seja a transgressão de gênero e da sexualidade que cada sociedade organiza e permite, existe um gênero e, sobretudo, um sexo que sempre está abaixo na hierarquia social – o das mulheres. O que produz uma organização do trabalho e exploração bastante universais.

La classe de los hombres en su conjunto se apropria de la clase de las mujeres en su totalidad y de la individualidad de cada una. Y, por otra parte, cada una de las mujeres es objeto de la apropiación privada por parte de uno individuo de la clase de los hombres (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 54).

Desse modo, apontamos que a universalidade das relações vividas pela classe de sexo das mulheres não se faz homogênea, pois a classe social ainda as divide por meio da exploração do trabalho. Nessas relações, mulheres exploram mulheres, tendo em vista seus antagonismos de classe e ‘raça’/etnia.

Logo, a exploração própria do trabalho das mulheres, fundamentada na DST, terá incidência diversa, em “escalas” de maior ou menor complexidade e intensidade, haja vista a classe social e “raça”/etnia que constroem a mulher e sua consciência. As Relações Sociais de Sexo vão, assim, segundo Devreux (2011), recobrir todos os fenômenos de opressão, de exploração, da apropriação e de submissão das mulheres, pois é tratada a partir das diversas formas assumidas por essas relações.

Seja na exploração do trabalho exercido pelas mulheres, em âmbito privado e público, seja na desvalorização do *feminino* e no controle do corpo e da sexualidade, as RSS se apresentam transversais. Daí, é preciso entender que as múltiplas expressões das RSS possuem uma complexidade, que, apesar da lógica própria, mantém a relação consubstancial e coextensiva⁵ com as relações de ‘raça’/etnia e classe social.

De modo que compreender a base estruturante

da exploração e dominação das mulheres significa tomar a Divisão Sexual do Trabalho, pilar central do patriarcado, que foi incorporada e ampliada pelo capitalismo como forma de maximizar o acúmulo de capital e sem a qual o atual sistema não se sustentaria⁶. A divisão sexual do trabalho constrói objetiva e subjetivamente um chão sólido para a exploração-apropriação-controle de um determinado ser social: a mulher.

Essa análise nos leva à divisão sexual do poder, trazida por Devreux (2011) como os mecanismos pelos quais os homens fundam a natureza do poder na divisão das funções produtivas e reprodutivas, ou seja, como se constroem privilégios diante das marcações de sexo, diante das classificações que os direcionam para o gênero *dominante*.

Para Lamoureux (2009, p. 211), “as mulheres são destinadas ao privado e se expõem a diversos ataques quando saem: é por isso que a distinção entre a operária e a prostituta é frequentemente tênue”. Logo, o modo como os homens estabelecem esse poderio a sua classe encontra-se na exploração e controle do corpo da mulher via *direito patriarcal*⁷.

Para Mathieu (1989), citada pelas autoras, qualquer que seja a transgressão de gênero e da sexualidade que cada sociedade organiza e permite, existe um gênero e, sobretudo, um sexo que sempre está abaixo na hierarquia social – o das mulheres. O que produz uma organização do trabalho e exploração bastante universais.

A categorização do sexo, segundo a autora, vai então se expressar cada vez que houver Divisão Sexual do Trabalho e divisão sexual do poder, criando e reiterando as categorizações sexuadas – sistema de atributos, normas e valores que fixa oposição entre masculino e feminino.

Esse trabalho de categorização operado por meio das relações sociais de sexo em dar – e fixar como verdade – definições sociais: estabelecer o que é um homem e o que é uma mulher; o que é trabalho e o que não é; o que é produção e o que não é. Estabelecer também o que é normal para uma mulher e o que não é; o que é possível para uma mulher e o que não é; o que é socialmente aceitável e o que é desvalorizável etc. (IDEM, p. 14).

A produção e reprodução dessas definições sociais pelo sistema capitalista-patriarcal-heterossexista-racista estão expressas nas propriedades formais das Relações Sociais de Sexo, quais sejam a transversalidade e dinâmica dessas relações.

A transversalidade se apresenta mediante o potencial que as RSS têm de operar por toda parte, nas ações de toda a sociedade e articulada a todos os campos e esferas, inclusive em ambientes exclusivamente masculinos (DEVREUX, 2011).

Numa hierarquia entre homens, os de níveis mais baixos serão desvalorizados, direcionados ao universo dito feminino e/ou terão o descrédito de “afeminados”[afeminadas] em suas ações, atributos ou valores. Nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, as atividades e valores que não se constituem como características de inteligência, razão, protagonismo e privilégio prontamente são direcionados às mulheres e/ou aos “afeminados” [às feminizadas].

Ainda numa perspectiva dialética, as mudanças e a participação das mulheres na vida social são constituídas de progresso e regressão social. Expressa-se, assim, a dinâmica das Relações Sociais de Sexo, que, segundo a autora, é resultado da relação de forças entre os dois grupos envolvidos. Destarte, essas mudanças não são deterministas/evolutivas, mas seguem a trajetória de possibilidades e limites da correlação de força entre os grupos e a depender, também, da estratégia tomada pelo grupo oprimido.

Devreux discute uma dinâmica de lógica própria ao antagonismo e às contradições das classes de sexo, pois “o progresso social em favor das classes trabalhadoras não significa, automaticamente, o progresso em favor das mulheres, enquanto mulheres dominadas pelos homens” (2011, p. 19).

Ademais, analisa Kergoat (2009): todas as relações sociais possuem uma base material – qual seja o trabalho – expresso na DST, que não significa apenas uma complementariedade de tarefas, mas uma relação de poder e tensão permanente entre homens e mulheres, que, operando como uma divisão social, atravessa a sociedade nos seus campos do trabalho produtivo e reprodutivo, os quais não se separam.

Para Guillaumin (2005), a força de trabalho como a ‘única coisa que o trabalhador tem para vender’ não é uma verdade para a mulher trabalhadora, pois esse

significado da ‘força de trabalho’ representaria a última coisa dela disponível para viver.

A classe das mulheres sofre determinações [opressões] que vão além da sua condição de trabalhadora, à medida que o seu corpo é apropriado fisicamente desde o nascimento, assim como, segundo a autora, manifestou-se na maioria das formas de escravidão conhecidas.

La apropiación social, el hecho para los individuos de una clase de ser propiedades *materiales*, es una forma específica de las relaciones sociales. Ésta no se manifiesta, *hoy y aquí*, sino *entre las clases de sexo* y se estrella contra la incredulidad de acero que enfrentan generalmente los hechos que son demasiado “evidentes” para no ser *invisibles* (como lo era el trabajo domestico antes del feminismo). Este tipo de relación social no encuentra crédito sino para “otra época” (la esclavitud o el vasallaje), “otro lugar” (el de las diversas llamadas “poblaciones primitivas”)... (GUILLAUMIN, 2005, p. 45 – destaques da autora).

Logo, para alcançar as mulheres como indivíduos reais, oportunizando a análise da formação de sua consciência como ser social e sujeita histórica de uma classe revolucionária, é necessário desomogeneizar a classe trabalhadora e suas relações.

Consciência Militante Feminista: a apropriação de si na organização da luta das mulheres

A consciência só pode ser verdadeiramente entendida se tomada como um processo que inscreve formas de consciência desenvolvidas dialeticamente, constituídas por contradições e superações, avanços e recuos, tendo o ponto de partida nas determinações concretas da vida social, a qual é constituída da subjetividade dos indivíduos e delineada pelas condições objetivas em sociedade.

Nessa esteira, Iasi (2002) nos fala sobre a *consciência militante*, a qual indica uma consciência política, que se coletiviza e constrói a transformação necessária a partir do sujeito político de uma classe. A autora Cisne (2014) direciona-nos, junto à categoria *Consciência Militante Feminista*, à análise da tomada de

consciência como ser feminista – sujeito político da classe de sexo das mulheres.

A Consciência Militante Feminista pode ser compreendida, segundo a autora, como formação por meio da práxis feminista, qual seja: as dimensões teórica e de exercício político da sujeita individual e coletiva do feminismo – o projeto político das mulheres. Tendo o caráter de pertencimento das mulheres *a si*, compreendidas a partir de sua opressão desmistificada. De modo que as mulheres estabelecem no processo de consciência a superação das alienações limitadoras de sua humanidade.

Cisne (2014), então, traz à discussão alguns pontos que identifica como indispensáveis para a formação da consciência militante feminista, quais sejam:

- 1) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; 2) o sair de casa; 3) a identificação na outra de sua condição de mulher; 4) a importância do grupo da militância política em um movimento social; e 5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento (p. 176).

O processo de formação dessa consciência se dará à medida que as mulheres conseguirem romper com as naturalizações, místicas, dogmas e ordenamentos que as apropriam, secundarizam e desumanizam. Essas naturalizações, postas pela ideologia dominante do patriarcado-capitalismo-racismo, expressam a relação de dominação-exploração do sexo/gênero feminino, como discutido no item anterior.

Dessa forma, as primeiras *apropriações de si* negam as caracterizações sociais de sexo, aquelas que marcam cada sexo e os hierarquiza, estabelecendo-se a partir de alterações de padrões como ato político pela libertação, desintegração da sociedade e de suas normas.

A concreticidade das opressões sofridas pelas mulheres se expressa nos ordenamentos, normas e padrões, pautados no *destino biológico*, como alienação e essencialização de características, comportamentos e papéis que secundarizam a mulher como ser social, como debate Beauvoir (1980, p. 31): “[...] todos os acontecimentos importantes ocorreram através dos homens”, colocando as mulheres à margem da história e aquém de sua humanidade. E continua:

Na mulher há, no início, um conflito entre a sua existência autônoma e seu “ser-outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar a sua autonomia [...] pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que o menino (IDEM, p. 22).

Ainda sobre a discussão do *Outro*, Beauvoir (1970) nos proporciona compreender que as determinações de *feminilidade* e *masculinidade*, e assim as divisões assimétricas entre os sexos, são prerrogativas masculinas, pois, em verdade, a mulher nunca criou oposição entre os valores femininos e os masculinos; essa tarefa foi construída e é cumprida privilegiadamente pelos homens, como classe de sexo, o que justifica a lógica de tantas prerrogativas para um em detrimento ao *Outro*.

[...] perante a mulher, o homem se pôs como senhor; o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher (IDEM, p. 86).

A consciência só pode ser verdadeiramente entendida se tomada como um processo que inscreve formas de consciência desenvolvidas dialeticamente, constituídas por contradições e superações, avanços e recuos, tendo o ponto de partida nas determinações concretas da vida social, a qual é constituída da subjetividade dos indivíduos e delimitada pelas condições objetivas em sociedade.

Logo, a existência da mulher é um constante perigo para os valores *masculinos*, pois a todo momento ela pode – e tem tensionado – na dinâmica das Relações Sociais de Sexo, por meio do Movimento de Mulheres e Feminista, reconhecer-se como sujeita, constituindo-se atriz da [sua] história ao resistir, combater e lutar para estar fora do formato daqueles valores, ameaçando uma ordem, o reinado da *mascu-*

linidade, pois a mediatização da *feminilidade* encontra-se em risco.

O reconhecimento como sujeita – mesmo em sua condição social antagônica ao sujeito *dominante* – propicia, segundo Cisne (2014, p. 177), “perceber que existem de fato como pessoas, que possuem um corpo que lhes pertence, enfim, que possuem vontades e desejos que podem ser expressos e vivenciados fora e dentro de suas casas”.

Apropriando-se de si por meio do autoconhecimento e da desnaturalização do corpo, as mulheres também articulam o processo do descobrir-se feminista. Protagonizar a própria vida, desejos e escolhas permite à mulher romper com sua alienação e potencializar a sua busca e luta por autonomia e liberdade.

Para Cisne (2014), essa primeira libertação do *apropriar-se de si* é basilar à autovalorização do corpo e à autoconfiança de uma sujeita livre e autônoma. Tendo, essas mulheres, a capacidade de “se expressar, de se impor, de decidir e, inclusive, de dizer não” (p. 178), que irá desculpabilizar uma sujeita historicamente construída para aceitar e negar-se em razão de outrem.

A consciência militante feminista condiciona-se como um processo contundente, aquele que marca as sujeitas e suas relações de forma dialética. Essas, diante desse processo, precisam se fazer sujeitas individuais e coletivas a partir, também, dos tensionamentos pela autonomia⁸ e autodesignação⁹.

A consciência militante feminista, portanto, não resulta apenas de uma simples reação às opressões, ainda que essa reação seja fundamental para a formação da consciência. Ela é um *continuum* que envolve um movimento dialético entre formação política, organização e lutas, que vai da dimensão individual, da ruptura com o “privado”, à dimensão coletiva, de organização em um movimento social, partido político ou outro tipo de sujeito coletivo (CISNE, 2014, p. 192 – destaques da autora).

Alterar intensamente as relações sociais e políticas entre os sexos é fundamental à consciência militante feminista, debate Cisne (2014). É preciso estabelecer novos vínculos para que a libertação das mulheres seja um projeto possível. Dessa forma, um primeiro passo seria construir esses novos vínculos entre as

próprias mulheres, no plural, em sua multiplicidade, reconhecendo-se enquanto classe de sexo.

Identificar na outra o seu desestranhamento como mulher, sua condição de oprimida e suas experiências comuns proporciona à consciência a capacidade de dizer *nós*. O processo da ‘capacidade de dizer *nós*’ estabelece contornos individuais e coletivos à formação da consciência.

Nesse momento, a necessidade em agrupar-se aponta no horizonte do ‘ser mulher’. A militância política pode ser, assim, um grande passo à construção de uma consciência junto à legitimação do *apropriar-se*, do *sair de casa*¹⁰ e da *capacidade de dizer nós*.

Identidade diversa: a perspectiva de ação unitária no feminismo

As diversas experiências vividas pelas mulheres fazem da luta feminista contra opressão um campo vasto de estratégias e ações. O feminismo demonstra, assim, os seus determinantes: as diversidades e multiplicidades de mulheres. Uma leitura, segundo Gurgel (2014), de diversas singularidades, sem hierarquização – a categoria do *coletivo total* – “essa perspectiva confere ao feminismo um duplo¹¹ processo de construção como sujeito coletivo: o reconhecimento da diversidade e a construção de uma unidade diversa identitária” (p. 72).

Ao compreender as múltiplas temáticas sobre a condição das mulheres e as problemáticas que envolvem o ‘ser mulher’, o feminismo, diverso e radical, tem a potencialidade de mudar a vida das mulheres e o mundo [quando associado à luta de classes] e por isso o faz constantemente, por meio de tensionamentos e resistências.

Deve assim, o feminismo, segundo Gurgel (2011), incluir dentro do seu agir todas as categorias que definem as mulheres e sua opressão global, de forma que o pertencimento ao movimento se amplie, tendo em vista diversas maneiras de construir a práxis de transformação do feminismo.

Ademais, esse pertencimento não partiria apenas de uma adesão, adequação, às bases históricas do Movimento Feminista, mas também à capacidade de reconfigurar, transformar, o movimento (SILVA,

2010b). Com o potencial de estabelecer estratégias de luta e sistemáticas de organizações.

Nesse terreno, cabem as feministas o compromisso político de, na genericidade da opressão estruturante, se fazerem múltiplas, ou seja, decodificando as opressões patriarcais-heterossexistas-racistas-capitalistas que fazem parte da experiência vivida por esse amplo movimento.

A representatividade ampla da classe de sexo das mulheres torna-se, então, um elemento fundado pela identidade diversa do feminismo, sujeito histórico, que deve se apresentar simultaneamente em dimensões particulares e genéricas. A organização de uma luta coletiva ganhará ampla legitimidade, à medida que atenda ao desafio de mediar as diversas determinações que são vividas pelas mulheres.

Para Silva, o feminismo então se caracteriza como “um modo de olhar o mundo que busca articular a análise das desigualdades de gênero, raça e classe, no intuito de transformá-los, e que, por isso, exige coerência entre construção teórica e a luta social pela transformação” (2010a, p. 11-12).

Destarte, a intensa dinâmica de se fazer movimento a partir de uma teoria dialética não deve pretender apenas aproximar mulheres às suas bandeiras, mas se aproximar das diversas realidades de vida – em suas particularidade e subjetividade – a fim de contribuir “com a formação de mulheres para a ação política transformadora de si mesmas e do mundo” (IDEM, p. 12).

Ser feminista é caminhar rumo a sua autonomia pessoal e, ao mesmo tempo, lutar coletivamente pela autonomia e liberdade de todas as mulheres. O feminismo é, neste sentido, um projeto de vida e isso exige coerência entre o nosso pensar, sentir e agir, o que todas nós sabemos que é um permanente desafio (IDEM).

Caracteriza-se, assim, um movimento que deve estar em constante diálogo com suas mais diversas sujeitas-políticas, ao estabelecer um vínculo pedagógico na educação e na transformação social. Fundamentado na tomada de consciência das mulheres e em um interesse histórico de suas experiências pessoais, intencionando, segundo Silva (2010a), construir estratégias e teorias de ação.



[...] é possível ao feminismo, como pensamento que está de certa forma institucionalizado, acolher o *novo* que advém destes processos educativos, as criações, as descobertas, as pujanças dos meandros do cotidiano que se impõe quando existe a possibilidade de ouvir as mulheres (IDEM, p. 22 – destaque da autora).

Dessa forma, apresenta-se necessário ampliar as possibilidades individuais e coletivas de mudanças. Considerando tanto as micro dimensões da vida social, que exige um enfrentamento político, quanto a dimensão macrosocial de realização da vida, como ser social, construído pelas determinações estruturais e condicionantes da atual sociabilidade.

Para o feminismo contemporâneo, segundo Gurgel (2011), é primordial falar em igualdade e liberdade, ao mesmo tempo em que compreende que o fazer histórico se constrói na mediação entre as diversas determinações particulares e genéricas das sujeitas do feminismo.

O feminismo, assim, demonstra na particularidade das mulheres sua heterogeneidade e na *identidade diversa* de suas sujeitas políticas, o caráter universal da luta. Nessa direção, a luta feminista se encontra ancorada no princípio da solidariedade, do reconhecimento na outra, mas não apenas como constatação de uma realidade comum e sim em uma solidariedade construtora de laços estratégicos de irmandade entre as mulheres, a fim de, juntas, combaterem suas opressões.

As diversas mulheres do feminismo, logo, não se apresentam como indivíduos a serem educados em diretrizes pré-estabelecidas, mas como seres humanos integrais, que constroem seu estranhamento ao cotidiano, à medida que suas desigualdades, diferenças e totalidades sejam ouvidas como propostas de ação coletiva e expressão política para a organização (SILVA, 2010a).

A dialética necessária à leitura das experiências vividas pelas mulheres expressa-se na ação política de fazer-se movimento, no sentido de *práxis*, construindo objetivos comuns a partir da relação indivíduo-coletivo.

É preciso nos identificarmos com a experiência das ‘mulheres’ para reconhecer, pertencer e conferir sentido a uma experiência comum e, ao mesmo tempo, é necessário nos ‘desidentificarmos’ com o padrão social de ‘mulher’ para nos tornarmos feministas e construirmos experiências de lutas comuns (IDEM, p. 24).

As dimensões da singularidade e do humano-gênérico são base da dialética de se fazer coletiva e poder dialogar sobre as experiências subjetivas. Resiste-se e se modifica como grupo social – como sujeita-político – e sujeita-singular. De modo que: “o movimento é a força política coletiva das mulheres para transformar as mulheres e o contexto do seu viver” (CAMURÇA, 2010, p. 78).

Dessa forma, a categoria do *coletivo total* (GURGEL, 2011) proporciona analisar o fazer histórico das mulheres, como sujeitas, apresentado simultaneamente em dimensões individuais e coletivas. Ademais, a categoria demarca a necessidade histórica da auto-organização das mulheres no processo de luta anticapitalista, o que deve incluir dentro do seu agir todas as categorias que expressam as vivências das mulheres, em suas condições de “raça”/etnia, classe social, sexualidade, geração etc.

O feminismo, assim, demonstra na particularidade das mulheres sua heterogeneidade e na *identidade diversa* de suas sujeitas políticas, o caráter universal da luta. Nessa direção, a luta feminista se encontra ancorada no princípio da solidariedade, do reconhecimento na outra, mas não apenas como constatação de uma realidade comum e sim em uma solidariedade construtora de laços estratégicos de irmandade entre as mulheres, a fim de, juntas, combaterem suas opressões.

A *solidariedade* para o movimento feminista deve se desenvolver como um instrumento político-ético-afetivo (re)construído pelas mulheres e para as mulheres. A realidade das relações androcêntricas marcadas pela exploração, assédio, violências, abusos e dor, sofridas pelas mulheres nos mais variados espaços sociais – público e privado –, condiciona-as ao reconhecimento de que só as outras podem compreender, se sensibilizar e agir com verdadeiro afeto e compromisso por suas vidas.

Todavia, fazem-se necessárias algumas considerações contraditórias ao instrumento da solidariedade no feminismo, pois não invisibilizamos os privilégios mantidos por determinados grupos de mulheres que se favorecem diante de relações capitalistas, racistas e heterossexistas, reproduzindo assim opressões e explorações, à medida que não se reconhecem em mulheres de outras classes, “raça”/etnia e sexualidades, e não legitimam, de certa forma, a igualdade diante dessa diversidade.

Logo, para o feminismo, a *solidariedade* se estabelece com um desafio de dimensão político-subjetiva na luta para construção da humanidade das mulheres e de seu reconhecimento como sujeitas coletivas. Indo além, quebra mitos [a exemplo da rivalidade feminina] e combate a invenção patriarcal da feminilidade que tolhe o ‘ser mulher’ e sua organização como classe de sexo.

Seria o feminismo o espaço das mulheres, fundado nelas, em suas vivências, em seus projetos, em suas lutas, em suas relações interpessoais, em tudo o que as fazem *mulheres* nessa sociedade e que as tensionam a romper com a *mulher submissa*, com a *feminilidade*.

Assim, o movimento feminista apresenta uma dinâmica intensa, que só é acompanhada pelas suas sujeitas políticas, as mulheres. Por mais diversas, e até dicotômicas¹², que as ações se apresentem, o Movimento reivindica a autonomia fundamental das mulheres para suas lutas, pois, segundo Gurgel (2011, p. 43), “o feminismo possui uma heterogeneidade em sua formação que decorre das diferentes experiências de opressões das mulheres, enquanto corpo individualizado e sujeito social”.

Sendo o feminismo um sujeito político de ação, como continua a autora, é necessária a tomada das totalidades parciais e social para uma organização programática reconhecida e legitimada pelas suas sujeitas. Daí parte a criação de novos espaços e levante de novas bandeiras e estratégias de ações.

O feminismo se desafia, portanto, a empreender-se na construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres mediante o reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher,

perpassando, portanto, as dimensões de classe, raça, geração, sexualidade e afetividades, entre outras questões (GURGEL, 2011, p. 45).

Concluimos, assim, que o feminismo revolucionário potencializa sujeitas nas suas mais diversas experiências e opressões – *unidade diversa*. Reconhecidas em um projeto político amplo, combativo e radical, que não nega mulheres e nem se propõe o *Outro*, mas constrói, nas vivências comuns, na solidariedade e na consciência militante feminista, a sua autonomia e liberdade e a de toda uma classe.

Em seus novos espaços, demandas e sujeitas, essa identidade diversa, baseada na dialética de contrários, se faz potencial para uma luta radicalizada na *capacidade de dizer nós*, ao buscar o protagonismo e a libertação das *mulheres*, ao passo que, também, contribui de forma significativa na radicalização de processos democráticos ao questionar hierarquias, dominações, opressões e explorações.

Concluimos, assim, que o feminismo revolucionário potencializa sujeitas nas suas mais diversas experiências e opressões – *unidade diversa*. Reconhecidas em um projeto político amplo, combativo e radical, que não nega mulheres e nem se propõe o *Outro*, mas constrói, nas vivências comuns, na solidariedade e na consciência militante feminista, a sua autonomia e liberdade e a de toda uma classe.

Considerações finais

No caminho tomado por nossa análise, a perspectiva revolucionária da classe trabalhadora, e seu caráter universal, não pode secundarizar as particularidades de opressão sofrida pelas mulheres. Logo porque a ocupação de espaços hegemônicos de *dominação* [dentro do Estado, de suas instituições e de seus aparelhos] pela classe trabalhadora, e inclusive por mulheres feministas, não propiciou as rupturas desejadas contra o “*inimigo principal*” – o patriarcado –, apesar das conquistas formais e simbólicas na dimensão da emancipação política das mulheres.

Todavia, mesmo que praticamente restritas ao campo da formalidade, conquistas reivindicadas pelo

Movimento Feminista sofrem com as intensas ameaças [e efetivações] de retrocessos forjados pelo conservadorismo e neoconservadorismo, que expõem os limites de um processo democrático no Brasil.

Daí a importância de não se perder de vista a dinâmica das novas sujeitas que se revelam à classe, junto às relações e aos fenômenos que se expressam em seu movimento de (re)construção e (re)organização na luta por emancipação política e humana.

Sobre tais debates, compreendemos que as diversidades de experiências vividas pelas mulheres e a multiplicidade de suas expressões e determinações sociais tornam-se legítimas ao encontrar chão e germinar raízes diversas no feminismo, como luta pela libertação das mulheres – de todas elas.

Ainda como análise crítica do patriarcado, sistema de *dominação do homem e submissão da mulher*, acreditamos que por meio de resistências, subversões e transgressões, de caráter ainda mais complexo na luta feminista atual – mesmo que condicionados a dinâmica social de (re)produção – se apresenta ao horizonte do Movimento Feminista a incidência de uma organização autônoma, diversa, militante e radical.

Ainda, como análise crítica do patriarcado, sistema de *dominação do homem e submissão da mulher*, acreditamos que por meio de resistências, subversões e transgressões, de caráter ainda mais complexo na luta feminista atual – mesmo que condicionados a dinâmica social de (re)produção – se apresenta ao horizonte do Movimento Feminista a incidência de uma organização autônoma, diversa, militante e radical.

Nessa esteira, a partir das Relações Sociais de Sexo, podemos assimilar a discussão sobre o antagonismo entre as classes de sexo, e até mesmo compreender a dimensão de classe de sexo, em suas contradições sustentadas pela DST que materializam o patriarcado. E que, em sua condição dinâmica e dialética, potencializa as mulheres como sujeitas-históricas de uma classe revolucionária.

A consubstancialidade das opressões estruturantes dá base para apreender a multiplicidade de sujeitas do feminismo e tomar para análise a apreensão do Movimento diante das relações de classe, “raça”/etnia e sexo, enquanto práxis.

Destarte, a consciência militante feminista, em seu processo de formação, apresenta-se como uma categoria valiosa para tomada da realidade desses indivíduos coletivizados, que, mediante as experiências e pontos comuns, potencializam a construção de uma consciência coletiva que dá base à organização política das mulheres, em resistência e enfrentamento radicais.

Na vivência organizacional das mulheres, é expresso o *coletivo total*. À medida que o movimento feminista se reivindica na luta pela igualdade, na dialética de se fazer particular, respeitando as múltiplas experiências e de se fazer universal, a partir de sua diversidade.

Sendo assim, para efetivar uma práxis feminista que dê conta de ‘armas’ para o combate cotidiano de qualquer mulher, é necessário a construção de uma identidade diversa, na qual o feminismo estará fundado na vivência objetiva e subjetiva de todas as mulheres: trabalhadoras, lésbicas, heterossexuais, negras, indígenas, sindicalizadas, rurais, urbanas, jovens, ‘adultas’, idosas, ocidentais, orientais, universitárias, ‘faveladas’, transgênero etc.

O desafio para o feminismo está em se fazer radical e pertencente a todas as mulheres. Todavia, o entendimento da estrutura de classes desta sociedade exige-nos a perspectiva classista para pensarmos na emancipação substantiva das mulheres. Falamos, portanto, de um feminismo materialista, socialista, por entender que enquanto houver classe, haverá exploração. Por outro lado, é preciso ter claro que nos é insuficiente superar as classes sem superar relações que estruturam e dão significados às variadas formas de opressão que se associam à exploração de classe, quais sejam: as relações de sexo/gênero e raça/etnia.

A radicalidade do feminismo em sua organização é desafiante e inquietante às suas militantes e às estudiosas da área. Assim, nos é apresentada uma complexidade das opressões que se amplia e o acúmulo de luta que não se encerra em velhos arranjos, caracterizando, no nosso entendimento, as pujanças de uma luta profunda e legitimamente revolucionária, à medida que se faz civilizatória e comprometida com o desaparecimento total dos antagonismos de classes e das relações de poder. **US**

notas

1. Este artigo apresenta parte das análises contidas na dissertação apresentada, em junho de 2015, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN).

2. Corroborando com Cervera e Franco (2006, p. 25) “[...] quando se fala em masculino como se fosse neutro, na realidade se excluem as mulheres [...] O masculino é masculino e não neutro [...] Para que a mulher esteja representada, é necessário nomeá-la [...] A discriminação de gênero também foi construída a partir da linguagem”. Assim, resolvemos transgredir a norma da língua portuguesa, compreendendo toda carga política sobre determinados termos que se propõem universais, ‘unissex’, neutros, assim como *sujeito* no masculino, que só tende a continuar fazendo da mulher o *Outro*, como discute Beauvoir (1970).

3. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/2015/05/22/corte-no-orcamento-de-defesa-para-2015-foi-de-56-bilhoes-de-reais/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

4. El uso de un grupo por parte de otro, su transformación en instrumento, manipulado y utilizado a fines de incrementar los bienes (de allí igualmente la libertad, el prestigio) del grupo dominante[...]. En las relaciones de sexaje, las expresiones particulares de dicha relación de apropiación (la del conjunto del grupo de las mujeres, la del cuerpo material individual de cada mujer) son: a) la apropiación del tiempo; b) la apropiación de los productos del cuerpo; c) la obligación sexual; y d) la carga física de los miembros inválidos del grupo (inválidos por la edad — bebés, niños, ancianos — o enfermos y minusválidos) así como los *miembros válidos de sexo masculino* (GUILLAUMIN, 2005, p. 45 - destaque da autora).

5. Produzem-se e reproduzem-se mutuamente, Kergoat (2012) apud Cisne (2014).

6. O trabalho doméstico, realizado sem remuneração para a própria família, é o que garante a reprodução da força de trabalho e representa 13% do PIB do nosso país – somente os afazeres realizados pelas mulheres geram 185 bilhões para a economia (MELO, CONSIDERA e SABBATO, 2007 apud CAMURÇA, 2008).

7. O contrato original, na versão histórica, cria a sociedade civil após destruir a ordem paterna – *status* –, patriarcado. Nessa sociedade, todos os indivíduos desfrutam da mesma condição civil e podem exercer sua liberdade em contratos como os de trabalho e casamento, mas, ainda, segundo Pateman (1993), o contrato sexual, a “metade perdida”, irá tratar do direito político entre os sexos, “*direito patriarcal* ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (p. 16 – destaque da autora).

8. Gurgel (2004) discute que a autonomia incorporada pelo feminismo se materializa na cidadania das mulheres, a qual não precisa ser recuperada, mas realizada, inventada, criada e formulada. Logo, a autonomia do sujeito feminista expõe o seu projeto de sociedade, contra-hegemônico.

9. A autodesignação como forma de construção autônoma das mulheres em sua individualidade e coletividade, permite “[...] a identificação na outra de sua condição de mulher, possui uma função fundamental para a formação da consciência, pois contribui diretamente para desnaturalização da opressão feminina, além de fortalecer as mulheres individual e coletivamente” (CISNE, 2014, p. 184).

10. [...] O “sair de casa” que nos referimos, trata-se da desnaturalização da responsabilização da mulher pela reprodução social antroponômica, bem como da superação da aparente dicotomia provocada pela divisão sexual do trabalho entre o mundo da produção/público/político (considerado masculino e valorizado) e da reprodução/privado (considerado feminino e desvalorizado) (CISNE, 2014, p. 184).

11. Partindo de uma perspectiva dialética e consubstancial junto às Relações Sociais de Sexo, compreendemos este não como um processo duplo, mas como um *processo em totalidade*, contínuo e dinâmico.

12. Compreende-se que determinadas táticas para conquistas no “aqui e agora”, tendo em vista, principalmente, a perspectiva de direitos, tendem – mas não necessariamente – a inscrever a pauta feminista e das mulheres no plano formal e simbólico, o que, em contrapartida, pode potencializar a neutralização de táticas mais radicais e libertárias. Desse modo, a problemática estaria na finalidade única da emancipação política, a qual, mesmo diante de acúmulos, não proporciona a emancipação humana sem que seja preciso um salto que supere as estruturas, para que radicalmente se atinja a liberdade.

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. V. 2. 10ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. Ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.
- CAMURÇA, Sílvia M. S. Novos sujeitos políticos para o enfrentamento da dominação das mulheres. *In*. SILVA, Carmen. (Org.). **Experiência em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. 2010.
- _____. Desproteção social das mulheres no sistema previdenciário. *In*. **Reflexões feministas sobre a informalidade e o trabalho doméstico**. Recife: SOS Corpo, 2008.
- CERVERA, Julia Pérez; FRANCO, Paki Venegas. **Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende**. Edição: REPEM (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina), 2006.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. “Introdução”. *In*. **El patriarcado al desnudo: três feministas materialistas**. 1ª Ed. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.
- DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *In*. **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, n. 4 – dez. 2011.
- GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de Naturaleza. *In*. **El patriarcado al desnudo: três feministas materialistas**. 1ª Ed. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.
- GURGEL, Telma. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. *In*. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.
- _____. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. *In*. **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, n. 4 – dez. 2011.
- _____. Feminismo e Liberdade. *In*. **Universidade e Sociedade**. Ano XIV. N. 43 – ISSN 1517-1779. P. 99-109. Outubro de 2004.

referências

- IASI, Mauro Luís. **O dilema de Hamlet**. ISBN 85-87767-10-0. Editora Viramundo. 1 Ed. 2002.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LAMOUREUX, Diane. Público/Privado. *In*: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.
- PTQK, María. **A irmã outsider Audre Lorde**. Blogueiras Feministas. 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/08/a-irma-outsider-audre-lorde/>>. Acesso em: 01 mai. 2015.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos e Ensaios Ciências Sociais. Brasil: junho/2009.
- SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. *In*. SILVA, Carmen. (Org.). **Experiência em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. 2010a.
- _____. Desafios do fortalecimento de organizações de mulheres que atuam nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste (2007-2009). *In*. SILVA, Carmen. (Org.). **Experiência em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. 2010b.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo. Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2010.

referências

As mulheres contra o patriarcado e as relações desiguais de gênero: aspectos teóricos e práticos no combate às opressões

Ediane Lopes de Santana

Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus X)

E-mail: edianezeferina@gmail.com

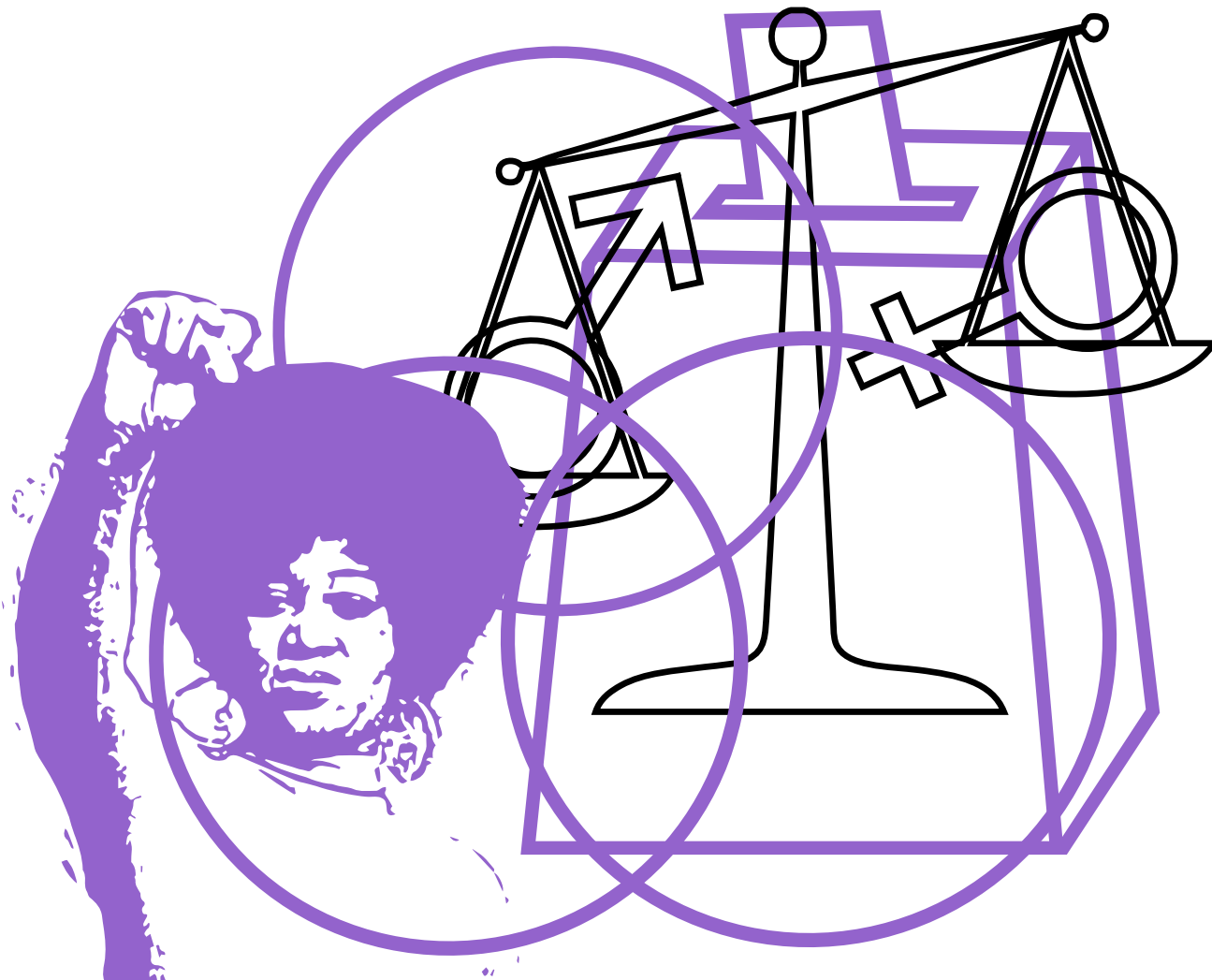
Resumo: Este artigo tem por objetivo contribuir para as reflexões dos movimentos de mulheres e feministas, bem como demonstrar que, por mais diversos que sejam os feminismos, os pilares dessa luta articulam reflexão teórica e prática militante. Para tal, será apresentada aos leitores e às leitoras a convergência de alguns aspectos teóricos e a prática militante dos feminismos – em especial, o feminismo negro e o feminismo sufragista – evidenciando, portanto, essa falsa polarização entre teoria e prática militante. Será apontada, através de uma análise histórica, a importância da articulação destes elementos contra o patriarcado¹, a fim de proporcionar um espaço de reflexão, em especial, relacionada à prática militante dos movimentos feministas que têm se organizado na atualidade.

Palavras-chave: Feminismos. Reflexões Teóricas. Prática Militante. Ideologia de Gênero.

Introdução

Este artigo é fruto de algumas atividades políticas e acadêmicas realizadas em 2014, 2015 e 2016², que tinham por objetivo iniciar um processo contínuo de formação política acerca das lutas das mulheres feministas, especialmente com vistas a combater o que chamamos de “ofensiva conservadora anticomunista”.

Denominamos por “ofensiva conservadora anticomunista” um conjunto de iniciativas por parte de diferentes grupos conservadores (grupos conservadores católicos; grupos conservadores evangélicos, em especial, neopentecostais; e grupos conservadores burgueses) que visam eliminar lutas seculares de homens e mulheres (dos mais diferentes movimen-



tos sociais, em especial, os de esquerda) utilizando os antigos discursos anticomunistas³ – com novas roupagens proporcionadas pela atual conjuntura do país – que atribuem aos movimentos sociais o papel de destruição da família e de uma suposta moral (judaico-cristã).

Nesse sentido, esses grupos cunharam o conceito de “ideologia de gênero”, atribuindo-o aos movimentos de mulheres e aos movimentos feministas, como uma forma de esvaziar e silenciar os discursos feministas e as nossas⁴ reais bandeiras de luta.

No entendimento destes setores conservadores, ao rompermos com o tratamento sexista, ao questionarmos o padrão binário de gênero heteronormativo e ocidentalizado (que desconsidera crianças e jovens cujas identidades sexuais fogem deste padrão) presente ainda nas nossas escolas, estaríamos instituindo o caos social, visto que traríamos mudanças bruscas no formato atual estabelecido por nossas educadoras e educadores.

Tatiana Lionço (2014), do grupo feminista Geledés, faz um esforço para nos explicar o que está ex-

plícito na formulação de “ideologia de gênero” elaborada por estes grupos conservadores acima referidos:

Buscando sistematizar os múltiplos adjetivos adotados pelos mesmos, resumiria o que entendo por seu argumento desqualificador sobre pessoas que reivindicam democratização dos direitos sexuais e reprodutivos nos seguintes termos: a “ideologia de gênero” é uma imposição totalitária, ditatorial, visando uma sociedade marxista, revolucionária, ateia, nefasta, perversa e iníqua por meio de concepções falsas, artificiais, antinaturais e esdrúxulas, que tornam a vida doente, aberrante e imoral⁵.

Os aspectos teóricos e as suas implicações políticas: patriarcado e relações de gênero

Do século XIX aos anos 60 do século XX, foram vários os questionamentos acerca da subordinação das mulheres nas diversas sociedades e em tempos diferentes. Grupos organizados de mulheres – sejam

nos movimentos feministas ou fora deles –, partindo deste questionamento inicial, apontavam, teoricamente e na prática militante, que essa subordinação – atribuída socialmente às mulheres – não era natural, mas historicamente delineada.

Partindo dessa premissa, algumas mulheres começaram a se organizar com o objetivo de compreender e questionar as raízes culturais dessa desigualdade. Foi a partir desses questionamentos que surgiram as mais diferentes reivindicações sobre a necessidade de homens e mulheres terem os direitos iguais, independente das então chamadas diferenças sexuais⁶.

Entretanto, com o avanço desses debates, foram surgindo fissuras importantes que proporcionaram respostas diversas à questão inicial da subordinação das mulheres. Essas respostas diferenciadas também geraram possibilidades diferenciadas de lutar contra essa subordinação dentro dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas. Neste sentido, é impossível falar de movimento feminista e movimento de mulheres em uma perspectiva generalizante, pois esses possuem matizes diferentes, a depender das perspectivas teóricas e de lutas.

Na virada do século XIX para o século XX (BUTLER, 2010), diante da necessidade de agregar pessoas para a luta contra o processo de subordinação e opressão das mulheres na sociedade, foi necessário pensar uma identidade comum que desse um reconhecimento político às mulheres, enquanto um coletivo. Nesse sentido, a categoria “mulher” foi pensada como incluindo traços biológicos e culturais de uma opressão comum.

Na virada do século XIX para o século XX (BUTLER, 2010), diante da necessidade de agregar pessoas para a luta contra o processo de subordinação e opressão das mulheres na sociedade, foi necessário pensar uma identidade comum que desse um reconhecimento político às mulheres, enquanto um coletivo. Nesse sentido, a categoria “mulher” foi pensada como incluindo traços biológicos e culturais de uma opressão comum.

Entrando no século XX, a partir dessa categorização de uma opressão comum, os movimentos de

mulheres e feministas iniciaram um movimento para mapear a opressão nos espaços em que as mulheres viviam. A partir dessa reflexão e ação política, surge a chamada Segunda onda do feminismo, cujo mote era O pessoal é político (COSTA, 2004).

Ou seja, para os movimentos de mulheres e movimentos feministas, a situação de subordinação e opressão vivida pelas mulheres, inclusive dentro do espaço doméstico, era uma consequência de algo para além do indivíduo violentado (as mulheres), pois tratava-se de uma questão política e, portanto, merecia ser tratada como tal. Esse mote trouxe importantes consequências para a maneira como as relações entre homens e mulheres eram vivenciadas no mundo doméstico, causando fissuras que possibilitaram a algumas mulheres denunciar situações de violência e a outras intervir nessas situações.

Ainda diante da necessidade de encontrar elementos comuns na subordinação das mulheres, alguns movimentos feministas do século XX passaram a utilizar um importante conceito político, considerado então como o elemento responsável pela opressão de todas as mulheres pelos homens: o conceito de patriarcado.

Na década de 1970, e também nos fins da anterior, várias feministas, especialmente as conhecidas como radicais, prestaram um grande serviço aos então chamados estudos sobre mulher, utilizando um conceito de patriarcado [...], sendo sua intenção bastante política, ou seja, denunciar a dominação masculina e analisar as relações homem-mulher delas resultantes (SAFFIOTI, 2015, p. 101).

A entrada na década de 70 do século XX também foi marcada por algumas críticas quanto ao uso do conceito de patriarcado. Críticas essas ligadas ao próprio movimento de questionar a homogeneização do feminismo, já que este aparecia para as diversas sociedades como sendo um movimento de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média.

É nesse ínterim que é elaborado o conceito de gênero. Este conceito se desenvolveu nos marcos dos estudos sobre mulher, mas buscou solucionar alguns problemas no uso de categorias centrais nos estudos sobre mulher. Uma das categorias criticadas foi o patriarcado.

O termo “identidade de gênero” foi usado pela primeira vez pelo psicanalista Robert Stoller, em 1964. Em 1975, Gayle Rubin aprofunda a discussão no seu livro “O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo”. Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana (PISCITELLI, 2001, p. 8).

Perguntava-se sobre as relações sociais que transformavam fêmeas em mulheres. Para Piscitelli (2001), na definição de Rubin, a cultura (gênero) se sobrepõe à natureza (sexo biológico); neste sentido, a autora pensa em termos universais e opera com uma série de dualismos – sexo/gênero, natureza/cultura, que se tornarão alvo das críticas feministas posteriores.

O conceito de gênero começou a ser desenvolvido como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado. Ele foi produto, porém, da mesma inquietação feminista em relação às causas da opressão da mulher. A elaboração desse conceito está associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder (PISCITELLI, 2001, p. 11).

Para algumas autoras, o gênero não é apenas um conceito. Sendo encarado também enquanto uma relação desigual de poder. Tanto que, para essas autoras, o gênero só pode ser articulado teórica e politicamente se pensado nesses termos, como uma ou várias relações desiguais de poder nas diferentes sociedades. Para os estudos históricos, uma das referências nas discussões voltadas ao estudo das relações de gênero é Joan Scott. Seu ensaio clássico de 1986, “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, nos permite compreender essa nova forma de buscar uma resposta teórica/prática para a inquietante pergunta acerca da opressão e subordinação das mulheres na sociedade.

Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a utilidade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as

mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, s/p).

Portanto, são pressupostos importantes nessa concepção das relações de gênero: 1- O gênero é sempre relacional; 2- Sempre envolve relações hierarquizadas de poder; e 3- O gênero pode variar conforme variam as culturas e pode variar nos diferentes tempos históricos de uma mesma sociedade. Ao longo do seu ensaio, Joan Scott mantém o olhar binário ao tratar das relações de gênero, mas, ao final, a autora aponta a ruptura com o binarismo.

Para algumas autoras, o gênero não é apenas um conceito. Sendo encarado também enquanto uma relação desigual de poder. Tanto que, para essas autoras, o gênero só pode ser articulado teórica e politicamente se pensado nesses termos, como uma ou várias relações desiguais de poder nas diferentes sociedades.

Vimos, portanto, que, para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres (BUTLER, 2010). Para tal, foram elaborados conceitos e categorias que pudessem unificar as mulheres para a luta política, visando à reflexão sobre e ao combate das opressões.

Entretanto, a partir de 1990, essa concepção passou a ser questionada e o sujeito mulheres passou a não ser mais compreendido em termos estáveis ou

permanentes por algumas feministas. Essas feministas, conforme veremos, se intitulam como pós-estruturalistas e seguem, especialmente, a linha de pensamento pós-estruturalista iniciada por Derrida. A própria Joan Scott também se intitula dessa forma, mas, de acordo com Butler (2010), apenas na década de 1990 é que há um aprofundamento dessa ruptura paradigmática.

Uma das referências do feminismo pós-estruturalista é Judith Butler. Sua crítica parte da noção de que o sujeito do feminismo é fruto de uma formação discursiva de uma dada versão política representacional. Ou seja, “o sujeito do feminismo, nessa compreensão, é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder das quais se busca emancipação” (BUTLER, 2010, p. 19).

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo [...] acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina (BUTLER, 1990, p. 20).

Uma das referências do feminismo pós-estruturalista é Judith Butler. Sua crítica parte da noção de que o sujeito do feminismo é fruto de uma formação discursiva de uma dada versão política representacional.

O status universal do patriarcado, para a autora, criou uma universalidade fictícia. A autora questiona essas noções universais de um sujeito estável. Entretanto, para a mesma, a tarefa política não é recusar a política representacional. Ou seja, é importante fazer a luta política a partir das representações. Sua proposta, portanto, gira em torno da necessidade de uma genealogia feminista crítica da categoria mulheres e não do abandono dessas categorias na luta política.

Obviamente, a tarefa política não é recusar a política representacional – como se pudéssemos fazê-lo [...]. Assim, o ponto de partida crítico é o *presente histórico*, como definiu Marx. E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e mobilizam (BUTLER, 2010, p. 22).

Portanto, até mesmo Butler, com suas críticas aos feminismos anteriores às formulações pós-estruturalistas, deixa nítido em seu escrito que se faz ainda necessário o uso das categorias representacionais que unifiquem para a luta política.

A questão posta pela autora a ser respondida é: “qual o sentido de estender a representação a sujeitos cuja constituição se dá mediante a exclusão daqueles que não se conformam às exigências normativas não explícitas do sujeito?” (BUTLER, 2010). Sua preocupação consiste em localizar de que forma se iniciou a construção cultural de uma heterossexualidade compulsória, marcada pela exclusão dos que fogem ao padrão heteronormativo.

Para a autora, as identidades podem ganhar vida e se dissolver, dependendo das práticas concretas que as constituam. Ela elabora, neste sentido, o conceito de “unidades provisórias” e argumenta: “sem a suposição ou o objetivo da ‘unidade’, sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade” (BUTLER, 2010, p. 36)

Essa noção de gênero como “unidades provisórias” tem sido criticada por algumas feministas, em especial, as marxistas. Isso porque, muito embora Butler (2010) tenha afirmado, como vimos, a importância do uso das categorias para a luta política, na prática, muitos adeptos do feminismo pós-estruturalista, têm negado essa importante passagem da autora.

A principal crítica de algumas feministas marxistas, portanto, refere-se às dificuldades de articular luta política a partir da categoria de gênero pensado como “unidades provisórias”, já que é necessário – e já foi várias vezes afirmado neste artigo – articular luta política pensando nos sujeitos concretos, com suas experiências individuais e coletivas. A questão colocada pelas feministas marxistas, portanto, é: será que é o momento de romper com uma tentativa de unidade da categoria mulheres? (CISNE, S/D).

As feministas marxistas têm reafirmado antigas preocupações referentes à realidade das condições de vida das mulheres trabalhadoras, que ainda permanece enormemente precarizada. O que se defende não é a neutralização das diferenças, mas a percepção de que os feminismos devem convergir para os

aspectos político e social. Algumas feministas marxistas têm sido bastante contundentes nas críticas à postura de algumas feministas pós-estruturalistas:

Dessa forma, questiona-se: como avançar em estudos condizentes com uma prática política consistente se não há mediação com as condições e determinações concretas da realidade? Assim, é impossível a construção de novas relações humanas. Afinal, não se buscam múltiplas determinações que envolvam o fenômeno, persegue-se apenas os “símbolos” e as “representações” (CISNE, s/d, p. 5);

Portanto, para o feminismo marxista, os estudos de gênero não devem se limitar às categorias puramente analíticas ou descritivas, mas possuir um caráter político, de real compromisso com a emancipação humana.

Diferentes perspectivas e práticas de dois movimentos feministas: o feminismo negro e o feminismo sufragista

Após esse primeiro momento, onde buscamos fazer um panorama de como alguns conceitos surgiram – a partir de demandas sociais concretas – e foram/são utilizados na luta política, a fim de criar mecanismos de combate às opressões, faremos um percurso de como essa articulação teórica/prática resultou em ações diversas e partiu de perspectivas diferentes, levando-se em consideração a pluralidade dos movimentos feministas.

Para tal, utilizaremos dois movimentos feministas que seguiram caminhos muito diferenciados do ponto de vista teórico/prático: o movimento feminista negro e o movimento feminista sufragista. Esses caminhos diversos têm relação com as demandas também diferenciadas das mulheres que se agruparam em ambos feminismos, demonstrando, mais uma vez, que as reflexões teóricas e ações plurais dos feminismos não estão desconectados da vida concreta das mulheres que se articulam em torno das suas variadas bandeiras.

O feminismo negro

Para Patricia Collins, citada por Bairros (1995) no artigo de Barbosa (2010, p. 3), uma possível definição do movimento feminista negro seria:

Um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade, envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem.

A partir dessa tentativa de definição de Collins, percebemos o caminho teórico proposto para ser articulado à prática militante do movimento feminista negro estadunidense que surgia a partir da década de 1970. Para esse feminismo, a noção de experiência era muito cara, pois foi a partir dessa noção que as feministas negras passaram a questionar a invisibilização e o silenciamento de diversas mulheres – quase todas pobres – lideranças negras de bairros ou de comunidades religiosas negras que, por não fazerem parte do mundo acadêmico, não tinham suas histórias e seus problemas instrumentalizados para maiores conquistas.

Neste sentido, as feministas negras tiveram um papel fundamental para a discussão do racismo e entrecruzamento entre raça, gênero e classe nas experiências de vida das mulheres.



A experiência, enquanto sabedoria, apresenta-se como um elemento importante para acessar o conhecimento, já que estabelece uma distinção importante entre conhecimento e sabedoria como algo fundamental para a sobrevivência das mulheres negras. Collins defende a ideia de experiências concretas, usadas como critério de significado, de credibilidade, para reivindicar conhecimento (BARBOSA, 2010).

Desde o século XIX que mulheres organizadas em movimentos feministas, tais como Sojourner Truth, Maria W. Stewart e Anna Julia Cooper, desenvolveram uma crítica feminista negra, revelando as experiências da mulher negra na sociedade escravocrata e nas épocas pós-escravidão. A partir dos anos 1970 e com maior ênfase nas décadas de 1980 e 1990, Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lorde e Patricia Hill Collins contribuíram para aprofundar a análise e a compreensão da marginalização social, econômica e política das mulheres negras nos EUA (BARBOSA, 2010).

A proposta desse feminismo negro estadunidense era, portanto, encontrar uma epistemologia que contemplasse o cotidiano das mulheres negras, mães, lideranças de associação de bairros, trabalhadoras, um conjunto de mulheres até então invisibilizadas e com pouco acesso aos direitos de homens e mulheres na sociedade estadunidense.

A década de 1970 também ficou marcada pelo protagonismo do feminismo negro estadunidense, quando essas passaram a disputar a entrada das mulheres negras nas universidades. E essa disputa foi articulada a partir do questionamento das próprias bases epistemológicas das universidades de então, já que, conforme mencionamos, para essas feministas, é necessário compreender a experiência como um conceito que demonstra que o saber de muitas mulheres também era passível de transformar-se em conhecimento. Naquele momento, as feministas negras buscavam romper com uma lógica eurocentrada do fazer acadêmico.

Entretanto, “as acadêmicas afro-americanas, que persistiram em rearticular o ponto de vista das mu-

lheres negras, tiveram seus conhecimentos rejeitados a partir de bases epistemológicas” (BARBOSA, 2010, p. 4). Na prática, como era feita essa exclusão? 1. Permitindo que poucas mulheres negras adquirissem posições de autoridade em instituições que legitimavam o conhecimento; e 2. Encorajando-as a trabalhar a partir de pressupostos da inferioridade feminina negra compartilhada pela comunidade acadêmica e pela cultura como um todo (BARBOSA, 2010).

Para Collins, o conhecimento masculino eurocêntrico (que é de base positivista) critica a metodologia utilizada pelas feministas negras, afirmando que, para seguir estritas regras metodológicas, cientistas devem distanciar-se dos seus valores, emoções, interesses de raça, classe e sexualidade, para que possam manipular a natureza. Collins acredita que, como resultado do colonialismo, do imperialismo, da escravidão, do *apartheid* e de outros sistemas de dominação racial, negros/as compartilham uma experiência comum de opressão. Estas similaridades nas condições materiais têm fomentado compartilhar valores afrocêntricos permeados na estrutura familiar, instituições religiosas, na cultura e na vida comunitária de negros/as em várias partes da África, Caribe, América do Sul e América do Norte (BARBOSA, 2010, p. 4).

A proposta desse feminismo negro estadunidense era, portanto, encontrar uma epistemologia que contemplasse o cotidiano das mulheres negras, mães, lideranças de associação de bairros, trabalhadoras, um conjunto de mulheres até então invisibilizadas e com pouco acesso aos direitos de homens e mulheres na sociedade estadunidense.

Collins aponta uma longa tradição feminista entre as mulheres negras em torno de cinco aspectos fundamentais: 1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3) combate aos estereótipos; 4) atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; e 5) a política sexual (BARBOSA, 2010).

O feminismo sufragista

O feminismo sufragista deita as suas raízes na Europa, em fins do século XIX e início do XX, em especial na França e na Inglaterra. Com o processo de

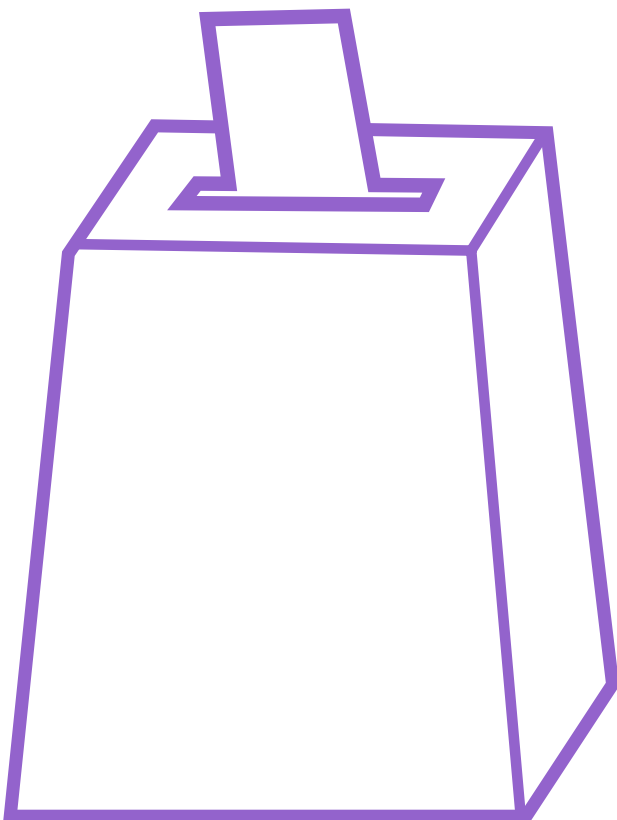
modernização e a delimitação dos espaços públicos e privados, consolidados após a Revolução francesa (1789), nasceu a chamada “família burguesa”. Dessa forma, também se aprofundou nos papéis sociais correspondentes aos diferentes lugares sociais de homens e mulheres naquela sociedade: espaços de produção preferencialmente para os homens e de reprodução preferencialmente (quase exclusivamente) para as mulheres.

O ponto central da luta do movimento sufragista era a busca por direitos e participação política; não se resumia ao sufrágio universal, mas também à possibilidade das mulheres serem elegíveis, participarem da política com um cargo e de escolherem seus representantes. Lógico que essa proposta mexia com a formatação da sociedade patriarcal, entretanto, não havia propostas de rupturas com o sistema ou um novo olhar epistemológico sobre as questões das mulheres. Afinal, é preciso lembrar que estamos falando do final do século XIX; propostas mais ousadas de rupturas relacionadas às questões de gênero só ganharão um corpo no século XX.

O movimento sufragista era composto, em especial, por mulheres escritoras, filósofas e educadoras. Portanto, era um movimento burguês e de classe mé-

dia. Eurocentrado, as feministas sufragistas de fora da Europa reproduziam as bandeiras de lutas a partir das bandeiras das sufragistas inglesas e francesas. Entretanto, apesar de ser um movimento essencialmente burguês e de classe média, houve pontos de contatos com as mulheres trabalhadoras, organizadas nas ligas de mulheres operárias, especialmente na Inglaterra. Um exemplo que atesta essa afirmação são as cartas deixadas por Virgínia Woolf da sua participação em reuniões das ligas de mulheres operárias inglesas⁷.

Portanto, por ser um movimento de mulheres de classe média e burguesas, seus horizontes políticos eram outros, bem diferentes dos horizontes do movimento feminista negro. Isso parece muito nítido diante das diferentes ações promovidas por esses movimentos. Mesmo com o avançar do século XX, o movimento sufragista – que originará o movimento feminista liberal – não apontou para uma ideia de ruptura. Nas formulações teóricas de cada um desses movimentos, portanto, teremos diferentes elementos atrelados às suas demandas. O que atesta, por fim, que teoria e prática militante, conforme estamos defendendo nesse artigo, não são dois polos, mas sim elementos que devem convergir e se retroalimentar nas lutas concretas pelo fim do patriarcado. **US**



O ponto central da luta do movimento sufragista era a busca por direitos e participação política; não se resumia ao sufrágio universal, mas também à possibilidade das mulheres serem elegíveis, participarem da política com um cargo e de escolherem seus representantes.

notas

1. Acredito, seguindo reflexões como as de Saffioti (2015), na importância da manutenção do uso do conceito de patriarcado para a luta política, embora também seja crítica ao uso generalizante que desconsidera as questões de raça e classe como relevantes para pensar essa opressão.

2. Em especial, baseio-me no minicurso intitulado “Feminismos: histórias e debates”, que ministrei durante os dias 27 e 28 de fevereiro de 2016, no Campus X (Município de Teixeira de Freitas) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

3. Para maiores informações, sugerimos a leitura de MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. SP: Perspectiva/FAPESP, 2002.

4. É importante localizar que, assim como pesquisadora do tema, eu também sou feminista. Portanto, farei referência ao movimento como também fazendo parte do mesmo. Tarefa difícil essa, porém necessária, como já apontou Ana Alice Alcântara Costa: “Enquanto feminista militante e inserida nesse contexto, este trabalho é um exercício de reavaliação e de autorreflexão dessa prática e é por isso que essa proposta tem como peculiaridade o fato de que sua autora é também sujeito dessa ação [...] e, portanto, é parte do próprio objeto de reflexão, no qual é impossível separar a vida cotidiana da mulher militante, com seus desejos, frustrações e expectativas sobre os rumos do movimento, da acadêmica e seu objeto de análise”. COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em: 29 abr. 2016.

Acreditamos que o feminismo é um movimento social plural, como veremos neste artigo, mas que não sobrevive sem que as suas militantes aliem as discussões teóricas com a militância política, partindo da observação e intervenção no real concreto das diversas sociedades.

5. Leia a matéria completa em: “Ideologia de gênero”: a emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual - Geledés. <http://www.geledes.org.br/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/#ixzz3eq4w7tOh>.

6. Conforme veremos mais adiante, até a década de 1960 não se falava no conceito de relações de gênero, portanto, ainda era utilizado o conceito de diferenças sexuais quando se fazia referência às diferenças, historicamente construídas, entre homens e mulheres.

7. WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013. (Coleção L&PM pocket, v. 1032).

notas

- BARBOSA, Lícia. Feminismo negro: Notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. RJ: Civilização Brasileira, 2010. (Col. Sujeito e História).
- CISNE, Mirla. Marxismo: Uma teoria indispensável à luta feminista. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. 2004. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- LIONÇO, Tatiana. “Ideologia de gênero”: a emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/#ixzz3eq4w7tOh>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. SP: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. Disponível em: <<http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. SP: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013. (Coleção L&PM pocket, v. 1032).

referências

Mulheres na história da Capoeira: contribuição ao necessário debate sobre mulheres nas lutas sociais

Vamberto Ferreira Miranda Filho

Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: elgeboh@yahoo.com.br

Jalícia Lima Santos Muricy

Licenciada em Educação Física na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: jaliciamuricy@outlook.com

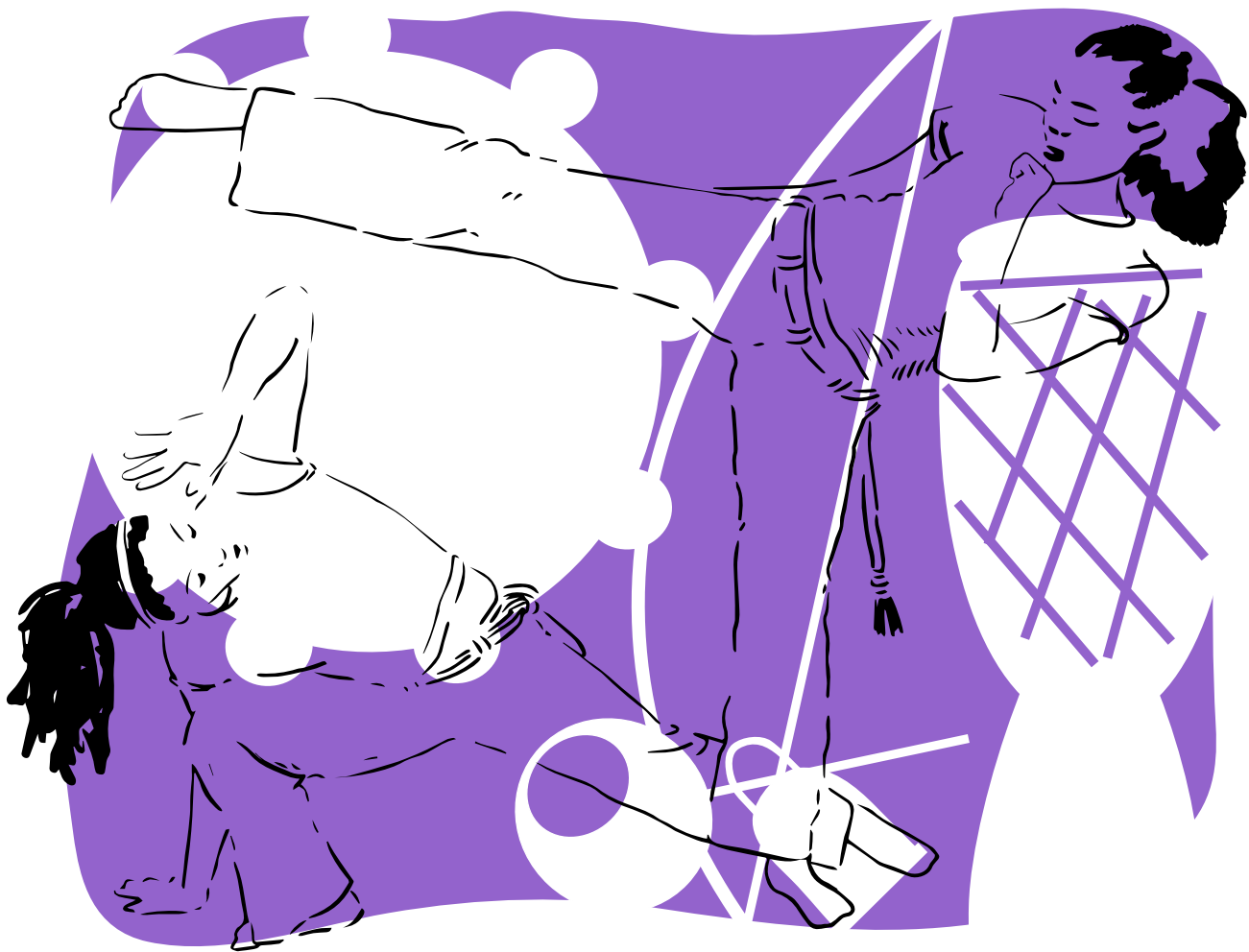
Resumo: O presente texto é parte dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, intitulado "PIBID na Capoeira: uma discussão de gênero", desenvolvido a partir de uma investigação-ação com estudantes do ensino médio, em uma escola pública da cidade de Jacobina-BA, no período de 2014-2015. Destacamos a pesquisa teórica sobre as históricas lutas das mulheres por espaço na Capoeira. Apontamos a necessária articulação dessas lutas com a luta pela superação da sociedade de classes.

Palavras-chave: Mulheres. História. Capoeira.

Introdução

A conquista do espaço da mulher na Capoeira ocorre concomitante à luta das mulheres trabalhadoras na sociedade de classe. A Capoeira, assim como os esportes e as lutas de maneira geral, historicamente esteve associada ao universo masculino. As qualidades físicas não eram os únicos motivos pelos quais se justificavam a ausência das mulheres nas práticas corporais esportivas, mas também os valores culturais impostos pelo Estado Capitalista, socialmente aceitos, referenciados nos aparatos ideológicos e reforçados pelos aparatos repressores.

Nesse sentido, este texto tem por objetivo refletir sobre alguns aspectos do processo histórico de lutas das mulheres por espaço na Capoeira, apontando para a única forma de emancipação concreta das mulheres, a saber: o fim da sociedade de classes, uma vez que é nesse modelo de sociedade que as mulheres trabalhadoras sofrem com os diversos tipos de opressões, vendem sua força de trabalho e não possuem garantias mínimas de sobrevivência, como educação, moradia e saúde.



Mulheres na história da Capoeira

No Brasil, entre os séculos XIX e XX, os esforços por parte de intelectuais da elite eram os de designar os papéis de gênero e adestramento dos corpos masculinos e femininos na divisão do trabalho para o controle social. Isso seria preparar as mulheres para a maternidade e os homens para a vida pública. Essa construção da corporalidade feminina perpassa pelas relações de classe, gênero e raça. O corpo reprodutor, meigo, frágil e delicado se encaixaria apenas para as mulheres da elite, pois as negras escravas, as mulheres trabalhadoras, deveriam aguentar longas jornadas de trabalho e exploração, sob a pena de serem torturadas e/ou terem seus corpos violentados pela repressão. Porém, apesar dessa contradição, o modelo de corpo e sexualidade feminina seguia a ideologia da família burguesa (ADELMAN, 2003).

Desse modo, não era permitida a prática feminina em determinados exercícios físicos e em modalidades esportivas e de lutas, alegando incapacidade biológica e a importante função reprodutiva. O fato é que as mulheres da elite tinham acesso à educação, recebiam orientações de comportamento moral e sexual normatizadas, reproduzindo os valores da família, da escola, da igreja e das demais intuições ideológicas de hegemonia burguesa, enquanto as mulheres trabalhadoras, que ganhavam a vida nas ruas, trabalhando para garantir o sustento da família, tendo seus comportamentos ditados pela necessidade de sobrevivência, eram criticadas e perseguidas pela sociedade (Oliveira; Leal, 2009). A partir do século XX, passaram a considerar que algumas formas de atividade esportiva e exercício físico leves pudessem ser benéficas “para a saúde das ‘futuras mães e esposas.’ Mas, mesmo havendo uma clara prescrição sobre

quais os esportes que se consideravam adequados às mulheres, estes deviam ser praticados só por mulheres jovens e solteiras”. Entretanto, ainda que se tenha avançado, mesmo que de maneira tímida, no campo dos esportes, esse acesso se restringia às mulheres de classe dominante (ADELMAN, 2003, p. 446).

Essa divisão social de classes nos permite identificar que os tipos de opressões sofridas pelas mulheres correspondem à classe as quais pertencem. Segundo Andrea D’Atri (2008, p. 20), “nós mulheres integramos diferentes classes sociais em luta, por isso, não constituímos uma classe diferente, mas sim um grupo policlassista”; padecemos de diferentes formas subjetivas de opressão, apesar de sermos genericamente mulheres. Ou seja, no sistema capitalista, com a exploração de uma maioria de pessoas que são condenadas a vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência, enquanto a minoria se beneficia de lucros cada vez maiores, a luta das mulheres também se distribui como a luta das mulheres burguesas, as que exploram e são exploradas e oprimidas, e a luta das mulheres trabalhadoras, as que são exploradas e oprimidas, pelo machismo e patriarcado histórico. As mulheres operárias, camponesas, assalariadas,

Essa divisão social de classes nos permite identificar que os tipos de opressões sofridas pelas mulheres correspondem à classe as quais pertencem. Segundo Andrea D’Atri (2008, p. 20), “nós mulheres integramos diferentes classes sociais em luta, por isso, não constituímos uma classe diferente, mas sim um grupo policlassista”, padecemos de diferentes formas subjetivas de opressão, apesar de sermos genericamente mulheres.

são as mais oprimidas, pois, além de sofrerem com o patriarcado machista, não possuem garantias mínimas de existência, como saúde, moradia e educação. Contudo, todas as formas de opressão servem aos interesses de dominação da burguesia em promover a supremacia masculina.

As formas de opressão e de subjugação da mulher na sociedade vêm sendo explicadas pelo determinismo biológico, de ordem natural, em que a mulher é de natureza frágil, emotiva, preparada para a maternidade, desprovida de racionalidade, sendo incapaz

de realizar determinadas tarefas e tomar decisões sem a orientação masculina, de modo que são encarceradas na esfera doméstica e excluídas como inúteis das categorias e cargos que compõem a esfera pública. Entretanto, podemos provar por meio do materialismo histórico que a hierarquia de gênero, a divisão sexual do trabalho (exploração), o patriarcado, o machismo, não se sustentam como natural, e sim como histórico e social, servindo aos interesses econômicos de produção e reprodução, em diferentes modelos de sociedade (TOLEDO, 2008; D’ATRI, 2008; CISNE, 2012; GOLDMAN, 2014).

Engels (2009), em seu livro “a origem da família, da propriedade privada e do Estado” – escrito no século XIX, destrinchando os estudos antropológicos sobre as famílias primordiais, a organização dos diferentes modos de produção e divisão de trabalho na família –, apontou as características estruturais das sociedades primitivas. Os papéis desempenhados por homens e mulheres em diferentes contextos estão ligados à criação dos meios de produção e reprodução para manutenção das propriedades privadas e dos mecanismos de controle social desenvolvidos pelo Estado para garantir seus objetivos mercantilistas. Engels, em 1884, provou que a opressão das mulheres se materializa nos fundamentos da história e não da biologia, sendo esta a base das construções culturais e sociais que sustentam a sociedade burguesa.

Com esses elementos, não nos causa estranheza quando nos deparamos com registros e ocorrências históricas na capital baiana em que as mulheres trabalhadoras reivindicavam seus direitos, muito menos quando enquadradas por delitos, crimes, e por estarem adotando comportamentos “inadequados” e/ou incomodando a (des)ordem pública. Essas eram mulheres das camadas sociais populares, que eram oprimidas não apenas pelos homens, mas também pelas próprias mulheres; mulheres brancas da elite dominante, que cumpriam as demandas do Estado burguês e não se associavam com as mulheres do povo e nem assumiam as suas reivindicações. Este contingente de mulheres vivia no cenário urbano, assumia não apenas a vida doméstica, mas também as ruas da cidade e disputava esses espaços sociais com os homens. A rua era considerada um espaço perigoso, lugar de crime e violência, por isso, um am-

biente eminentemente masculino, mas as mulheres que dependiam da circulação nas ruas para vender seus produtos e mercadorias, dentre outros afazeres e prestações de serviços, como os das prostitutas, faziam uso do espaço público tanto quanto os homens (OLIVEIRA; LEAL, 2009).

Assim como as mulheres trabalhadoras, a Capoeira era estigmatizada. Porém, a Capoeira era “diretamente associada ao homem por comportar elementos constitutivos de masculinidade, a exemplo do biótipo e das ações de violência física” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 117). Apesar de serem poucos, no final do século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX, encontramos registros da presença das mulheres na capoeiragem, em que participavam de disputas corporais com homens. Maria 12 Homens, Calça Rala, Satanás, Nega Didi, Maria Pára o Bonde, Júlia Fogareira, Maria Homem, Maria Pé no Mato, dentre outras mulheres “desordeiras”, “valentonas” que tinham “a pá virada”, aparecem na história convivendo no meio da malandragem das rodas da Capoeira, nas brigas de ruas com golpes de navalhas, facas e cacetes, sofriam repressão policial e viravam notícias de jornais locais. A imprensa, por sua vez, denunciava o comportamento moral dessas mulheres, com o intuito de repreendê-las a não provocar esses comportamentos nas mulheres da alta sociedade (BARBOSA, 2005; OLIVEIRA; LEAL, 2009; SOUZA, 2010; MENEZES, 2008).

Essas mulheres estão presentes no imaginário popular brasileiro, suas façanhas aparecem nas cantigas de Capoeira e em demais manifestações populares: “Dona Maria do Camboatá, ela chega na venda, ela manda botar, Dona Maria do Camboatá, ela chega na venda e dá salto mortá, Dona Maria do Camboatá, ela chega na venda e começa a gingar”, “Salomé, Salomé, Capoeira é pra homem, menino e mulher”; “Ai, ai, Aidê, joga bonito que eu quero aprender”¹.

Elas participavam ativamente da vida urbana em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Belém do Pará, sendo consideradas pela sociedade burguesa como “vagabundas”; foram mulheres pobres, despossuídas, que em sua vida privada eram mães, esposas, donas de casa, trabalhadoras e tiveram um papel fundamental na conquista do espaço público. São mulheres negras libertas, fortes, corajosas, que

travaram a luta nas ruas, incomodando a (des)ordem pública, no enfrentamento político pela garantia de viver e desfrutar socialmente do labor do seu suor, à custa da repressão policial; vítimas da segregação social, opressão e machismo, faziam o uso de seus corpos para reivindicar e legitimar seu espaço social (BARBOSA, 2005; OLIVEIRA; LEAL, 2009).

As mulheres acompanharam os rumos dados à Capoeira. Se nas ruas elas arrebatavam nas rodas (como “intrusas”), com a passagem da Capoeira para as academias, na década de 1930, passam a prestar serviços administrativos, cuidando da organização dos grupos; mas, com esses cargos, não acrescentaram contribuições para os elementos do jogo de Capoeira. Com raras exceções, a mulher “era vista quase exclusivamente como uma peça de apoio na estrutura social do jogo/luta/dança/ritual” (BARBOSA, 2005, p. 11).

Assim como as mulheres trabalhadoras, a Capoeira era estigmatizada. Porém, a Capoeira era “diretamente associada ao homem por comportar elementos constitutivos de masculinidade, a exemplo do biótipo e das ações de violência física” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 117). Apesar de serem poucos, no final do século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX, encontramos registros da presença das mulheres na capoeiragem, em que participavam de disputas corporais com homens.

No entanto, a partir das décadas de 70 e 80, as mulheres passam a atuar de forma mais ativa no jogo de Capoeira, marcando presença e se destacando nas rodas, nas academias e grupos, em números cada vez maiores. Rosângela Costa Araújo, a contramestra Janja, afirma que a mulher deixou de ser novidade na Capoeira e passou a representar quase a metade do número dos/as praticantes de Capoeira, de modo que não podem mais ser ignoradas e nem reduzir sua participação na prática e nem na organização dos grupos e academias, podendo ocupar cargos de dirigentes, com graduações de professoras, contramestras e mestras de Capoeira (BARBOSA, 2005).

Barbosa (2005) critica as influências econômicas e sociais que a Capoeira sofreu e a dialética que envolve a Capoeira Regional. Se, por um lado, a Capoeira

eira Regional foi se legitimando como “esporte brasileiro”, ganhando espaço na sociedade civil – isso porque a classe média passou a frequentar as academias na década de 70, de certo modo valorizando a arte-luta –, por outro lado, com essas características, passa a perder suas raízes, sua ancestralidade. Nesse sentido, a Capoeira Angola se encarregou de reforçar e reafricanizar a Capoeira, na tentativa de valorizá-la, uma vez que a Capoeira tratada como esporte correria (e corre) o risco de perder sua herança negra. Na década de 80 e 90, a Capoeira Angola ganha mais força e é também nesse período que as mulheres passam a estudar a Capoeira Angola por sentirem-se atraídas pelo estilo de jogo.

Apesar das contradições históricas e dos desafios enfrentados pelas mulheres negras, trabalhadoras e pela Capoeira, podemos considerar que, com muita luta e resistência, avançamos no campo social, político e cultural. Desde as últimas décadas do século XX, podemos encontrar relatos de mulheres que se tornaram professoras, contramestras e mestras de Capoeira, seja ela Angola ou Regional, a exemplo de Rosângela Costa Araújo (Mestra Janja), que graduou-se em Educação Física e em História, é baiana e treina Capoeira desde 1981. Ela começou Capoeira Angola no Pelourinho/GCAP, na Bahia, inicialmente com os mestres Moraes e Cobra Mansa e, em seguida, também com o mestre João Grande. Fátima Colombiana (mestra Cigana), primeira mulher a tornar-se mestra de Capoeira no Brasil, é formada em Educação Física, Filosofia e Pedagogia, nasceu no Rio de Janeiro, mas

Apesar das contradições históricas e dos desafios enfrentados pelas mulheres negras, trabalhadoras e pela Capoeira, podemos considerar que com muita luta e resistência, avançamos no campo social, político e cultural.

começou a praticar a Capoeira em Belém do Pará, em 1970, com o mestre Bezerra; em 1975, conheceu em São Paulo o mestre Canjiquinha e, com ele, seguiu para Salvador. Edna Lima é uma reconhecida professora e *performer* de Capoeira, é graduada em Educação Física, pós-graduada em Ciência Desportiva e desenvolveu um programa nacional de ensino de Capoeira para escolas superiores no Brasil. Mestra

Cristina (Rio de Janeiro), mestra Elma (Florianópolis) e mestra Brisa (Salvador), entre outras professoras e contramestras, têm desenvolvido significativos trabalhos no Brasil e no Exterior (SANTOS, 2011).

Considerações finais

Essas mulheres têm estudado a Capoeira e se dedicado à sua prática, contribuindo diretamente com seu ensino-aprendizagem, legitimando o espaço feminino na Capoeira e suas manifestações. Porém, apesar dos avanços e reformas políticas nos mais diversos aspectos da vida da mulher, em especial da mulher trabalhadora, a única forma de emancipação concreta das mulheres em sociedade é através da superação do capitalismo e do fim da sociedade de classes.

Apesar da opressão sofrida pelas mulheres não ter surgido com o capitalismo, esse modelo de sociedade possui traços particulares, convertendo o patriarcado como “um aliado indispensável para a exploração e a manutenção do *status quo*”, introduzindo as mulheres e as crianças em sua maquinaria de exploração para ampliação de seus mercados (D’Atri, 2008, p. 25).

Os papéis de gênero no capitalismo correspondem às necessidades de crescimento econômico e concentração de renda nas mãos da burguesia, que se constitui como minoria hegemônica. Nesse sentido, o que deve unir as mulheres é a contradição de classe, pois é daí que surgem as desigualdades, as opressões e explorações que vivem as mulheres trabalhadoras. Portanto, defendemos que a única maneira de emancipar as mulheres seja a ruptura com o modo de produção capitalista.

nota

1. Essas canções são popularmente cantadas nas rodas de Capoeira.

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 445-465, julho-dezembro/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200006>. Acesso em: 18 set. 2015.
- BARBOSA, Maria José Somarlete. A Mulher na Capoeira. **Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies**, Volume 9, 2005, p. 9-28. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2575271.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- D'ATRI, Andrea. **Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismos de classe no capitalismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2008.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala Educacional, 2009.
- GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.
- MENEZES, Lilia Benvenuti de. A mulher na capoeira. **Revista textos do Brasil**. Ministério das Relações Exteriores 2008. p. 86-89.
- OLIVEIRA, Josivaldo Pires; LEAL, Augusto Pinheiro. **Capoeira identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SANTOS, Silvia Macêdo dos Anjos. Mulher e Capoeira: reflexões da convivência, lugar social e participação na diversidade. In: Grupo Conviver (org.). **Diversidade e convivência: construindo saberes**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SOUZA, Eliane Glória Reis da Silva. **Capoeira: sua história e as relações de gênero**. Rio de Janeiro, associação nacional de história: 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273245402_ARQUIVO_SimposioDoc.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.
- TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008.

referências

Fórum de Mulheres de Santa Maria (RS): espaço de luta e resistência de mulheres

Maria Celeste Landerdahl

Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
E-mail: mclanderdahl@gmail.com

Bruna Osório Pizarro

Professora do Sistema de Ensino Gaúcho (SEG)
E-mail: brunaosorio@hotmail.com

Angela Souza Lima

Residente Multiprofissional em Saúde Mental
do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)
E-mail: angelasouzalima@yahoo.com.br

Laura Ferreira Cortes

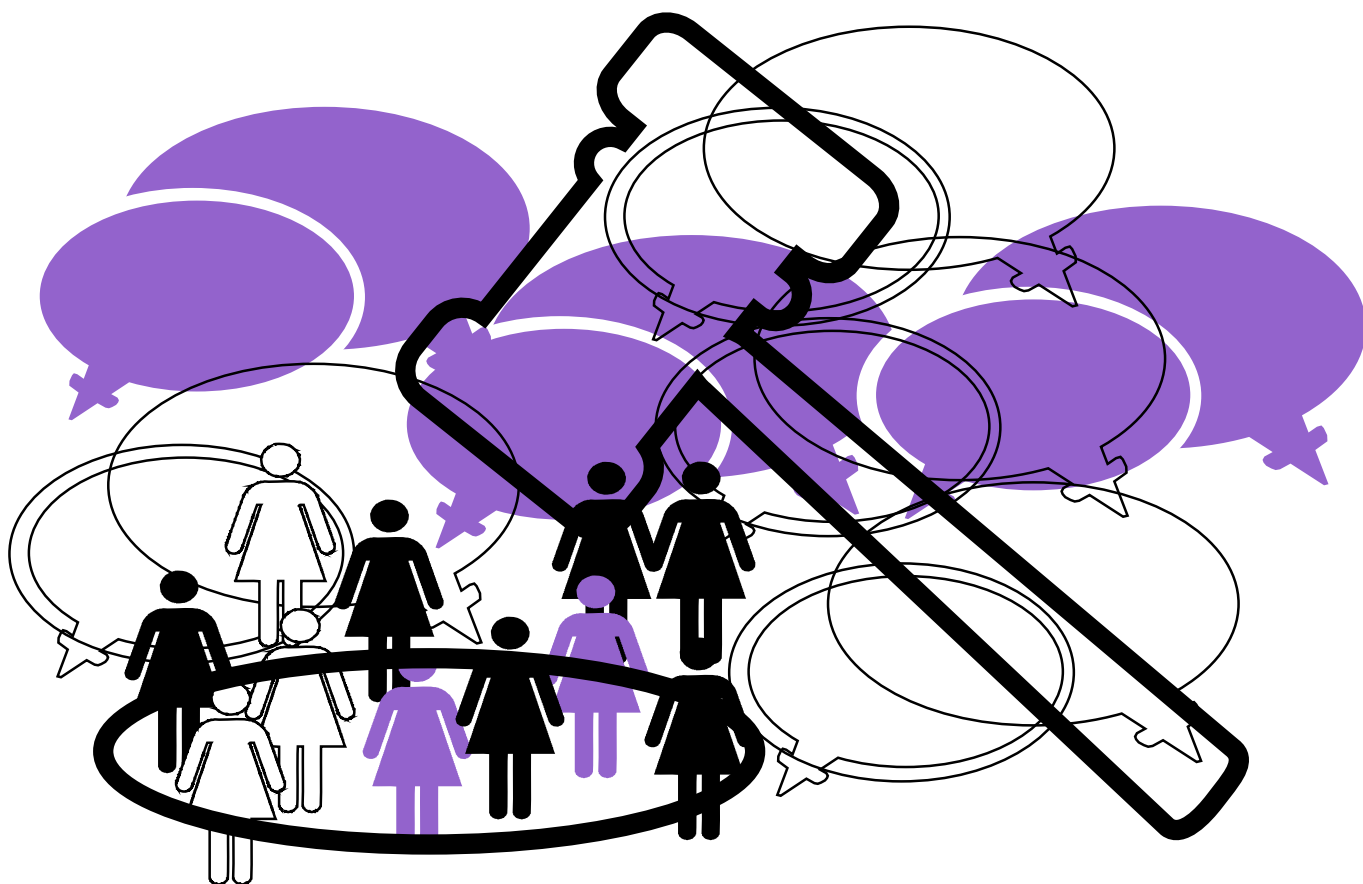
Professora da Faculdade Integrada
de Santa Maria (FISMA)
E-mail: lferreiracortes@gmail.com

Fernanda Anversa Bresolin

Acadêmica em Fisioterapia do Centro
Universitário Franciscano (UNIFRA)
E-mail: fernandaanversabresolin@gmail.com

Resumo: Relato de experiência de um grupo de feministas, ativistas sociais, no campo dos direitos das mulheres no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O foco do relato é a luta pela reestruturação do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres como instância de controle social. A caminhada vivenciada mostra os embates realizados junto ao poder representado pela gestão do município, poder legislativo e integrantes de um Conselho Municipal de Direitos das Mulheres inoperante e não representativo das demandas das mulheres no município. A trajetória de pequenos deslocamentos, muitas permanências e pouca superação cristaliza a violência institucional vivida cotidianamente pelas mulheres, sobretudo pelas mulheres que contam essa história. No entanto, os inúmeros desafios que o grupo enfrenta cotidianamente têm servido de mola propulsora para seguir na busca por políticas públicas efetivas para o município e região.

Palavras-chave: Mulheres. Empoderamento. Resistência. Feminismos. Conselhos de Direitos das Mulheres.



Introdução

*Só os apaixonados contestam, protestam,
procuram a transformação.
As paixões não cegam; elas iluminam, utopicamente,
o destino do ser apaixonado.
A paixão é o alimento da liberdade.
Não pode, portanto, existir pragmática da singularidade
humana sem seres apaixonados que a realizem.
A paixão é o que nos diferencia dos seres inanimados,
que simulam viver olhando
indiferentemente o mundo, à espera da morte.
Só os seres apaixonados têm condições de procurar
viver em liberdade,
de procurar vencer as tiranias culturais.
(Luís Alberto Warat)*

Historicamente, as mulheres lutam por liberdade e por direitos. Os poucos registros evidenciam manifestações da resistência de mulheres à subordinação masculina desde longa data, como, por exemplo, nos escritos de Christine de Pisan (1364-1430); na elabo-

ração da Carta de Direitos das Mulheres de Olympe de Gouges (1748-1793); na defesa da situação das mulheres na sociedade, na família e no trabalho de Flora Tristán (1803-1844); na lucidez de Simone de Beauvoir (1908-1986), ao defender que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9-10).

No Brasil, Bertha Lutz (1894-1976) lidera, nos idos de 1930, a luta pelo voto, dentre outras tantas mulheres que a sucederam e que atualmente continuam a abrir caminhos na esteira dos direitos para outras companheiras. No entanto, é a partir de 1960 que os movimentos feministas¹, instrumento de articulação social que visam à transformação de estruturas que discriminam e submetem as mulheres, adquirem maior visibilidade no país. Com a ditadura militar e a proibição da liberdade de expressão, fomentaram a organização de movimentos sociais, estimulando e fortalecendo a participação de mulheres na defesa de seus direitos (LANDERDAHL, 2014). Ao longo

da década de 1970, com o acirramento da resistência à ditadura militar, os diferentes grupos feministas se consolidaram pelo país, estabelecendo nexos políticos entre a luta pela redemocratização e a defesa dos direitos das mulheres (HEILBORN, ARAÚJO, BARRETO, 2011).

A luta por direitos continua até hoje, em todos os lugares, em todos os momentos onde existem mulheres preocupadas com destinos engessados pela imposição de padrões naturalizados socialmente. As mulheres no Brasil lutam e avançam na conquista por espaços legítimos. O acesso ao mundo do trabalho, à educação e à política são alguns exemplos de luta e resistência ao instituído e que materializam o discurso de democracia e direitos iguais para todas as pessoas. Os desafios, porém, permanecem para as mulheres em toda a sua diversidade de cores, orientações e culturas, convocando as mulheres e a sociedade em geral a continuarem na luta.

É um pouco dessa luta que se pretende abordar neste artigo. Uma luta que vem sendo vivenciada por mulheres feministas no município de Santa Maria,

A luta por direitos continua até hoje, em todos os lugares, em todos os momentos onde existem mulheres preocupadas com destinos engessados pela imposição de padrões naturalizados socialmente. As mulheres no Brasil lutam e avançam na conquista por espaços legítimos.

Rio Grande do Sul, na conquista por espaços democráticos nos quais o debate e o empoderamento se tornem instrumentos de resistência e de enfrentamento ao instituído. Um desses espaços é o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres, instância de controle social que deve possibilitar a participação da comunidade nos rumos de políticas públicas direcionadas para as mulheres.

O Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Santa Maria (CMDM) foi criado em 1988, por meio da Lei Municipal nº 3095/1988. Embora com mais de 20 anos de existência no município, percebe-se que esse espaço não tem se mostrado operativo, não tem contribuído em transformações necessárias na vida de mulheres e nem é representativo da diversidade de

mulheres de Santa Maria. A atuação deste “conselho”, nos últimos anos, se restringe ao mês de março, em “festividades” afeitas ao Dia Internacional da Mulher. A programação é voltada ao reforço de estereótipos ditos “femininos” sobre o que a mulher deveria saber fazer, desde oficinas de crochê até culto religioso para o cuidado da família. A crítica aqui não é contra o exercício destes papéis, mas a liberdade de escolha – uma livre e autêntica escolha. A questão é: como um conselho de direitos coloca estas representações como foco principal de atividades alusivas ao Dia Internacional das Mulheres, sem a oferta de espaços para debates de suas demandas, que possam qualificar o processo participativo e, especialmente, contribuir no empoderamento das envolvidas?

O conselho em questão tem, atualmente, onze entidades, não sendo suficientemente representativo dos segmentos de mulheres do município. Esta falta de representatividade prejudica na composição da diversidade de mulheres, não considerando, portanto, a pluralidade de pensamentos para que a democracia se efetive. Outras leis complementares à primeira foram elaboradas, porém, percebe-se, na composição das leis, uma carência na representação de grupos de mulheres, tais como: recicladoras, professoras, mulheres em situação de prostituição e em situação de privação de liberdade, grupos de pesquisa em gênero e etnia de Instituições de Ensino Superior, grupos e coletivos feministas, representantes estudantis, associações comunitárias e Hospital Universitário que atenda a mulheres que sofrem violência, dentre outros.

Destaca-se que é pouco democrático, na medida em que não divulga datas e locais de suas plenárias, bem como não permite participação da comunidade, não havendo efetividade do conselho sem a presença diversificada de mulheres. Fica evidente, assim, que este espaço não parece ser movido pelo interesse coletivo e, sim, por interesses pessoais e corporativos.

Essa situação é pública no município e tem sido referida constantemente em meios de comunicação, bem como em tentativas de diálogo junto ao poder legislativo e ao poder executivo. Porém, a situação persiste e vem desencadeando indignação de mulheres engajadas em movimentos por garantia de direitos. Indignação essa que tem resultado em muitas ações articuladas entre coletivos feministas, no sen-

tido de transformar esse contexto. Uma dessas ações foi a instalação, em abril de 2014, do Fórum de Mulheres de Santa Maria (FMSM) como forma de constituir um espaço que permita unir esforços para lutar por essa e outras questões em defesa dos direitos das mulheres.

Esse cenário, por si só, já oferece subsídio suficiente para a transformação da atual Lei, de número 4686, de 2003. Além disso, essa lei permanece com a mesma redação desde a sua criação, em 1988, evidenciando o não engajamento às lutas e recomendações da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A nomeação do Gabinete da Primeira Dama cristaliza esse cenário, uma vez que, no contexto atual, seria fundamental a representação da Coordenadoria de Políticas para Mulheres.

Percebe-se que, ao longo do tempo, se instituiu uma cultura de dominação de algumas mulheres sobre outras, no sentido de manter o poder por questões pessoais e político-partidárias. Situação que rouba às mulheres seu direito de serem protagonistas de sua própria história. Um dado que, de certa forma, contempla tal afirmativa diz respeito ao descaso no encaminhamento que deveria ser dado pela Coordenadoria da Mulher do Município, em relação às propostas aprovadas em Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, dentre elas o Plano Municipal de Políticas para Mulheres. A única proposta que saiu do papel foi de cunho popular, a exemplo do FMSM, a qual não dependia da iniciativa do executivo.

Ressalta-se que a última Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres foi realizada em 2015, mediante o protagonismo do FMSM junto à Coordenadoria da Mulher e sem a participação do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres. A elaboração das propostas finais que foram deliberadas pelo município também ficou a cargo do FMSM para encaminhamento ao Conselho Estadual de Direitos das Mulheres.

Para contar um pouco da nossa trajetória na luta por um Conselho democrático, operativo, laico, representativo e autônomo, inicialmente serão apresentadas algumas considerações sobre direitos das mulheres, políticas de gênero e participação social como lastro teórico da luta e resistência. Na sequência, será

apresentada a experiência retratada na forma de conquistas e frustrações, tendo o Fórum de Mulheres de Santa Maria como espaço de luta e resistência. Finalmente, serão traçadas algumas considerações sobre as perspectivas dessa luta.

Direitos das mulheres, políticas de gênero e participação social como lastro teórico de luta

Na esteira dos movimentos feministas que se disseminam em nível mundial a partir da década de 60 do século passado, as demandas na área dos direitos das mulheres começam a tomar forma como questão de direitos humanos. O período foi marcado por denúncias sobre violência contra as mulheres. Desde então, as Nações Unidas (ONU) têm agenciado ações que promovem a igualdade de gênero no mundo, iniciativa oficializada há cerca de quarenta anos, quando foi inaugurada a Década da Mulher na I Conferência da Mulher, realizada no México em 1975. Desde aí, muito se tem tentado avançar em termos de políticas de igualdade de gênero e direitos das mulheres (LANDERDAHL, 2014).

No Brasil, a partir de 1980, com o processo de redemocratização, a agenda feminista se amplia, levantando demandas consonantes com os direitos das mulheres em inúmeras áreas, como o direito ao trabalho, à igualdade no casamento, à terra, à escolha sexual, à não violência contra as mulheres e à dupla discriminação das mulheres negras (PINTO, 2010).

Nesse contexto, algumas iniciativas públicas na vertente de gênero² são elaboradas no Brasil, como o Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambas em São Paulo. Na sequência, foi criado, também em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (FARAH, 2004), instância de participação popular cuja finalidade é promover políticas que visem eliminar a discriminação contra as mulheres e assegurar sua participação em atividades políticas, econômicas e culturais no país.

Com a Constituição Brasileira de 1988, institui-se o Estado Democrático de Direito, reforçando o papel do cidadão como sujeito nos rumos de políticas

públicas (BRASIL, 1988). Nesse cenário, inúmeros conselhos com participação da sociedade civil vêm sendo inaugurados e/ou consolidados nas esferas nacional, estadual e municipal, com o objetivo principal de contribuir na formulação, implementação, avaliação e fiscalização de políticas públicas, as quais atendam às demandas da população (BRASIL, 2003).

A década de 1990, no Brasil, durante os governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (independentemente dos movimentos feministas), não apresentou avanços significativos no tema em foco. Em nível mundial, porém, iniciativas consistentes continuavam fomentando o movimento e evidenciando a urgência na continuidade da luta. É o caso da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, em 1993, onde pela primeira vez foi reconhecido e registrado no seu relatório que os “direitos das mulheres são direitos humanos”. Da mesma forma, a

Os conselhos participativos, legitimados pela Constituição de 1988 e regulamentados pelo Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014 (BRASIL, 2014), são espaços de participação da população nos rumos das políticas públicas e existem para levar as demandas das pessoas até a gestão pública como forma de contribuir na elaboração, implementação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas.

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, e a III Conferência Internacional da Mulher, em Beijing, em 1995, foram fundamentais “para o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres como direitos humanos, da autonomia plena das mulheres e do papel de movimentos sociais de mulheres como importantes atores políticos” (TAVARES, 2011, p. 249).

Com essa pressão internacional e com os movimentos feministas fortalecidos, em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), por meio da Lei 10.683. A partir da inauguração da SPM, passou-se a produzir instrumentos inovadores de políticas públicas, como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), em suas três edições (2004, 2008 e 2013). Os PNPM representam o produto dos movimentos de mulheres rurais e ur-

banas, feministas e de organismos municipais e estaduais de políticas para as mulheres, por meio das Conferências de Mulheres nas esferas municipais, estaduais e nacional, as quais começaram a fazer parte do cenário brasileiro desde 2003; são representados por eixos de ação, sendo oriundos, portanto, da sistematização de discussões em espaços de participação popular como forma de ir ao encontro de demandas de mulheres.

Os Conselhos de Direitos das Mulheres, somados às Conferências de Políticas para as Mulheres em todas as esferas da federação, têm sido dois braços importantes na defesa e garantia dos direitos das mulheres brasileiras. Os Conselhos Municipais em especial – foco deste artigo – devem ser um espaço no qual exista representatividade da pluralidade de mulheres.

Os conselhos participativos, legitimados pela Constituição de 1988 e regulamentados pelo Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014 (BRASIL, 2014), são espaços de participação da população nos rumos das políticas públicas e existem para levar as demandas das pessoas até a gestão pública como forma de contribuir na elaboração, implementação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas. Existem, portanto, nas três esferas de governo e são direcionados a segmentos ou serviços públicos. Desta forma, os conselhos vêm se constituindo ou se consolidando no Brasil e, dentre alguns, podemos citar: Conselhos de Saúde, Conselhos de Educação, Conselhos da Cultura, Conselhos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Idosos e Conselhos de Direitos das Mulheres.

Os conselhos só existem mediante legislação específica, conferida pelo poder de cada esfera de governo, assim como por um Regimento Interno que deve dispor sobre seu funcionamento. A lei que dispõe sobre os conselhos deve ser democrática, não devendo indicar ou excluir nenhum segmento. Têm recomendação ou, em alguns casos, a obrigatoriedade de serem paritários, ou seja, contemplar a população, representantes do poder público, dos serviços e dos trabalhadores, como é o caso dos Conselhos de Saúde regidos pela Lei Federal nº 8142, de 1990.

Os conselhos devem trabalhar de forma permanente e podem ter caráter consultivo ou deliberativo. A maioria dos conselhos existentes tem caráter con-

sultivo, ou seja, servem como espaço de consulta à comunidade, porém não têm o poder decisório sobre as questões debatidas. Já os conselhos deliberativos, como é o caso dos Conselhos de Saúde, são espaços de decisões que são seguidas pela gestão municipal, estadual ou federal. Tanto um como outro são terrenos onde o diálogo deve ser permanente e persistente; são espaços onde muitas forças se confrontam, onde os conflitos geralmente estão presentes na disputa por poder e na defesa de direitos por parte daquela população que tem consciência de seus direitos.

As entidades da sociedade civil que compõem os conselhos devem representar a maior diversidade possível da população. Os/as conselheiros/as que representam suas respectivas entidades/comunidades, por sua vez, devem ser qualificados/as e saberem de seu papel nesta instância de participação. Nesse sentido, são os olhos e os ouvidos da população, contribuindo na identificação de demandas do seu segmento que necessitem o encaminhamento e formulação de políticas públicas. Ninguém melhor do que a população para saber o que deve ser melhorado em suas comunidades; por isso, a sua atuação qualificada nos conselhos é tão importante.

As plenárias dos conselhos devem ter caráter regular, serem abertas ao público em geral, mediante divulgação prévia de local, data e pauta das reuniões. Toda a comunidade tem o direito de voz para levar demandas aos conselhos, porém somente conselheiros/as podem votar as deliberações.

Os conselhos, em especial o de mulheres, podem ser espaços de empoderamento que permitam às mulheres participarem nas transformações necessárias no campo de desigualdades de gênero; condição que possibilita às mulheres serem protagonistas das mudanças necessárias na sua realidade. Nesse sentido, a riqueza do processo de empoderamento está justamente em desvendar as relações de poder, buscando transformá-las em relações mais equânimes. Conforme Deere e León (2002), qualquer que seja o uso do termo empoderamento, é presente a noção de seres humanos obtendo poder sobre suas vidas. Geralmente está associado aos interesses dos desprovidos de poder. Na visão das feministas, o empoderamento das mulheres implica na mudança radical das estruturas e dos processos que reproduzem a posição subalterna

das mulheres na sociedade (IBIDEM, 2002).

Percebe-se, assim, a importância dos Conselhos de Direitos das Mulheres como instrumento potencial na geração de mudanças. É necessário, no entanto, que esse espaço seja realmente ocupado de forma qualificada e comprometida com seu papel de contribuir na construção e fiscalização de políticas de gênero, sob pena de se questionar: até que ponto a prática dos Conselhos é capaz de impulsionar a construção da esfera pública como campo de alargamento dos direitos sociais e da cidadania? (RAICHELIS, 2000).

Fórum de Mulheres de Santa Maria: espaço de luta e resistência de mulheres

Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar. (Eduardo Galeano)

Este tópico consiste na narrativa da trajetória de construção de estratégias de resistência na busca incessante por um Conselho Municipal de Direitos para as Mulheres, consonante com um espaço representativo, democrático, laico e operativo. Esta narrativa deriva de um dossiê elaborado pelo FMSM em 2015. Sua descrição detalhada é proposital e permite fazer um registro histórico dos acontecimentos, possibilitando perceber as relações patriarcais ainda existentes no município de Santa Maria e que exercem violência institucional às mulheres. A violência institucional é aquela praticada, por ação e/ou omissão, em instituições prestadoras de serviços públicos. Situações nas quais as mulheres são privadas de seus direitos humanos (BRASIL, 2011). O cerceamento dos direitos das mulheres sinaliza para a urgência do empoderamento de mulheres com vistas à organização de espaços independentes e operativos, como o FMSM, conselhos municipais e

organizações sindicais, que busquem interferir nos rumos das decisões e políticas para as mulheres.

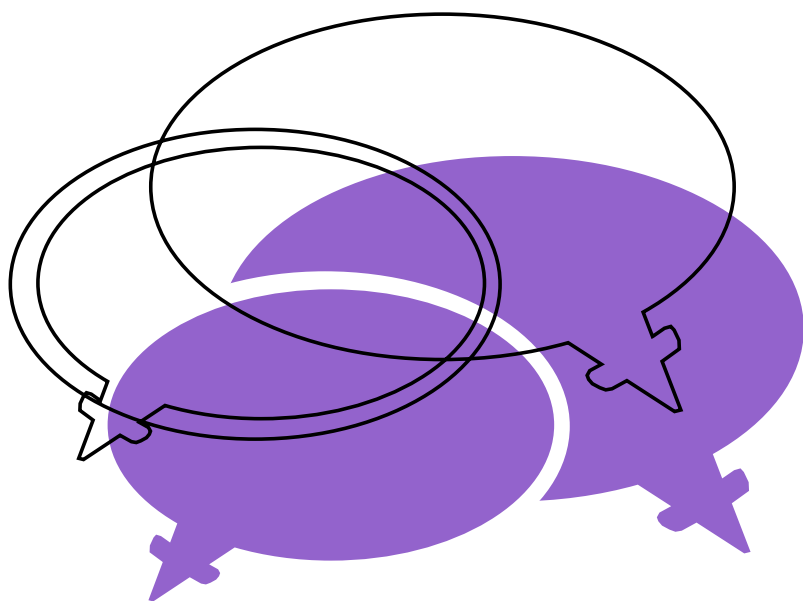
O movimento por uma Lei Complementar que adequasse o Conselho Municipal de Direitos para as Mulheres ao minimamente aceitável como espaço de controle social iniciou com o Núcleo de Estudos Mulheres, Gênero e Políticas Públicas (NEMGeP), do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a solicitação de assento para a UFSM no CMDM, em outubro de 2009. Esse documento nunca foi respondido à UFSM, desencadeando uma série de embates com o CMDM, que não reconhecia a necessidade de ouvir o conjunto de mulheres que começava a se unir, tendo como objetivo a conquista de espaços e direitos. Nessa trajetória, a Tribuna Livre da Câmara de Vereadores foi utilizada por diversas vezes como forma de mostrar inconformidade a projetos de leis complementares para o CMDM que se somavam e que não contemplavam os anseios da população, na medida em que incluía algumas entidades escolhidas, sem transparência nos seus critérios. Com essa manifestação, foi possível retirar por duas vezes os projetos da agenda de votação da Câmara por sua autora, estimulando o grupo de mulheres a persistir na luta e resistência que se seguiu com muitos embates em 2010 e 2011, quando foram feitas visitas a vereadores e vereadoras para explicar o caso e pedir ajuda para a solução do impasse.

Mediante a sensibilidade e a contribuição das vereadoras, à época, Helen Cabral, do PT, e Maria de

Lourdes Castro (in memoriam), do PMDB, foi elaborada, com a ajuda do NEMGeP, uma nova lei para o CMDM, a qual, com muita discussão, foi aprovada e assinada pelo presidente da Câmara de Vereadores. Santa Maria tinha, agora, a Lei Municipal nº 5548, de 04 de novembro de 2011 – mais uma vitória do grupo de mulheres. Vale destacar que essa lei trazia em seu bojo o respeito ao legado democrático de poder participar do CMDM mediante a resposta a um edital. A entidade que cumprisse os requisitos ou critérios do edital seria incluída conforme o número de assentos disponíveis para a sociedade civil organizada.

O ano de 2012 transcorreu no aguardo para que o CMDM fizesse a transição para uma nova formatação conforme a nova lei; nessa época, vários coletivos de mulheres já se aproximavam do movimento, somando forças e tentando compreender a luta que era empreendida em torno dela. A lei, no entanto, teimava em não sair do papel.

A dificuldade de diálogo do CMDM com a comunidade de mulheres conduziu o grupo a uma Audiência Pública por ocasião dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, no final de 2012. Nessa audiência, uma juíza que compunha a mesa de debates se propôs a fazer a intermediação no diálogo com o CMDM, que não estava presente na audiência. Reunião realizada no início de 2013, na qual estavam presentes representantes da Casa Aconchego (casa de acolhimento para mulheres em situação de violência), Brigada Militar, Delegacia da Mulher, Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria (ASSUFSM), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do NEMGeP. A pauta consistiu na solicitação de imediata implementação da Lei nº 5548, de novembro de 2011, sendo agendada uma Audiência de Conciliação para março de 2013, quando seriam chamadas as representantes do poder executivo, do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres e do Ministério Público Estadual, além das que se fizeram presentes na primeira reunião. Nessa Audiência Conciliatória, o argumento da presidente do CMDM ao não cumprimento da Lei nº 5548 foi de que faltaria a revogação escrita de uma lei anterior, cristalizando a falta de compromisso e respeito com uma iniciativa política e pública importante. Ficou presente que a situação já deveria ter sido



encaminhada se houvesse vontade política e respeito às mulheres. Mas o grupo não desistiu: ficou acordado em ata que a vereadora Maria de Lourdes Castro faria esse encaminhamento para, finalmente, se dar a efetiva aplicação da referida lei. Infelizmente, isso não se efetivou devido ao falecimento da vereadora mencionada, em setembro de 2013. Nesse contexto, outra vereadora comprometeu-se a dar continuidade ao processo, marcando, também, uma Audiência Pública para discutir e traçar os critérios de inclusão democrática das entidades da sociedade civil organizada; evento que aconteceu em novembro do mesmo ano. Foi uma audiência conturbada, em função da indignação dos grupos que lá estavam, conduzindo para a formação de uma comissão para estabelecer os critérios, os quais foram apresentados em uma reunião posterior no Plenarinho da Câmara de Vereadores. Esse encaminhamento foi atravessado por uma proposta de Lei Complementar à de nº 5548 e que pretendia incluir a UFSM como tentativa de evitar a continuidade das pressões do grupo de mulheres. O grupo pedia, no entanto, que a diversidade de mulheres fosse contemplada, e não somente as da UFSM, no direito de oportunidade de participação no CMDM mediante edital conduzido com transparência e ética, tal como estava na Lei 5548.

Nessa trajetória de resistência, em abril de 2014, como consequência dos eventos do Dia Internacional da Mulher e com a contribuição do Conselho Estadual de Direitos das Mulheres/RS, o grupo fundou o Fórum de Mulheres de Santa Maria (FMSM), consolidando, assim, uma das propostas da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, de 2011.

Com o grupo mais fortalecido e maduro, os enfrentamentos continuaram, agora mediante uma visita ao Presidente da Câmara de Vereadores, ocasião em que o FMSM foi surpreendido pela comunicação de que a Lei 5548 estaria sofrendo um processo de inconstitucionalidade por vício de origem, porque havia sido assinada por um vereador e não pelo gestor municipal. Tal notícia deixou o grupo abalado na medida em que se percebeu que os vereadores e vereadoras não tinham conhecimento sobre essa prerrogativa, fazendo uma condução totalmente equivocada do processo. As mulheres do FMSM perceberam, então, que o aprendizado se dá ao longo da caminha-

da e decidiram se aliar a estudantes de um coletivo do Curso de Direito da UFSM - Núcleo de Interação Jurídica Comunitária - NIJUC/UFSM e profissionais da Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil da Seção de Santa Maria, como forma de conhecer melhor todos os trâmites que se pensava ser do conhecimento do grupo. Um novo fôlego teve que ser criado como forma de articular forças para solicitar ao prefeito que se responsabilizasse em encaminhar a referida lei ou formular outra que viesse ao encontro da maior representatividade de mulheres possível. Esse impasse permanece até hoje à espera da vontade política de um gestor que não assume seu papel na legislação pertinente ao controle social no município.

Essa trajetória contada de maneira pontual e cansativa aos olhos de quem lê precisa ser compartilhada na medida em que evidencia o tratamento da coisa pública no Brasil. Os mínimos deslocamentos, muitas permanências e pouca superação cristalizam a violência institucional vivida cotidianamente pelas mulheres, sobretudo pelas mulheres que contam essa história e que se sentem impotentes frente a um poder que as oprime e desautoriza. Ante essa postura conservadora, o FMSM elaborou um dossiê e encaminhou para o Ministério Público, para o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) e para o Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDM/

O cerceamento dos direitos das mulheres sinaliza para a urgência do empoderamento de mulheres com vistas à organização de espaços independentes e operativos, como o FMSM, conselhos municipais e organizações sindicais, que busquem interferir nos rumos das decisões e políticas para as mulheres.

RS), que não têm poder de lei para intervirem na questão municipal, ou seja, depende exclusivamente da vontade do gestor elaborar uma lei que permita às mulheres uma participação efetiva nos rumos de políticas públicas.

Muitas são as consequências negativas da falta de um CMDM qualificado em qualquer esfera de governo. A falta de um CMDM operativo, representativo e democrático no município de Santa Maria influi negativamente na vida de sujeitos, famílias e co-

munidades, na medida em que mantém e reproduz situações de violência de gênero em suas inúmeras manifestações, violando, dessa forma, os direitos humanos das mulheres. Sem um instrumento que defenda políticas públicas com foco em gênero, etnia, geração etc., nosso município deixa de responder a inúmeros editais da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Encontra-se permanentemente carente de serviços, tais como: Centro de Referência de Atendimento a mulheres que sofrem violência; Delegacia de Atenção à Mulher em regime de atendimento de 24 horas; casa de passagem com possibilidade de receber maior número de mulheres com seus filhos e de se qualificarem para o alcance de sua autonomia econômica; número suficiente de creches que possibilitem às mulheres a inclusão no mundo do trabalho; e participação das mulheres em conquistas de políticas públicas que garantam creche, saúde de qualidade, moradia, transporte, combate à violência mediante a presença qualificada das mulheres em espaços de controle social, poder e decisão, dentre outros.

Considerações finais

Essa breve exposição é um recorte da principal luta no campo do ativismo feminista do Fórum de Mulheres de Santa Maria, na busca por um direito constituído legalmente. Os embates evidenciam a perpetuação do descaso e do desrespeito, constituin-

A luta é para garantir instâncias de controle social qualificadas, onde as mulheres realmente possam participar, como os conselhos de direitos das mulheres com características de representatividade, laicidade, autonomia, democracia e que seja pró-ativo e propositivo; pela criação de fóruns regionais de construção de políticas para as mulheres, para apontar demandas para o CMDM; e garantir uma rede de atenção às mulheres que sofrem violência de gênero.

do uma violência institucional às mulheres. E, pior, impetrada pela instância que deveria defender mulheres. Percebe-se que se conserva uma cultura de dominação em determinadas áreas, no sentido de

manter o poder nas mãos de algumas pessoas, por questões pessoais e até partidárias; situação que rouba às mulheres seu direito de serem protagonistas de sua própria história.

A luta continua sendo pela aprovação imediata do projeto que está tramitando na câmara de vereadores e que amplia o número de entidades a integrarem o CMDM, por meio de edital público. A luta é, também, para transformar a Coordenadoria da Mulher em Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, comprometida com a efetivação de um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. A luta é para garantir instâncias de controle social qualificadas, onde as mulheres realmente possam participar, como os conselhos de direitos das mulheres com características de representatividade, laicidade, autonomia, democracia e que seja pró-ativo e propositivo; pela criação de fóruns regionais de construção de políticas para as mulheres, para apontar demandas para o CMDM; e garantir uma rede de atenção às mulheres que sofrem violência de gênero.

Está refletida aí a cultura na qual a desigualdade de gênero é, muitas vezes, mantida e reforçada pelas próprias mulheres sobre outras mulheres. Salienta-se que a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres do Município não teve nenhuma atitude, até o momento, na defesa de um CMDM qualificado, o que leva a crer que é urgente questionar: essas instâncias de direitos possibilitam a emancipação das mulheres ou reforçam sua opressão?

Ao dar visibilidade ao tema, o FMSM está cumprindo sua missão de defender os direitos das mulheres. Denúncias dessa natureza também evidenciam que, a despeito das mulheres buscarem participar de espaços institucionais como no caso dos conselhos de direitos, é necessário melhor compreensão e valorização por parte das organizações da sociedade sobre as questões que afetam as mulheres como forma de se somar à luta por transformações culturais de posturas que ainda submetem as mulheres a situações injustas. Situações vividas, como essa relatada aqui, também mostram a necessidade de formação política das mulheres como instrumento que contribui para seu empoderamento, fortalecendo nos embates que são travados com os poderes constituídos em qualquer esfera de governo.

notas

As mulheres que iniciaram essa luta não vão desistir. Vão continuar incomodando e desacomodando tantas pessoas quantas for possível como estratégia de busca por novos espaços para as mulheres. Afinal, o direito de lutar e resistir é uma conquista democrática e faz parte da prática de mulheres que contestam as normas culturalmente instituídas ao longo dos séculos! **US**

1. Utiliza-se a expressão *movimentos feministas* no plural, considerando que existem diferentes feminismos ou correntes feministas. A exemplo, o feminismo negro, dentre outros.

2. Scott (1995) entende por gênero as relações sociais entre mulheres e homens, as quais têm um caráter histórico e cultural que marca e delimita o corpo de cada sujeito e seu campo de atuação.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 333**, de 4 de novembro de 2003. Aprova as diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 4 dez. 2003.

_____. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília (DF): Secretaria de Políticas para as Mulheres; 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. 2014.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2. ed., p. 9-10.

DEERE, C.D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre(RS): Editora da UFRGS; 2002.

FARAH, M.F.S. Gênero e políticas públicas. *Revista de Estudos Feministas*. V. 12 n. 1. Florianópolis jan./abr. 2004.

FÓRUM DE MULHERES DE SANTA MARIA. **Dossiê Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de Santa Maria/RS**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/nemgep/?p=966>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. GPP – GeR: módulo V – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

LANDERDAHL, M. C. **Mulheres na construção civil: entre deslocamentos e permanências**. Tese de doutorado. UNIFESP. São Paulo, 2014.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Rev de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

TAVARES, R. Discurso. In: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher** - textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 249.

referências

Alexandra Kollontay: escritos, luta revolucionária e o Comissariado do Povo ao Bem-Estar Social na União Soviética

Hélio Alexandre Mariano¹

Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

E-mail: h-mariano@uol.com.br

Resumo: Alexandra Mikhailovna Kollontay, após o triunfo da Revolução de Outubro, seria nomeada Comissária do Povo ao Bem-Estar Social e a única mulher no primeiro escalão do governo, cargo equivalente ao de ministro de Estado (algo inédito para época) – a primeira vez na história que uma mulher seria reconhecida como membro de um governo. O que buscamos aqui é contar um pouco da história anterior a este momento e como as influências teóricas de Karl Marx, Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo foram fundamentais para sua produção intelectual e para sua militância política. Outro ponto que destacamos no texto é o papel desempenhado por Kollontay na luta pelos direitos das mulheres e crianças e o papel fundamental de Lenin na consolidação destes direitos após a Revolução.

Palavras-chave: Revolução. Mulheres. Alexandra Kollontay. Direitos.

I- Introdução

Em 1938, Alexandra Mikhailovna Kollontay foi fotografada na 103ª Sessão do Conselho da Liga das Nações, realizada em Genebra no final do mês de setembro daquele ano. A delegação da União Soviética presente ao encontro foi composta por Maksim Maksimovich Litvinov, Ivan Maisky e Alexandra Mikhailovna Kollontay².

Assemblée a prié le Conseil établir les modalités d'un système de coordination permanente entre la Commission consultative des questions sociales et l'Organisation d'Hygiène et de charger le Secrétaire général de rechercher une collaboration permanente analogue avec le Bureau international du Travail³.



Para compreendermos a importância da presença de Alexandra Mikhailovna Kollontay como delegada da União Soviética na 103ª Sessão do Conselho da Liga das Nações – cuja pauta era retomar os debates da Liga em relação à Comissão Consultiva Social e da Organização da Saúde, aos moldes do que já vinha ocorrendo na Organização Internacional do Trabalho –, precisamos retomar os estudos produzidos por ela sobre a temática, o seu papel central na luta pelo direito das mulheres e das crianças e sua participação no Comissariado do Povo ao Bem-Estar Social após o triunfo da Revolução Russa. É preciso também retomar sua longa trajetória como intelectual e as influências de Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin.

Conforme explica Cecília Toledo na apresentação do livro de Alexandra Mikhailovna Kollontay *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, “conhecer a personalidade, a atividade militante e os trabalhos teóricos de Alexandra Kollontay são ações fundamentais não apenas para as militantes feministas ou para as mulheres e homens engajados na luta política em prol do socialismo hoje”⁴.

II- A luta revolucionária e a questão dos direitos da mulher e da criança na obra de Alexandra Mikhailovna Kollontay: As influências de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Karl Marx

A primeira vez que a temática dos direitos da criança vai aparecer na obra de Alexandra Mikhailovna Kollontay será no artigo sobre a Conferência Internacional Socialista de Mulheres, quando a Segunda Conferência, realizada em Copenhague em 1910, irá incluir na sua agenda, para além das questões organizativas, duas grandes questões: “formas e meios de conseguir, na prática, o sufrágio universal para as mulheres; e segurança social e de proteção para a mãe e criança”⁵.

No final da Conferência de Copenhague, foi aprovada a resolução apresentada por Clara Zetkin, presidente da Conferência, “lembrando às mulheres da sua obrigação de se opor ao machismo e educar seus filhos em um espírito de antimilitarismo, aprovado sem debate e recebidos com aplausos calorosos”⁶. Ainda sobre a influência de Clara Zetkin sobre a obra

de Kollontay, Cecília Toledo diz que “na Alemanha, a importância do trabalho de Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo organizando as primeiras associações operárias femininas e uniões de mulheres socialistas refletia-se na Rússia e em Alexandra Kollontay”⁷.

É fundamental retomarmos aqui um pouco do pensamento e dos escritos de Clara Zetkin, em especial o artigo sobre *German Socialist Women's Movement*, publicado em outubro de 1909, onde Zetkin aborda a importância do trabalho militante, explicando que “cerca de 150 círculos de estudos foram criados no interior do partido para servirem de base para o ensino teórico e prático para os membros femininos”⁸. Um dos objetivos estabelecidos a partir da criação destes círculos, segundo Clara Zetkin, “era o de intensificar a propaganda socialista entre as esposas dos trabalhadores e entre as mulheres assalariadas”⁹, tema que foi explorado segundo a autora em “centenas de reuniões públicas, em que as mulheres eram abordadas para refletirem sobre o tema da exploração do trabalho feminino”¹⁰. Entre os mecanismos de comunicação, Clara Zetkin destaca que

Retomando o que destaca Cecília Toledo sobre a influência da obra de Clara Zetkin sobre Alexandra Kollontay, é preciso compreender a difusão dos materiais publicados na Alemanha, cujo trabalho de construção e divulgação do socialismo estava a cargo do escritório das mulheres socialistas, que tinham como objetivo central difundir entre as mulheres trabalhadoras as ideias socialistas.

desde 1892, “*Gleichheit*”, o órgão das mulheres socialistas, que é propriedade do Partido, espalhou ideias socialistas entre as mulheres da classe trabalhadora, prevendo a formação teórica das mulheres..., sendo que o ‘*Gleichheit*’ teve uma circulação no ano passado de 73.000 cópias...¹¹.

Retomando o que destaca Cecília Toledo sobre a influência da obra de Clara Zetkin sobre Alexandra Kollontay, é preciso compreender a difusão dos materiais publicados na Alemanha, cujo trabalho de construção e divulgação do socialismo estava a cargo do escritório das mulheres socialistas, que tinham

como objetivo central difundir entre as mulheres trabalhadoras as ideias socialistas.

Alexandra Kollontay aborda na obra *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada* a influência de Clara Zetkin na sua vida

como uma refugiada política, a partir de então, morei na Europa e na América até a queda do czarismo em 1917. Assim que cheguei à Alemanha após minha fuga, aderi ao Partido Social-Democrata Alemão (SPD), no qual tinha muitos amigos pessoais, dentre os quais especialmente Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky. Clara Zetkin também tinha uma grande influência na minha atividade de definir os princípios do movimento das mulheres trabalhadoras na Rússia. Já em 1907, tinha participado como delegada russa na primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que aconteceu em Stuttgart¹².

É importante destacar que será a partir de 1908 que o *Escritório das Mulheres Socialistas*, até então um centro de atividade e propaganda, será anexado pelo *Escritório Geral do Partido*; antes disso, suas decisões eram tomadas em conferências bi-anuais. A partir de 1908, segundo Clara Zetkin, o Partido assumiu a direção do *Escritório das Mulheres Socialistas* “como a nova forma de organização política para ambos os sexos, sendo que uma mulher deveria assumir o posto de assistente-membro”¹³.

Clara Zetkin exemplifica em seu artigo a publicação de um panfleto voltado para as mulheres trabalhadoras e esposas de trabalhadores, que saiu após a direção do Partido assumir o *Escritório das Mulheres Socialistas*, que, em conjunto com a comissão geral dos sindicatos, chamava a atenção para “várias tarefas práticas em favor das reformas sociais”¹⁴, entre as quais

as mulheres assalariadas deveriam fazer uma grande propaganda para exercer a franquia sobre os órgãos de administração dos seguros de doentes do Estado... As camaradas mulheres devem formar comitês locais para a proteção das crianças e melhorar as que já existem. Como a inspeção legal da administração da lei de proteção das crianças é absolutamente insuficiente, estes comitês em conjunto com os conselhos sindicais locais, têm que vigiar

essa administração. Além disso, as mulheres socialistas foram lembradas para fundar e melhorar as comissões de proteção das mulheres no trabalho e recolher as suas queixas sobre as condições ilegais e danosas de trabalho, encaminhando-as para o inspetor de fábrica¹⁵.

Clara Zetkin lembra ainda que “o número de mulheres sindicalizadas aumentou de 136.429 (em 1907) para 138.443 (em 1908)”¹⁶, destacando a importância da manutenção dos estudos e da propagação dos ideais socialistas entre as mulheres da classe trabalhadora. Para Zetkin, apesar do “trabalho dos sindicatos para esclarecer, capacitar e organizar as mulheres, isso não é menor nem menos importante do que o que o S.D.P tem feito para que as mulheres participem das lutas políticas da classe trabalhadora”¹⁷, entre elas a “da emancipação política das mulheres e pelo sufrágio universal”¹⁸.

O crescimento da sindicalização e do trabalho feminino vai ser destacado também por Alexandra Kollontay na introdução ao livro *A base social da questão da mulher*, escrito em 1908 e publicado em 1909, já sob forte influência do pensamento de Clara Zetkin. Kollontay vai abordar no seu texto a questão envolvendo o crescimento do trabalho feminino no mundo a partir da década de 1890, sendo que, em alguns países como a Alemanha, o crescimento do número de mulheres trabalhadoras é vertiginoso na última década de 1890, sendo observado o mesmo na França e na Inglaterra. Segundo Kollontay, “só na América é que essa correlação é um pouco menos favorável às mulheres”¹⁹.

Ao analisar a tabela abaixo, Alexandra Kollontay diz que o “crescimento do trabalho feminino significa, naturalmente, um crescimento contínuo do papel

das mulheres na produção nacional”, porém, para Kollontay,

visto no geral, o que está acontecendo no mercado de trabalho não é a substituição do trabalho do sexo masculino por mão de obra feminina, mas sim o agrupamento das forças de trabalho destas duas categorias de acordo com a profissão: algumas profissões e ramos da indústria estão empregando mais e mais mulheres (serviço doméstico, a indústria têxtil, a indústria do vestuário), enquanto outros dependem sobretudo de trabalho masculino (mineração, indústria de ferro e aço, indústria de máquinas etc.)²¹.

Retomando seu pensamento, a autora explica que, em determinados momentos da revolução tecnológica, o que se exige é “uma substituição de uma categoria de trabalhadores por outra: as mulheres passam a substituir os homens apenas para serem substituídas, por sua vez, por crianças e jovens”²². No caso das crianças, Alexandra Kollontay conclui também que, “com a promulgação de novas leis para proteger as crianças e aumentar a idade em que as mesmas podem ser empregadas no trabalho industrial, o reagrupamento das forças de trabalho, sem dúvida, envolve um aumento no número de mulheres trabalhadoras”²³.

Desta forma, ao analisar a substituição de uma categoria de trabalhadores por outra, Alexandra Kollontay retoma a análise de Marx sobre trabalho assalariado e capital, quando o autor explica que

a maior divisão do trabalho capacita um operário a fazer o trabalho de cinco, dez, vinte: ela aumenta, portanto, cinco, dez, vinte vezes a concorrência entre os operários.

Figura 1: Quadro comparativo dos países

Country	Year of Census	Total Population		Industrial Population		Including Industrial Workers	
		Men	Women	Men	Women	Men	Women
Austria	1890	11.7	12.2	7.8	6.2	4.4	5.3
Germany	1895	25.4	26.4	15.5	6.6	9.3	5.3
France	1891	18.9	19.2	11.1	5.2	5.0	3.6
England & Wales	1891	14.1	14.9	8.9	4.0	5.4	3.1
USA	1890	32.1	30.6	18.8	3.9	8.7	2.9
Total	–	102.2	103.3	62.1	25.9	32.8	20.2

Fonte: Introduction to the Book *The Social Basis of the Women's Question*²⁰.

Os operários não fazem concorrência uns aos outros apenas quando um se vende mais barato do que o outro; fazem concorrência uns aos outros quando um executa o trabalho de cinco, dez, vinte; e a divisão do trabalho introduzida e constantemente aumentada pelo capital obriga os operários a fazer uns aos outros esta espécie de concorrência²⁴.

Segundo Marx,

a maquinaria produz os mesmos efeitos numa escala muito maior, ao impor a substituição de operários habilitados por operários sem habilitação, de homens por mulheres, de adultos por crianças, pois que a maquinaria, onde é introduzida de novo, lança os operários manuais em massa para a rua, e, onde é desenvolvida, aperfeiçoada, substituída por máquinas mais frutuosas, despede operários em grupos mais pequenos²⁵.

Em relação aos efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador, Marx explica “que a revolução do meio de trabalho constitui, como vimos, o ponto de partida da grande indústria e o meio do trabalho revolucionado assume a sua forma mais desenvolvida no sistema articulado de máquinas da fábrica”²⁶, porém, segundo Marx, seria preciso, “antes de vermos como a esse organismo objetivo se incorpora material humano”²⁷, analisar a repercussão

A legislação citada por Alexandra Kollontay sobre a promulgação de novas leis para proteger as crianças e aumentar a idade em que as mesmas podiam ser empregadas no trabalho industrial é discutida amplamente no capítulo da *Maquinaria e Grande Indústria*, quando Marx explica em nota que o número de “trabalhadores aumentou muito por causa da substituição crescente do trabalho feminino por masculino e, acima de tudo, do trabalho infantil por trabalho adulto”.

“dessa revolução sobre o trabalhador”²⁸, em especial a apropriação das forças de trabalho subsidiárias pelo capital, entre elas o trabalho feminino e infantil. Para Marx,

a medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força

muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade, por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se, portanto, num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade²⁹.

A legislação citada por Alexandra Kollontay sobre a promulgação de novas leis para proteger as crianças e aumentar a idade em que as mesmas podiam ser empregadas no trabalho industrial é discutida amplamente no capítulo da *Maquinaria e Grande Indústria*, quando Marx explica em nota que o número de “trabalhadores aumentou muito por causa da substituição crescente do trabalho feminino por masculino e, acima de tudo, do trabalho infantil por trabalho adulto”³⁰. Como exemplo, Marx cita como “três meninas de treze anos, com salários de 6 a 8 xelins por semana, substituíam agora um homem de idade madura cujo salário variava entre 16 e 45 xelins”³¹.

Ao substituir a mão de obra masculina adulta por uma nova variável que incluía crianças e mulheres, o capital também irá promover uma mudança no ambiente de trabalho, cujo novo perfil de explorado passa a ser mais do que o antigo trabalhador caracterizado como homem maduro, ou em idade para exercer trabalho remunerado, entrando no cenário dos explorados pelo capital as crianças e as mulheres.

Além de Alexandra Kollontay, Rosa Luxemburgo também vai discutir o tema da exploração pelo capital do trabalho feminino em artigo publicado em 1912, com título de *Women's Suffrage and Class Struggle*, onde destaca a publicação dirigida por Clara Zetkin, *Die Gleichheit*, “que possuía mais de cem mil assinantes, sendo o sufrágio das mulheres uma das questões vitais na plataforma da social-democracia”³². Para Luxemburgo, outro ponto fundamental era compreender os motivos que levavam à falta de “organizações de mulheres que trabalham na Alemanha e por que ouvimos muito pouco sobre o movimento das mulheres trabalhadoras?”³³.

Rosa Luxemburgo, citando o trabalho publicado em 1898, de Emma Ihrer, uma das fundadoras do

movimento das mulheres proletárias da Alemanha, sobre as mulheres trabalhadoras da Alemanha, lembra que “já se passavam quase 14 anos da publicação e vemos uma grande expansão do movimento das mulheres proletárias, sendo que mais de 150.000 mulheres são organizadas em sindicatos e estão entre as tropas mais ativas na luta econômica do proletariado”³⁴. É importante frisar que Alexandra Kollontay já havia destacado o crescimento da sindicalização e do trabalho feminino na introdução ao livro *A base social da questão da mulher*, também com forte influência de Clara Zetkin, e da publicação *Die Gleichheit*.

Em seu trabalho sobre *Women’s Suffrage and Class Struggle*, Rosa Luxemburgo também avança sobre a exploração da maquinaria sobre o trabalho das mulheres e de como isso deveria ser encarado pelas operárias, pois um dos fundamentos que deveriam garantir as mulheres proletárias, os

direitos políticos iguais, estaria ancorado no terreno econômico, pois milhões de mulheres proletárias criam lucro para o capitalista como os homens nas fábricas, oficinas, nas fazendas, na indústria, na casa, escritórios e lojas. Elas são, portanto, produtivas no sentido mais estrito e científico de nossa sociedade atual. Todos os dias aumenta as hostes de mulheres exploradas pelo capitalismo. Cada novo progresso na indústria ou tecnologia cria novos lugares para as mulheres na maquinaria de exploração capitalista. E, assim, cada dia e cada passo do progresso industrial acrescentam uma nova pedra para o firme fundamento de direitos políticos iguais para as mulheres³⁵.

Como podemos observar nos debates acima, tanto os textos de Karl Marx, como a publicação dirigida por Clara Zetkin *Die Gleichheit* e os trabalhos de Rosa Luxemburgo tiveram forte influência na vida e na obra de Alexandra Kollontay na fase que vai até a Revolução Russa.

Após o triunfo da Revolução, Kollontay irá assumir o posto de Comissária do Povo ao Bem-Estar Social, período em que se dedicará à organização do I Congresso de Mulheres Trabalhadoras e à consolidação da estrutura do novo Comissariado do Povo ao Bem-Estar Social.

III- A Revolução de Outubro, O Comissariado do Povo ao Bem-Estar Social e o I Congresso de Mulheres Trabalhadoras de 1918

Alexandra Kollontay, no texto *Lenin e o Primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras*³⁶, explica como Vladimir Ilyich Lenin agiu diretamente desde os primeiros dias da Revolução de Outubro para conceder plenos direitos às mulheres trabalhadoras. Kollontay faz uma referência no seu texto a um discurso de Vladimir Ilyich, dizendo que “lembrava naquele momento todas as suas palavras”³⁷, pois o que Lenin disse e marcou tão profundamente Kollontay foi que “o governo soviético tem que transformar as massas trabalhadoras do sexo feminino em um baluarte sólido do poder soviético contra a contrarrevolução. Cada mulher deve entender que, na luta pelo poder soviético, ela está lutando por seus próprios direitos e para aqueles de seus filhos”³⁸.

Para Alexandra Kollontay, foi Vladimir Ilyich quem iniciou o envolvimento das “grandes massas de mulheres das cidades e das aldeias na construção de um Estado socialista”³⁹, pois, naquele momento, a União Soviética ocupava um lugar único na história e, segundo Kollontay, enquanto as mulheres do mundo todo lutavam por seus direitos contra estados opressores, a singularidade da União Soviética residia, segundo ela,



no fato de que não são as próprias mulheres que exigem do governo o direito ao trabalho, à educação e à proteção da maternidade, mas o governo que inclui as mulheres em todas as esferas do trabalho, até aqueles para os quais elas não têm absolutamente nenhum acesso na maioria dos países burgueses e, ao mesmo tempo, protege os interesses das mulheres como mães. Tudo isto é escrito na Constituição Soviética e é algo sem paralelo no mundo⁴⁰.

A garantia de direitos para as mulheres e crianças, citada por Kollontay na Constituição Soviética, será reflexo da longa jornada de luta das mulheres ao redor do mundo e, mais ainda, dentro do partido e nas organizações de luta e resistência em diversos países, como podemos observar nos textos da própria Kollontay, de Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo.

Outro ponto importante para destacar foram as Conferências e Congressos de mulheres trabalhadoras, organismo importante para fortalecer a luta das mulheres, sendo destacado pela própria Kollontay o quanto foi importante para ela ter participado no período que antecedeu a Revolução destas atividades, em conjunto com Zetkin e Luxemburgo.

A própria convocação da Conferência de Mulheres, segundo Kollontay, seria um fato decisivo para luta no mês anterior à Revolução de Outubro, período em que ela estava de volta à plena atividade re-

A própria convocação da Conferência de Mulheres, segundo Kollontay, seria um fato decisivo para luta no mês anterior à Revolução de Outubro, período em que ela estava de volta à plena atividade revolucionária após a prisão domiciliar e, mesmo com o acúmulo de trabalho, ela se responsabilizaria por “organizar um trabalho de base e movimento sistemático das mulheres trabalhadoras para a primeira conferência de mulheres trabalhadoras”.

volucionária após a prisão domiciliar e, mesmo com o acúmulo de trabalho, ela se responsabilizaria por “organizar um trabalho de base e movimento sistemático das mulheres trabalhadoras para a primeira conferência de mulheres trabalhadoras”⁴¹.

É importante destacar aqui o papel que Alexandra Kollontay tinha naquele momento dentro do partido, sendo que ela era membro do Comitê Central e

de diversas representações do partido no período, e, quando a Revolução de Outubro triunfou, ela foi convocada para assumir o Commissariado do Povo ao Bem-Estar Social. Kollontay relembra que naquele

momento era a única mulher no primeiro escalão do governo e foi a primeira mulher na história a ser reconhecida como membro de um governo. Quando recordamos os primeiros meses do governo dos trabalhadores, lembramos meses que foram tão ricos em ilusões magníficas, planos, apaixonadas iniciativas para melhorar a vida, para organizar de novo o mundo, meses do romantismo real da revolução [...]⁴².

Entre as principais iniciativas do novo Commissariado do Povo estava a convocação do I Congresso de Mulheres Trabalhadoras, tarefa esta defendida por Vladimir Ilyich Lenin. Segundo Kollontay, após a defesa enfática de Lenin da necessidade da realização do Congresso, foi criado “um grupo de liderança das mulheres bolcheviques, que incluía ela, Nadezhda Krupskaya Konstantinovna e Inessa Armand, entre outras – que deveriam elaborar relatórios e resoluções sobre várias questões para serem apresentadas ao Congresso”⁴³. Uma das principais tarefas, segundo Kollontay, era a de

preparar um relatório e uma resolução sobre os métodos de trabalho entre as mulheres e sobre a organização do aparelho apropriado dentro do partido, ou seja, a criação de seções femininas. Esta resolução foi aprovada em nosso congresso e formou a base de uma década de trabalho para os setores das mulheres no partido. Também foi aprovada na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Comunistas em 1921 como uma diretriz para todas as partes que são membros do Comintern⁴⁴.

Alexandra Kollontay relembra das dificuldades de organização do Congresso, desde sua convocação até o engajamento dos militantes do partido para que o mesmo fosse realizado com sucesso. Segundo Kollontay, na época da convocação do Congresso, “nem todos apreciaram a sua importância e significado. Lembro-me de que não havia oposição de Rykov, Zinoviev e outros. No entanto, Vladimir Ilyich declarou que o Congresso era necessário. Ele sempre perguntou como estávamos progredindo e se

as mulheres estavam respondendo ao nosso apelo”⁴⁵.

Apesar da enfática defesa de Vladimir Ilyich, os preparativos para o Congresso não seriam tão fáceis: erros de logística e falta de respostas de muitas camaradas do partido dificultavam a organização do mesmo, sendo que havia uma expectativa da presença de 300 mulheres delegadas, porém, na data do credenciamento, mais de 1.147 mulheres se inscreveram, o que demonstrava que o objetivo havia sido alcançado pelo novo Commissariado, mas sem antes travar uma longa batalha para realizar o Congresso.

Um dos destaques do Congresso, segundo Kollontay, seria a “presença de um grande número de mulheres camponesas pobres vestidas com casacos de pele de carneiro que falaram contra os kulaks”. Ao ser informado sobre as falas, Vladimir Ilyich Lenin disse que iria até o Congresso, fato que ocorreu no dia 19 de novembro de 1918.

Alexandra Kollontay diz que na chegada de Lenin ao local do Congresso, discursava a camarada Soboleva e que, naquele momento, todos queriam “interrompê-la, mas Vladimir Ilyich insistiu para ela terminar o seu discurso. No entanto, toda a gente tinha, é claro, parado de escutar a ela”⁴⁶, o que todos queriam era ouvir Lenin, que fez naquele 19 de novembro “seu discurso histórico, que se tornou a base do nosso trabalho”⁴⁷. Segundo Kollontay, “Vladimir Ilyich acreditava que as mulheres deviam ter a possibilidade de trabalhar no aparelho de Estado e, ao mesmo tempo, de poderem ser mães. As mulheres são uma força criativa valiosa, mas elas também têm o direito de serem mães... Para isso, o nosso Estado soviético deve implementar plenamente essas proposições básicas, finalizaria Vladimir Ilitch”⁴⁸.

Apesar do tempo que o I Congresso de Mulheres Trabalhadoras exigia de Alexandra Kollontay, o Commissariado do Povo ao Bem-Estar Social tinha outras atividades, definidas por Decreto, que consistiam no seguinte:

melhorar a situação dos mutilados de guerra, abolir a instrução religiosa nas escolas para as meninas que estavam sob responsabilidade do antigo ministério (isso ainda foi antes da separação geral da Igreja e do Estado) e transferir os clérigos ao serviço civil, introduzir o direito à autoadministração para as estudantes nas escolas para meninas, reorganizar os antigos orfanatos

em Casas de Crianças do governo (nenhuma distinção devia ser feita entre as crianças órfãs e as que ainda tinham pais e mães), estabelecer as primeiras hospedarias para os necessitados e os moradores de rua e reunir um comitê, composto somente de médicos, que seria encarregado de elaborar o sistema público gratuito de saúde para o país inteiro. Em minha opinião, a mais importante realização do Commissariado do Povo, entretanto, foi a fundação legal de um Escritório Central ao Bem-Estar Materno e Infantil [...]”⁴⁹.

A experiência de Alexandra Kollontay frente ao Commissariado do Povo ao Bem-Estar Social durou entre 1917 e 1918. O período, mesmo curto, foi importante para que diversas conquistas das mulheres após a Revolução de Outubro fossem consolidadas.

Em fevereiro de 1918, um episódio mudaria a vida de Alexandra Kollontay; na ocasião, explica ela,

uma primeira delegação de Estado dos Soviéticos foi enviada à Suécia a fim de esclarecer diversas questões econômicas e políticas. Como Comissária do Povo, chefei esta delegação. Mas nossa embarcação naufragou; salvamos-nos chegando às Ilhas Aland, que pertenciam à Finlândia. Neste mesmo período, a luta entre os brancos e os vermelhos no interior tinha alcançado seu momento crucial e o exército alemão também estava se apressando para entrar em guerra contra a Finlândia. As tropas brancas ocuparam as Ilhas Aland na mesma noite de nosso naufrágio, enquanto

A experiência de Alexandra Kollontay frente ao Commissariado do Povo ao Bem-Estar Social durou entre 1917 e 1918. O período, mesmo curto, foi importante para que diversas conquistas das mulheres após a Revolução de Outubro fossem consolidadas.

jantávamos em um hotel da cidade de Marieham e nos alegrávamos com nosso salvamento. Conseguimos escapar graças a uma grande determinação e destreza; contudo, um de nosso grupo, um jovem finlandês, foi capturado e levou um tiro. Retornamos a Petrogrado, onde a evacuação da capital era preparada com pressa febril: as tropas alemãs já estavam às portas da cidade. Começou agora um período obscuro de minha vida do qual não posso tratar aqui, pois os eventos ainda estão frescos demais em minha mente. Mas também chegará o dia em que eu prestarei conta deles...”⁵⁰.

Vinte anos após o episódio de 1918, Alexandra Kollontay seria designada representante da União Soviética para participar de uma atividade da Liga das Nações, momento em que foi registrada a foto abaixo.



Foto de Alexandra Kollontay
Fonte: Arquivo Liga das Nações⁵¹.

Para finalizar, retomo mais uma vez Clara Zetkin, ao explicar como o “movimento das mulheres socialistas na Alemanha foi inspirado com o dictum monumental de Karl Marx: ‘os filósofos até agora têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; o que ainda tem de ser feito é mudar o mundo’. Ele se esforça para ajudar a mudar o mundo, despertando a consciência e a vontade das mulheres da classe trabalhadora para participar na realização do maior ato que a história vai saber: a emancipação do trabalho para a classe trabalhadora...”⁵². **US**

notas

1. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava-PR. Sindicalizado da Seção Sindical dos Docentes da Unicentro-Adunicentro-Seção Sindical. Ex-tesoureiro do ANDES-SN (2010-2012).
2. Quadro das Reuniões do Conselho da Liga das Nações. Arquivo da Universidade Indiana, EUA.
3. Documentos Avulsos. Liga das Nações. Arquivo da Liga das Nações. Genebra. C. 49. 1939.
4. Kollontay, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. Traduzido por Lígia Gomes. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 11.
5. International Socialist Conferences of Women Workers. 1918. <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1907/is-conferences.htm>. Acessado em 21 de março de 2016.
6. International Socialist Conferences of Women Workers 1918. Acessado em 21 de março de 2016.
7. Kollontay, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, p. 15-16.
8. *German Socialist Women's Movement*. Clara Zetkin, Justice, 9th October 1909, p. 7. <https://www.marxists.org/archive/zetkin/1909/10/09.htm>. Acessado em 16 de abril de 2016.
9. Idem.
10. Ibid.
11. Ibid.
12. Kollontay, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, p. 41.
13. *German Socialist Women's Movement*. Clara Zetkin, Justice, 9th October 1909, p. 7.
14. Idem.
15. Ibid.
16. Ibid.
17. Ibid.
18. Ibid.
19. Kollontay, Alexandra. *Introduction to the Book The Social Basis of the Women's Question*. <https://www.marxists.org>. Acessado em 11 de abril de 2016.
20. Idem.
21. Ibid.
22. Ibid.
23. Ibid.

24. Marx, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do Capital*, Tradução de Rubens Enderle, Boitempo Editorial: São Paulo
25. Ibid.
26. Ibid. p. 467-468.
27. Idem.
28. Ibid.
29. Ibid, p. 468.
30. Ibid, nota 121, p. 469.
31. Ibid.
32. Luxemburgo, Rosa. *Women's Suffrage and Class Struggle*. Acessado em 19 de abril de 2016.
33. Idem.
34. Ibid.
35. Ibid.
36. Kollontay, Alexandra. *V.I. Lenin and the First Congress of Women Workers*. In: Vladimir Ilyich Lenin. *Reminiscências. 1900-1922*, Moscou, 1963, pp. 221-223. <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1918/congress.htm>. Acessado em 30 de março de 2016.
37. Ibid.
38. Ibid.
39. Ibid.
40. Ibid.
41. Kollontay, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, p. 64.
42. Ibid.
43. Kollontay, Alexandra. *V.I. Lenin and the First Congress of Women Workers*, p. 221-223. <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1918/congress.htm>. Acesso em 30 de março de 2016.
44. Ibid.
45. Ibid.
46. Ibid.
47. Ibid.
48. Ibid.
49. Kollontay, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, p. 67.
50. Ibid, p. 65.
51. Arquivo Liga das Nações. Arquivo da Universidade Indiana, EUA.
52. *German Socialist Women's Movement*. Clara Zetkin, Justice, 9th October 1909, p. 7. Acesso em 21 de março de 2016.

Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil

Cibele da Silva Henriques

Doutoranda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: cibhenriques@gmail.com

Resumo: Como garantir a permanência das alunas mães trabalhadoras negras nas universidades públicas brasileiras? O objetivo geral deste estudo é mapear as necessidades das universitárias trabalhadoras negras, com ou sem filhos, com vistas a instrumentalizar a luta das mulheres negras pelo direito à educação superior. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental (MINAYO, 2007) para apreender as condições de permanência das alunas mães trabalhadoras negras dos cursos de Pedagogia e Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, matriculadas nos anos de 2010, 2012 e 2013. Para a coleta de dados, realizou-se a leitura de 21 fichas cadastrais e, por conseguinte, o preenchimento de formulários semiestruturados. Assim, constatou-se que a luta das alunas trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil é a luta pelo trabalho livre, bem como pela permanência no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalhadoras. Negras. Educação Superior. Vida Familiar.

Introdução

A escolha dessa pesquisa não foi aleatória, pois, para se acreditar numa luta, é preciso fazer parte dela, saber as aventuras e desventuras do caminho, andar sem a certeza de que se está no caminho certo. Assim, a vivência como aluna mãe trabalhadora negra e como assistente social me oportunizou a realização da escolha deste tema de pesquisa.

O ingresso das mulheres trabalhadoras negras na rede federal de ensino se complexifica na medida em que tem como pano de fundo o processo de Reforma Neoliberal da Educação Superior. Leher (1999, p. 20) aponta que esse “processo de privatização associado ao mote da flexibilidade tem angariado uma ‘expansão para menos’ para as classes trabalhadoras [...]”.



Contudo, a instituição da reserva de vagas pra negros e carentes na educação superior pública não dissolveu as desigualdades de classe e raça existentes nas relações acadêmicas, principalmente nas Instituições Federais de Ensino Superior, pois, para além da luta pelo acesso, se faz necessário lutar para a construção do lugar do negro na universidade pública brasileira.

Desse modo, para que possamos enfrentar efetivamente as desigualdades de classe, gênero, geração, raça e etnia na educação superior, é preciso compreender como tais heterogeneidades se gestam e se perpetuam nas relações educacionais no Brasil. Portanto, a construção do acesso é uma etapa do processo de “lutas” instituídas pelas trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. Para além, estão na pauta do dia das IFES as questões relativas à permanência feminina negra na universidade, bem como as questões relativas ao “conflito” Trabalho, Educação e Vida Familiar.

Assim, a realização desta pesquisa se faz necessária e inadiável, pois as mulheres trabalhadoras negras mães que ousam sair de casa para trabalhar e estudar têm que arcar com o ônus da capacitação profissional para que possam se reinserir no mercado de trabalho com outra função que não seja de empregada doméstica, auxiliar de serviços gerais, babá, manicure, cozinheira, enfim, que realmente possam exercer atividades de outra natureza que não seja a doméstica.

Portanto, é preciso compreender a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo ingresso e permanência na educação superior como sinônimo da luta pelo trabalho livre no Brasil. E esse embate travado na educação superior se espraia para o mercado de trabalho, por isso, pensar no “conflito” entre trabalho e vida familiar, de modo mais qualificado, pela introdução das categorias “raça e cor” é necessário para se “desnudar as hierarquias sociais e de gênero, bem como os hiatos geracionais [...]” (ROSEMBERG,

2011, p. 403) que promovem a persistente defasagem educacional da classe trabalhadora frente às demais classes que compõem a sociedade brasileira.

Do trabalho doméstico à educação superior: o longo percurso de luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil

Na década de 90, a luta pelo direito dos negros no Brasil à educação superior ganha novo fôlego com a retomada da experiência dos pré-vestibulares comunitários no Rio de Janeiro e na Bahia. Tais pré-vestibulares comunitários passaram a recrutar e qualificar os trabalhadores negros e carentes para o exame do vestibular, bem como prepará-los criticamente para a militância negra, em prol da democratização da educação superior pública no Brasil, via ações afirmativas.

As mulheres negras, em especial as trabalhadoras domésticas, também passaram a frequentar tais cursos preparatórios populares para negros e carentes. A participação dessas mulheres nesses espaços de formação foi de extrema importância para o estreitamento de laços com os movimentos negros e sindicais, bem como para a coadunação de pautas históricas que envolvem trabalho, educação e raça.

Assim, a educação superior que fora historicamente negada para a população negra, em especial para as trabalhadoras domésticas negras, passou a ser um horizonte de luta das mulheres negras, principalmente da juventude negra que assistiu à geração anterior, a de seus pais, ter o direito à educação superior negado pelo poder público e pelas elites brasileiras.

Na cidade do Rio de Janeiro, nosso campo de análise, o primeiro pré-vestibular criado para negros foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), localizado no município de São João de Meriti. Esse curso era dirigido por lideranças religiosas católicas ligadas à Pastoral Negra e por militantes negros. “Era composto por professores voluntários e/ou recém formados que preparavam jovens e adultos negros, oriundos da bai-

xada fluminense, para ingressar nas universidades públicas, bem como para a militância em prol da adoção de reservas de vagas nas universidades públicas brasileiras [...]” (SANTOS, 2015, p. 63).

A partir dessa lógica se gestaram outras experiências, como, por exemplo, a Associação Educação e Cidadania para Afrodescendentes (EDUCAFRO), no Rio de Janeiro (1989), e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes do Instituto Steve Biko, em Salvador/BA (1992). A ênfase desses preparatórios era a formação crítica e cidadã para a ocupação de vagas pelos negros nas universidades públicas (SANTOS, 2015, p. 64).

Heringuer e Ferreira (2009, p. 20 apud SANTOS, 2015, p. 65) cita que os pré-vestibulares comunitários eram “instrumentos de luta em prol pela democratização do ensino superior no Brasil [...]”, bem como se constituíam em importantes espaços de resistência e reivindicação que deflagravam o embate entre os alunos e o poder público na busca por políticas públicas para um contingente de negros e pobres que, embora tivessem concluído o ensino médio, estavam alijados do ensino superior.

Ademais, no que tange ao aspecto educacional, tais cursos preparatórios cumpriram um importante papel social – a capacitação profissional do alunado negro com escassos recursos financeiros, em especial das trabalhadoras domésticas negras para o ingresso no ensino superior, com vistas a uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho; ou melhor, exerceram uma função que foi preterida historicamente pelo poder público.

Assim, a educação superior que fora historicamente negada para a população negra, em especial para as trabalhadoras domésticas negras, passou a ser um horizonte de luta das mulheres negras, principalmente da juventude negra que assistiu à geração anterior, a de seus pais, ter o direito à educação superior negado pelo poder público e pelas elites brasileiras.

Tais experiências populares de ensino ocorreram em concomitância com inúmeras ações realizadas pelos movimentos negros e movimentos sindicais no país em prol do reconhecimento da questão racial no Brasil, em especial o reconhecimento da questão da juventude feminina negra, como, por exemplo, o I Encontro Nacional das Mulheres Negras e o I Encontro Nacional de Entidades Negras.

A principal denúncia dos movimentos negros, inclusive das mulheres, era às condições subumanas de trabalho e vida da população negra no Brasil. Tal denúncia ganha sonoridade no cenário político a partir do evento da Marcha do Zumbi dos Palmares, que ocorreu em Brasília em 1995, na qual os representantes dos movimentos negros entregaram ao Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) o “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”.

Tal programa denunciava o racismo, bem como todas as formas de opressão e violação de direitos, aos quais o povo negro foi historicamente submetido em prol do desenvolvimento da nação brasileira. Ademais, os movimentos negros, por meio deste documento, requeriam o “desenvolvimento de ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta [...]” (SANTOS, 2007, p. 25 apud Santos, 2015, p. 60).

Dentre outras ações nesse período, destaca-se como essencial para a estruturação de ações governamentais voltadas para o enfrentamento das questões raciais no Brasil a participação dos representantes dos movimentos negros na Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobias e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul.

Após a participação nesse evento, o Governo Federal se comprometeu internacionalmente em seguir as diretrizes dispostas na Declaração de Durban, bem como seguir o plano de ação proposto em Durban, que realocou o tema da questão racial em nível mundial.

Assim, o Brasil, após a participação nesse evento internacional, passou a ser signatário das ações internacionais para o enfrentamento do racismo, discriminação e intolerância que perpassava pela instituição de ações afirmativas ou positivas na educação, bem como pela implementação de ações assistenciais nas áreas da educação, saúde, habitação e assistência social.

No que tange à educação superior, nosso foco de análise, a Declaração de Durban preconizou a instilação de ações afirmativas ou positivas para a correção do sistema educacional “ultraelitista”, que alijava o acesso da população negra à educação superior.

As ações afirmativas são políticas que dão vida à constituição federal no que diz respeito à igualdade material, bem como são importantes instrumentos na luta contra a discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física [...] (SILVA JR., 2010, p. 25 apud ABREU; TIBLE, 2012, p. 114).

SANTOS (2015, p. 82) menciona que “sob forte impacto da realização da Conferência de Durban, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2001, a Lei nº 3.708/2001 [...]”. Essa legislação instituiu a reserva de vagas de até 40% nos cursos para as populações negras e pardas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Tal legislação foi pioneira na implementação de políticas de ação afirmativa, baseadas no critério de raça, no Brasil. Porém, foi revogada pela Lei nº 4.151/2003, que redefiniu os beneficiários da ação afirmativa; a saber, passou a ser 20% para egressos de escola pública, 20% para negros e 5% para pessoas com deficiência.

Mediante tais fatos, travou-se um intenso debate na sociedade brasileira sobre a constitucionalidade e legalidade do critério de raça para a seleção de aprovados no vestibular. Inclusive, a Lei nº 4.151/2003, que institui as cotas na UERJ, foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3197, ajuizado pelo

Dentre outras ações nesse período, destaca-se como essencial para a estruturação de ações governamentais voltadas para o enfrentamento das questões raciais no Brasil a participação dos representantes dos movimentos negros na Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobias e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul.

Supremo Tribunal Federal (STF) e pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Conafen). Tal decisão de inconstitucionalidade foi revogada e posteriormente foram instituídas modificações no processo de implantação das cotas raciais na UERJ, bem como dispõem as Leis nº 4.680/2005, 5.074/2007 e 5.346/2008.

Apesar dos debates acalorados entre os movimen-

tos negros e diversos intelectuais, aos poucos, foi ganhando a adesão da população, que passou a apoiar o desmantelamento dos exames vestibulares, de caráter meritocrático, que alijavam os negros, os pobres, as mulheres, os indígenas, os quilombolas e os deficientes dos bancos universitários, bem como apoiaram a histórica necessidade de se implantar ações afirmativas para esses grupos.

Nesse entretempo, as ações afirmativas também se espalharam para as demais universidades públicas. A Universidade Federal de Brasília foi a primeira universidade federal a adotar a política de cotas para negros. O sistema de reserva de vagas para negros foi implantado no segundo vestibular de 2004. Tal universidade foi pioneira em adotar o sistema de cotas exclusivamente para negros. Em entrevista à agência de comunicação da UnB, o professor José Jorge Carvalho disse que “a UnB propôs as cotas para negros como uma resposta ao racismo [...]” (Resolução 536/UnB).

Somente após dez anos de instauração das ações afirmativas, e também de lutas dos Movimentos Negros, que o Governo Federal, por meio da Lei nº 12.711/12, implantou oficialmente a política de cotas nas universidades federais. Tal legislação determinou a reserva de 50% das vagas em instituições federais de educação superior e de educação profissional e tecnológica para candidatos que tenham feito integralmente o ensino médio em escolas públicas, bem como o ensino fundamental em escolas públicas e/ou obtenham a certificação do ensino médio através do ENEM.

Dandaras e Mahins na UFRJ: as condições de vida e trabalho das alunas mães trabalhadoras negras bolsistas dos cursos de Pedagogia e Serviço Social

Na UFRJ, o sistema de cotas passou a ser adotado em 2012, após a instituição do Decreto Lei nº 7824/2012, que regulamentou o ingresso nas universidades federais por meio da adoção de ações afirmativas para alunos negros, alunos oriundos de escolas públicas com renda *per capita* igual ou inferior a um

salário mínimo e meio. Tal dispositivo legal também regulamentou a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção para o ingresso nas IFES vinculadas ao MEC. Ademais, determinou os critérios de elegibilidade socioeconômica, bem como o percentual da distribuição das vagas (Decreto-lei nº 7824/2012).

A saber, no mínimo 50% por cento das vagas das IFES serão reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário mínimo *per capita* e, dentre esse universo, deve haver uma distribuição proporcional de vagas para os afrodescendentes (pretos e pardos) e indígenas. Esse sistema de Reserva de Vagas deve ir aumentando progressivamente ao longo dos anos, até alcançar a cifra de 50%, no ano de 2016 (Decreto-lei nº 7824/2012).

Para mais, a distribuição proporcional das vagas nas IFES para esses grupos étnicos – afrodescendentes (pretos e pardos) e indígenas – deve ser feita com base nos dados do último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cabe ressaltar que a informação sobre a raça será realizada por autodeclaração para pretos, pardos e indígenas (Decreto-lei nº 7824/2012).

Apesar das IFES adotarem o sistema classificatório do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) que define “raça e cor” a partir de cinco categorias – branca, preta, parda, amarela e indígena – para a análise e sistematização dos dados, informações e relatos coletados a partir dos documentados institucionais na DAE/UFRJ, utilizaremos a categoria “negra” para descrever o conjunto de mulheres pardas e negras, pois, conforme já mencionado anteriormente, o sistema classificatório do IBGE não permite a análise das desigualdades sociais e raciais entre brancos e negros, diferentemente da classificação realizada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica (IPEA, 2003).

Inicialmente, como já dito, pesquisamos o universo de 138 fichas cadastrais e fichas sociais de alunas mães trabalhadoras bolsistas negras que recebem Bolsa Auxílio e/ou Benefício Moradia. Posteriormente, realizou-se a leitura dessas 138 fichas cadastrais e sociais. Desse universo, selecionamos 21 alunas que tinham como pressuposto o perfil analisado, a saber,

alunas mães trabalhadoras negras bolsistas dos cursos de Pedagogia e Serviço Social da UFRJ.

Cabe ressaltar que as caracterizações “ser mulher”, “ser mãe” e “ser bolsista” foram basilares para a pesquisa e coleta de dados. Já as caracterizações relacionadas a “raça e cor” serão utilizadas, posteriormente, pois consideramos tais categorias importantes para a análise das condições de ingresso e permanência entre negros e brancos na UFRJ, por isso, não excluímos a população branca do universo pesquisado.

Desse universo criteriosamente selecionado – um total de 21 alunas mães trabalhadoras bolsistas dos cursos de Pedagogia (8) e Serviço Social (13) –, a maior parte das alunas recebia Bolsa Auxílio e somente duas alunas de Serviço Social recebiam o Benefício Moradia. Cabe frisar que as duas alunas, cujo ingresso de recebimento do referido benefício foi em 2013, estavam gestantes, o que prenuncia que seu ingresso foi anterior ao evento da gestação.

A ausência de um número significativo de alunas mães trabalhadoras negras como beneficiárias do Benefício Moradia, se deve, em parte, ao fato de que o Estatuto do Alojamento Universitário da UFRJ não permite a presença de outras pessoas, a não ser do aluno beneficiário; como tal prerrogativa consta no termo de posse da vaga do alojamento, não há espaço para essa demanda específica na UFRJ.

Na UFRJ, não há reserva de vagas para funcionários e alunos, respectivamente, na Unidade de Educação Infantil da UFRJ e no Colégio de Aplicação da UFRJ (CAP/UFRJ). Atualmente, essas unidades atendem à comunidade externa e interna, de igual modo. Assim, para que os funcionários e alunos obtenham vagas para os seus filhos, é necessário que participem do processo seletivo, como faz a comunidade externa.

É interessante destacar que a maior parte das alunas mães trabalhadoras bolsistas são do curso de Serviço Social (13), que historicamente sempre recebeu alunos das classes trabalhadoras, em geral negros e moradores das periferias urbanas. A inserção desses jovens e adultos no curso de Serviço Social antecede a instituição do sistema de reserva de vagas por cotas na UFRJ (Decreto Lei 7.824/2012). Isso se deve ao fato de que os pré-vestibulares comunitários para negros e carentes já recrutavam e preparavam negros e

carentes para ocupar vagas nos cursos de graduação presencial nas IFES.

Também verificamos que há um número maior de alunas nos turnos da noite no Serviço Social, o que já nos indica que a interface da Educação Superior com o trabalho doméstico remunerado e não remunerado deve ser algo relevante para essas mulheres, portanto, a sobrecarga de tarefas advindas do trabalho remunerado e não remunerado deve incidir na escolha do turno de estudo.

Ademais, no que tange às alunas da Pedagogia, podemos perceber que há uma predominância de alunas no turno da tarde, pois muitas das alunas que optam em cursar Pedagogia são trabalhadoras da rede de educação infantil, portanto, trabalham no turno da manhã ou tarde.

No que tange à forma de ingresso, percebemos que muitas alunas mães trabalhadoras ingressaram na Educação Superior por meio da certificação do Ensino Médio via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); elas não necessariamente cursaram o Ensino Médio em escolas públicas ou particulares, podem ter apenas obtido a habilitação via ENEM para cursar a Educação Superior.

Esse processo de certificação via ENEM conjuntamente com a ampliação do Programa de Educação



de Jovens e Adultos (PROEJA) têm possibilitado a correção da defasagem idade-série para as classes trabalhadoras e, por conseguinte, o ingresso das alunas mães trabalhadoras de modo mais aligeirado na Educação Superior.

No entanto, é preciso fazer uma análise: se esse processo de aligeirização da formação educacional da classe trabalhadora tem realmente incidido positivamente para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho ou tem corroborado para a manutenção de uma “expansão para menos” na educação fundamental e média, bem como no ensino superior para as classes trabalhadoras que são sinônimas de uma “expansão precarizada” e de pouca qualidade para os trabalhadores (LEHER, 2011; LIMA, 2014).

Do universo pesquisado de 21 alunas, destacam-se os seguintes quantitativos por forma de ingresso: 9 alunas oriundas de escola pública sem certificação do Ensino Médio via ENEM; 6 alunas oriundas de escola pública que cursaram o EJA com certificação do Ensino Médio via ENEM; 2 alunas oriundas de escola pública que não cursaram o EJA com certificação do Ensino Médio via ENEM; e 4 alunas oriundas de escola particular com bolsa parcial ou integral sem certificação do Ensino Médio via ENEM.

É importante destacar que há um aumento significativo de alunos oriundos das escolas públicas na UFRJ, nos cursos analisados. Isso se deve, em parte, ao recrutamento realizado pelos pré-vestibulares comunitários para negros e carentes, desde o final da década de 1980 e intensificada nas décadas seguintes, à instituição do sistema de cotas na UFRJ (2012) e também ao processo de aceleração da certificação para os alunos da classe trabalhadora, que visa repor as lacunas geracionais no que tange à educação no Brasil.

É importante destacar que há um aumento significativo de alunos oriundos das escolas públicas na UFRJ, nos cursos analisados. Isso se deve, em parte, ao recrutamento realizado pelos pré-vestibulares comunitários para negros e carentes, desde o final da década de 1980 e intensificada nas décadas seguintes, à instituição do sistema de cotas na UFRJ (2012) e também ao processo de aceleração da certificação

para os alunos da classe trabalhadora, que visa repor as lacunas geracionais no que tange à educação no Brasil.

Até 2011 não tinha a escolaridade do Ensino Médio. Então, resolvi fazer o supletivo EJA. Vi no ENEM a oportunidade de cursar uma faculdade e mudar de emprego – era doméstica. Me inscrevi e inscrevi meu esposo; hoje ele está fazendo Psicologia na UFRJ (ALUNA 1, 2016).

Assim, hipoteticamente, pressupomos que a forma como essas mulheres enfrentaram o “conflito” Trabalho, Educação e Vida Familiar foi a partir da ótica individual, pois postergaram a sua capacitação profissional para dar conta da provisão da família, bem como do cuidado dos filhos.

Vale ressaltar que os auxílios não obstam essas dificuldades, apenas atenuam de modo bem sutil os encargos financeiros provenientes das despesas acadêmicas. O ônus do trabalho doméstico não remunerado ainda recai estritamente sobre as mulheres que ousam sair de casa para trabalhar e estudar. As auto-declarações das alunas de Pedagogia e Serviço Social contidas nas suas fichas cadastrais retratam o lugar que esses auxílios estudantis ocupam na sua situação socioeconômica, como citado abaixo:

No que tange à categoria “raça e cor”, que alisaríamos a seguir a partir dos dados empíricos, observamos no universo estudado que há uma predominância de alunas mães trabalhadoras bolsistas negras dos cursos de Pedagogia (7) e Serviço Social (11) em contraposição ao número diminuto de alunas mães trabalhadoras bolsistas brancas dos cursos de Pedagogia (1) e de Serviço Social (2).

Assim, a partir dessa amostragem, percebemos que há uma predominância de mulheres mães negras trabalhadoras nos cursos de Serviço Social e Pedagogia, o que nos alerta para a importância de qualificar o debate “conflito” Trabalho, Educação e Vida Familiar a partir da intersecção com a questão racial.

O IPEA (2009) aponta a importância da intersecção das diversas desigualdades ao se falar de mulher no Brasil, a saber, de classe, geração, raça e etnia, pois não tem como analisar as desigualdades sociais e de gênero sem essa interpelação com as diversas nuances do que é ser mulher no Brasil, principalmente mulher, negra, trabalhadora, mãe, dona de casa e

universitária. A autodeclaração da aluna de Serviço Social evidencia tal dilema, como citado abaixo.

Se conseguir a Bolsa Auxílio, vou preferir me dedicar aos estudos. Sou negra, tenho algumas deficiências do Ensino Fundamental e o curso de Serviço Social requer muita dedicação. Já que quero ser uma boa profissional, preciso me dedicar, ter tempo para estudar e, sendo assim, não posso trabalhar como doméstica (ALUNA 9, 2016).

Portanto, o que percebemos ao longo da pesquisa é que essa caracterização, exposta acima, tem incidido no processo de permanência das alunas mães trabalhadoras bolsistas negras dos cursos de Pedagogia e Serviço Social, pois as mulheres, ao se capacitarem, ainda continuam a realizar as mesmas atividades que já desempenhavam, seja de modo remunerado ou não, o que compromete o processo de formação acadêmica dessas mulheres, bem como retarda o processo de diplomação.

Em contraponto, as alunas mães trabalhadoras bolsistas negras dos cursos de Pedagogia e Serviço Social que conseguem cumprir os prazos têm que sacrificar a vida pessoal, pois, mais do que uma dupla jornada, elas realizam, na verdade, uma tripla jornada para dar conta do “conflito” Trabalho, Educação e Vida Familiar.

É importante ressaltar que as mulheres negras, mesmo após o ingresso na UFRJ, mesmo sendo bolsistas, para permanecer estudando na UFRJ, têm desempenhado a função de empregada doméstica para prover seu sustento, bem como em troca de local de moradia, já que as questões da permanência ao não ser pensadas a partir das condições de vida e de trabalho desses sujeitos femininos fazem com que essas mulheres, principalmente as mulheres mães trabalhadoras negras, se submetam às relações sociais, profissionais e acadêmicas cuja tônica é a opressão de classe, gênero, raça e etnia, enfim, para que possam conseguir a tão sonhada diplomação.

Conclusões

Como garantir a permanência das alunas mães trabalhadoras negras nas universidades públicas bra-

sileiras? Essa pergunta inicial que norteou nossa pesquisa é difícil de ser respondida e equacionada pelo poder público, haja visto que as mães trabalhadoras negras universitárias enfrentam inúmeras opressões de classe, gênero, raça e etnia no interior das IFES.

A busca dessas mulheres pela capacitação profissional para que possam se libertar, de fato, das profissões que têm resquícios da escravidão (como, por exemplo, o trabalho doméstico remunerado e o trabalho no setor de serviços) é uma realidade presente na sociedade brasileira e, apesar da regulamentação da PEC das domésticas e da formalização do setor de serviços, cresce a escolarização das mulheres negras, bem como seu acesso à educação superior.

Na UFRJ, nosso campo empírico, observou-se que a política de permanência existente para essas mulheres no âmbito educacional é insuficiente e não reduz a sobrecarga da dupla jornada, nem tampouco permite a diplomação dentro do prazo estabelecido. A falta de um estudo minucioso sobre as condições de vida, trabalho e moradia das mulheres mães trabalhadoras negras que ousam sair de casa para estu-

Na UFRJ, nosso campo empírico, observou-se que a política de permanência existente para essas mulheres no âmbito educacional é insuficiente e não reduz a sobrecarga da dupla jornada, nem tampouco permite a diplomação dentro do prazo estabelecido. A falta de um estudo minucioso sobre as condições de vida, trabalho e moradia das mulheres mães trabalhadoras negras que ousam sair de casa para estudar e trabalhar retarda a construção de políticas de permanência universitária que contemple as necessidades das mulheres mães trabalhadoras negras.

dar e trabalhar retarda a construção de políticas de permanência universitária que contemple as necessidades das mulheres mães trabalhadoras negras.

Dentre os objetivos propostos, este estudo nos possibilitou compreender como se forja o “conflito” entre Trabalho, Educação e Vida Familiar nas IFES, bem como mapear como tem sido enfrentada essa questão pelas mulheres e pelo poder público. Constatamos que as mulheres negras que cursam Pedagogia e Serviço Social não possuem políticas que possam

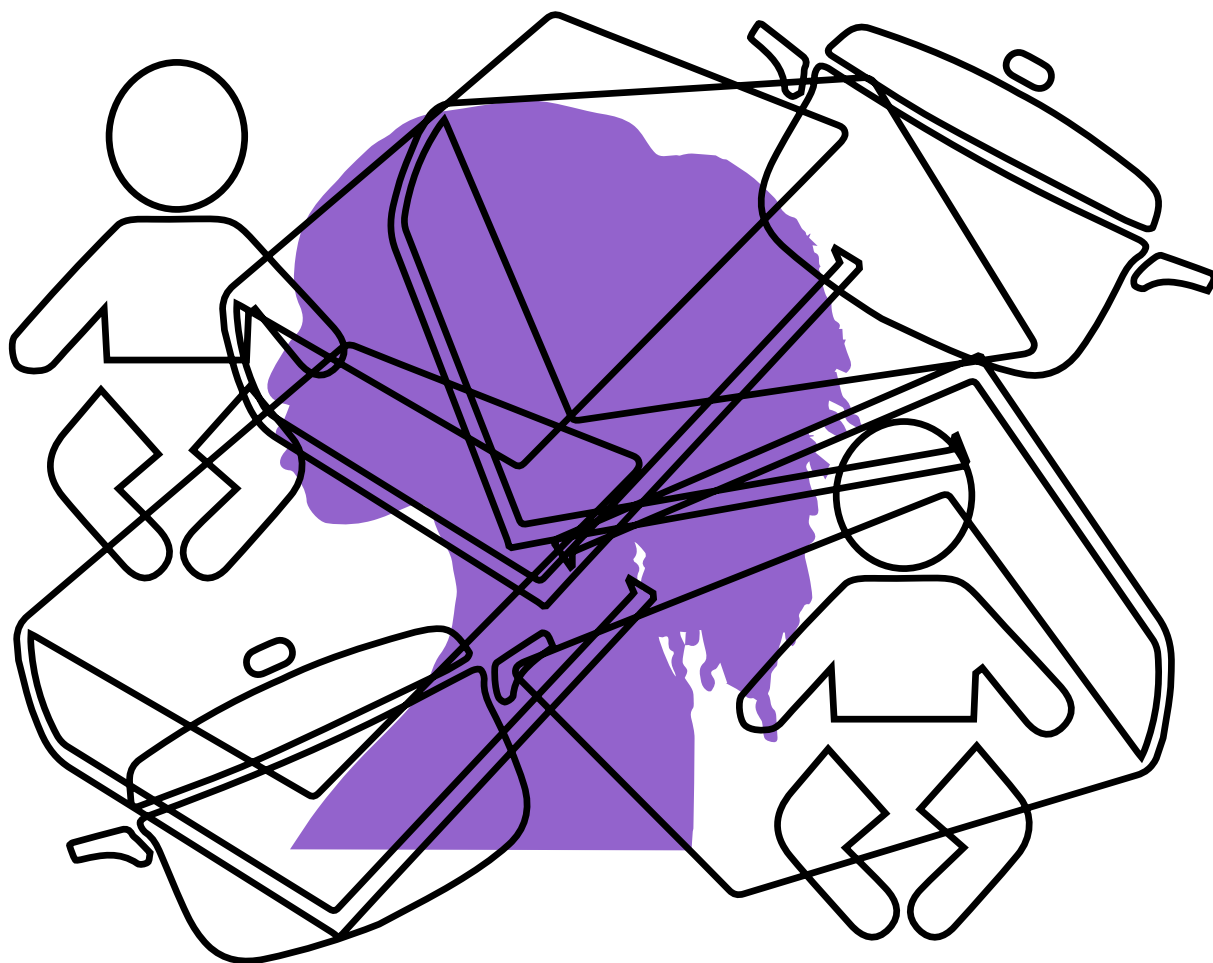
desonerá-las dos encargos familiares e domésticos; pelo contrário: seus direitos são violados para que possam ser reconhecidas como sujeitos de direito no Brasil, para que possam ter acesso à educação.

Portanto, não basta abrir o portão para que as mulheres trabalhadoras negras possam frequentar as universidades. Já sabemos que a liberdade não foi sinônimo de direitos para os negros no Brasil. É preciso instituir, de fato, as condições necessárias para que as alunas mães trabalhadoras negras bolsistas possam sair de casa para trabalhar e estudar sem ter que abandonar seus filhos, pois não dispõem de recursos financeiros para realizarem a transferência do cuidado materno (COSTA, 2002).

Para mais, tal pesquisa nos revelou que a construção de uma política de permanência para as mulheres mães trabalhadoras negras universitárias perpassa pela leitura do lugar que as alunas trabalhadoras negras ocupam na sociedade, no interior de suas famílias, bem como no mercado de trabalho. É fato que sua condição é ditada pela *ethos* branco dominante e classista.

No que tange à permanência universitária, os resultados qualitativos nos demonstraram que as alunas mães trabalhadoras negras não necessitam somente de alimentação (bandejão ou restaurante universitário), moradia (alojamento ou república) e dinheiro (auxílio-creche) para que possam frequentar as aulas nas universidades públicas; precisam de muito mais, pois, como é sabido, a mulher negra não anda sozinha, carrega consigo sua família, pois ela é responsável pela provisão alimentar de seus filhos e pelo seu cuidado. De acordo com o IPEA (2009), as mulheres negras, em sua maioria, são chefes de família.

Para mais, historicamente, as mulheres negras têm desempenhado atividades domésticas remuneradas para sobreviver. Então, como prover cuidado para quem produz cuidado? Essa pergunta, que nos moveu a estudar o tema em questão, não é possível ser respondida nos marcos da sociedade brasileira, que ainda tem uma estrutura social assentada no trabalho doméstico feminino gratuito, para o qual não há provisão de política pública que desonere as mulheres.



Sendo assim, a luta das mulheres pela direito à educação, em especial à educação superior no país, é sinônimo de outras várias lutas, a destacar: a luta pelo direito ao acesso a uma educação superior de qualidade, que promova uma formação crítica e emancipadora; a luta pelo direito à capacitação profissional, sem que recaia exclusivamente sobre elas o ônus do “conflito” entre trabalho, educação e vida familiar; a luta pela instauração de relações sociais, profissionais e educacionais livres de opressão de classe, gênero, raça, etnia, geração e sexualidade; e a luta pelo ingresso e permanência na educação superior, bem como no mercado de trabalho em postos com melhor remuneração.

Para além, a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior vem de longe e prenuncia novos embates, pois o cenário da reforma neoliberal da educação superior tem agregado um processo de “expansão para menos” e, por conseguinte, tem repercutido nas condições de vida, educação e trabalho das alunas mães trabalhadoras negras matriculadas nas IFES.

A pesquisa empírica realizada na DAE/UFRJ, como já explicitado anteriormente, nos possibilitou uma leitura socioeconômica da situação de vida das alunas mães trabalhadoras negras bolsistas dos cursos de Pedagogia e Serviço Social da UFRJ: como bem constatamos a partir da apreciação e leitura de documentos, essas mulheres têm assumido o ônus do cuidado para que possam sair de suas casas para trabalhar e estudar; não é à toa que carregam consigo para a sala de aula seus filhos, bem como para os restaurantes universitários e para as residências estudantis.

Portanto, lutar contra as normas vigentes para assegurar a reprodução social da família ainda é uma luta clássica no Brasil, que se renova ao ser empreendida pelas alunas mães trabalhadoras negras bolsistas dos cursos de Pedagogia e Serviço Social da UFRJ.

Em relação à política de permanência estudantil para as alunas mães trabalhadoras negras, as dificuldades advindas do “conflito” entre Trabalho, Educação e Vida Familiar não se diluem ou desmancham com a distribuição de auxílios estudantis; pelo contrário: os auxílios apenas dissimulam respostas para a questão da permanência universitária feminina, pois,

na verdade, são instrumentos de cooptação das lutas empreendidas pelos estudantes nas IFES.

A presente pesquisa, a partir dos relatos dos alunos pesquisados na UFRJ, nos revelou que os auxílios estudantis não vão resolver as opressões de classe, gênero, raça, etnia, geração e sexualidade, pois são amorfos, meros mecanismos financeiros que não pretendem alterar a realidade socioeconômica dos alunos, apenas atenuá-las, nem incidir na luta de classes.

Leher (2011), ao analisar a adesão da UFRJ ao REUNI, destaca que a expansão das IFES sem base orçamentária para tal, como vem ocorrendo na UFRJ, é uma expansão demagógica e irresponsável da educação superior para a classe trabalhadora. Aclara que tal processo tem sido forjado pela privatização interna das IFES, pelo processo de alocação de fundo público no mercado, por meio da expansão do ensino a distância, por meio da contratação de professores substitutos, bem como pela utilização de mestrandos e doutorandos para dar disciplinas.

Leher (2011), ao analisar a adesão da UFRJ ao REUNI, destaca que a expansão das IFES sem base orçamentária para tal, como vem ocorrendo na UFRJ, é uma expansão demagógica e irresponsável da educação superior para a classe trabalhadora. Aclara que tal processo tem sido forjado pela privatização interna das IFES, pelo processo de alocação de fundo público no mercado, por meio da expansão do ensino a distância, por meio da contratação de professores substitutos, bem como pela utilização de mestrandos e doutorandos para dar disciplinas.

Somam-se a esse cenário regressivo as dificuldades oriundas do “conflito” entre Trabalho, Educação e Vida Familiar, que, ao não serem, de fato, enfrentadas pelo poder público, fazem com que as mulheres mães trabalhadoras negras engrossem a fileira das matrículas dos cursos a distância (EAD). De acordo com os dados do Censo Superior da Educação Superior, produzido pelo INEP (2013), a quantidade de matrículas de graduação registradas, tanto na modalidade presencial quanto a distância, é sempre maior para o sexo feminino. A variação encontrada para o sexo feminino nos cursos presenciais de 2010 para

2013 é de 13,3% e nos curso a distância é de 23%. Para o sexo masculino, na modalidade presencial, de 2010 para 2013, há uma variação de 12,5% e, nos cursos a distância, de 26%.

No entanto, para as mulheres, tal processo é majorado porque são responsáveis pelo cuidado dos filhos e do marido, bem como de terceiros. Portanto, essa saída realizada por algumas mulheres é um engodo, na medida em que não percebem que o EAD reafirma o lugar delas como cuidadoras, as enclausura no lar e lhes oferta uma formação parcial, sem a vivência da pesquisa e extensão.

Por fim, a partir da realização dessa pesquisa, constatou-se que não basta ampliar o acesso das alunas mães trabalhadoras negras à educação superior, se for para lhes ofertar uma educação pública, laica e de qualidade, nem tampouco instilar ações assistenciais por meio de mecanismos de transferências de renda, se tiverem um cunho meramente compensatório, cuja missão é calar a boca das mulheres trabalhadoras negras e cooptar suas lutas.

Pelo contrário: advogamos que é preciso que as alunas mães trabalhadoras negras tenham direito à uma educação superior crítica e emancipadora, para que possam empreender novas figurações, que não sejam as de empregada doméstica e babá. **US**

ABREU, M.A.; TIBLE, J. Políticas inovadoras no cenário federal, a visão dos ministros da igualdade racial. In: RIBEIRO, M. (org). **Política de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

BRASIL. **Decreto Lei 7.824**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Resolução 536**. Universidade Federal de Brasília (UnB). Dispõe sobre a regulamentação dos acordões pelo Superior Tribunal Federal que liberam a utilização de cotas na UnB.

COSTA, Suely G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, p. 321-323, 2º semestre. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14959.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Marcondes, Mariana M. [et al.]. - Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **O sistema classificatório de “raça e cor” do IBGE**. OSÓRIO, Rafael G. - Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2013: resumo técnico** - Brasília: 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa mensal de trabalho, ano 1996**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/default.shtm>. Acesso em: 19 jan. 2016.

LEHER, Roberto. **Um novo senhor na educação?** A política Educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, nº 1, p. 19-30, 1999.

_____. **Entrevista: Roberto Leher critica “pacote da autonomia”**. Nader, Valéria & BRITO, Gabriel. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA). AMAZONAS: ADUA, 2011. Disponível em: <<http://adua.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

LIMA, Kátia. **Plano Nacional de Educação 2011-2020: desafios para a educação superior**. Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPSS), dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MINAYO, Maria. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. IN: MINAYO, Maria C. S. & Deslandes, Suely F.(orgs) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia & MADSEN, Nina. Educação Formal, Mulheres e Gênero no Brasil Contemporâneo. In: Leila Linhares Barsted & Jacqueline Pitanguy (orgs). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990**. Cadernos Pagu (16), pp. 151-197, 2001.

SANTOS, Sabrina Albuquerque. **As ações Afirmativas e assistência estudantil na Universidade: uma abordagem sobre as medidas de permanência na UERJ**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, UERJ: Rio de Janeiro, 2015.

referências

Os ataques aos direitos das mulheres e a necessidade da organização classista

Sandra M. M. Siqueira

Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: sandralemarx@gmail.com

Resumo: Com o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, temos o aviltamento das condições de trabalho e retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, em particular das mulheres, negras e negros e LGBTs, que sofrem mais pesadamente as contradições da sociedade capitalista. A questão das opressões nunca foi tão discutida no interior dos movimentos sindicais, sociais e populares, entretanto, devemos destacar que a discussão sobre a questão das opressões toma um sentido diferente quando voltada para nossa atuação na luta de classes, no seio dos movimentos de natureza classista. Nosso objetivo com este artigo é contribuir com uma formulação marxista sobre a questão das opressões, em particular das mulheres, tendo em vista fortalecer a luta das mulheres na perspectiva emancipatória, no contexto político de ataques profundos dos governos, do Congresso Nacional e dos capitalistas, que, por meio das bancadas parlamentares conservadoras, têm atuado no sentido de retroceder nos direitos das mulheres, negras e negros e LGBTs e criminalizar os movimentos que têm posto pautas importantes na história de mobilização e luta.

Palavras-chave: Feminismo. Conservadorismo. Retrocessos nos Direitos. Luta de Classes.

Introdução

Apresentar uma análise na esteira do materialismo histórico sobre os ataques dos governos, do Congresso Nacional e demais instâncias políticas ao conjunto dos trabalhadores, em particular às mulheres – que constituem a metade da população –, é uma necessidade histórica no cenário de retrocessos de direitos que atingem de forma expressiva os explorados

e exploradas do nosso país. Há uma luta secular do movimento de mulheres em defesa de uma pauta de direitos, dentre eles o de trabalho igual, salário igual, ainda não resolvida, porém, temos que avançar não só nesta questão, mas em outras, que hoje têm sido atacadas por políticos, ancorados em ideologias e políticas conservadoras.



É preciso fazer um balanço sério dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – Lula e Dilma Rousseff – quanto às expectativas geradas, não só em relação aos movimentos de mulheres, mas também no conjunto dos explorados, quando da chegada à Presidência da República, em particular da primeira mulher na gerência do estado burguês. Não se pode deixar de clarificar que Dilma governou, na verdade, para os grandes grupos econômicos, submetendo-se aos interesses de frações capitalistas, esteve sob pressão das bancadas religiosas e demais conservadores, que se colocaram como uma grande trava ao avanço dos direitos das mulheres no que se refere à legalização do aborto seguro, gratuito, e tantos outros direitos e, não poucas vezes, se mostrou impotente frente às diversas tentativas de criminalização das mulheres e dos movimentos sociais, para assegurar a governa-

bilidade que foi posta em cheque pelo processo de *impeachment*.

Projetos de leis tramitam no Congresso com um viés claramente conservador, que atentam contra a liberdade das mulheres decidirem sobre suas vidas. É o caso do Estatuto do Nascituro, Projeto de Lei 478/2007, que prevê a proibição do aborto em caso de estupro e a previsão da “bolsa-estupro” às mulheres que engravidam em face da agressão. Este estatuto é considerado o maior atentado aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Entra em choque com o direito ao aborto, até mesmo nos casos previstos no Código Penal, e com a luta pelo direito ao mesmo, pela defesa da vida das mulheres trabalhadoras, particularmente as que vivem nas piores condições de vida e trabalho, e mulheres negras.

Acrescente-se o PL 5069/13, que altera o Código

Penal sobre a questão do aborto e criminaliza ainda mais as mulheres e os profissionais da saúde. Somente aos ataques anteriores também o PL 6583/2013, que reporta a instituição do estatuto da família, significando um grande retrocesso para os grupos LGBTs e para as mulheres no que tange à constituição familiar, além de tantas outras medidas que atentam de forma direta ou indireta à vida das mulheres. Estas ações mobilizaram um conjunto de mulheres a irem às ruas denunciar e se colocar incisivamente contra as ações perpetradas por Eduardo Cunha (PMDB), presidente afastado da Câmara dos Deputados, além dos reacionários defensores da moral burguesa e dos dominantes bons costumes Marco Feliciano (PSC-SP) e Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que na votação do *impeachment* na Câmara fez apologia do Coronel Brilhante Ustra, denunciado e conhecido como torturador na ditadura militar de militantes de esquerda, incluindo mulheres.

A realidade da opressão das mulheres no capitalismo mostra, como dizia Trotsky, que a verdadeira “libertação da mulher significa cortar o cordão umbilical que ainda une o povo ao obscurantismo e às superstições do passado” (2015, p. 73). Mas, para isso, é preciso transformar as condições materiais de existência social, isto é, as relações de produção e de propriedade capitalistas. A exploração de classe dos trabalhadores pela classe dominante é o fundamento das formas de opressão. Sem luta contra a exploração de classe, não há luta contra as opressões. Sem luta contra as opressões, não poderemos avançar profundamente na luta contra a exploração de classe.

O objetivo central do texto é contribuir para avançar na caracterização marxista da questão das opressões, realizando uma crítica dos ataques dos governos, capitalistas e do Congresso Nacional, por meio das ações da bancada conservadora, que procuram retroceder nos direitos de mulheres, negros e negras e LGBTs.

Esperamos que as reflexões expostas neste artigo contribuam para o debate em relação aos estudos desenvolvidos em vários espaços e, particularmente, à prática política concreta na organização classista das mulheres como parte do movimento emancipatório da classe operária e demais explorados pelo fim da sociedade capitalista e constituição do socialismo.

O contexto de retirada de direitos das mulheres no governo Dilma Rousseff (PT)

O governo de Dilma Rousseff (PT) foi marcado por profundas contradições econômicas e políticas, em face do desenvolvimento da crise mundial do capitalismo e da crise econômica e política interna. Durante os dois primeiros governos do PT (Lula), antes de estourar a crise mundial, foi possível manter taxas de crescimento da economia nacional, acompanhando os índices internacionais, o controle do desemprego, aumentos salariais (na realidade muito abaixo das necessidades dos trabalhadores brasileiros, como demonstram as pesquisas do Dieese) e programas sociais assistenciais (como o Bolsa Família). Com o estouro da crise econômica internacional e seu impacto na vida nacional, as margens de manobra dos governos petistas se encurtaram cada vez mais. As denúncias de corrupção (“mensalão”, “petrolão”, Lava Jato) foram parte de uma campanha midiática de desmoralização política do Partido dos Trabalhadores e de suas lideranças. Enfim, com o resultado da segunda eleição de Dilma, a oposição de direita reforçou as denúncias e ataques, que resultaram na aprovação do *impeachment* recentemente na Câmara, confirmado pelo Senado.

Nesse contexto, um conjunto de retrocessos nos direitos sociais e políticos acabam atingindo de forma direta ou indireta os trabalhadores e trabalhadoras do país, particularmente as mulheres. São vários os ataques sofridos pelas trabalhadoras, como o avanço da terceirização, restrição de direitos como aposentadorias, pensões e seguro-desemprego. Somam-se ainda as demissões massivas (já são mais de 11 milhões de desempregados), o subemprego, a informalidade, a precarização, anúncios de medidas relacionadas a uma nova reforma da previdência, que vai mudar as regras da aposentadoria, além do incremento da violência contra as mulheres, a criminalização do aborto, a falta de creches e outras importantes reivindicações quanto às condições de trabalho e vida da mulher trabalhadora. O governo de Dilma (PT) já não tinha a mesma margem de manobra de Lula e, sob impacto da crise mundial e interna, acabou soterrando pautas importantes do movimento

de mulheres, dentre elas a legalização do aborto, para responder às pressões da bancada conservadora do Congresso Nacional.

O chamado “governo democrático-popular” do PT findou transformando o partido surgido historicamente das lutas sociais do final da década de 1970 em partido da ordem, fiel depositário e garantidor da propriedade privada dos meios de produção das principais frações da classe dominante (industrial, comercial, bancária, agrária e financeira). Não à toa, impôs um ajuste fiscal, que comporta ataques ao conjunto dos trabalhadores, com a pretensão de alcançar metas do superávit primário, para garantir o pagamento de juros e amortizações da dívida pública com banqueiros e financistas nacionais e internacionais, despejando o ônus da crise estrutural do capital sobre os ombros da classe trabalhadora.

Mais recentemente, os servidores públicos e demais trabalhadores foram impactados com o PLP30 257/16, de autoria do executivo, que tem inicialmente como alvo principal o funcionalismo público em todos os níveis (federal, estaduais e municipais), porém atingindo significativamente as mulheres que dependem dos serviços públicos, entre eles a saúde e a educação.

O PLP30 257/16 aprofunda o desmonte dos serviços públicos, precariza as condições de trabalho, confisca os salários do funcionalismo público e não realiza concursos públicos, implementa o programa de demissão voluntária e licença incentivada aos servidores e empregados e reforma o regime jurídico dos servidores ativos, inativos, civis e militares para limitar os benefícios, progressões e vantagens. Em termos práticos, este projeto lei, encaminhado em caráter emergencial, significa a desagregação e o aprofundamento do sucateamento dos serviços públicos utilizados pela população em geral. As mulheres também são afetadas com relação à aposentadoria, extinguindo a diferença de tempo de trabalho para efeito de aposentadoria em relação ao homem, aumentando mais o tempo de permanência no trabalho das mulheres para obter o direito à aposentadoria. Isto é, o governo deseja que as trabalhadoras sejam exploradas por mais tempo, evidentemente para proporcionar a acumulação de capitais aos burgueses.

Retomando a absurda proposta da bolsa-estupro,

prevendo que a mulher estuprada abriria mão de seu direito legal de interrupção da gravidez, resultante de um ato de brutal violência contra a mulher, em troca de uma bolsa correspondente ao salário mínimo. Isto significa um grande retrocesso na luta pela legalização do aborto. O referido projeto pretende qualificar como crime instigar ou induzir a prática do aborto, bem como instrução ou orientação para o procedimento. A pena é aumentada em se tratando de profissionais da área de saúde – até três anos. A referida lei também faz menção a quem vende ou entrega, mesmo que de forma gratuita, substâncias ou objetos destinados a provocar o aborto. Esta cláusula se refere claramente à pílula do dia seguinte, podendo proibir sua venda, criminalizando a comercialização da mesma. É preciso realçar que as mulheres pobres e negras, que se encontram em situação de vulnerabilidade, são as que mais sofrem este tipo de violência e as que mais morrem por abortos clandestinos. 62,8% das mortes decorrentes de gravidez atingem mulheres negras e 35,6% mulheres brancas, segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2014.

Retomando a absurda proposta da bolsa-estupro, prevendo que a mulher estuprada abriria mão de seu direito legal de interrupção da gravidez, resultante de um ato de brutal violência contra a mulher, em troca de uma bolsa correspondente ao salário mínimo. Isto significa um grande retrocesso na luta pela legalização do aborto. O referido projeto pretende qualificar como crime instigar ou induzir a prática do aborto, bem como instrução ou orientação para o procedimento.

Outro ataque proveniente desta lei se refere aos casos de estupros quando há gravidez. Eis o que estabelece o projeto de lei: “Se a gravidez resulta de estupro, constatado em exame de corpo de delito e comunicado à autoridade policial, e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal”. A lei só considera estupro se houver a comprovação da penetração. Além do mais, a mulher que sofre esta violência só poderá receber assistência médica caso se submeta à autoridade policial ou ao exame de corpo de delito, o que coloca

as mulheres em situação de grande constrangimento.

Para completar, é preciso, ainda, destacar outra questão importante que diz respeito às propostas que circundam na Câmara, ligadas à retirada do debate sobre a questão de gênero nas escolas para atender às pressões de bancadas conservadoras. Diante desse contexto de profundos retrocessos de direitos, é preciso fortalecer a luta das mulheres trabalhadoras, articulando as reivindicações das mulheres à luta pela superação de todas as formas de opressões como parte dos movimentos sociais do conjunto dos trabalhadores pela superação da exploração de classe e pelo socialismo. Os sindicatos classistas devem avançar no debate e nas ações frente a essas questões candentes da luta de classe. Não há outra forma de barrar tamanho ataque a não ser com a unidade classista do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

O aprofundamento da precarização das trabalhadoras terceirizadas e o PLC 30/15

É preciso lutar obstinadamente contra o avanço da terceirização que atinge um número considerável de mulheres, expressando uma grande perversidade do capital que retira direitos e garantias trabalhistas, além de segregar os trabalhadores nos espaços de trabalho. A precarização articulada com a terceirização no atual contexto de crise do capitalismo é a expressão da face mais perversa do regime burguês. A política de flexibilização das relações de trabalho,

Sabemos que as mulheres são as maiores vítimas da precarização do trabalho, dos retrocessos de direitos; muitas delas não têm sequer acesso à previdência, por viverem na informalidade, nos empregos sem proteção legal, sem assistência social, sem documentação.

os ataques às conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, a fragmentação da classe operária e privatizações têm seguido uma orientação internacional do capitalismo em sua fase monopolista, de decomposição das forças produtivas. Significa dizer que historicamente tanto as multinacionais quanto os grandes

capitalistas nacionais impuseram a terceirização no Brasil.

O processo de terceirização avançou no Brasil a partir de 1990 e se tornou legalmente reconhecido em 1993. Foram terceirizados os serviços de limpeza, vigilância e, mais recentemente, outros setores. Hoje temos quase 13 milhões de trabalhadores terceirizados que, comparados aos trabalhadores efetivos, ganham salários menores em condições de trabalho piores e nenhuma estabilidade no emprego. Há toda uma legislação adaptada para regulamentar e expandir a terceirização para todas as atividades. No governo Dilma não tem sido diferente. Há uma clara tentativa de avançar a terceirização das atividades-meio para as atividades-fim e expansão para o setor público neste processo. Há destaques para modalidades de subcontratação no setor público que têm avançando largamente, como concessão, permissão, parcerias, cooperativas, ONGs, organizações da sociedade civil de interesses públicos (OSCIPS).

O PLC 30/15 foi o mais duro golpe desferido aos trabalhadores do Brasil, expressando a destruição de direitos históricos conquistados pelos trabalhadores. Os trabalhadores terceirizados estão amargando as péssimas condições de trabalho, duras humilhações e, em determinadas situações, vivendo condições análogas à escravidão.

Sabemos que as mulheres são as maiores vítimas da precarização do trabalho, dos retrocessos de direitos; muitas delas não têm sequer acesso à previdência, por viverem na informalidade, nos empregos sem proteção legal, sem assistência social, sem documentação. As trabalhadoras precisam das políticas públicas ligadas à saúde, educação e outras demandas reprimidas relacionadas à proteção das mães trabalhadoras, como o direito à creche e outras assistências necessárias à vivência da maternidade.

Como afirma Assunção, “É necessário que as mulheres trabalhadoras saiam de seus trabalhos e tenham que correr para suas casas, pois, lá, a sua segunda jornada de trabalho as espera. Lá permanecem enclausuradas, cada membro isolado e atomizado deste exército, distantes da possibilidade de, juntas e organizadas, expressarem sua força e assumirem a linha de frente do combate pela unidade da classe operária” (2013, p. 111).

Como se observa, a maioria das mulheres inseridas no mercado de trabalho vive uma dupla ou tripla jornada de trabalho e não são estimuladas a se organizarem, a participarem da política, dos sindicatos e outros importantes espaços de organização, mobilização e luta. Há uma necessidade de desenvolver uma clara política de conquista, convencimento e organização das mulheres trabalhadoras, particularmente as terceirizadas, a participarem de forma consciente e organizada da luta de classes, como parte do conjunto da classe operária e demais assalariados. Isso se justifica devido à participação cada vez mais crescente das mulheres no mercado de trabalho.

O desengavetado PL 4330/04, como parte dos ataques desferidos aos trabalhadores, e sua conversão em PL 30/15, tem colocado claramente a necessidade de um movimento unitário e de conjunto de resistência. Um dos exemplos foi a greve docente de 2015, dirigida pelo ANDES-SN. Nela foi incorporada a luta contra o PL 30/15 da terceirização na pauta de mobilização e da luta do movimento paredista. Na ocasião, tivemos oportunidade de desenvolver ações políticas articuladas com os trabalhadores terceirizados e terceirizadas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que estavam com seus salários atrasados e sem receber os benefícios relativos a transporte e alimentação.

Esta aproximação nos revelou, de forma mais real, toda a perversidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. Pudemos constatar a realidade da terceirização, mas numa dimensão muito mais dura e chocante. Assistimos aos depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados(as), acompanhamos o drama vivido pelas famílias de trabalhadores e trabalhadoras durante a greve, chegando inclusive à morte de trabalhador por acidente de trabalho e por problemas coronários agravados pela situação de atraso no pagamento e medo de demissão. Compartilhamos atos de solidariedade de classe dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados(as) com a família do trabalhador falecido e com as famílias daqueles e daquelas que estavam passando por profundas dificuldades.

Foi o momento mais rico e dinâmico da greve na UFBA em 2015. Desenvolvemos ações políticas com professores e estudantes junto aos trabalhadores terceirizados. Fizemos atos de denúncias, oficinas

de cartazes, aulas públicas, fotografias e momentos de confraternização com esses trabalhadores e trabalhadoras. Certamente, o momento mais difícil foi termos presenciado uma demissão em massa de 105 trabalhadores sem que as empresas terceirizadas lhes dessem qualquer chance de defesa. Até o presente momento, há trabalhadores e trabalhadoras lutando nas instituições trabalhistas para receber os seus direitos, pois foram jogados na vala do desemprego, sem sequer receber suas verbas rescisórias. Trata-se de uma situação muito difícil observar um certo sentimento de impotência nos trabalhadores, particularmente os mais velhos, muitas vezes derramando lágrimas e se perguntando o que farão agora para garantir o sustento da família.

Isso tem a ver com a atual situação dos sindicatos de terceirizados e o burocratismo de suas direções. Trata-se de direções sindicais burocráticas, marcadas pelo descaso, despolitização e, em determinada medida, profundamente colaboracionistas com a política patronal. Há, evidentemente, exceções, mas são poucas. Durante a greve docente em 2015 na UFBA, com o processo de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados(as), em unidade com uma parcela pequena, mas combativa de professores e estudantes, a base acabou por forçar a presença da direção sindical e a convocação de uma assembleia para discutir a situação de descaso com os terceirizados. O que se constatou foi a tentativa da direção sindical de jogar a culpa da realidade de desorganização

O desengavetado PL 4330/04, como parte dos ataques desferidos aos trabalhadores, e sua conversão em PL 30/15, tem colocado claramente a necessidade de um movimento unitário e de conjunto de resistência.

dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados(as) nas costas dos próprios trabalhadores, limitando-se a dar lições de moral aos trabalhadores que estavam em situações de vulnerabilidade, devido aos atrasos de salários e outros benefícios, e com muito medo de perder seus postos de trabalho.

As atividades permaneceram após a greve, pois tínhamos clareza que os ataques continuariam. Mes-

mo demitidos, alguns terceirizados tentam lutar e se engajar em atividades como plenárias, rodas de conversas e outras ações, com o objetivo de avançar na organização, mobilização e luta. Em março de 2016, por ocasião da Semana da Mulher na Faculdade de Educação da UFBA (FACED), foi incluído na programação um profícuo debate e atividades com as mulheres terceirizadas da FACED/UFBA e foi realizada uma exposição fotográfica das mulheres trabalhadoras terceirizadas, que ficam constantemente invisíveis por trás de uniformes. Hoje essas mulheres são chamadas pelos seus nomes e se sentem importantes após estas ações moleculares que estamos realizando na FACED/UFBA.

Com elas, aprendemos que desejam ver concretamente a reivindicação de efetivação no trabalho ser conquistada e de ter seus direitos trabalhistas (como férias e outros importantes direitos, salários e condições de trabalho) respeitados. Não querem ser tratadas com desrespeito e discriminação, mas conviver, nos mesmos espaços com os demais trabalhadores e trabalhadoras efetivos(as).

Como a maioria das pessoas terceirizadas, as trabalhadoras recebem salários muito baixos, que sequer atendem às necessidades mais básicas de sua

família. A instabilidade e precariedade permanente pressionam esses trabalhadores e trabalhadoras, que se veem frequentemente na possibilidade de perda do emprego e na incapacidade de reprodução social. Nessa luta, defendemos com toda a convicção as reivindicações dos terceirizados: trabalho igual, salário e direitos iguais. Não é possível conviver com tanta exploração e permanecer confortável diante dessa realidade. Daí, a necessidade urgente de mobilização, organização e luta. Além desses ataques às condições de vida e trabalho, por meio do desemprego, dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho e avanço da terceirização, as mulheres trabalhadoras ainda têm que suportar o problema da violência.

A violência atinge duramente as mulheres, em particular as mulheres negras

O feminicídio é a principal causa de morte das mulheres no Brasil e no mundo. Em 2015 foi divulgado o mapa da violência sobre as mulheres com dados assustadores, apontando a violência doméstica e familiar como a principal forma de violência praticada contra as mulheres no Brasil. A cada sete casos de feminicídios praticados, quatro foram praticados por pessoas com relações próximas, de afeto com a mulher, vítima da agressão. A violência contra as mulheres, os assassinatos (feminicídio), agressões, mutilações, assédios morais e sexuais devem ser combatidos com mobilização e luta. Não podemos admitir que os crimes bárbaros contra as mulheres sejam observados com indiferença pelo poder público, bem como outras formas de violência.

O conjunto de dados sobre violência contra a mulher citado mostra claramente o quanto cresceu, em grande escala, o número de mortes contra as mulheres negras: em dez anos (2003-2013), saltou para 54,2%. Há uma exposição maior da violência direta contra a mulher negra, em diversas regiões do país. Segundo a ONU, 7 a cada 10 mulheres no mundo já foram ou serão violentadas durante a vida. 35% dos assassinatos de mulheres no mundo são cometidos por seus parceiros (OMS). Cinco mil mulheres são mortas por ano por “crimes de honra” (ONU). 25 mil



mulheres recém-casadas são mutiladas ou mortas por ano em crimes envolvendo dotes. 100 milhões de meninas poderão ser vítimas de casamentos forçados na próxima década, principalmente no sul da Ásia e África subsaariana. Mais de 139 milhões de mulheres vivas sofreram mutilação genital e estima-se que até 2030 mais 86 milhões serão mutiladas. Em média, são 6 mil mutilações por dia (ONU).

Com o aprofundamento da barbárie capitalista, a violência recai cada vez mais sobre elas. As discriminações salariais também se aprofundam. Segundo o relatório da ONU Mulheres, os salários das mulheres são em média 24% menores que os dos homens nas mesmas funções. Apenas 50% das mulheres com idade para trabalhar fazem parte da população ativa (os homens são 77%). Em nível mundial, 60% é a desigualdade econômica e de oportunidades entre os sexos.

O Brasil é o 124º país em 142 no *ranking* de igualdade de salários por gênero, segundo o Fórum Econômico Mundial. No *ranking* geral, o Brasil se encontra na 71ª posição, caindo 9 posições entre 2013 e 2014. Segundo o relatório, houve uma “ligeira queda na igualdade salarial e renda média estimada”. A renda média das brasileiras é 30% menor que a dos homens, segundo o IBGE (2014).

A residência é o local em que ocorre o maior número das agressões, sendo 5 vezes maior que em vias públicas. A violência doméstica e familiar é a principal causa de mortes de mulheres segundo o Ministério da Justiça. 45% dos casos de mulheres mortas analisadas no estudo “Homicídios no Brasil: Registro e Fluxo de Informações” ocorreram em situação de violência doméstica e familiar. Em 53% dos casos, o agressor era o marido ou companheiro da vítima; em 43%, o agressor era o ex-marido ou ex-companheiro; em 4% dos casos, o agressor era filho da vítima.

Na Argentina, diante de casos de crimes hediondos contra as mulheres, foi realizada a campanha “Ni Una Menos”, que se transformou num grito, numa denúncia, e levantou a questão da violência contra as mulheres. Este movimento reuniu mais de 60 mil mulheres de todas as partes da Argentina e contou com a participação de mulheres de outros países da América Latina, a exemplo do Brasil. Nada obsta dizer que houve limites no encontro, pois era necessário

tirar uma plataforma de lutas concretas para avançar nas respostas aos profundos ataques e violências sofridos contra as mulheres. Uma plataforma de luta vinculada, evidentemente, à luta contra a exploração de classe do capitalismo e pelo socialismo.

No campo universitário, é preciso destacar também as denúncias constantes de violência contra as mulheres. De fato, só tem aumentado assustadoramente os assédios morais e sexuais em lugares como universidades. As estudantes, em particular, têm sido vítimas dessas formas de violências. Trotes violentos são realizados contra as calouras. Vários outros problemas nas universidades têm ocorrido e deixado as estudantes em situações de maior fragilidade. No entanto, o que se vê é que as instituições têm silenciado diante de tantos casos e denúncias ocorridos no interior das instituições de ensino superior.

É muito importante incorporar na pauta dos sindicatos e entidades o debate sobre a violência contra as mulheres e construir uma agenda de lutas sobre o problema da violência contra as mulheres trabalhadoras, negros e negras e LGBTs, como a elaboração de material sobre o assédio moral e sexual, além de envidar esforços no sentido de mobilizar e organi-

O Brasil é o 124º país em 142 no *ranking* de igualdade de salários por gênero, segundo o Fórum Econômico Mundial. No *ranking* geral, o Brasil se encontra na 71ª posição, caindo 9 posições entre 2013 e 2014. Segundo o relatório, houve uma “ligeira queda na igualdade salarial e renda média estimada”. A renda média das brasileiras é 30% menor que a dos homens, segundo o IBGE (2014).

zar as mulheres trabalhadoras em conjunto com os lutadores e lutadoras contra o processo de opressão e exploração a que estão submetidos(as). As discriminações e violências de todo tipo contra mulheres, negros e negras e LGBTs comparecem como a face mais perversa da exploração capitalista e das formas de opressão (machismo, racismo e LGBTfobia).

O povo negro sofre com o genocídio perpetrado pelo Estado nas favelas. Os homossexuais (e demais LGBTs) são alvos de humilhações, agressões e assassinatos como manifestação da LGBTfobia. É necessário

fortalecer a luta contra toda forma de opressão e exploração, tendo em vista que a exploração de classe é a base de todas as formas de opressão existentes na sociedade capitalista e, como tal, deve ser superada.

“Nem bela, nem recatada, nem do lar! Bonita mesmo é qualquer mulher que se levanta e luta!”

A revista *Veja*, que tem se notabilizado pelo caráter conservador de suas matérias, publicou um artigo intitulado *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*, que faz apologia ao modelo de comportamento definido pela hipócrita moral burguesa. O artigo causou, nas redes sociais, uma enxurrada de comentários sobre os qualificativos atribuídos à esposa do então vice-presidente Michel Temer (PMDB). Os adjetivos expressam uma visão conservadora e burguesa, que está em sentido diametralmente oposto às necessidades e reivindicações do movimento de mulheres e do conjunto das trabalhadoras brasileiras. Por isso, a reação e a crítica dos movimentos feministas e, em particular pelas feministas socialistas, fez-se sentir de imediato, e com razão.

O capitalismo tende, através de pomposas propagandas publicitárias, a vender um padrão de beleza, produtos e outras mercadorias considerados supostamente importantes e necessários para o consumo feminino. A publicidade oferece aos sentidos sugestivas imagens de produtos ao lado de belíssimas mulheres, de acordo com o padrão burguês, levando as mulheres a acreditarem que o sucesso, o amor e a vida sexual ideal passam pela aquisição de vários produtos comercializados pelas frações capitalistas, reforçando o fenômeno do *fetichismo da mercadoria*.

Não se trata de meras palavras desprezíveis, publicadas pela *Veja*, mas de palavras que carregam em si múltiplas determinações que envolvem a condição da mulher nos marcos da sociedade de classe e das lutas encampadas pelos movimentos feministas, em especial das socialistas. Remete-nos às análises já construídas pelo marxismo sobre a família monogâmica, o casamento, o lar, a participação das mulheres

na política e em outros importantes espaços de mobilização e luta.

Marx já afirmava que as ideias dominantes são as ideias da classe que controla não só os meios materiais de produção, mas também os meios espirituais, como os jornais, os meios de comunicação e as revistas, entre outros. O capitalismo tende, através de pomposas propagandas publicitárias, a vender um padrão de beleza, produtos e outras mercadorias considerados supostamente importantes e necessários para o consumo feminino. A publicidade oferece aos sentidos sugestivas imagens de produtos ao lado de belíssimas mulheres, de acordo com o padrão burguês, levando as mulheres a acreditarem que o sucesso, o amor e a vida sexual ideal passam pela aquisição de vários produtos comercializados pelas frações capitalistas, reforçando o fenômeno do *fetichismo da mercadoria*. E mais: realça-se a condição da mulher às atividades do lar e a de ser uma boa esposa e mãe.

As reações dos movimentos feministas diante desses ataques aos direitos e reivindicações das mulheres, como as suposições da *Veja*, que se coadunam com o processo de dominação existente e de opressão e exploração de classe das mulheres, têm sido fundamentais. Destaque-se a manifestação de mais de mil mulheres no dia 27 de abril de 2016, no Rio de Janeiro, organizada por vários coletivos com concentração na Assembleia Legislativa (ALERJ), num claro protesto contra Eduardo Cunha (PMDB/RJ), e Jair Bolsonaro (PSC/RJ), preparatório (confecção de cartazes e faixas) para a marcha até a Cinelândia sob a consigna de que “lugar de mulher é onde ela quiser”, contrapondo-se à ideologia pregada pelos meios de comunicação burgueses.

Os revolucionários socialistas marxistas elaboraram, desde a primeira metade do século XIX até hoje, uma crítica contundente da situação da mulher na família burguesa e na sociedade capitalista, a partir da análise das relações de trabalho e de exploração de classe dos trabalhadores e trabalhadoras. Mostraram que o fundamento da opressão da mulher se encontra na emergência das sociedades divididas em classes sociais, sob a base da propriedade privada dos meios de produção, que colocaram a necessidade da família monogâmica. Em seus primórdios, a sociedade de classes jogou a mulher no enclausuramento

do lar, para depois arrastá-la para o chão da fábrica, subordinando-a aos níveis mais brutais de exploração e opressão de classe.

Dessa premissa, os marxistas tiraram como conclusão histórica a necessidade de sepultar a sociedade de classes e a construção da sociedade socialista como fundamento da luta contra a opressão das mulheres e por suas reivindicações. Significa dizer que, por meio da organização, mobilização e luta das mulheres, em conjunto com os trabalhadores contra a exploração e a opressão, as reivindicações elementares e parciais devem ser articuladas à luta pela superação do capitalismo.

Não podemos, portanto, admitir determinadas apologias ao papel de mulheres, recatadas e do lar, pois reforçarmos o confinamento da mulher à escravidão do lar, particularmente as mulheres trabalhadores com dupla ou tripla jornada de trabalho. Para a obtenção de taxas cada vez mais crescentes de lucros, o capitalismo retira as mulheres do confinamento do lar, incorporando-as aos processos produtivos e aos vários setores da economia capitalista. O aspecto progressivo da incorporação da mulher ao processo de produção social combina-se, nas condições históricas concretas do capitalismo, com as formas mais profundas de exploração e opressão. Ou seja, de fato, ocorreu em escala mundial a incorporação da mulher no mercado de trabalho, mas num cenário de agudização das condições de exploração da força de trabalho feminina. Cada vez mais jovens e mães têm se somado ao mercado de trabalho enfrentando uma dupla ou tripla jornada de trabalho dentro e fora da família.

Urge, portanto, combater às ofensivas de direita com relação aos direitos e reivindicações das mulheres. É preciso também fazer uma clara demarcação da luta das mulheres trabalhadoras e exploradas das ideologias presentes no movimento feminista, que legitimam a exploração da força de trabalho e se limitam às fronteiras do capitalismo. Logo, é fundamental reafirmar as conquistas teóricas, políticas e ideológicas do movimento operário e socialista internacional ao longo dos séculos XIX e XX, abrindo uma perspectiva de classe para a luta das mulheres no século XXI.

A classe trabalhadora, produtora da riqueza so-

cial, sempre contou com seu batalhão feminino nos grandes momentos e eventos importantes da luta de classe mundial e nacional. Há neste atual cenário de luta de classe uma grande disposição das mulheres: de ir às ruas lutar contra estes retrocessos, de ocupar as fábricas, escolas e universidades, de deflagrar greves e fortalecer mobilizações. Enfim, tudo para garantir a unidade da classe operária e demais explorados e fortalecer a luta internacional contra a opressão de classe.

A III Internacional Comunista e a questão da mulher: o trabalho com as mulheres

O 3º Congresso da III Internacional Comunista muito se preocupou com a questão da organização das mulheres e, após cuidadosa observância da realidade das mulheres em todos os países e continentes e de uma rigorosa discussão política, reconheceu a importância do trabalho comunista entre as mulheres, a fim de livrá-las da influência dos partidos e movimentos burgueses. Uma das recomendações do 3º Congresso foi a necessidade das ideias e da prática emancipatória comunista “às vastas camadas da população feminina de seu país”, através de métodos particulares, permitindo abordar mais facilmente as mulheres para livrá-las da influência das concepções burguesas, para fazer delas verdadeiras combatentes pela libertação total da mulher. Os marxistas reconhecem a importância das mulheres se organizarem politicamente junto com trabalhadores com direitos e condições iguais.

Uma das preocupações levantadas pela III Internacional refere-se ao combate às pretensões do feminismo burguês, que postula ser possível unir mulheres burguesas e proletárias em função puramente de reformas limitadas no interior do capitalismo, sem travar a luta contra o processo de exploração da força de trabalho a que está submetido o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Lênin havia destacado de forma brilhante os limites da democracia burguesa nos discursos e formalidades de igualdade de direitos:

A democracia burguesa é uma democracia feita de frases pomposas, de expressões altissonantes, de promessas grandiloquentes, de belas palavras de ordem e liberdade e de igualdade, mas, na realidade, dissimula a falta de liberdade e de igualdade dos trabalhadores e explorados [...]. Não pode haver e não haverá liberdade enquanto a mulher não for libertada dos privilégios que a lei reconhece ao homem, enquanto o operário não for libertado do jugo do capitalista e do latifúndio (2012, p. 122).

A luta contra a opressão deve estar intimamente articulada à luta contra a exploração de classe. Sem isso, acaba-se, mesmo sem ter consciência, disseminando ilusões de que é possível a emancipação completa das mulheres no interior da sociedade burguesa, por meio de algumas reformas limitadas. A luta pelas reivindicações das mulheres deve estar ligada à luta contra as raízes dos males do capitalismo e, portanto, pela defesa do socialismo. Por isso, a luta intransigente e sistemática contra o machismo (e outras formas de opressão como o racismo e a LGBTfobia), combatendo todos os tipos de discriminações e preconceitos em relação às mulheres, é parte da luta de classes por sepultar o capitalismo. Inclusive, no âmbito da classe operária e do movimento operário, é preciso “combater os preconceitos relativos

às mulheres nas massas do proletariado masculino, reforçando no seu espírito o ideal de solidariedade dos interesses dos proletários de ambos os sexos”.

As lições extraídas da vigorosa III Internacional residem na necessidade da defesa de organismos especiais com métodos especiais no interior das organizações marxistas, inclusive no âmbito internacional, e o trabalho no interior dos movimentos de mulheres, negros e negras e LGBTs na perspectiva de classe, da luta de classes, entendendo a necessidade de articular as reivindicações democráticas com a luta pela superação do capitalismo. Os movimentos de mulheres, negros e negras e LGBTs, hoje, marcados por uma perspectiva limitada de emancipação política, podem ganhar uma dimensão classista e reforçar a luta da classe operária e demais explorados contra as amarras do capitalismo. O levantamento das reivindicações das mulheres e demais setores oprimidos é parte da luta anticapitalista pela revolução social, portanto, por construir uma sociedade que estabeleça relações autenticamente humanas, em que homens e mulheres sejam emancipados de todas as formas de opressão e exploração.

Considerações finais

O governo interino de Michel Temer (PMDB), em pouco mais de um mês, demonstrou claramente que tomará medidas antipopulares, que significarão ainda maiores retrocessos em termos de direitos e conquistas sociais. Logo de início, tratou de extinguir o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Seu ministério, composto exclusivamente de homens brancos e ricos, oligarcas, empresários e membros da bancada evangélica, é uma demonstração clara do que representa esse governo em termos de retrocessos. Aponta para a aprovação de uma nova reforma trabalhista e de uma reforma da previdência, que têm como objetivo restringir ou destruir direitos sociais e impossibilitar que contingentes de trabalhadores e trabalhadoras tenham acesso aos direitos. A situação aberta com a aprovação do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) no Congresso Nacional e a constituição do governo interino de Temer abrem uma nova conjuntura da



luta de classes no país, em que os trabalhadores, controlados em sua maioria pelas burocracias sindicais, terão que reconquistar a sua independência de classe e avançar na luta organizada não só contra os ataques dos governos, Congresso Nacional e capitalistas, mas avançar na luta pela superação do capitalismo, sob a bandeira do socialismo.

Por isso, é preciso, na luta contra as opressões, fazer um claro recorte de classe. As mulheres, negros e negras e LGBTs trabalhadores e trabalhadoras são duplamente oprimidos(as), sofrem com a opressão e a exploração de classe. Não há possibilidade de

emancipação completa da mulher no capitalismo sem romper com as amarras da propriedade privada e da exploração de classe. Como parte dessa luta, coloca-se na atualidade o combate à terceirização, às precárias formas de trabalho, à informalidade, às péssimas condições de trabalho, aos baixos salários, às discriminações nos locais de trabalho e às diversas formas de violência contra as mulheres. Defender as reivindicações e direitos das mulheres é parte da sua organização classista junto com os demais trabalhadores, num movimento unitário por sepultar o capitalismo e todas as formas de opressão. **US**

ASSUNÇÃO, Diana (Org.). **A precarização tem rosto de Mulher**. São Paulo: Edição Iskra 2013.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2014**. <Disponível em www.ibge.gov.br>.

LENIN, V. I. O poder soviético e a situação da mulher. In: Marx, Engels, Lenin, Zetkin, Trotsky. **A mulher e a luta pelo socialismo: clássicos do marxismo**. São Paulo: Sundermann, 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília: 2015.

TROSTKI, Leon. **Trotsky e a luta das mulheres**. São Paulo: Iskra, 2015.

ONU MULHERES. **Informe Anual: 2014-2015**. Disponível em <www.onumulheres.org.br>.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br>.

referências

Mulheres em movimento e sua invisibilidade: a memória e o esquecimento das cangaceiras

Caroline de Araújo Lima

Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: carolimasantos@gmail.com

Resumo: O artigo é parte da pesquisa do doutorado em andamento, tendo como objetivo apresentar breve exposição teórica e analítica das mulheres participantes do movimento do cangaço e suas representações sociais nos filmes documentários direcionados a elas. O intuito é elencar alguns pontos que indicam a invisibilidade destas no ciclo de filmes sobre o tema, a partir das análises das apropriações da memória das ex-cangaceiras pelos cineastas, considerando as contradições entre o título das obras fílmicas, os usos das imagens das cangaceiras, a sua narrativa e o destaque nos filmes aos cangaceiros, com o objetivo de identificar o lugar da história das mulheres no cangaço na produção cinematográfica. Problematiza-se quais narrativas são apresentadas sobre a história dessas mulheres no ciclo de filmes sobre o cangaço.

Palavras-chave: Mulheres. Cangaço. Invisibilidade. Representações. Documentários.

As mulheres no cangaço: múltiplas

A história do movimento do cangaço é rica em fontes documentais e fílmicas, contudo, no que se refere às cangaceiras, ainda são poucos os estudos sobre a trajetória dessas participantes. A invisibilidade dessas personagens inicia-se com a ausência de uma definição sobre o que foram. O cangaceiro foi definido por Maria Isaura P. de Queiroz (1991) como

homem que vivia fortemente armado na região da caatinga do sertão nordestino; grosso modo, as cangaceiras seriam uma versão feminina do cangaceiro. Mas, qual a definição de feminino no movimento do cangaço produzido nos filmes? Essa problematização possibilita a construção da história das mulheres no cangaço, no cinema e na historiografia.

Na construção dessa história das cangaceiras, compreender-se como resumo das diferenças en-



tre elas e cangaceiros a questão sexual (feminino x masculino) é um equívoco. Para Teresa de Lauretis (1987), a redução do gênero à diferenciação sexual minimiza o pensamento crítico feminista a uma oposição universal, desconsiderando a diversidade de mulheres e de homens. O gênero é constituído por práticas culturais e linguagens que definem o feminino e o masculino; essas linguagens e práticas culturais compõem o indivíduo, trazendo seus traços étnico-raciais e de classe. O feminino não se resume a traços biológicos; é uma construção. Logo, as características do cangaceiro apresentado por Queiroz não são o suficiente para definir a cangaceira, pois elas foram múltiplas.

As múltiplas cangaceiras foram mulheres pertencentes ao sertão nordestino, segundo Miridan K. Falci (2007), independente da categoria social. A definição do feminino atravessava a classe social; no sertão, desde o nascimento, elas eram “mininu fêmea” (p.

241). Tínhamos, então, as “mulheres-macho”, marcadas pela miscigenação do sertão e regidas por uma sociedade pautada no patriarcado – organização social da primeira república, centrada nos grandes latifundiários e o homem como centro da família (FERREIRA; DELGADO, 2003). Mas as “mininu fêmea” recebiam uma formação diferente da dos homens. Eram ensinadas a elas as “prezadas domésticas”, a responsabilidade com a maternidade e o cuidado com a família. De acordo com Falci (2007), tal formação contribuía para definir os espaços de atuação das mulheres sertanejas.

Para Falci (2007), o sertão e seu modo de vida excêntrico, em relação à população do sul, marcado pela pecuária e ausência do Estado, evidenciava a necessidade do uso da força, da honra e de códigos de conduta que alimentaram a ideia de que as mulheres nordestinas eram masculinizadas, pois, considerando a região e a geografia, sobreviveriam apenas as

“mulheres-macho”. Entretanto, os estudos da autora indicam que sobre o mundo feminino as “mininu fêmea” continuavam maternais, direcionadas à busca por um bom casamento. Diante disso, necessita-se estudar os filmes documentários com o objetivo de identificar como o mundo feminino foi representado nos filmes sobre o cangaço e se, na constituição de uma cultura visual das cangaceiras, a ideia da “mulher-macho” permaneceu.

Tendo em vista a multiplicidade das mulheres sertanejas e ser “mulher-macho” resultado de uma construção social, o conceito de gênero enquanto categoria analítica contribui para o estudo do lugar da mulher cangaceira no cinema. Diante disso, as contribuições de Scott (1990) são fundamentais para identificar as representações sociais presentes nos documentários sobre as cangaceiras, além de contribuir como fundamentação teórica para a problematização da permanência da invisibilidade destas “musas” nos documentários ditos “femininos”.

Tendo em vista a multiplicidade das mulheres sertanejas e ser “mulher-macho” resultado de uma construção social, o conceito de gênero enquanto categoria analítica contribui para o estudo do lugar da mulher cangaceira no cinema.

O mundo feminino do cangaço no cinema documentário: memórias e representações

Compreendem-se as obras filmicas enquanto produtoras de práticas culturais e conhecimento, contribuindo no fortalecimento, ou não, da definição das posições de poder e seus efeitos, nesse caso os papéis constituídos para as cangaceiras e cangaceiros no cinema brasileiro, expressando as representações das relações de gênero no movimento.

A invisibilidade apontada neste trabalho parte das análises da apropriação da memória das ex-cangaceiras pelos cineastas através dos documentários, problematizando a forma como essas mulheres foram representadas nas obras, o uso de seus depoimentos e de suas histórias, partindo da observação de que estes filmes deram visibilidade aos cangaceiros, provo-

cando a continuidade da invisibilidade das mulheres no cangaço.

Importante demarcar que tal invisibilidade foi construída politicamente no decorrer da história. Para Colling (2002), o espaço público e as instâncias de poder foram masculinizados, calcadas na ideia de que “o macho é mais apto à direção do que a fêmea”, por isso, as mulheres devem ser governadas, lideradas. O pensamento iluminista delegou ao homem o papel da razão e às mulheres, o da emoção. Para Perrot (1998), o lugar de homens e mulheres foi naturalizado: o feminino e o seu “dom” para o cuidar; e o masculino o seu “dom” da razão e da lógica. Essa divisão sexual e social do trabalho legou às mulheres sua invisibilidade na historiografia e, nas artes, um papel coadjuvante.

A partir das contribuições de Colling (2002) e Perrot (1998), observou-se a possível invisibilidade das cangaceiras nos documentários dedicados a “elas”. Para analisar as formas de invisibilidade dessas mulheres e como os cineastas se apropriaram de suas memórias, necessita-se demarcar a pluralidade destas. Diante disso, para analisar os documentários, faz-se necessário estudar os elementos que provocaram a entrada das mulheres no cangaço.

Ana Paula Saraiva de Freitas (2005), em pesquisa sobre as mulheres no cangaço, indicou três motivações para a entrada delas no movimento: voluntário, rapto e fuga. Independente da ação ou da forma que levou essas mulheres a participarem diretamente do cangaço, os documentários apresentados evidenciaram, com ênfase, as experiências dessas mulheres no movimento do cangaço como algo positivo. Em relação aos depoimentos, alguns chamam atenção, como os de Dadá, que, em seus relatos, afirmou que todas as mulheres que entraram no cangaço eram de boa família e até mesmo de famílias abastadas; algumas eram “moças” quando entraram no movimento e tinham boa índole (ARAÚJO, 1985).

Os filmes podem ser claramente identificados como dispositivos que acionam, ou quebram, os elementos que constituem o gênero. Não há dúvidas de que símbolos culturais são construídos e fixados em suas narrativas, gerando uma “realidade” de condutas/modelos para as pessoas seguirem nas relações sociais.

Estes personagens são compostos de conceitos normativos, ditando as diretrizes pré-definidas pelas instituições (SANTOS, 2012, p. 48).

Para Dalila Santos (2012), o cinema contribuiu na construção de símbolos que indicariam os elementos constitutivos do gênero, enquanto relações de poder entre homens e mulheres; compreende-se, então, a preocupação de registrar em seus depoimentos que eram “normais” e estarem no movimento não significava deixarem de ser “mulheres de boa índole”.

Essa “normalidade” foi combatida pelo Estado, pois foram criminalizadas as ações e o modo de vida destas mulheres. Segundo Foucault (2010), entre o fim do século XIX e o início do XX, as instituições jurídicas e médicas se dedicaram a estudar o que seria um comportamento criminoso e o resultado disso indicou que um(a) sujeito(a) anormal – o qual não se enquadra no padrão de comportamento sociocultural determinado por estas instituições – é dotado de “perversão”; logo, precisa ser punido, neutralizado. A entrada das mulheres no movimento do cangaço as criminalizou, pois romperam com o papel social a que estavam predestinadas: “mães de família e donas de casa”. As análises parciais indicam que o registro de Dadá sobre ser de “boa índole” foi a tentativa de dizer que elas eram “mulheres normais”.

As abordagens de Foucault (2010) ajudam a entender que estas mulheres já estavam condenadas à morte e ao esquecimento, pois subverteram a divisão sexual do trabalho e de família. A participação no cangaço as empoderou, pois pegaram em armas, lideraram ao lado dos companheiros, constituíram outro modelo de família, escolheram seus amantes, romperam com o modelo de feminino instituído pela sociedade patriarcal, defendido pelo Estado republicano. Contudo, havia contradições nas relações entre homens e mulheres no cangaço, pois demarcar ser de “boa índole” também expressou a permanência da ética sertaneja nos bandos: eram criminosas perante a República, mas sertanejas que respeitam seus companheiros, monogâmicas e tementes a Deus. Observando esse comportamento contraditório, torna-se necessário analisar como esses elementos que compuseram as cangaceiras foram produzidos nos filmes.

Sobre essa “boa índole” sertaneja, Frederico Per-

nambucano de Mello (2004), em suas pesquisas relacionadas ao fenômeno do cangaço e o Brasil na Primeira República, apontou que a pecuária foi uma alternativa à produção agrícola no sertão seco, o que acaba por desenhar o perfil do homem e da mulher sertaneja. Para o autor, o perfil violento e individualista do(a) sertanejo(a) foi resultado do seu contato com o ciclo do gado e do isolamento provocado pelo espaço geográfico e por sua economia, distante do litoral.

A base social do sertanejo, segundo Mello, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, esteve ligada ao compromisso da palavra, nas leis consuetudinárias, no patriarcado; portanto, a honra e a oralidade valiam mais que uma nota promissória. O autor afirmou que o sertanejo do período foi retrógrado, pois estava rodeado por uma estrutura familiar, político-econômica e religiosa arcaica, fruto do seu isolamento. Contudo, essa ética não significou impeditivo para a entrada delas nos bandos, espaços outrora masculinizados; observou-se que a entrada das mulheres e sua permanência no cangaço romperam com alguns aspectos dessa estrutura arcaica.

Nesse ambiente masculinizado e retrógrado, as mulheres foram mais que “companheiras” dos cangaceiros: também atuaram como lideranças nos bandos. Em matéria sobre o movimento no *Jornal A Tar-*

Nesse ambiente masculinizado e retrógrado, as mulheres foram mais que “companheiras” dos cangaceiros: também atuaram como lideranças nos bandos. Em matéria sobre o movimento no *Jornal A Tarde* (1931), noticiou-se: “Banditismo no nordeste/A prisão de um grupo de cangaceiros pernambucanos chefiados por uma mulher”.

de (1931), noticiou-se: “Banditismo no nordeste/A prisão de um grupo de cangaceiros pernambucanos chefiados por uma mulher”. A fonte jornalística apontou as contradições presentes nos documentários: as cangaceiras não eram em sua integralidade passivas.

Passivas e maternas, a fonte jornalística indica que não foram. No campo das representações, não foram apenas as mulheres cangaceiras que foram “imaginadas” ou “reinventadas”. A produção fílmica sobre o cangaceirismo partiu das representações de sertão na

constituição de uma imagem essencialmente nordestina e brasileira. Entretanto, essa essência brasileira – o sertão nordestino seco que inspirou um ciclo de filmes *nordestern* – apontava a necessidade de sua superação. Nas produções fílmicas, segundo Ismail Xavier (1983), era um lugar perdido no tempo e no espaço:

Letra branca em tela preta, a legenda situa no passado, e definitivamente no passado, o universo de Teodoro e Galdino, personagens principais da aventura. Antes de tudo, o cangaceiro é definido como personagem arcaico e a estória já se anuncia como evocação de algo distante do qual estamos irremediavelmente separados. Para se introduzir, o filme prefere à fórmula ‘era uma vez...’, mais confessadamente comprometida com a fantasia, a fórmula do ‘quando havia’, onde o cuidado de confessar a ‘imprecisão’ da época sela a preocupação em acentuar que um dado de realidade inspira o filme. Produto da invenção, ele busca autenticar-se através dessa referência, assumindo-se enquanto retrato de um tipo real humano, o cangaceiro, tal como sugere o título. [...] O filme instala-se no nível do verossímil e não no da veracidade histórica (XAVIER, 1983, p. 125).

Tal distância de tempo e espaço, no qual o mundo arcaico era representado pelo cangaço, evidenciava que este já estava extinto. Xavier (1983), ao analisar *O Cangaceiro* (1953), obra importante na história do cinema brasileiro, aponta para a criação de um sertão que tinha por características centrais a seca e a misé-

São as imagens das cangaceiras receptáculos da história do cangaço? No cinema documentário, observou-se que sim. Diante disso, compreende-se o cinema não como uma obra de arte apenas, mas um documento que precisa ser lido e, também, questionado. Como bem acentuou Meneses (2003), os estudos de “cultura visual” localizam-se no campo das ciências sociais, fundamentando-se no debate multidisciplinar entre a História, o Cinema e diversas disciplinas.

ria, e o cangaço como elemento próprio do lugar. De acordo com o autor, o ciclo de filmes sobre o cangaço, em síntese, o colocava como lugar arcaico e sua necessidade de civilizar-se. Nessa produção cinematográfica, qual foi o lugar das cangaceiras?

Caroline Santos (2010) apontou o possível lugar das mulheres do cangaço no cinema, a partir da análise do filme *O Cangaceiro* (1953), de Victor Lima Barreto, analisando as personagens femininas em destaque na obra: Maria Clódia (a cangaceira, mulher de Galdino e amante de Teodoro) e Olivia (a professora, sequestrada pelo bando e grande amor de Teodoro). A todo o momento, observou-se no filme a personagem de Maria Clódia como objeto secundário na vida dos personagens centrais: Galdino Ferreira e Teodoro. A cangaceira perdeu importância no decorrer do filme, pois será trocada pela professora Olivia, a representante do modelo ideal de mocinha e de mulher civilizada; já a cangaceira adúltera não merecia a mesma admiração.

Sobre esse lugar e a produção de uma cultura visual sobre as mulheres que atuaram no cangaço, Knauss (2006) considerou a imagem e a cultura visual elementos fundamentais para o estudo das múltiplas dimensões da dinâmica social, pois

[...] a História toma como objeto de estudo as formas de produção de sentido. O pressuposto de seu tratamento é compreender os processos de produção de sentido como processos sociais. Os significados não são tomados como dados, mas como construção cultural. Isso abre um campo para o estudo dos diversos textos e práticas culturais, admitindo que a sociedade se organiza, também, a partir do confronto de discursos e leituras de textos de qualquer natureza – verbal escrito, oral ou visual (KNAUSS, 2006, p. 100).

Nesse sentido, os estudos referentes a cinema-história-memória necessita ter caráter multidisciplinar, pois, de acordo com Meneses (2003), ao se aproximar do campo visual, os historiadores limitaram, geralmente, a imagem enquanto fonte de informação. Precisa-se perceber o potencial cognitivo da imagem, constituindo um diálogo entre a História e as Ciências Sociais, observando como ela foi explorada no próprio interior da vida social.

A imagem é um documento que precisa ser lido, analisado, considerando o diálogo com a Antropologia, analisando e estudando suas representações. Diante disso, a arte não faz a história; ela participa dela. Partindo dessa afirmação de Marcos Napolitano (1999), os filmes documentários são uma

[...] espécie de receptáculo de temporalidades, tradições e projetos sócio-históricos, que encontram nela uma formulação material, concreta, submetida a um conjunto de códigos estabelecidos por cada área de expressão, estilo e gênero artístico (NAPOLITANO, 1999, p. 903).

São as imagens das cangaceiras receptáculos da história do cangaço? No cinema documentário, observou-se que sim. Diante disso, compreende-se o cinema não como uma obra de arte apenas, mas um documento que precisa ser lido e, também, questionado. Como bem acentuou Meneses (2003), os estudos de “cultura visual” localizam-se no campo das ciências sociais, fundamentando-se no debate multidisciplinar entre a História, o Cinema e diversas disciplinas.

A partir desse debate multidisciplinar, problematiza-se o lugar ocupado pelas cangaceiras nos filmes documentários. Kaplan (1995) chamou atenção para isso a partir de suas análises das críticas feministas, que indicou novos olhares e interpretações sobre a leitura da imagem e do cinema. Essas interpretações foram consequências das provocações dos movimentos feministas e, a partir disso, questionaram-se quais os papéis ocupados pelas mulheres nos filmes. Essa lente fundamentada nas críticas feministas das décadas de 1960 e 1970 contribui para novas percepções e

leituras sobre a representação do passado nos filmes e como a memória das cangaceiras deram vida a este.

Nesse sentido, considerando o cinema enquanto imagens do passado, Henri Gervaiseau destacou:

A influência dos meios de expressão, de comunicação audiovisual e das imagens denominadas “de arquivo”, no processo de construção das lembranças dos sujeitos no curso da história contemporânea, é hoje uma questão central no debate sobre a dinâmica da memória (GERVAISEAU, 2012, p. 211).

O cinema não seria apenas um “arquivo”, mas também um instrumento que pode parar o tempo. Para Pierre Nora (1993), uma máquina que torna as coisas imortais e tem o poder de evitar o esquecimento. Considerando as contribuições de Gervaiseau e Nora, o estudo da memória das mulheres que participaram do cangaço a partir dos documentários possibilita identificar quais histórias estariam contando os documentaristas através das memórias das cangaceiras. Referente à memória, partiu-se das contribuições de Halbwachs (2004): o autor explicita que a formação da memória e das lembranças pode, através das vivências em grupo, ser reconstruída ou simulada. A partir delas, podem-se criar representações do passado baseadas nas visões e opiniões de outras pessoas, o



que se imagina ter acontecido pela absorção de representações de uma memória histórica.

Entende-se que a inserção da ex-cangaceira num novo contexto e em novos debates sobre o movimento do cangaço influenciou, possivelmente, na constituição de suas memórias, haja visto todo o trabalho por parte da família de Virgulino Ferreira – o Lampião – e de alguns memorialistas de defenderem a imagem deste como a de um herói. Sobre a constituição de uma memória coletiva referente ao cangaço, através das falas das sobreviventes, Pollack chama a atenção:

Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde vem o termo que utiliza: de “comunidade afetiva”. Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva (POLLACK, 1989, p. 3).

Havia uma memória nacional envolvendo o movimento do cangaço, que foi registrada na literatura, no cordel e pelos memorialistas. Existia em torno do mito do cangaço uma adesão afetiva, sobre o que ele representava para o sertão.

Considerando a breve discussão referente ao conceito de representação social, tendo em vista o debate sobre memória e esquecimento apontados por Paul Ricoeur (2007), observou-se a marginalização das mulheres na história do cinema no Brasil. A breve análise dos dois filmes documentários *A Musa do Cangaço* (1982), de José Umberto Dias, e *Feminino Cangaço* (2013), de Manoel Neto e Lucas Viana, contribui na identificação deste esquecimento das mulheres nas obras com temáticas voltadas para a história do cangaço.

Por isso a importância de analisar as representações sociais presentes nas obras filmicas. Ginzburg (2001), em ensaio sobre as relações entre história e representação, evidencia a existência de certa ambiguidade nas concepções do conceito. Se por um lado, ele pode representar a realidade, evocando a ausên-

cia, por outro, torna a realidade representada visível, sugerindo sua presença, o que, segundo o autor, tratar-se-ia de um jogo de espelhos. Assim, concordando com a compreensão de Ginzburg, não iremos nos aprofundar nesse “jogo de espelhos”, mas tratar a concepção da palavra representação, qual a sua ideia e como podemos estudar a presença das mulheres cangaceiras no cinema – a coisa – a partir dela. Dentro da ideia de oscilação entre substituição e evocação mimética, temos nos filmes do ciclo do cangaço uma espécie de *kolossos*, ou seja, uma relíquia que pode substituir o real, um portador de significados. Deste modo, a personagem cangaceira seria, de acordo com Ginzburg, uma portadora de significados.

Para Chartier (1990), as representações sociais supõem um campo de concorrências e de competições, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Considerando a breve discussão referente ao conceito de representação social, tendo em vista o debate sobre memória e esquecimento apontados por Paul Ricoeur (2007), observou-se a marginalização das mulheres na história do cinema no Brasil. A breve análise dos dois filmes documentários *A Musa do Cangaço* (1982), de José Umberto Dias, e *Feminino Cangaço* (2013), de Manoel Neto e Lucas Viana, contribui na identificação deste esquecimento das mulheres nas obras com temáticas voltadas para a história do cangaço.

As mulheres no cinema: uma breve análise das cangaceiras

O corpo não é apenas discursivamente construído; é objetivado numa escala de valores e atributos que, além das identidades, estabelecem seus critérios “verdadeiros”: a “verdadeira mulher”, sedutora, bela, implacável, imagem à qual procuram se identificar milhões de seres marcados do feminino. O “verdadeiro homem”, macho empedernido, coração seco e músculos túrgidos (SWAIN, 2010, p. 25).

Para Swain, o corpo foi historicamente construído enquanto critério pra definir o ser feminino e masculino. A autora evidencia que o corpo e o biológico são insuficientes para definir o que é ser mulher ou homem, ou características de comportamento e seu papel social. O feminino e o masculino estão relacionados a valores e identidades. Logo, identificar os elementos que compõem o mundo feminino para os cineastas tornou-se fundamental para compreender a produção de representações sociais das personagens e das histórias das cangaceiras no cinema.

De acordo com Kaplan (1995), as mulheres foram historicamente excluídas dos papéis de destaque no cinema. Para elas foram delegados os espaços familiares do melodrama hollywoodiano. De acordo com Albuquerque Júnior (2006) e Dídimo (2010), os roteiros dos filmes do gênero de cangaço se estruturaram nos moldes do faroeste hollywoodiano. Seria então este o fator responsável pelo lugar ocupado por estas mulheres nos filmes?

Para identificar os fatores que colocaram a história e a memória das cangaceiras como coadjuvantes no cinema, necessita-se do diálogo entre a relação cinema-história-memória, do conceito de gênero enquanto categoria para a análise fílmica e de uma discussão teórica que contribua na construção de uma definição do feminino no cangaço. E, assim, verificar como este foi representado nos filmes, para, então, identificar as contradições entre a história das cangaceiras e o papel imposto a elas nos documentários.

As contribuições de Scott, Freitas, Lauretis, Colling, Perrot e Kaplan, dentre outras, somadas a fontes documentais, evidenciam a necessidade de estudarmos as obras fílmicas (longas e curtas metragens) produzidas entre as décadas de 1920-1990 relacionados ao cangaço, identificando qual o espaço que foi ocupado pelas mulheres. No ciclo de filmes *nordestern* – o termo foi criado pelo pesquisador potiguar-carioca Salvyano Cavalcanti de Paiva (1923-2000), segundo a autora Maria do Rosário Caetano (organizadora do livro sobre o assunto), e tal neologismo fora utilizado para identificar filmes com a temática rural e principalmente sobre o cangaço feitos no Brasil –, temos a película *Maria Bonita, Rainha do Cangaço* (1968); na *Boca do Lixo* (ABREU, 1996); as pornochanchadas *As Cangaceiras Eróticas* (1974) e *A*

ilha das Cangaceiras Virgens (1976); e, nesse mesmo período, foram produzidos seis documentários sobre o cangaço – dois dedicados às cangaceiras: *A Mulher no Cangaço* (1976) e *a Musa do Cangaço* (1982); além de, recentemente, no ano de 2013, o documentário *Feminino Cangaço*.

Na obra de 1968, dentro do ciclo de filmes *nordestern*, encontra-se uma personagem sensível ao cangaceirismo. Na obra *Maria Bonita, Rainha do Cangaço*, a personagem central é levada por Lampião para ser sua companheira. Aqui, o cangaceiro já tinha Zefinha, a qual foi trocada por Maria. A trama envolve ciúmes, perseguições e o descontentamento de Maria Bonita com a vida de cangaceira. O filme trouxe equívocos históricos, a exemplo da presença de Zefinha – ela nunca existiu, a primeira mulher a entrar no cangaço foi Maria Bonita – e sua insatisfação com a vida no cangaço – sobre o que não há registro. Um outro aspecto é a invisibilidade da personagem tema do filme: houve um maior investimento na trama envolvendo Lampião, Bento e as perseguições do Governo ao bando do que a biografia ou a presença da mulher no cangaço. Segundo Marcelo Dídimo (2010), a bilheteria do filme foi baixa e não houve investimento na sua distribuição e divulgação em relação a outros do gênero.

Para identificar os fatores que colocaram a história e a memória das cangaceiras como coadjuvantes no cinema, necessita-se do diálogo entre a relação cinema-história-memória, do conceito de gênero enquanto categoria para a análise fílmica e de uma discussão teórica que contribua na construção de uma definição do feminino no cangaço.

A presença de mulheres nos filmes do ciclo *nordestern* não significou a garantia do protagonismo das cangaceiras nas obras. Este foi um dos elementos observados na análise prévia dos filmes. Partindo para os dados estatísticos, das 49 obras fílmicas levantadas durante projeto de iniciação científica, desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia entre 2012 e 2015, identificou-se seis sobre as mulheres cangaceiras, ou seja, apenas 12% foram dedicados à história das mulheres que atuaram no movimento.

Considerando esses dados, evidenciou-se a marginalização do protagonismo das mulheres no cangaço no cinema nacional.

Tendo em vista o valor de arquivo dos documentários, a análise destes pode contribuir na busca por respostas em relação a que histórias os cineastas estariam contando sobre suas “musas” e quais as representações sociais das cangaceiras estariam presentes nas narrativas dos filmes. A análise prévia indicou que os documentários têm valor cognitivo, não resumindo-se apenas a um documento.

De acordo com Knauss (2006), os documentários são fontes de pesquisa, pois nos apresenta narrativas e percepções de homens urbanos, que falam de mulheres sertanejas, de representações e a apropriação da memória destas na construção de uma cultura visual sobre o cangaço. Nesse sentido, o estudo da imagem pode revelar o lugar das cangaceiras nessa constituição de cultura visual, já que

A afirmação do universo do estudo da história das representações, valorizada pelos estudos da história do imaginário, da antropologia histórica e da história cultural, impôs a revisão definitiva da definição de documento e a revalorização das imagens como fontes de representações sociais e culturais. É nesse sentido que a historiografia

contemporânea, em certa medida, promoveu um reencontro com o estudo das imagens (KNAUSS, 2006, p. 102).

Partindo desse reencontro da produção historiográfica e dos estudos relacionados à imagem e à produção cinematográfica, a presença da mulher no cangaço na história do cinema nacional é um objeto de estudo fundamental para analisar a existência da invisibilidade das cangaceiras e suas representações nas obras. Sobre a produção de representações sociais, observou-se a presença do romance nos filmes documentários sobre as cangaceiras. Na obra *A Mulher do Cangaço*, a memória das mulheres era o elemento chave de toda sua narrativa: os depoimentos de Dadá, Sila e Adília deram o tom da produção. Tinha-se aqui um docudrama, rodado grande parte em câmera lenta, e a trilha sonora indicava que toda a história do cangaço com a presença das mulheres foi marcada pelo romance. As mulheres no cangaço levaram o amor à vida dos facínoras. O perfil de liderança e a atuação das mulheres no movimento não foram destacados nas memórias apresentadas no documentário.

Em *A Musa do Cangaço*, o pesquisador Marcelo Dídimo trouxe uma leitura interessante: “como vi-



mos, um dos motivos mais nobres para a entrada das mulheres para o cangaço foi o amor, que formou casais até hoje conhecidos no imaginário popular, e não foram poucos” (DÍDIMO, 2010, p. 213). No início do documentário de José Umberto Dias, o amor foi registrado também como elemento motivador. Observa-se que ambos constroem uma imagem “frágil” das cangaceiras e como estas também necessitavam de “cuidados”. Contudo, as fontes documentais impressas apontam para algumas contradições: mulher como chefe de bando; Dadá como liderança e pegando em armas. Para José Umberto Dias, suas fontes de pesquisa não apontaram para a existência de mulheres como chefes de bando? Um elemento que precisa ser investigado.

No *Feminino Cangaço*, o documentário inicia com algumas falas de pesquisadores(as) e, então, Dadá surge contando a violência sofrida por sua família após seu rapto; as volantes entendiam que seus familiares eram “coiteiros” do bando de cangaceiros, a entrevistada faz uma denúncia à violência praticada pelas volantes. Na cena seguinte, surge Frederico Pernambuco Mello fazendo uma análise do cangaço, dos cangaceiros. Sobre elas ou sobre a violência a que elas estavam expostas, nenhuma linha. Houve a opção inicialmente de se contar a história do cangaço. Sobre elas, ainda tardaria a ser contada. Foi uma opção consciente ou inconsciente? Um elemento que será investigado no decorrer da pesquisa.

Seguindo a mesma perspectiva, Ana Paula Saraiwa de Freitas (2005) elencou fontes jornalísticas que apontam para essa marginalização. Nos periódicos como *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Manhã*, a autora identificou o silêncio em relação às mulheres que pertenceram ao movimento do cangaço, observou a ausência de pesquisas e estudos sobre as mulheres no cangaço e reduzida produção acadêmica relacionada ao tema. A imprensa em geral as tratou como meras coadjuvantes no movimento do cangaço. De acordo com a autora,

[...] as cangaceiras foram qualificadas de forma homogênea como criminosas e bandoleiras, construindo, assim, um estereótipo masculino, belicoso e violento de mulher, ou então, tratando-as como meros objetos de satisfação sexual, descrevendo-as como amantes

ou companheiras dos homens. E, por fim, como números, sempre de modo depreciativo. [...] Os cuidados femininos com o embelezamento do corpo, com a aparência, foram anulados pela construção de uma identidade belicosa e marginal (FREITAS, 2005, p. 130).

A criminalidade atribuída a elas por estes periódicos não considerou as circunstâncias que levaram estas mulheres a entrarem no cangaço e, sim, a lógica da anormalidade, esta associada ao crime (FOUCAULT, 2010). Nesse processo de condenação midiática das cangaceiras, a imprensa elencava apenas a entrada voluntária no movimento, desconsiderando casos como o de Dadá – que foi raptada por Corisco –, ou seja, não entrou de forma voluntária.

Sobre a fragilidade aparente das mulheres cangaceiras, no documentário *Feminino Cangaço*, o depoimento de Deus Te Guie (o ex-cangaceiro) deixa claro que “as mulheres andava igual homi (sic)”; só estavam vulneráveis, segundo ele, quando estavam “com problema de gestação (sic)”. Mas, no decorrer do documentário, a figura frágil das mulheres ainda persistia em aparecer. Esses elementos necessitam ser estudados e problematizados; precisa-se compreender porque a “fragilidade” e a construção do feminino devem compor a história de mulheres cangaceiras. Nesse primeiro momento da pesquisa, identificou-se a marginalização da história das mulheres no cangaço nas produções fílmicas levantadas e contradições entre as fontes documentais, a historiografia e a narrativa dos documentários. Em relação à cultura visual das cangaceiras, tem-se a ideia de que a presença destas levou o tom do romance ao movimento. Observou-se, na breve análise dos filmes destacados no trabalho, que a memória das sobreviventes do cangaço foi receptáculo da história dos homens, dos cangaceiros. O que motivou essa invisibilidade das cangaceiras? É o desafio colocado para o próximo artigo. **US**

- ABREU, Nuno César. **O olhar pornô**: a representação do obsceno no cinema e no vídeo. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 3ª ed. São Paulo/ Recife: Cortez/Massangana, 2006.
- ARAÚJO, Antonio Amaury C. **Lampião**: as mulheres e o cangaço. São Paulo: Traço Editora, 1985.
- CAETANO, Maria do Rosário. **Cangaço**: o *nordestern* no cinema brasileiro. Brasília: Avathar, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COLLING, Ana. O corpo que os gregos inventaram. **Artigo**. Ijuí, 2002.
- DÍDIMO, Marcelo. **O cangaço no cinema brasileiro**. São Paulo: AnnaBlume, 2010.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordeste. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.) **O Brasil Republicano**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michael. **Os anormais**. Curso no College de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2010.
- FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço**: Práticas e Representações (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História). Assis-SP: UNESP, 2005.
- GERVAISEAU, Henri Arraes. Imagens do passado: noções e usos contemporâneos. In: MORETTIN, Eduardo; NAPOLITNO, Marcos; KORNIS, Mônica (Org.). **História e Documentário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- GINZBURG, Carlo. “Representação. A palavra, a idéia, a coisa”. In: _____. **Olhos de madeira**. Nove reflexões sobre a distância. Trad. Eduardo Brandão. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- KAPLAN, Elizabeth Ann. **A mulher e o cinema**: os dois lados da câmara. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. In: **Art Cultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006
- LAURETIS, Terea de. **A tecnologia de gênero**. In: Technologies of gender. 1987.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2004.

referências

- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 23, nº 45, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005. p. 115-202.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- _____. História e Arte, História das Artes ou Simplesmente História. In: **Fronteiras: Histórias**. Florianópolis - SC: Anais XX Simpósio Nacional ANPUH, 1999.
- PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**. Vol. 5. Porto: Afrontamento, 1998.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do cangaço: História Popular**. 4 ed. São Paulo: Global, 1991.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero. “Uma categoria útil de análise histórica”. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro de 1990.
- SANTOS, Dalila Carla. Na trilha do cangaço: as representações das relações de gênero nos filmes Corisco e Dadá e Baile perfumado. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.
- SWAIN, Tania Navarro. **Meu corpo é um útero?** Reflexões sobre a procriação e a maternidade, 2010. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/chapitres/bresil/utero.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- SANTOS, Caroline Lima. O Cangaceiro o cineasta e o imaginário: a produção de representações do cangaço no cinema brasileiro (1950-1964). **Dissertação** (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de pós-graduação em História Regional e Local, 2010.
- XAVIER, Ismail. **Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Jornal A Tarde, de 21 de março de 1931. In: Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

referências

A autonomia universitária na era da parceria público-privado

Daniella Borges Ribeiro

Professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

E-mail: dborgesribeiro@yahoo.com.br

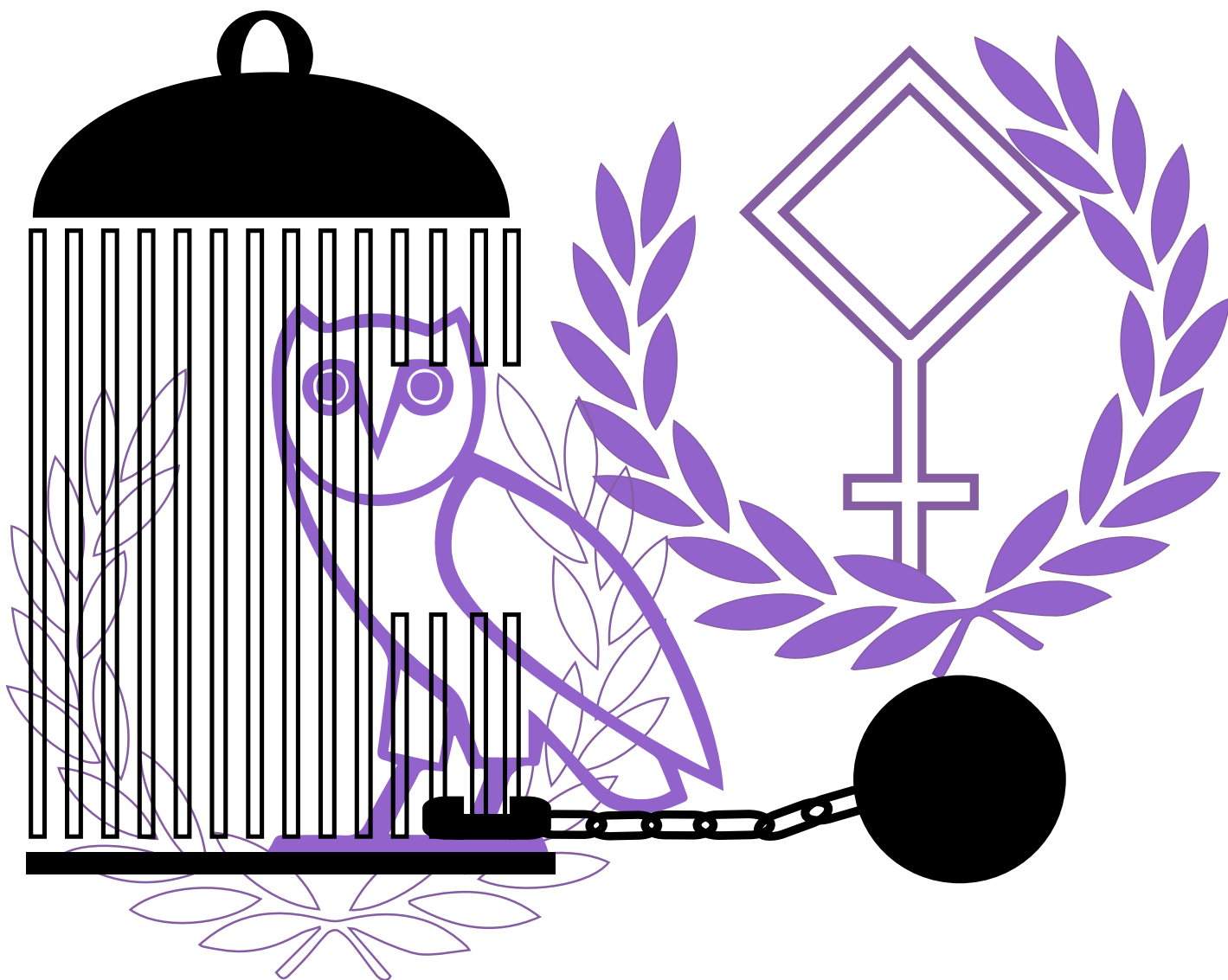
Resumo: Trata-se de um estudo com o objetivo de trazer à baila o tema autonomia universitária. Para tanto, foi realizado um levantamento das Revistas *Universidade e Sociedade* e, a partir dos artigos publicados nas revistas, buscou-se identificar alguns pontos importantes para o debate. Foi possível verificar, por um lado, o interesse constante do Estado em regulamentar a autonomia dando a este preceito um conteúdo de viés privatista e, por outro, a movimentação dos trabalhadores e estudiosos do campo educacional contra esta medida. Se não houve a aprovação de uma lei única para regular a autonomia universitária, o Estado tratou de elaborar e aprovar normatizações fragmentadas que incentivaram e fortaleceram a parceria entre o público e o privado, sendo esta uma forte diretriz no entendimento da autonomia a partir da lógica do mercado.

Palavras-chave: Política de Educação. Autonomia Universitária. Parceria Público-Privado.

Introdução

No Brasil, a disputa pela autonomia universitária e os diferentes significados dados a esse conceito apareceram como uma questão fundamental desde antes do surgimento das primeiras universidades¹, sendo este preceito também incorporado pela Constituição Federal de 1988. Ocorre que esta concepção tem sido fonte de disputas constantes, fomentando divergências em seu entendimento, o que impacta direta-

te nas possibilidades de sua materialização. Neste aspecto, a autonomia universitária tem sido ponto de pauta na luta dos movimentos dos trabalhadores da área da educação e, por outro lado, o Estado tem difundido uma concepção distorcida deste preceito constitucional. Nesse sentido, para que não sejamos enganados pelas armadilhas contemporâneas, se faz necessário resgatarmos o debate sobre o assunto, sendo esta a proposta deste artigo.



Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que envolveu os artigos publicados na Revista Universidade e Sociedade do número 01 ao 51. Para tanto, foi feito um levantamento de todos os escritos publicados nas revistas dos números envolvidos. Notou-se, ao todo, a existência de 1.035 escritos (entre editoriais, artigos, resenhas e poemas, dentre outros). Destes, se-

paramos apenas os artigos (não foram selecionadas poesias e resenhas, por exemplo) que constavam em seu título² a palavra 'autonomia' e/ou 'artigo 207 da Constituição', sendo encontrados 29 artigos (quadro 1), que foram utilizados para a confecção do debate apresentado.

Quadro 1 - Artigos sobre a autonomia universitária

Artigo	Autores	Nº da Revista de Publicação do Artigo
Autonomia Coletiva	Newton L. Neto	01
A Questão da Autonomia Universitária	Carlos R. J. Cury	02
A Autonomia das Universidades Públicas Paulistas	Helena C. L. de Freitas	02
Sobre a Autonomia Universitária	Cândido G. Vieitez; Lúcia H. Lodi	02
Editorial: Em Defesa da Autonomia Universitária e da Democracia	Lúcia H. Lodi	03
Autonomia Universitária: Cooptação ou Emancipação Institucional?	Sílvio P. Botomé	03
Autonomia Universitária: Uma Questão de Referencial	Carlos Maldonado	11
Autonomia Universitária: Por Quê, Como e Para Quê	Arthur R. de Macedo	11
Autonomia Universitária: Desafios Histórico-Políticos	Maria de L. de A. Fávero	12
"Provão" - Formalismo Autoritário e Antiautonomia Universitária	Maria C. Franco; Gaudêncio Frigotto	12
Alma Mater - A Autonomia na Origem da Universidade	Cláudia Beltrão	12
Autonomia Universitária: Reformas Propostas e Resistência Cultural	Deise Mancebo	15
Autonomia - A Experiência das Universidades Estaduais Paulistas	Hermano Tavares	17
Globalização e Autonomia Universitária	José L. Q. de Magalhães	17
A Autonomia das IFES: Desafios e Polêmicas	Nelson C. Amaral	17
Autonomia Universitária: Condições e Desafios	Renato do O. B. V. Schmidt	19
A Autonomia Universitária no Contexto da Reforma do Aparelho do Estado	Rabah Benakouche	19
Notas sobre Reforma do Estado, Autonomia e Estratégias Sindicais no Contexto da Universidade Brasileira	João P. Furtado	19
Autonomia Como um Modelo Explicativo da Ontologia da Universidade	Luiz Andrade; Waldimir P. e Longo; Eduardo Passos	21
Autonomia, Carreira e Outras Histórias: 20 Anos de Lutas dos Docentes das Universidades Estaduais da Bahia	Carlos Z. F. de S. Júnior; Ferdinand M. da Silva	29
Autonomia Universitária, Luta Docente e a Questão dos Repasses Mínimos para as Universidades	Antônio de P. Bosi; Luís F. Reis	30
Ciências Humanas e Autonomia	José M. Angeli	34
Autonomia e Democracia diante da Concepção de Universidade Empreendedora	Carmen S. da S. Sá; Sandra S. M. Pacheco	37
Governo Serra, Universidades Paulistas e "Autonomia" Universitária	Lalo W. Minto	41
Superação da Unicidade Sindical com Vistas à Afirmação da Autonomia e da Negociação Coletiva	Claudio S. da Silva	43
ANDES Autônoma e Democrática	Sydney S. F. Solis	47
A Ideia de Universidade no Brasil: Participação do ANDES-SN na Aprovação do Art. 207 da Constituição Federal de 1988	Sueli Mazzilli	47
Políticas de Avaliação da Educação Superior e Trabalho Docente: A Autonomia Universitária em Questão	Maria de F. C. de Paula	49
A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Universidades Públicas e Autonomia: Ampliação da Subordinação à Lógica do Capital	Cláudia March	49

Discutindo a autonomia universitária

O preceito da autonomia universitária foi incorporado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), onde se lê: Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Em 1996, foram acrescentados a este artigo dois parágrafos, por meio de emenda: § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1988, p. 139).

Desde a sua inclusão na Carta Magna, estudiosos do assunto e governantes vêm debatendo a necessidade ou não de regulamentação deste preceito constitucional. Neste sentido, alguns autores dos artigos lidos na Revista Universidade e Sociedade preocuparam-se em explicitar o entendimento sobre o conceito de autonomia. Autores como Oliveira e Schmidt (1999), Andrade, Longo e Passos (2000) partem da análise da autonomia universitária como um direito que a universidade possui de se reger por suas próprias leis. Este posicionamento está em consonância com a afirmação de uma importante estudiosa do assunto que esclarece que esta palavra tem origem grega, composta pelos radicais *auto* (que significa próprio, peculiar) e *nomia* (que significa lei, regra), o que designa a ideia de direção própria. Desta explicação depreende-se que a universidade tem o direito de regular a si própria, mas sem ultrapassar os limites constitucionais (RANIERI, 2013).

A partir desta mesma ótica, Neto (1991) esclarece que o significado político de autonomia deve se fundamentar na concepção de que cabe ao Estado assegurar os recursos necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão e “cabe à universidade, no gozo de sua autonomia didático-científica, administrativa e de gerência financeira, definir, com independência dos governos, mas em conjunto com a sociedade, as prioridades de sua atuação e prestar contas a ela dos resultados obtidos” (NETO, 1991, p. 12).

Recuperando o debate, Fávero (1997) afirma que “a autonomia universitária, tal como dispõe o art.

207, é um modo de ser institucional e exige liberdade para a universidade se autodeterminar” (FÁVERO, 1997, p.11). Para a autora,

Entendida nessa perspectiva, a autonomia didático-científica da universidade implica liberdade de: a) estabelecer seus objetivos, organizando o ensino, a pesquisa e a extensão sem quaisquer restrições doutrinárias ou políticas; b) definir linhas de pesquisa; c) criar, organizar e extinguir cursos; d) elaborar o calendário escolar; e) fixar critérios e normas de seleção, admissão e promoção; e f) outorgar graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos. Na mesma linha, do ponto de vista administrativo, as universidades têm plena liberdade de: a) organizar-se internamente, estabelecendo suas instâncias decisórias na forma que lhes aprouver; b) elaborar e reformular seus estatutos; e c) estabelecer seu quadro de pessoal em articulação com o Ministério ou Secretaria a que esteja vinculada. A terceira dimensão refere-se à autonomia de gestão financeira e patrimonial, que, no caso das instituições públicas, significa: a) outorgar competência à universidade para propor e executar o seu orçamento; b) receber os recursos que o poder público é obrigado a repassar-lhe para pagamento de pessoal e despesas de capital e outros custeios; c) gerir seu patrimônio, receber doações, subvenções; e d) realizar operações de crédito ou de financiamento com a aprovação do poder público competente (FÁVERO, 1997, p. 11).

O preceito da autonomia universitária foi incorporado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), onde se lê: Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Ocorre que os governos brasileiros vêm demonstrando um grande desinteresse no que tange à sua responsabilidade em assegurar direitos sociais. No caso das universidades, percebe-se, desde o governo que sucedeu o período da Assembleia Constituinte, tentativas claras de desmontar algumas conquistas incluídas na Constituição de 1988. Embora pesquisadores da área afirmem que o preceito da autonomia universitária é autoaplicável, o Estado brasileiro

tentou por diversas vezes regulamentar esta norma (CURY, 1991; FÁVERO, 1997).

No governo Collor, a atitude mais robusta neste sentido foi a apresentação pelo ministro Goldenberg de um projeto de emenda constitucional (PEC nº 56/1991) para regulamentar a autonomia universitária. Entretanto, a resistência política de entidades como o ANDES-SN, Fasubra e UNE aliada à crise que envolvia o governo contribuíram para o não prosseguimento deste projeto (MARTINS; NEVES, 2004).

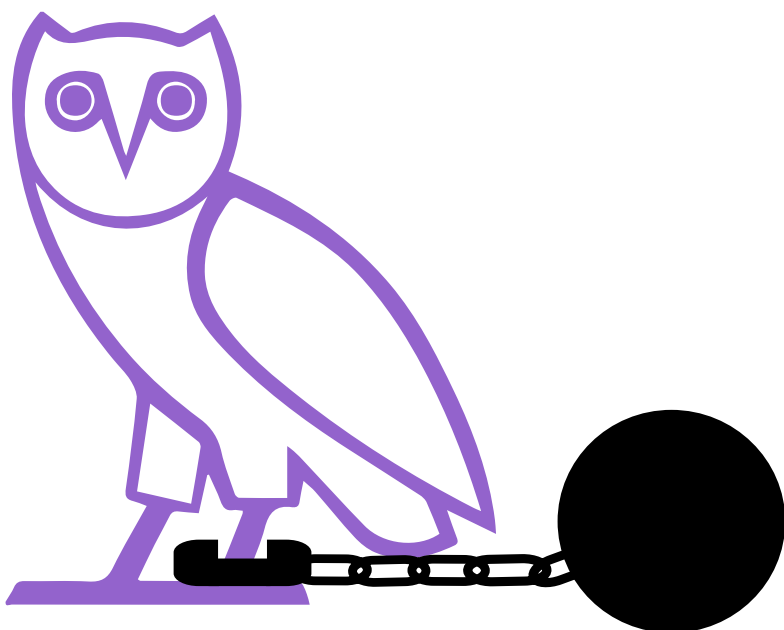
Sob a justificativa de que a Constituição Federal de 1988 havia tirado a capacidade operacional do Estado aumentando os gastos, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) esteve articulado com a chamada reforma administrativa-gerencial do aparelho de Estado, onde foi possível verificar a transferência da responsabilidade pelos serviços sociais para o 'setor público não-estatal' (MALDONADO, 1996; BENAKOUCHE, 1999). Assim, em 1995, o governo encaminhou ao Congresso o projeto de emenda constitucional (PEC 233/95) onde a autonomia prevista constitucionalmente seria regulamentada "na forma da lei". Esta ação produziu reações de entidades (como ANDES e ANDIFES) que entendem que o artigo 207 da Constituição dispensa regulamentações. Apesar da PEC 233/95 não ter seguido adiante, em 1996, o governo encaminhou outro projeto de emenda (PEC 370/96), que, em sua segunda versão, apoiava o financiamento público das instituições pri-

vadas. Dadas às reações contrárias, a proposta saiu momentaneamente da pauta (MARTINS, NEVES, 2004; FÁVERO, 1997).

Na LDB aprovada durante o mandato presidencial de FHC encontramos informações sobre o ensino superior nos artigos 43 a 57, sendo que em dois deles encontramos o princípio da autonomia universitária (artigos 53 e 54). No artigo 53 consta a seguinte redação:

Art. 53º. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio; V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; VI - conferir graus, diplomas e outros títulos; VII - firmar contratos, acordos e convênios; VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais; IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; e X - **receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.** Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos; II - ampliação e diminuição de vagas; III - elaboração da programação dos cursos; IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão; V - contratação e dispensa de professores; e VI - planos de carreira docente (BRASIL, 1996, p. 56, grifo nosso).

Durante o governo de FHC, a elaboração de propostas para a regulamentação da autonomia universitária tinha como objetivo central desresponsabilizar o Estado do financiamento público das universida-



des. As propostas tinham como diretrizes a captação de recursos no mercado e a vinculação cada vez maior entre o público e o privado, assunto debatido por Maldonado (1996), Benakouche (1999), Furtado (1999) e Freitas (1991). Para Macedo (1996), a intenção do governo de FHC em regulamentar o artigo 207 da CF/88 ocasionaria uma equivocada concepção deste preceito fundamentada na lógica do mercado, o que seria um retrocesso.

Mesmo sem conseguir regulamentar a autonomia universitária em uma única normatização, os(as) autores(as) chamam a atenção para o fato de que o Estado brasileiro atua no sentido de diminuir cada vez mais a autonomia relativa das universidades (BOTOMÉ, 1992; LODI, 1992; VIEITEZ e LODI, 1991; BELTRÃO, 1997; MANCEBO, 1998; MAGALHÃES, 1998; TAVARES, 1998). Prova disto foi o surgimento do provão considerado por Franco e Frigotto (1997, p. 22) como uma ação no sentido da ‘antiautonomia’, pois “o MEC está desconsiderando o reconhecimento, dado por ele mesmo, às instituições de ensino superior para avaliar o nível de conhecimento de seus alunos e emitir o diploma para os que forem aprovados”.

A autonomia universitária reconfigurada pelo projeto societário hegemônico

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 esteve relacionada à queda da avaliação positiva em relação ao governo FHC ao final de seu segundo mandato e ao redirecionamento levado a efeito pelo Partido dos Trabalhadores (CARREIRÃO, 2004).

O PT, que foi criado a partir de uma base popular em fevereiro de 1980, redefiniu o seu programa ainda no final da década de sua criação, reduzindo os seus objetivos à ocupação do poder em detrimento da organização dos trabalhadores. A partir de então, iniciou uma série de reordenamentos internos que atravessou a década de 1990 “pautado em três eixos políticos fundamentais: alterações no programa partidário, mudanças na organização e estrutura interna do partido e estabelecimento de alianças com diversas

frações da burguesia brasileira” (LIMA, 2007, p. 108).

Desse modo, as parcas melhorias para as condições de vida da classe trabalhadora vivenciadas nos mandatos de Lula (como por exemplo a redução das taxas de desemprego, ampliação do crédito e uma pequena melhora na margem da distribuição da renda) não significaram um afastamento do Estado no que tange ao cumprimento de medidas requeridas pela elite nacional e internacional. Ao final, houve uma incorporação de demandas da classe trabalhadora que não feriram vigorosamente os interesses do capital (FILGUEIRAS et al., 2010).

Isto posto, cabe destacar que os governos petistas continuaram tentando regulamentar o preceito da autonomia universitária e, enquanto isto não ocorria de fato, buscou-se limitar a parca autonomia relativa existente nas universidades. Entre os artigos da Revista Universidade e Sociedade, Bosi e Reis (2003) defenderam a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal. Mazzilli (2011) e Solis (2011) ressaltam o importante papel de entidades como o ANDES na luta pela incorporação da autonomia universitária na Carta Magna, o que vai ao encontro do artigo elaborado por Silva (2009), que trata da liberdade sindical e da inclusão da autonomia universitária como bandeira de luta.

Autores como Minto (2008) e Sena Júnior e Silva (2003) retratam como vem ocorrendo uma perda relativa de autonomia em universidades como as de São Paulo e da Bahia. Ao estudar a política de educação para o ensino superior das universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp), Minto (2008) resalta que as contrarreformas ocorridas a partir dos anos de 1990 impediram uma maior concretização do princípio da autonomia universitária nessas instituições de ensino.

Autores como Minto (2008) e Sena Júnior e Silva (2003) retratam como vem ocorrendo uma perda relativa de autonomia em universidades como as de São Paulo e da Bahia. Ao estudar a política de educação para o ensino superior das universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp), Minto (2008) resalta que as contrarreformas ocorridas a partir dos anos de 1990 impediram uma maior concretização do princípio da autonomia universitária nessas

instituições de ensino. Para reafirmar esta posição, o autor alega que no âmbito da autonomia didático-científica pode-se apontar o modo de financiamento e a avaliação das pesquisas como uma forma de ferir o preceito da autonomia, uma vez que os recursos fornecidos pelas agências de fomento à pesquisa são alocados em menor medida nas ciências humanas. Além disso, destacou a avaliação dos cursos que é feita por critérios de produtividade com ênfase em dados quantitativos, o que, em último grau, também define o financiamento. Sobre a autonomia administrativa, o autor argumenta que esta “já nasceu condenada”, pois, a decisão última na escolha do reitor, por exemplo, cabe ao governador que referenda a escolha mediante lista tríplice. Por último, menciona que a autonomia de gestão financeira e patrimonial não significa autonomia financeira. Ao contrário, cabe ao Estado o repasse de recursos financeiros e a sua gestão à universidade. O autor lembra que “possuir autonomia para gerir é diferente de ter acesso a todos os recursos necessários a uma efetiva autonomia” (MINTO, 2008, p.86).

A avaliação dos cursos que é feita por critérios de produtividade com ênfase em dados quantitativos, o que, em último grau, também define o financiamento. Sobre a autonomia administrativa, o autor argumenta que esta “já nasceu condenada”, pois, a decisão última na escolha do reitor, por exemplo, cabe ao governador que referenda a escolha mediante lista tríplice.

Neste aspecto, Sá e Pacheco (2006) elaboraram uma crítica à chamada universidade empreendedora que, ao captar recursos no mercado, fortalece ainda mais a desresponsabilização do Estado pelo financiamento das instituições de ensino públicas. Percebe-se que a autonomia universitária tem sido desrespeitada mediante a efetivação de medidas que a impedem e/ou a limitam. Vale aqui ressaltar como a autonomia universitária tem sido comprometida por meio dos processos de avaliação. No caso da pós-graduação, lócus fundamental da produção de conhecimento, há de se perguntar se a avaliação e o incentivo às pesquisas de aplicabilidade imediata não comprometem a autonomia intelectual, assunto este debatido por

Paula (2012). O incentivo para a produção de pesquisas mais vantajosas para o capital, porque produzem mercadorias que podem ser comercializadas, coloca em cena a discussão sobre as ciências humanas, que, para Angeli et al (2004), precisam estar voltadas às necessidades humanas, sendo seus resultados repartidos coletivamente.

Não houve nos governos de Lula e Dilma Rousseff a aprovação de uma única lei de regulamentação da autonomia universitária. Entretanto, estes governos implantaram medidas fragmentadas que, ao final, contribuíram para uma perda gradativa das parcas possibilidades de autonomia que ainda existe na universidade. Uma destas medidas foi a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) por meio da lei nº 12.550/2011 (MARCH, 2012), que aprofundou as parcerias público-privado.

Buscando complementar os artigos lidos, é preciso lembrar os principais acontecimentos que tinham por objetivo regulamentar o preceito constitucional de que se trata este estudo nos períodos que compreendem os governos presidenciais de Lula e Dilma. Para tanto, buscamos em outras fontes bibliográficas recuperar as ações e medidas desenvolvidas durante estes governos para compreendermos a situação atual, onde a autonomia universitária encontra-se cada vez mais limitada em consequência das leis e demais normatizações que, embora fragmentadas, constituem um todo do projeto privatista ainda em andamento.

As ações do governo Lula para o ensino superior tiveram início oficialmente em 20 de outubro de 2003, quando instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) responsável por analisar a situação deste nível de ensino e apresentar um plano de ação visando à reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O documento elaborado pelo GTI, denominado “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira”, possui quatro partes: a primeira apresenta as ações emergenciais para o enfrentamento da crise das universidades federais; a segunda trata da autonomia universitária; a terceira apresenta linhas de ação imediata para complementação de recursos e o redesenho do quadro atual das universidades; e

a quarta indica as etapas necessárias para a formulação e implantação da reforma universitária brasileira (BRASIL, 2003; LIMA, 2004). A concepção de autonomia presente no documento elaborado pelo GTI é totalmente desconexa dos anseios dos movimentos em favor do ensino público, gratuito e de qualidade. Dada a clareza como tal concepção aparece no relatório, vale aqui a sua citação direta:

Se, por um lado, a gravidade da crise emergencial das universidades está na falta de recursos financeiros do setor público, não se pode negar que, por outro lado, a crise decorre também das **amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos**, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Por isso, a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência. A autonomia deve conferir à universidade, de forma participativa e transparente, competência para dispor sobre sua organização administrativa, suas questões financeiras e suas políticas em matéria educacional, **sem interferência de outros órgãos do Governo, nos limites constitucionais. A relação com o Governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação**, quanto aos aspectos da boa gerência, feita pelo TCU, e pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior do MEC (BRASIL, 2003a, p. 35, grifos nossos).

A discussão sobre o preceito da autonomia universitária foi retomada tanto pelo documento do GTI (como pode ser visto acima) como pelo projeto de lei complementar (PLC) com o objetivo de instituir a Lei Orgânica da Autonomia Universitária (projeto apresentado em 11 de dezembro de 2003 pelo deputado Eduardo Valverde). Essa ação novamente desconsiderou o posicionamento do movimento docente quanto à autoaplicabilidade deste princípio, mas, também em virtude de fortes pressões, o PLC de 2003 não seguiu adiante (LIMA, 2007; OTRANTO, 2006).

Um grupo executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES) foi instalado por Tarso Genro em fevereiro de 2004 para elaborar o projeto de reformulação da universidade. Em agosto, o documento intitulado “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes” foi divulgado pelo GERES, reafirmando princípios já

em andamento na contrarreforma da educação superior e que, inclusive, constavam no relatório final do GTI formado em 2003. O GERES apresentou “como principal estratégia de ação do Ministério a elaboração da Lei Orgânica da Educação Superior, pautada pela diversificação do sistema como estratégia para garantir o acesso à educação superior e pela diversificação das fontes de financiamento da educação” (LIMA, 2007, p. 167), o que estava em consonância com as diretrizes dos organismos internacionais, como o Banco Mundial.

Esse processo concorreu para a divulgação, em dezembro de 2004, da primeira versão do Anteprojeto de lei da “reforma” da educação superior. Como pontos nodais do projeto, Lima (2007) destaca o financiamento da educação e a concepção de autonomia universitária que foi concebida como geração de recursos financeiros pela própria instituição. Este anteprojeto teve a sua quarta versão apresentada pelo Executivo ao Congresso Nacional por meio do PL nº 7.200/2006, arquivado em 2011 (OLIVEIRA, CASTIONI, 2014).

Ao não conseguir aprovar uma lei regulamentando a autonomia universitária, os governos estão implantando medidas fragmentadas com este intuito. Exemplo disto é o Decreto nº 7.233/2010, que estabelece procedimentos orçamentários e financeiros

Ao não conseguir aprovar uma lei regulamentando a autonomia universitária, os governos estão implantando medidas fragmentadas com este intuito. Exemplo disto é o Decreto nº 7.233/2010, que estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o art. 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais (BRASIL, 2010).

relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o art. 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais (BRASIL, 2010).

Verifica-se que mesmo antes da possível aprovação de uma lei para a ‘reforma’ universitária, os go-

vernos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff conduziram a ‘contrarreforma a conta gotas’. Não foi aprovada uma lei única para a alteração de toda a estrutura do nível superior de ensino. As modificações foram implantadas ‘passo a passo’ por meio de leis, emendas constitucionais, decretos e medidas provisórias.

Considerações finais

A partir dos pontos destacados, observamos como o conceito de autonomia universitária foi apropriado pelas correntes conservadoras que disseminam a ideia de que este preceito constitucional significa a autonomia que a universidade possui para adquirir recursos no âmbito privado, ou seja, trata-se de uma concepção que respalda as contrarreformas aprofundadas desde os anos de 1990, no sentido da desresponsabilização do Estado no provimento do direito à educação.

A tentativa de regulamentar a autonomia por meio de uma lei específica e única não seguiu adiante dadas as pressões de entidades importantes como o ANDES, que foram contra o ‘enquadramento privatista do preceito da autonomia universitária’. Todavia, outras legislações aprovadas durante os mandatos presidenciais de Lula e Dilma estão completamente afinadas com a lógica neoliberal de repasse de recursos públicos para serviços privados e de captação de fontes privadas para o público.

Os debates sobre o conceito de autonomia universitária estão longe de consensos. Contudo, observando as contradições e o movimento do real e ao levarmos em consideração as lutas de classe e as correlações de força, podemos considerar que a autonomia é sempre relativa, ou seja, a universidade pode ter maior ou menor grau de autonomia, a depender das correlações de força entre os diferentes interesses apresentados pelas distintas classes sociais.

Além disso, no cenário contemporâneo, reivindica-se a autonomia não só em relação ao Estado e à Igreja, mas também ao mercado. Parafrazeando Raniere (2013, p. 74), “a autonomia é [...] relativa.

Sujeita-se aos constrangimentos materiais, sociais e políticos da sociedade em que se insere. As circunstâncias externas à universidade – mercado e autoridade estatal – tanto quanto as internas – oligarquia acadêmica – podem imprimir-lhe marcas e direções”.

A autonomia universitária concebida como a capacidade de direção que a universidade possui sendo autônoma frente aos anseios do mercado e do Estado – sem que isso implique a recusa do Estado em financiar integralmente as atividades pertinentes a esta instituição de ensino – tem sido descaracterizada e colocada como a necessidade da universidade se autofinanciar, seja cobrando pelos ‘serviços’ oferecidos (como os cursos de especialização), seja produzindo ‘produtos’ para a venda (como a produção de pesquisas ‘encomendadas’ por empresas) e outras atividades. Essas ações estão envoltas de uma concepção privatista que induz as universidades a captarem recursos no mercado sob a tônica atual do famigerado empreendedorismo.

Há de se ressaltar que esta tendência articula-se ao parco financiamento das políticas sociais. É bem verdade que no Brasil nunca houve muitos recursos financeiros para a política social. O que existe de “novo” (ou talvez seja melhor dizer atual) é que na cena contemporânea os recursos do fundo público têm sido desviados frequentemente para a sustentação do capital financeiro e de atividades privadas. Além disso, precisamos destacar a forte influência dos organismos internacionais na condução destas medidas.

A tentativa de regulamentar a autonomia por meio de uma lei específica e única não seguiu adiante dadas as pressões de entidades importantes como o ANDES, que foram contra o ‘enquadramento privatista do preceito da autonomia universitária’. Todavia, outras legislações aprovadas durante os mandatos presidenciais de Lula e Dilma estão completamente afinadas com a lógica neoliberal de repasse de recursos públicos para serviços privados e de captação de fontes privadas para o público. Prova disto é a existência da lei de inovação tecnológica (lei nº 10.973/2004), da lei que autoriza as parcerias entre o público e o privado (lei nº 11.079/2004), do PROUNI (lei nº 11.096/2005), da chamada Lei do Bem (lei nº 11.196/2005), do atual Plano Nacional de Educação

notas

(lei nº 13.005/2014) e várias outras normatizações que seguem a mesma intenção. Todas essas formulações têm sido reproduzidas com a anuência de um Estado neoliberal e também penal, que mostra, assim, o seu descompromisso com a reprodução digna da vida humana.

Ao final, esperamos ter deixado claro que cabe ao Estado a responsabilidade com a elaboração e implementação da política de educação pública, sendo imprescindível a garantia de recursos financeiros, humanos e materiais compatíveis com as necessidades das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A autonomia das universidades não pode significar o não repasse de recursos públicos para a instituição, pois este é um dever do Estado. À universidade não cabe captar recursos no mercado e sim gerir os recursos públicos repassados. **US**

1. A autonomia universitária foi incorporada em seis Constituições brasileiras (1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988). Pode-se dizer que em 1891 ainda não existiam universidades no Brasil. Para maiores esclarecimentos, sugerimos a obra de Raniere (2013).

2. Verificamos que os artigos das revistas *Universidade e Sociedade* começaram a exibir as palavras-chave a partir do número 41. Todavia, de início, não eram todos os artigos que possuíam palavras-chave (na revista 43, por exemplo, nem todos os artigos tinham palavras-chave). Sendo assim, para manter uma mesma regra na seleção dos escritos, optamos por selecionar os artigos levando em consideração apenas os títulos.

AMARAL, N. C. A autonomia das IFES: desafios e polêmicas. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 17, p. 72-79, 1998.

ANDRADE, L.; LONGO, W. P.; PASSOS, E. Autonomia como um modelo explicativo da ontologia da universidade. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 21, p. 73-84, 2000.

ANGELI, J. M. et al. Ciências humanas e autonomia. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 34, p. 111-119, 2004.

BELTRÃO, C. Alma mater: a autonomia na origem da universidade. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 12, p. 25-27, 1997.

BENAKOUCHE, R. A autonomia universitária no contexto da reforma do aparelho do Estado. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 19, p. 28-36, 1999.

BOSI, A. de P.; REIS, L. F. Autonomia universitária, luta docente e a questão dos repasses mínimos para as universidades. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 30, p. 82-91, 2003.

BOTOMÉ, S. P. Autonomia universitária: cooptação ou emancipação institucional? **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 3, p. 16-25, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 20 julho 2010 c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm>. Acesso em: 09 jun. 2014.

referências

- BRASIL. Governo Federal. Grupo de Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira**. Brasília, DF, 2003, mimeografado.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 22 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.
- CARREIRÃO, Y. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 179-194, 2004.
- CURY, C. R. J. A questão da autonomia universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 2, p. 25-29, 1991.
- FÁVERO, M. de L. de A. Autonomia universitária: desafios históricos-políticos. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 12, p. 9-12, 1997.
- FILGUEIRAS, L. et al. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al.(Orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-70.
- FRANCO, M. C.; FRIGOTTO, G. “Provão” – Formalismo autoritário e antiautonomia universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 12, p. 20-24, 1997.
- FREITAS, H. C. L. de. A autonomia das universidades públicas paulistas. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 2, p. 36-40, 1991.
- FURTADO, J. P. Notas sobre reforma do Estado, autonomia e estratégias sindicais no contexto da universidade brasileira. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 19, p. 76-79, 1999.
- LIMA, K. R. de S. **Contrarreforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.
- LIMA, K. R. de S. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) et al. **Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004. p. 23-46.
- LODI, L. H. Em defesa da autonomia universitária e da democracia. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 3, p. 1, 1992.
- MACEDO, A. R. de. Autonomia universitária: por quê, como e para quê. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 11, p. 44-46, 1996.
- MAGALHÃES, J. L. Q. de. Globalização e autonomia universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 17, p. 67-71, 1998.
- MALDONADO, C. Autonomia universitária: uma questão de referencial. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 11, p. 31-43, 1996.
- MANCEBO, D. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 15, p. 51-59, 1998.
- MARCH, C. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, universidades públicas e autonomia: ampliação da subordinação à lógica do capital. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 49, p. 62-70, 2012.

referências

- MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) et al. **Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004. p. 92-110.
- MAZZILLI, S. A ideia de universidade no Brasil: participação do ANDES-SN na aprovação do art. 207 da Constituição Federal de 1988. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 47, p. 110-120, 2011.
- MINTO, L. W. Governo Serra, universidades paulistas e “autonomia” universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 41, p. 79-93, 2008.
- NETO, N. L. Autonomia coletiva. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 1, p. 12-13, 1991.
- OLIVEIRA, E. R. de; CASTIONI, R. **Autonomia plena para Universidades e Institutos Federais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=667>>. Acesso em: 23 de jan. 2015.
- OLIVEIRA, R. de; SCHMIDT, B. V. Autonomia universitária condições e desafios. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 19, p. 7-15, 1999.
- OTRANTO, C. R. Desvendando a política da educação superior do governo Lula. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XVI, n. 38, p. 19-29, 2006.
- PAULA, M. de F. C. de. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 49, p. 51- 61, 2012.
- RANIERI, Nina. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988**. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.
- SÁ, C. S. da S.; PACHECO, S. S. M. Autonomia e democracia diante da concepção de universidade empreendedora. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 37, p. 31-39, 2006.
- SENA JÚNIOR, C. Z. F. de.; SILVA, F. M. da. Autonomia, carreira e outras histórias: 20 anos de lutas dos docentes das universidades estaduais da Bahia. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 29, p. 169-174, 2003.
- SILVA, C. S. da. Superação da unicidade sindical com vistas à afirmação da autonomia e da negociação coletiva. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 43, p. 61-75, 2009.
- SOLIS, S. F. ANDES autônoma e democrática. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 47, p. 08-16, 2011.
- TAVARES, H. Autonomia: a experiência das universidades estaduais paulistas. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 17, p. 63-66, 1998.
- VIEITEZ, C. G.; LODI, L. H. Sobre a autonomia universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 2, p. 46-52, 1991.

referências

A autonomia universitária no contexto dos dispositivos legais

Renata Ramos da Silva Carvalho

Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
E-mail: renataramosprof@yahoo.com.br

Jackeline Nascimento Noronha da Luz

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Goiás (UFG)
E-mail: Jacke.lux@gmail.com

Resumo: O texto tem por objetivo abordar o termo autonomia universitária, tomando por base o exame de documentos definidores de políticas públicas no Brasil, com foco no campo educacional, segundo as décadas de 1930, 1980 e 1990. Do estudo extrai-se a complexidade do sentido de autonomia, um conceito implicado nas contradições sociais e na transformação da universidade e da sociedade. Nos documentos analisados, não há uma concepção homogênea de autonomia universitária; ela foi objeto de controle no estado novo e regime militar, posteriormente interligada com a discussão sobre a gestão democrática e com o compromisso com a qualidade. Conclui que a reinvidicação da autonomia universitária ainda é pauta de luta para as universidades brasileiras, uma vez que a sua previsão na Constituição Federal de 1988 (CF88) não garantiu a sua efetividade e ainda possibilitou distintas interpretações e aplicações deste princípio.

Palavras-chave: Educação Superior. Universidade. Autonomia Universitária.

Introdução

Etimologicamente, o vocábulo autonomia é constituído de duas expressões: *autós* e *nómos*, sendo que *autós* corresponde a “si mesmo” e *nómos* a “lei”, “regra” ou “ordem”. Segundo Fávero (2010), a palavra autonomia pode ser compreendida como a lei de si mesma.

Já para Cury (1991), a palavra *autós* equivale a por si mesmo ou então a algo que se basta. No entanto,

para ele, a palavra *nomia* é polissêmica, podendo significar lei, regra, modelo a seguir ou também uma região delimitada. Segundo o autor, pela sua missão, a universidade é *autós* ou então não será universidade, uma vez que *autós* é a sua substância. Acrescenta, ainda, que a universidade também é *nomia*, assim, questiona qual o seu sentido preponderante: se o de modelo ou de lugar relativo. Tal circunstância, para



Cury (1991), é um campo aberto à polêmica, com decorrências diferenciadas.

A reivindicação pela autonomia das universidades brasileiras constitui-se ao longo de sua história em um dos pilares de luta pelas universidades públicas brasileiras. A sua exigência visa evitar influências e interferências endógenas e exógenas de qualquer natureza, sejam elas de origem particular, políticas ou que visem interesses alheios ao seu papel social, científico e acadêmico.

O texto em tela pretende abordar o termo autonomia tomando por base o exame de documentos definidores de políticas públicas no Brasil, com foco no campo educacional. Analisa três documentos: o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), a Constituição Federal de 1988 (CF88) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei nº 9.394/1996), procurando levar em conta a realidade complexa em que se situa o problema. Nesse empreendimento, apoia-se em pesquisa bibliográfica e documental para tratar de conceitos.

A autonomia universitária em debate: marcos legais e as discussões no campo acadêmico

Embora a criação da primeira universidade no Brasil tenha ocorrido em 1920, a expressão autonomia (referindo-se à educação superior) surge no contexto educacional brasileiro em 1911, por meio da Reforma Rivadávia Correia (Decreto 8659/11), que aprova a Lei orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, ao estabelecer aos Institutos de Ensino Superior autonomia didática e administrativa, conforme previsto no texto da Reforma no art. 2º, “os institutos, até agora subordinados ao Ministério do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autônomas, tanto do ponto de vista didático, como do administrativo”.

Entretanto, mesmo com a previsão legal de autonomia didática e administrativa, constata-se que esta ainda era restrita e limitada e possuía como objetivo ser uma “resposta de contenção do crescimento das

inscrições nas faculdades, propiciada pelo ingresso irrestrito dos egressos das escolas secundárias” (FÁVERO, 1997, p. 9). Contudo, por não ter alcançado seus objetivos, essa primeira tentativa de implementação de autonomia na educação superior, mesmo que limitada, foi logo suprimida pela Reforma Carlos Maximiliano, em 1915, que reformulou a educação secundária e superior na República.

A expressão “autonomia”, retirada do texto legal da reforma, voltou a ser implantada em 1931, na Reforma Francisco Campos, concedendo às universidades brasileiras “autonomia relativa” como meio de preparação para a “autonomia plena” (FÁVERO, 1997), conforme o Decreto-lei nº 19.851/31, que regulamentou o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras ao definir que:

As universidades gozarão de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didática e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuízo da personalidade jurídica que tenha ou possa ser atribuída pelos estatutos universitários a cada um dos institutos componentes da universidade. *Parágrafo único.* Nas universidades oficiais, federais ou estaduais, quaisquer modificações que interessem fundamentalmente à organização administrativa ou didática dos institutos universitários só poderão ser efetivadas mediante sanção dos respectivos governos, ouvido o Conselho Nacional de Educação (art. 9º).

O contexto de criação da universidade no Brasil foi permeado por várias discussões em torno do modelo e da concepção de universidade que se almejava no país, que, por sua vez, influenciava direta e indiretamente na concepção de autonomia universitária.

Constata-se que, embora o texto legal estabeleça autonomia administrativa, didática e disciplinar às universidades brasileiras, o mesmo a limita e a condiciona, principalmente, às sanções do governo e Conselho Nacional de Educação, tornando essa autonomia controlada.

O contexto de criação da universidade no Brasil foi permeado por várias discussões em torno do modelo e da concepção de universidade que se almejava

no país, que, por sua vez, influenciava direta e indiretamente na concepção de autonomia universitária. A criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi alvo de críticas devido ao seu modelo fragmentado e utilitarista. As críticas quanto ao modelo de universidade atomizada (CUNHA, 2007) na criação da URJ e, posteriormente, da Universidade do Brasil, instituída pela reforma Francisco Campos, foram debatidas e questionadas, pois havia grupos de educadores que almejavam outro modelo universitário para o país, distinto do que estava ocorrendo pela mera agregação sob uma direção comum. Um dos principais expoentes desse movimento contestador foi Fernando de Azevedo, que afirmava que, “no ensino superior, o que se via era a existência de escolas profissionais, tão somente inexistindo instituições dedicadas à ‘alta cultura’, que realizassem pesquisa ‘livre e desinteressada’ de aplicações imediatas” (CUNHA, 2007, p. 200).

Cunha (2007, p. 204) ressalta que várias foram as críticas ao modelo universitário que estava sendo instituído pela reforma Francisco Campos, porém, “é possível constatar que o “inquerito”/projeto de Fernando Azevedo, de 1926, foi o único que chegou a ter forma orgânica, os demais permanecendo circunstanciais e/ou fragmentados”. Como desdobramento da reforma e dos movimentos contestadores ao modelo universitário por ela instituído surgem no cenário da educação superior brasileira projetos e concepções distintas acerca do modelo universitário a ser implementado no Brasil, uma vez que, “a partir de 1931, duas correntes se destacaram nitidamente: a liberal e a autoritária, cada uma compreendendo medidas tendentes a implementar o seu projeto de universidade” (CUNHA, 2007, p. 204).

Aos moldes da Reforma Francisco Campos e do Decreto 19.851/31, a Universidade do Rio de Janeiro foi transformada em Universidade do Brasil, em 1937, com o objetivo de se tornar o padrão de universidade do governo para as demais universidades no Brasil, sendo um modelo imperativo de universidade aos moldes governamentais.

Na contramão das conduções políticas para o ensino superior de caráter autoritário implementadas no governo Vargas, por meio do Decreto 19.851/31, existia por parte dos liberais a defesa da criação de

uma universidade em São Paulo com características distintas do modelo de criação e funcionamento da Universidade do Rio de Janeiro.

Na perspectiva da proposta liberal, idealizada, dentre outros, por Fernando Azevedo, o ensino superior seria muito diferente do existente (modelo Universidade do Rio de Janeiro) até então no Brasil. Segundo Cunha (2007, p. 232-233), “ele denunciava a insuficiência das escolas profissionais de medicina, direito e outras, como meras transmissoras de conhecimentos supostamente prontos, de um saber não propriamente superior [...], comprometido com aplicações imediatas”. Para Azevedo, o saber a ser transmitido no ensino superior seria o de “[...] uma cultura verdadeiramente superior, livre e desinteressada, desenvolvida em todas as direções e capaz de contribuir [...], não só para o progresso da nacionalidade em formação, como para o enriquecimento do saber humano”.

Embora concebida por um prisma que reconhecia a universidade como promotora de conhecimento e cultura, divergente do atual modelo brasileiro, a USP teve sua evolução permeada por dificuldades, “em parte decorrentes da mentalidade utilitária e profissional, ainda dominante no sistema de ensino superior, e em parte resultantes do próprio “clima histórico em que nasceram” (AZEVEDO, 1964, p. 680).

As divergências de concepções presentes nas origens da URJ e da USP possuem influências em dois modelos distintos de ensino superior: o alemão e o francês. A URJ foi influenciada pelo modelo francês e a USP recebeu maior influência do modelo alemão em sua organização institucional e em sua concepção de universidade.

Temos que o contexto de criação da URJ e da Universidade do Brasil são permeados por ingerências e interferências políticas, o que afeta diretamente em sua concepção de universidade e também de autonomia universitária, pois são criadas tuteladas aos interesses políticos e econômicos de sua época.

Diferente do contido no Decreto 19.851/31, como apresentado anteriormente, o Decreto 6.283/1934, que cria a USP, apresenta preocupação com a autonomia da universidade em relação ao Estado. O artigo 24º diz que “a Universidade de São Paulo tem personalidade jurídica, autonomia científica, didática

ca e administrativa, nos limites do presente decreto e, uma vez constituído um patrimônio com cuja renda se mantenha, terá completa autonomia econômica e financeira”. Acrescenta ainda no § 2º que “o governo do Estado, a partir de 1934, depositará anualmente, para constituição desse patrimônio, a importância que, para esse fim, for consignada no orçamento”.

A concepção norte-americana influenciou as universidades europeias (como as alemãs) e também as universidades latino-americanas (como as brasileiras). No Brasil, esta concepção foi amplamente incorporada a partir da Reforma Universitária de 1968, atingindo a estrutura organizacional e as finalidades de todas as universidades, inclusive a USP e a Universidade do Brasil.

Além da reconfiguração do modelo de universidade a ser seguido no Brasil com a incorporação do modelo norte-americano, durante a ditadura militar, as universidades brasileiras vivenciaram um período de cerceamento de sua autonomia, que já era restrita e limitada.

Para Fávero (2000, p. 43), uma das principais preocupações do regime militar implantado em 1964 foi a modernização das universidades, sendo que elas, por força de dispositivos legais, tiveram que reformular seus estatutos para se adequarem às novas orientações impostas. A reforma universitária con-

Para Fávero (2000, p. 43), uma das principais preocupações do regime militar implantado em 1964 foi a modernização das universidades, sendo que elas, por força de dispositivos legais, tiveram que reformular seus estatutos para se adequarem às novas orientações impostas. A reforma universitária consolida-se com a Lei 5540/68, que, “ao mesmo tempo que reconhece o princípio de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, ela o limita”.

solida-se com a Lei 5540/68, que, “ao mesmo tempo que reconhece o princípio de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade, ela o limita”. Acrescenta, ainda, que “tal limitação é fortemente reforçada por atos de exceção baixados pelo governo militar, sobretudo através do AI nº 5 de 13/12/68 e do Decreto-lei 477 de 1969”.

Nesses dispositivos, a autonomia das universidades é ignorada, pois eles definem as infrações disciplinares praticadas pelos membros da comunidade acadêmica (professores, alunos e servidores) e suas respectivas punições.

As diretrizes da Reforma Universitária de 1968 preconizada pelo Ato Institucional n.º 5 e Decreto 477 sinalizavam também a necessidade de compreender a educação como um fenômeno quantitativo, que precisava ser gerido a partir das lógicas do mercado, “sendo o caminho adequado para tal fim a implantação de um sistema universitário baseado no modelo administrativo das grandes empresas” (CHAUI, 1980, p. 34-35). E, ainda amparado pelo relatório Meira Mattos de 1968, havia grande preocupação com “a falta de disciplina e de autoridade e se refutava a ideia de autonomia universitária, que seria o privilégio para ensinar conteúdos prejudiciais à ordem social”.

As mudanças empreendidas pela ditadura militar afetam substancialmente o perfil da universidade brasileira, pois as reformas realizadas tendiam a desprestigiar a crítica, a produção de conhecimento desinteressada e desvinculada dos interesses do Estado e a difusão da cultura em detrimento de uma educação como legitimadora da concepção de ensino e

Nessa perspectiva, a autonomia universitária é um elemento negligenciado nas discussões e reformas realizadas durante a ditadura militar, pois há uma forte atuação do Estado para impor suas determinações políticas e ideológicas na vida acadêmica da universidade no país, com imposição de princípios e, ainda, o controle perante às determinações impostas, sem diálogo e participação da comunidade universitária.

de escola como capital a serviço do desenvolvimento econômico, tornando-se as instituições locais de treinamento. Para Motta (2014), “o controle da comunidade universitária por meio dos órgãos de informação afetou tanto a vida associativa e política nos *campi* quanto as atividades de natureza universitária, como pesquisa, eventos científicos e cerimônias acadêmicas”.

Ainda sobre as reconfigurações provocadas na

educação em decorrência da Reforma Universitária de 1968, temos que, dentre outras questões, “o planejamento educacional deveria ser compatível com as necessidades do mercado. Isso aparece em diversos pontos do relatório do GTRU e mesmo da legislação educacional” (GERMANO, 1993, p. 138).

Nessa perspectiva, a autonomia universitária é um elemento negligenciado nas discussões e reformas realizadas durante a ditadura militar, pois há uma forte atuação do Estado para impor suas determinações políticas e ideológicas na vida acadêmica da universidade no país, com imposição de princípios e, ainda, o controle perante às determinações impostas, sem diálogo e participação da comunidade universitária. Outra estratégia de controle implementada foi a subordinação das universidades ao Ministério de Planejamento, com a finalidade ideológica de legitimar a concepção de ensino atrelada ao capital ao conceber a educação como fator indispensável para o desenvolvimento econômico.

Observando historicamente, a conquista da autonomia pelas universidades abarcou várias fases: desde a luta pela superação de limitações de cunho religioso, que inviabilizavam a produção do conhecimento e a afirmação de novas verdades científicas, até a busca pela eliminação de cerceamentos oriundos de conveniências políticas.

No Brasil, a autonomia universitária é prevista pela primeira vez num texto constitucional somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Conforme Cunha (1995), três fatores foram primordiais para o restabelecimento da democracia no Brasil após o golpe de Estado de 1964: a eleição de Tancredo Neves para Presidente da República, em 1985; a instalação da Constituinte, em 1987; e a eleição presidencial de 1989, que, no entanto, elegeu Fernando Collor de Melo – cujo programa político continha elementos neoliberais – para a Presidência da República.

Ainda, na análise de Cunha (1995), é possível compreender que deste processo, que abarcava desde lideranças revolucionárias até as conservadoras e reacionárias, foi instituído um programa mínimo, que envolvia: a convocação de uma assembleia nacional constituinte; a anistia aos punidos por atos políticos; e a revogação da legislação autoritária em matéria

trabalhista, econômica e cultural. Com vistas à organização política, criava-se o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com base numa frente ampla que reunia membros dos partidos políticos dissolvidos pelos militares pouco depois do golpe (CUNHA, 1995).

A partir dos escritos de Cunha (1995), é possível verificar alguns pontos que estavam em pauta no que concerne à educação nos trabalhos constituintes: a educação (em todos os níveis) enquanto direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado; a garantia de um ensino público, gratuito e laico; a destinação das verbas públicas exclusivamente às instituições públicas; e a gestão democrática dos estabelecimentos educacionais, com participação de estudantes, professores e funcionários nos espaços decisórios.

Cunha (1995) chama a atenção para o fato de que a educação foi afirmada pela CF88 como um direito social do povo brasileiro, no entanto, o dever do Estado em oferecê-la limitou-se ao ensino fundamental, em detrimento dos demais níveis de ensino: infantil, médio e superior. Ainda no campo dos recuos, podemos destacar: a questão da imposição da gestão democrática apenas para o ensino público (artigo 206, VI); e a possibilidade de se alocar verbas públicas às instituições privadas.

É neste contexto que destacamos como a CF88 trata a questão da autonomia universitária: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (art. 207).

A CF88 atribuiu autonomia às universidades públicas com o desígnio de “proteger o ensino superior de qualquer tipo de manipulação, de política partidária e de autoritarismo” e, assim, garantir que estas instituições cumpram suas funções essenciais: o ensino, a pesquisa e a extensão (BASTOS, 1988, p. 481).

Como especifica o artigo 207 da CF88, a autonomia das universidades brasileiras abarca os seguintes aspectos: a autonomia administrativa, a didático-científica e a de gestão financeira e patrimonial.

Ranieri (1994) pondera sobre a multiplicidade de interpretações sobre o conceito de autonomia. Segundo ela, o mesmo não significa independência

e esclarece que ela é poder funcional derivado, que, nos termos da norma constitucional, deve ser exercido nas quatro dimensões apontadas, atendido o princípio da indissociabilidade.

A autora aponta como ponto de conflito para a análise do fato a própria origem etimológica e conceitual do termo autonomia, que não é próprio da ciência jurídica: de noção filosófica, passou a instrumento político e, como tal, foi recepcionado pelo Direito devido ao seu significativo papel histórico e ainda é utilizado indistintamente associado a situações, sujeitos, fatos e atos.

Mancebo (1998) destaca algumas percepções críticas sobre a autonomia: a) ela não é soberania, ou seja, embora o poder de se autorregular permita, na medida em que a universidade constrói sua própria identidade, uma certa individualização, ela não poderá negar seus vínculos com a sociedade, de modo que sua atuação deverá sempre ser pautada pelos preceitos constitucionais, o que não lhe permite desviar-se de seu objetivo essencial (o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão), tampouco entrar em contradição com o texto constitucional; b) a autonomia tem sido exercida pelas universidades de modo bastante limitado e isso estaria ocorrendo por conta da multiplicidade e da superposição de leis e

A CF88 atribuiu autonomia às universidades públicas com o desígnio de “proteger o ensino superior de qualquer tipo de manipulação, de política partidária e de autoritarismo” e, assim, garantir que estas instituições cumpram suas funções essenciais: o ensino, a pesquisa e a extensão (BASTOS, 1988, p. 481).

atos normativos e da total imprevisão quanto ao repasse dos recursos financeiros, o que impede a efetivação da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Segundo Fávero (2000, p. 183), “a defesa da universidade autônoma e democrática passa pelo princípio da gestão democrática em todos os níveis”. A autora defende que a autonomia é um modo de ser institucional que exige liberdade para a universidade se autodeterminar.

Embora o artigo 207 da CF88 pareça contemplar a

ideia de autonomia universitária, verificamos que ela é entendida somente como a gestão eficaz de receitas e despesas segundo os contratos de gestão que são estabelecidos entre as universidades e o governo. Percebemos que seu sentido institucional, sociopolítico, foi superado pelo sentido administrativo e gerencial, ou seja, “[...] se o lugar social da universidade for o mercado, não bastará que a regulamentação da autonomia universitária seja feita de acordo com esse parâmetro. Como se vê, o embate entre tecnocratas eficientes e humanistas utópicos está longe de seu desenlace” (CHAUÍ, 2001, p. 205).

Nesta mesma perspectiva de análise sobre a questão da autonomia universitária ser uma condição necessária para que ela cumpra seus objetivos sociais, morais, científicos e culturais, concebendo a universidade como instituição social e não como mera gerenciadora de recursos e normatizações, Marilena Chauí nos adverte sobre as consequências dessa reconfiguração da função das universidades no país desde seu surgimento e principalmente após as reformas implementadas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Dentro da dinâmica do modelo neoliberal que foi amplamente disseminado no país no final da década de 1980 e consolidado da década de 1990, percebe-

Dentro da dinâmica do modelo neoliberal que foi amplamente disseminado no país no final da década de 1980 e consolidado da década de 1990, percebemos significativas alterações no modo como conceber a universidade e suas atribuições para a sociedade, pois busca-se nesse modelo a transformação das mesmas em universidades de ensino e gerenciamento, fazendo com que haja também uma mudança na concepção da autonomia universitária.

mos significativas alterações no modo como conceber a universidade e suas atribuições para a sociedade, pois busca-se nesse modelo a transformação das mesmas em universidades de ensino e gerenciamento, fazendo com que haja também uma mudança na concepção da autonomia universitária.

Após amplos debates, em que posições ideológicas

se contrapunham e diversos setores e representantes de associações se confrontaram em torno de teses de estatização, do corporativismo e da reserva de dotações financeiras, foram concluídos os debates acerca da LDB. Em 20 de dezembro de 1996, foi aprovada no Senado Federal a Lei nº 9.394, que fixou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Analisando o texto legal, é possível verificar a integração das disputas que cercearam sua construção.

Em seu Capítulo IV, “Da Educação Superior”, expressa a concepção de educação superior que se pretendia defender na referida Lei, a exemplo do Art. 53, diretamente ligada a dimensões como eficiência. Assim, foram atribuídos pela Lei, no que concerne à educação superior, e especial atenção para a autonomia, conforme quadro ao lado.

A concepção de autonomia universitária explicitada nos incisos do referido artigo 53 revelam que o princípio outorgado às universidades brasileiras, quando não cumprem aspectos burocráticos, procura revelar a limitação das suas ações às orientações de caráter legal ou orçamentário formulado para além do espaço da universidade.

Se a autonomia universitária é concebida como condição necessária para garantir as razões de ser de uma universidade, não se pode permitir que ela seja considerada uma concessão, mas sim uma conquista de um longo processo de luta. Conforme Fávero (2000, p. 53),

A universidade não é um ente abstrato, separado da sociedade que a mantém e do Estado que lhe dá existência jurídica. E, se por um lado, nunca houve autonomia universitária em sentido pleno no Brasil, apesar de proclamada na última Constituição e em documentos oficiais, por outro, observa-se que se trava uma luta para a efetiva construção desse princípio. Tal luta, no entanto, não poderá excluir a avaliação e controle social da produção universitária, a partir do conhecimento e acompanhamento de suas práticas (FÁVERO, 2000, p. 53).

A universidade pública só pode ser efetivamente autônoma se tiver garantidos os recursos necessários para sua manutenção e seu desenvolvimento, de modo que não necessite submeter-se a ditames e interesses de governantes ou do capital, evitando,

Quadro 1 - Artigos da LDB nº 9394/1996 que tratam sobre a autonomia universitária

Art. 53º. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:	Art. 54º. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.
I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;	§ 1º. No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:
II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;	I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;	II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;	III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;
V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;	IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;	V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
VII - firmar contratos, acordos e convênios;	VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos; e
VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;	VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.
IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; e	§ 2º. Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.
X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.	
Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:	
I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;	
II - ampliação e diminuição de vagas;	
III - elaboração da programação dos cursos;	
IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;	
V - contratação e dispensa de professores; e	
VI - planos de carreira docente.	

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base na LDB/1996.

assim, as consequências da “flexibilização” que é proposta pelas reformas educacionais no ensino superior a partir dessa corrente de pensamento neoliberal, que visam, dentre outros objetivos, racionalizar a atuação da universidade na sociedade.

Considerações finais

A autonomia universitária passa a ser reivindicada no Brasil, ao menos em sua história recente, no bojo de um processo que buscava a (re)democratização do país. Para alguns, isto estabelecia a descentralização dos processos decisórios, o que conjetura uma autonomia que seja o oposto de submissão, de dependência; para outros, no entanto, significava apenas a desconcentração do poder e o estabelecimento de mecanismos legais que assegurassem uma democracia formal.

A autonomia universitária configura um instrumento que permite à universidade desempenhar de forma livre e plena suas atividades essenciais – o ensino, a pesquisa e a extensão. São condições para que ela se realize: a democracia interna da universidade e a previsão integral de recursos para seu funcionamento, recursos estes que devem advir do Estado, responsável por prover educação superior e pesquisa científica.

Procurou-se apregoar ao longo deste trabalho que a autonomia universitária é relevante na medida em que contribui para que a universidade desempenhe suas funções em consonância com os interesses humanos e com os interesses populares, ou seja, contribuindo para a disseminação do conhecimento, beneficiando a construção de políticas públicas que venham a ajudar a analisar os problemas sociais e contribuir na formação integral do indivíduo.

A leitura e análise dos documentos são relevantes não pelo que eles propunham, mas, sim, por explicitar os dilemas da concepção de autonomia universitária. Nos documentos analisados, não há uma concepção homogênea de autonomia universitária; ela foi objeto de controle no estado novo e regime militar, posteriormente interligada com a discussão sobre a gestão democrática e com o compromisso com a qualidade.

Por fim, conclui-se que a luta pela autonomia das universidades brasileiras ocorre desde o surgimento destas instituições no país e que vários são os desafios impostos a elas, pois mesmo prevista na CF88, a autonomia das universidades brasileiras ainda é limitada e tutelada a interesses políticos, econômicos e disputas de poder que se sobrepõem ao papel social, científico e acadêmico que elas possuem.

A garantia do princípio constitucional da autonomia universitária poderia, sobremaneira, contribuir para que as universidades brasileiras cooperassem de modo mais efetivo na defesa dos interesses e direitos dos cidadãos por meio do conhecimento por elas produzido, colaborando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. **US**

- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.
- Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade & poder: análise crítica/fundamentos históricos, 1930-45**. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980, p. 179.
- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 467-504.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 279 (Coleção Saraiva de Legislação).
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília-DF, 1996.
- _____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas**. São Paulo, Editora UNESP, 2007.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ventos do progresso: a universidade administrada. In: **Descaminhos da educação pós-68**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre universidade**. São Paulo, Unesp, 2001.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão da autonomia universitária. **Universidade e Sociedade**, ano 1, n. 2, p. 25-29, nov. 1991.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2010.
- _____. Autonomia universitária: desafios histórico-políticos. **Universidade e Sociedade**, ano VII, n. 12, fev, 1997. p. 9-12.
- _____. Autonomia universitária: uma conquista, não uma dádiva. In, PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org.). **Educação superior: avaliação da produção científica**. Belo Horizonte, Imprensa Universitária da UFMG, 2000.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.
- MANCIBO, Deise. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural. **Universidade e Sociedade**, cidade, n. 5, p. 51-59, mês 1998.
- Ministério da Educação e Saúde Pública. Organização Universitária Brasileira. Decretos nºs 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2014.
- RANIERI, Nina. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

referências

A greve dos operários navais de Niterói no contexto do pré-sal

Sonia Lima

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: slucio.lucio5@gmail.com

Lilian Matias

Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: lil.smatias@gmail.com

Resumo: A greve dos operários navais de Niterói, ocorrida em 2012, representa um marco no processo de reação dos trabalhadores brasileiros ao sindicalismo da CUT, que opera como base de apoio do governo do PT. Desde o final dos anos 90, ocorre uma mudança na orientação política da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, que passa a assumir uma postura de colaboração de classe. Esta postura contribui para o agravamento das condições de trabalho da categoria, ainda que esteja sendo combatida por setores de oposição que têm buscado perseverar na luta por um sindicalismo comprometido com os interesses dos trabalhadores da indústria naval de Niterói e Itaboraí.

Palavras-chave: Greve. Movimento Sindical. Metalúrgicos. Operários Navais. Central Única dos Trabalhadores. Niterói.

Introdução

Pretendemos neste texto apresentar uma análise de um momento singular na história dos operários navais de Niterói: a greve de 2012. É nossa intenção demonstrar que esta greve, por ter sido construída com base num processo de rebelião da base da categoria à orientação da diretoria do sindicato, pode ser um dos elementos que anunciam o início da reação dos trabalhadores brasileiros às direções sindicais cutistas que operam como base de apoio do governo do Partido dos Trabalhadores.

A greve ocorreu doze anos após a retomada e reestruturação da indústria naval no Brasil. Esse processo de reestruturação foi realizado para superar a crise dos anos 90, que levou a indústria naval brasileira a um profundo declínio. Para compreender a importância desse movimento grevista na história recente da luta do movimento dos operários navais de Niterói, retomaremos alguns elementos da história da organização dos operários da indústria naval e, em seguida, analisaremos o contexto e as características



do processo de reestruturação da indústria naval e suas possíveis repercussões no processo organizativo da categoria.

Operários navais: do novo sindicalismo à adesão à ordem

Os operários navais constituem uma categoria antiga e como tal é a sua combatividade. Apesar de sua história datar desde finais do século XIX, optamos por destacar alguns momentos cruciais para compreender a categoria hoje e suas formas de organização.

Oficialmente, a fundação do Sindicato dos Operários Navais data de 1942. Sediado em Niterói, possuía abrangência sobre todo o estado e sobre o município do Rio de Janeiro. Um movimento que fortaleceu a organização política na categoria foi a greve de 1953, durante a qual a diretoria da Federação dos Marítimos foi destituída e, dentre outras coisas, foi conquistado o direito a ter uma praça para reuniões no interior do estaleiro e a organização por meio de conselhos sindicais de base¹.

Com o golpe empresarial-militar em 1964, os operários navais tiveram sua sede tomada por tropas militares e depredada: paredes foram pichadas, carteiras profissionais rasgadas, documentações apreendidas. Quando os operários voltaram ao trabalho, foram surpreendidos por fuzileiros navais armados nas empresas privadas, concentrando-os em frente aos restaurantes da empresa, onde foram revistados e passados em lista para ver quem deveria ser preso. A maioria ficou detida por 50 a 90 dias, alguns encarcerados em navios². Sofreram o reenquadramento sindical, deixando de ser operários navais – que agora abarcaria apenas os trabalhadores que ficavam embarcados no mar – para se tornarem metalúrgicos. Perderam, com isso, todas as conquistas que tiveram no período anterior. Obrigados a se dividirem entre vários sindicatos de metalúrgicos locais, os operários navais de Niterói se filiaram ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, onde se tornaram maioria em relação a trabalhadores de oficinas de reparos de automóveis e fábricas de laminados, entre outros³.

Essa ofensiva da ditadura contra a organização dos operários navais era parte integrante do enquadramento do movimento operário organizado à Lei de Segurança Nacional. Sua implementação contribuiu para minar a capacidade de resistência do sindicalismo combativo. Neste período, o sindicato dos metalúrgicos de Niterói foi controlado por cúpulas pelegas e os embates passaram a ser travados diretamente entre patrões e empregados no interior das empresas⁴.

As greves do ABC trouxeram esperança de alcance de novos rumos para a organização da classe trabalhadora. Em 1978, os trabalhadores metalúrgicos de Niterói começaram uma campanha por abono salarial. Organizavam-se por comissões de local por trabalho, o que se confrontava com a estrutura sindical controlada pelo Estado. Esta experiência estimulou a mobilização e a combatividade da categoria. Essa nova forma de ação sindical, conhecida como o “novo sindicalismo”⁵, ganha força, no ano de 1978, durante a Campanha Salarial. A mobilização cres-

As greves do ABC trouxeram esperança de alcance de novos rumos para a organização da classe trabalhadora. Em 1978, os trabalhadores metalúrgicos de Niterói começaram uma campanha por abono salarial. Organizavam-se por comissões de local por trabalho, o que se confrontava com a estrutura sindical controlada pelo Estado.

cente culminou na greve de 1979, a primeira greve do setor naval desde o golpe militar. A categoria aderiu massivamente à greve. As reivindicações abarcaram a retomada dos direitos perdidos pelos operários navais em 1964⁶.

Em 1980, os trabalhadores que estavam organizando o movimento no interior das fábricas venceram as eleições sindicais dos metalúrgicos de Niterói e tiraram os “pelegos” da direção. Em 1983, com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a experiência e a perspectiva política dos operários navais de Niterói estavam marcadas pela dimensão da luta e pela clareza da necessidade da unidade da classe. O sindicato dos metalúrgicos de Niterói foi o segundo sindicato do país a se filiar à CUT e o pri-

meiro dos sindicatos de metalúrgicos do estado do Rio de Janeiro que deliberou por construí-la⁷.

Com a crise no setor naval, a mobilização viu um momento de descenso, com as demissões de operários e o aumento da taxa de desemprego chegando a 50%, assim como a instabilidade no emprego e ameaças de demissão em caso de envolvimento em atividades sindicais. Em termos de sua organização, o sindicato viveu um período de fragmentação. Em 1992, depois do acordo pós-greve, foi criada uma comissão paritária entre patrões e empregados para negociação, intensificando-se a partir de 1993 com busca de acordos por parte da Câmara Setorial de Bens de Capital para reestruturar complexos industriais e pensar a modernização das relações de trabalho⁸.

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói ao longo de meados dos anos 1990 e 2000 é de caráter assistencialista, preocupada em participar de diversas comissões e buscar parcerias com cursos profissionalizantes – absorvendo o argumento liberal já existente na CUT de que o desemprego é culpa da pouca qualificação do trabalhador. De acordo com Marina Barbosa Pinto, um dos fatores que ajudam a compreender esse processo é a luta pela democratização ter sido embasada por uma noção de cidadania que paulatinamente se deslocou do terreno da luta de classes para a esfera individual, aparecendo na forma de um consenso entre classes⁹.

No governo FHC, a diretoria organiza diversas viagens a Brasília, com passeatas de trabalhadores no Palácio do Planalto pela retomada da produção na indústria naval e empregos. Garantiram repasses de ajuste e modernização dos estaleiros, mas não os direitos dos trabalhadores.

A CUT está quase vinte anos na diretoria do sindicato de um setor estratégico para a economia nacional, mas não sem enfrentar oposição e o crescente descontentamento dos trabalhadores. Há um descolamento dos dirigentes do sindicato do cotidiano dos trabalhadores, que se expressa no gozo de privilégios, tais como a estabilidade no emprego e a representação no Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante, além do uso de carro, celulares e do aparato sindical. Agrega-se a essa prática o fato de que, após o governo Lula, os diretores passaram a defender a política do governo junto à categoria, jogando por terra

o princípio da independência e autonomia reivindicado pelo sindicalismo cutista nos seus primórdios.

A última eleição para o sindicato, em 2008, teve uma chapa de oposição organizada pela esquerda que atingiu 43% dos votos na categoria. Muitos trabalhadores suspeitam que a oposição só não ganhou porque o pleito teria sido fraudado. A diretoria do sindicato, para não perder o controle da entidade, tem tentado das mais diversas formas impugnar a chapa da oposição e o processo eleitoral tramita na Justiça há três anos¹⁰.

Crise e retomada da indústria naval

A crise do petróleo, principal suporte da indústria naval e do setor de navegação, afetou o comércio exterior, principalmente na área de importações e, em decorrência da necessidade de contenção dos gastos públicos, o governo diminuiu o financiamento às empresas que faziam encomendas aos estaleiros. Soma-se a isto o fato da indústria naval instalada no Brasil ter perdido a capacidade de competir no mercado estrangeiro por ter navios mais caros, maiores e menos especializados, o que a levou à perda da concorrência com os produtos melhores e mais baratos da Coreia do Sul, do Japão e da China¹¹.

Observamos que após a II Grande Guerra ocorre uma mudança da localização geográfica da indústria naval dos países com maiores custos do trabalho, como os da Europa Ocidental e os Estados Unidos, para países com menores custos, como o Japão e, posteriormente, a Coreia do Sul. E mais recentemente para a China, que passou a despontar como grande produtor¹².

Como medida para enfrentar a crise, os empresários organizados no Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL) pressionaram o governo para incluir a venda de navios nos pacotes de exportação e impulsionaram uma “campanha contra a estatização”. A perspectiva de lançamento de mais um Plano de Construção Naval no final da década de 1970 tornou público um debate entre os que defendiam como saída para a crise a intervenção do Estado e os que eram contrários a esses planos para a construção naval e defendiam a

autonomia do setor em relação ao Estado e queriam a liberação das importações de navios¹³.

Com a falta de recursos do Fundo da Marinha Mercante e a suspensão dos financiamentos, os donos dos estaleiros recorreram ao capital bancário nacional e estrangeiro. Conseguiram obter o direito de contrair créditos com a Resolução 6.043 de 11/07/1979 do Conselho Consultivo da SUNAMANM, o que, ao invés de solucionar, contribuiu para aumentar a crise no setor¹⁴.

Em 1981, o governo resolve lançar o Plano Permanente de Construção Naval (PPCN) para garantir o funcionamento contínuo do setor – sem, no entanto, conseguir superar os problemas decorrentes da crise. Em 1984, veio à tona o “escândalo” da SUNAMAM. Foram suspensas as cartas de créditos a bancos nacionais e estrangeiros e os estaleiros passaram a não obter garantias de empréstimos para suas encomendas, o que levou à falência de algumas indústrias e à demissão de muitos trabalhadores¹⁵.

O encolhimento de uma atividade com papel relevante na geração de empregos e no estímulo a outros segmentos industriais gerou não só uma forte redução de navios de bandeira brasileira, que fez com que o país tivesse que aumentar gradativamente o nível

A crise do petróleo, principal suporte da indústria naval e do setor de navegação, afetou o comércio exterior, principalmente na área de importações e, em decorrência da necessidade de contenção dos gastos públicos, o governo diminuiu o financiamento às empresas que faziam encomendas aos estaleiros.

de afretamento de embarcações estrangeiras, como provocou abalos no conjunto da economia. Neste período, a produção do setor ficou praticamente restrita às atividades de reparo naval e, escassamente, à fabricação de embarcações de médio porte¹⁶.

O agravamento da crise do capital e seus efeitos sobre o setor da construção naval, traduzidos na retratação das encomendas de novos navios, trouxeram duras consequências aos trabalhadores. A ameaça de desemprego contribuiu para inibir a resistência dentro das fábricas. Além disso, as empresas limitaram o contato da diretoria do sindicato com a categoria por

meio da proibição à entrada dos representantes em todas as plantas; da desativação de Comissão de Trabalhadores e da cooptação de algumas lideranças de base. Em Niterói, houve a desativação da Comissão do Mauá e oferecimento de “indenização” aos diretores de base que atuavam no estaleiro. Mesmo assim, as lideranças dos operários navais do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói resistiram a este ataque¹⁷.

Ao longo da década de 90, houve tentativas de reestruturação das empresas da indústria naval por meio da fusão de estaleiros e da redefinição dos perfis empresariais, que, no entanto, esbarraram em dificuldades de financiamento. É importante ressaltar que por ser mais econômico na época fabricar navios fora do país, o governo passou a priorizar a importação de navios, o que contribuiu para que alguns estaleiros fechassem e passassem a funcionar apenas para obras de reparos nos navios existentes. Outros, como o Mauá, em Niterói, chegaram a recorrer a um sistema de arrendamento de suas instalações por uma companhia de navegação¹⁸.

Durante a crise dos anos 1990, os operários foram expulsos do mercado formal das empresas e, posteriormente, reabsorvidos em condições extremamente precárias de trabalho, por empreiteiras e “cooperativas”, muitas vezes, controladas por pessoas que se demitiram das empresas.

Isso gerou uma mobilização em defesa da retomada do investimento no setor com pressão sobre os parlamentares e governos que envolveu empresários e membros dos sindicatos dos Metalúrgicos de Niterói, do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis. O então governador Garotinho (1999-2002), interessado em concorrer à presidência da República, se comprometeu com a defesa da reabertura dos estaleiros¹⁹.

Durante a crise dos anos 1990, os operários foram expulsos do mercado formal das empresas e, posteriormente, reabsorvidos em condições extremamente precárias de trabalho, por empreiteiras e “cooperativas”, muitas vezes, controladas por pessoas que se demitiram das empresas. No final da década de 90, a internacionalização do setor petrolífero, as perspectivas de exploração *offshore* do petróleo e a maior facilidade para os donos dos estaleiros para adquirirem empréstimos possibilitaram a retomada da indústria naval²⁰.

Em 2003, durante o governo de Luiz Inácio da Silva, a empresa lançou o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP). Em 2005, foi executado o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEFE). Esses dois programas tiveram importantes efeitos sobre o processo de recuperação do setor já em curso. O PROMINP tinha por objetivo fomentar a participação nacional de bens e serviços na implementação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior. As principais atividades do programa foram o Plano Nacional de Qualificação Profissional, o PROMIMP Tecnológico e o Estudo de Competitividade. Contudo, foi a partir do PROMEF (2005) que o setor da indústria naval brasileira foi reativado. Este programa fazia parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e tinha como objetivo principal renovar a frota da companhia para garantir maior autonomia e controle no transporte de sua produção, a construção dos navios no Brasil e a garantia de modernização e construção de estaleiros. Sua execução foi responsável por gerar mais de 15 mil empregos diretos na indústria naval²¹.

De acordo com Débora Teixeira, que foi diretora do Fundo da Marinha Mercante, o atual crescimento da construção naval no país se consolidou por duas razões: a associação entre as empresas estrangeiras e as brasileiras e as condições atrativas de empréstimo, que são pagos em até 20 anos com taxas de juros reduzidas. De fato, o programa Navega Brasil, de novembro de 2000, facilitou o acesso às linhas de crédito para armadores e estaleiros, aumentou o uso do FMM (de 85% para 90%) nas operações da indústria naval e ampliou o prazo máximo de empréstimo (de 15 para 20 anos)²². Ou seja, os empresários da indústria naval não pagam os seguintes impostos e contribuições (Lei 9.493/97): Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação (II), contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), desde que seja para a exportação ou que a embarcação esteja inscrita no Regime Especial Brasileiro (REB), e são financiados com enormes recursos públicos que são pagos com juros baixos²³. A tabela a seguir demonstra o aumento de recursos públicos destinado ao setor entre 2005 e 2012.

Tabela 1 - Estaleiros no Brasil: investimentos priorizados pelo FMM²⁴

Ano	Nova planta		Ampliação		Modernização		Total	
	Projetos	Valor (US\$)	Projetos	Valor (US\$)	Projeto	Valor (US\$)	Projetos	Valor (US\$)
2005	4	432.154.126,68	0	-	1	1.173.036,64	5	433.327.163,32
2006	3	241.670.548,75	0	-	0	-	3	241.670.548,75
2007	0	-	0	-	1	64.355.397,09	1	64.355.369,09
2008	0	-	0	-	2	145.492.000,84	2	145.492.000,84
2009	11	1.950.272.484,28	1	68.860.573,62	0	-	12	2.019.133.057,90
2010	0	-	0	-	0	-	0	-
2011	8	2.722.600.426,48	3	500.445.841,53	1	27.264.629,54	12	3.250.310.897,55
2002*	2	25.596.437,85	0	-	1	42.970.361,67	3	68.566.799,52
TOTAL	28	5.372.294.024,04	4	569.306.415,15	6	281.255.425,78	38	6.222.855.864,97

*Dados até abr. 2012. Fonte: Elaboração BNDES, com base em dados do CDFMM/MT.

Segundo Souza, a:

retomada da indústria naval observada nos últimos anos, especialmente após 2006, é resultado da política econômica do Estado brasileiro no sentido de favorecer os interesses da grande burguesia brasileira. A política econômica voltada para o setor da construção naval tem como elemento central a demanda por navios e plataformas de petróleo encomendadas, em sua maioria, pela Petrobras. Assim como no passado, o crescimento do setor tem como base a garantia de demanda e financiamento por parte do Estado brasileiro²⁵.

O que expressa, nas condições particulares em que se realiza, que a produção e a realização do valor têm requisitado que o Estado se aproprie, crescentemente, de parcela significativa da mais-valia socialmente produzida para assegurar as condições gerais de produção e reprodução do capital.

Diante da iminência da exploração de petróleo da camada de pré-sal, até 2020, a indústria de óleo e gás prevê dobrar a participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional brasileiro, passando de 10% para 20%, enquanto o segmento naval e *offshore* estima faturar US\$ 15 bilhões por ano até o respectivo período. O Rio de Janeiro, maior produtor de petróleo do Brasil, deverá responder por metade desse valor, o que, certamente, trará impactos para a indústria naval de Niterói²⁶.

Para atender a esta demanda, alguns estaleiros se especializaram na construção de petroleiros e embarcações de apoio marítimo. Neste contexto de expansão, novos atores entram no mercado. São estes: os

fundos de investimentos, as grandes empreiteiras, os grupos do agronegócio internacional e investidores do setor em Cingapura (Sell Fetal e Jurong), Coreia do Sul (Samsung), Noruega (Aker) e EUA. De acordo com alguns jornalistas, o país precisará de 50 plataformas de exploração de petróleo, 50 sondas, 500 embarcações e 130 petroleiros. Trata-se de uma lista de compras equivalente a US\$ 200 bilhões. Existem, atualmente, 52 estaleiros, que empregam 60 mil pessoas, e há mais dez em construção – 80% desses são projetos encomendados pela Petrobras. Vale ressaltar que praticamente todo o financiamento é feito pelo BNDES e bancos públicos²⁷.

A indústria naval nacional e fluminense começou a se recuperar a partir de 1999 com a adoção de tratamento diferenciado na cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), a melhoria das condições e financiamento do Fundo de Marinha Mercante – que passou de 9 para 20 anos de prazo, com juros reduzidos de 6% para 3,5% anuais – e a exigência de nacionalização de 65% dos insumos utilizados em cada navio²⁸. Segundo o SINAVAL, a partir de dados do 2º trimestre de 2012, o Rio de Janeiro ocupou o segundo lugar no *ranking* da construção naval brasileira, com 124 obras e mais de 2,2 milhões de toneladas de porte bruto (TPB), ficando atrás apenas de Pernambuco. Quando considerada a empregabilidade, os fluminenses alcançaram a primeira posição nacional, com mais de 29 mil empregos gerados²⁹. Em Niterói, no final de 2011, havia 10.375 trabalhadores no setor³⁰, número que chegou a 13.643 em novembro de 2012³¹.

A reestruturação da indústria naval não foi, toda-

via, acompanhada pela melhoria das condições de trabalho da categoria. Porém, segundo membros da oposição, as reivindicações da categoria por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho não têm sido absorvidas e encaminhadas pela diretoria sindical. Fato que impulsionou a forte crise experimentada pelo sindicato expressa pela rejeição dos trabalhadores da base da categoria à diretoria cutista. Mesmo em jornais de grande circulação, o presidente e o secretário-geral declararam que tentaram conversar com os trabalhadores sobre outros caminhos mais razoáveis para o enfretamento da questão salarial e que a categoria sequer os deixa falar em assembleias³².

Há depoimentos de membros da oposição que apontam que desde a eleição de 2008, a base dos metalúrgicos não enxerga essa diretoria atual como legítima. Em 2012, além da campanha salarial, estava em debate o processo eleitoral do sindicato, que deveria ter acontecido em fevereiro. Muitos trabalhadores afirmam que se tratou de uma greve política, que marcou a insatisfação crescente da categoria com a diretoria cutista. Somando-se a isso o fato de que em 2011, segundo informes de membros da oposição, boa parte dos trabalhadores, cansados das precárias condições de trabalho e baixo salário, já queriam greve, mas esta foi barrada pela diretoria do sindicato. Outro aspecto a salientar é que em abril de 2012 houve um acidente no estaleiro Mauá que acarretou a morte de um trabalhador, imprensado por uma chapa de metal de 40 toneladas, e um outro foi ferido. Acontecimento que ganhou um peso político na denúncia das péssimas condições de trabalho nos estaleiros³³.

A greve de 2012

Na assembleia realizada no dia 30 de maio de 2012 para discutir a campanha salarial, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, os trabalhadores presentes deliberaram por unanimidade rejeitar a proposta da patronal, defendida pela diretoria do sindicato, e entrar em greve. Esta foi a primeira greve unificada em muitos anos, abarcando seis estaleiros: Mauá, STX, Aliança, Renave, Enaval

e UTC. A diretoria cutista do sindicato não queria a paralisação, propondo esperar para o andamento das negociações com os patrões, cuja proposta era de aumento de 7,5%. Ao longo da argumentação dos membros da diretoria, boa parte dos presentes à assembleia manifestaram um forte descontentamento, não só com a postura antigreve dos diretores, mas também porque não deixaram a categoria se pronunciar. Um membro da oposição chegou a escalar o carro de som na tentativa de ter garantido o seu direito à fala. Contra a sua vontade, a diretoria foi obrigada a declarar greve ao final da assembleia.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores consistia em: aumento salarial de 16%; aumento no valor do vale-refeição de R\$140,00 para R\$350,00; maior segurança no ambiente de trabalho; plano de saúde com desconto simbólico em folha; e pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PRL). Na mesma assembleia foi eleito um comando de greve dos trabalhadores, cujos integrantes eram, em sua maioria, membros da oposição de esquerda à diretoria atual. Não foi à toa que, tanto os patrões quanto a diretoria do sindicato, afinaram seus discursos na tentativa de desqualificar a oposição, que ora foi acusada de estar à frente das mobilizações para fazer “marketing eleitoral” ou por estar vinculada a partidos de esquerda, como o PSOL e o PSTU³⁴.

No primeiro dia de greve, dia 31/05/12, teve início uma prática que marcou a mobilização dos trabalhadores durante todo o período de paralisação: piquetes nas portas dos estaleiros de Niterói, seguidos de passeata e de reuniões na praça em frente à sede do sindicato, que se manteve trancada durante a greve. O processo de mobilização tornou evidente, mesmo nas reportagens da mídia burguesa, a crise política que assolava o sindicato.

Na sexta, 01/06/12, os trabalhadores são informados na assembleia que estava prevista uma audiência no Ministério do Trabalho no dia 04 de junho, a primeira reunião entre a patronal e a categoria. Nesta assembleia, também foram orientados pelo comando de greve a não cumprirem o rodízio no final de semana e discutiram o assédio moral a trabalhadores terceirizados³⁵.

No dia da audiência, os trabalhadores atravessaram a Baía de Guanabara e fizeram uma manifesta-

ção em frente à sede do SINAVAL (Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore), no Rio de Janeiro, com cerca de 3 mil trabalhadores presentes. Os membros que iriam representar os trabalhadores na audiência foram eleitos pela base, entre militantes da oposição de esquerda e da diretoria, cuja presença foi aceita pela categoria para cumprir uma determinação legal.

Os 700 trabalhadores que se concentraram na escadaria do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro elegeram uma comissão com membros de todos os estaleiros em greve para acompanhar a reunião. Em entrevista, integrantes da comissão informaram que mesmo os desembargadores se dividiram quanto ao que fazer, tendo ficado surpresos com o grau de concordância entre patrões e diretores do sindicato. A audiência terminou sem acordo, tendo nova sessão na semana que se seguiu³⁶.

Um dos membros da oposição forneceu a seguinte informação:

Segundo o TRT, na reunião de ontem à tarde, o Sindicato dos Empregados afirmou que não houve decisão que deflagrasse greve na última assembleia da categoria no dia 31. Fato que revoltou os trabalhadores que assistiram à reunião. 'Os metalúrgicos foram traídos e o presidente do sindicato entregou tardiamente a declaração da greve para a patronal e querem declarar a greve ilegal. É uma revolta muito grande, foi um episódio lamentável. Ele disse que a assembleia do dia 31 não teve peso, porque só tinha gente da chapa 3; tinha mais de 1200 trabalhadores lá. Isso é um absurdo', afirma José Batista da Silva Junior, membro da comissão de greve³⁷.

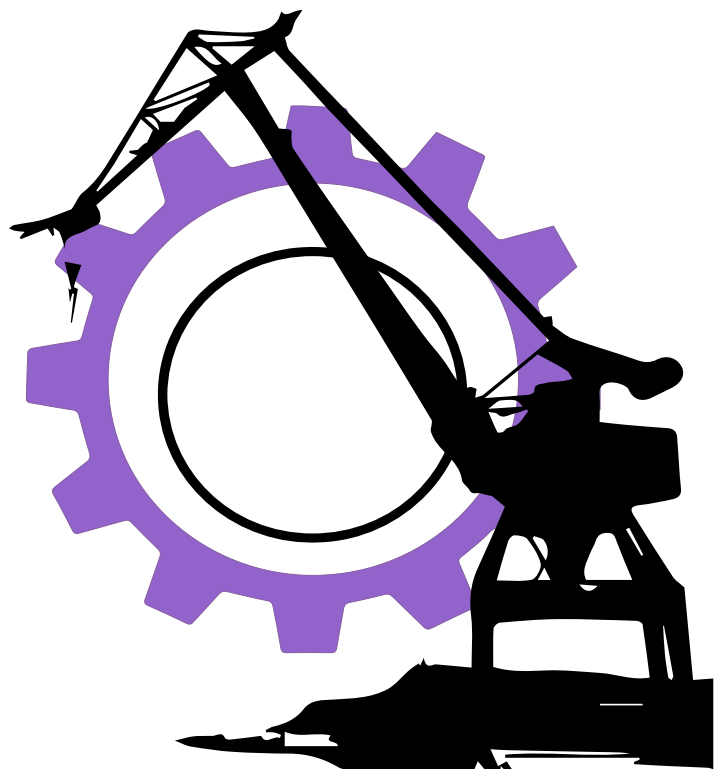
Depois dessa audiência, ficou marcada outra para o dia 10 de junho. O juiz apresentou uma proposta de aumento salarial de 8% e ticket refeição de R\$190,00 e respaldou a proposta do SINAVAL de negociar separadamente em cada estaleiro. Os metalúrgicos em assembleia não aceitaram a proposta, mas os representantes dos estaleiros informaram que só iriam negociar se a greve acabasse. A greve foi suspensa no dia 16 de junho, em uma assembleia com 1000 trabalhadores, em frente à sede do sindicato, mas os trabalhadores permaneceram em estado de greve e mantiveram a mobilização. Tanto é que no

dia 18 de junho houve paralisação de trabalhadores de um dos estaleiros porque a empresa não pagou o adiantamento do salário³⁸. No mesmo dia, o Tribunal Regional do Trabalho divulgou sua decisão relativa ao pedido de dissídio da greve encaminhado pelo SINAVAL e decretou a ilegalidade da greve.

No dia 03 de julho, os metalúrgicos do UTC Engenharia, no Barreto, paralisaram. Os trabalhadores tiveram um saldo positivo: conquistaram 10% de reajuste salarial, vale-refeição de R\$250,00 e abono dos dias de greve³⁹. Após a greve realizada, entre os dias 09 e 13 de julho, nos estaleiros STX e Enaval ocorreu a readmissão dos 43 trabalhadores demitidos por justa causa. Além disso, conquistaram 9% de aumento salarial, vale-refeição de R\$210,00 e desconto de 50% dos dias de greve⁴⁰.

No estaleiro Mauá, dois militantes foram ameaçados de demissão por justa causa, enquanto dois outros foram afastados, sem salário. Eram militantes da chapa da oposição, sendo um cipeiro. Alguns sindicatos do serviço público, em greve no período, assim como Centrais Sindicais de luta, realizaram uma campanha pela readmissão desses trabalhadores e também para contribuir com ajuda financeira, mas os donos do estaleiro foram irredutíveis⁴¹.

O balanço que militantes da oposição fazem é que essa greve pode ser comparada à greve de 1979, em



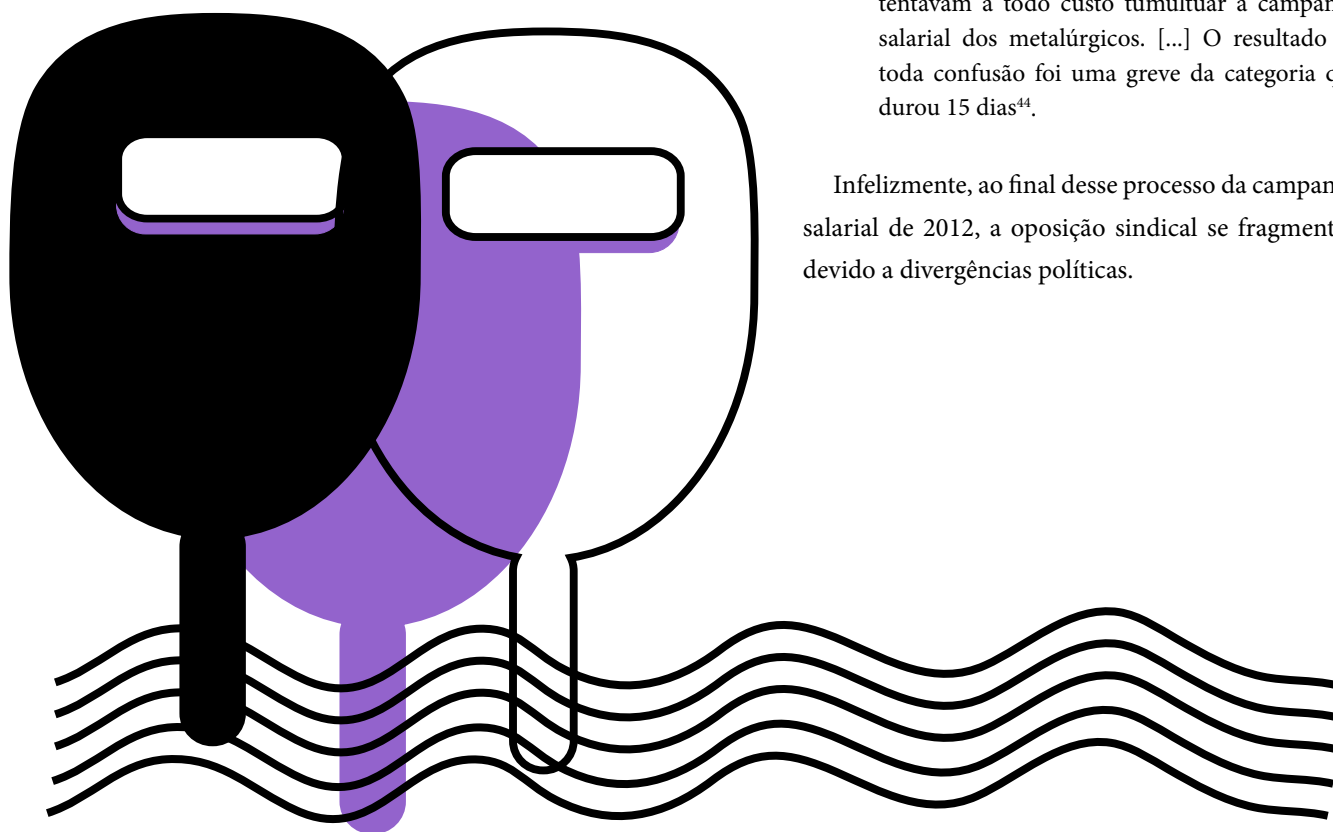
termos de força e organização política. No entanto, apontam que o fato da Justiça do Trabalho e os empresários não reconhecerem a oposição fortaleceu a direção cutista. Outro elemento presente no balanço é a mudança da direção do Sindicato. Reginaldo Costa e Silva, presidente do sindicato no início da greve, teve que se retirar da direção por causa do desgaste político gerado por sua declaração durante a primeira audiência no Tribunal Regional do Trabalho: a de que a greve seria ilegal. Quem assumiu seu lugar foi o secretário-geral Edson Rocha, também integrante do Fundo da Marina Mercante e tesoureiro da CNM-CUT. Também é destacado que as assembleias da categoria deixaram de ser unificadas para serem feitas nos estaleiros, nas quais os trabalhadores foram fotografados e coagidos, tanto pelos patrões quanto pela diretoria do sindicato, que chegou, inclusive, a contratar seguranças armados. Também foi apontada como prática corrente da direção cutista passar o livro de presença entre pessoas de sua confiança nos

estaleiros para aprovar resoluções, sem passar por uma assembleia⁴². Em que pese essas dificuldades, os membros da oposição avaliam que a greve foi positiva, principalmente porque contribuiu para ampliar a consciência política de parte dos trabalhadores, que passaram a enxergar a direção do sindicato como aliada aos interesses do setor patronal. Em termos das conquistas de sua pauta de reivindicações, também destacam que, em 2012, o ganho real do reajuste salarial foi de 4,12%, diferente dos anos anteriores, que foram por volta de 2%⁴³.

Já o balanço feito pela atual direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí é de que as conquistas da campanha salarial de 2012 se deram graças à atuação da diretoria do sindicato. Ainda de acordo com os membros da diretoria, a greve serviu apenas para atrapalhar, conforme depoimento, a seguir:

É sempre bom lembrar que não apenas trabalhadores compareceram à assembleia. Como se tratava de uma campanha salarial em pleno ano eleitoral no município, como também no sindicato, vários ativistas partidários também pleitearam a participação. [...] Mesmo com o posicionamento do sindicato contrário à proposta, a assembleia tomou outros rumos, designados pelos então ativistas políticos que tentavam a todo custo tumultuar a campanha salarial dos metalúrgicos. [...] O resultado de toda confusão foi uma greve da categoria que durou 15 dias⁴⁴.

Infelizmente, ao final desse processo da campanha salarial de 2012, a oposição sindical se fragmentou devido a divergências políticas.



Considerações finais

Ao buscar apreender os principais determinantes sociais deste processo grevista, devemos levar em consideração o contexto econômico e político no qual se insere: a reestruturação da indústria naval sob o impulso de um vultuoso investimento público; o expressivo aumento do número de trabalhadores no setor e sua concentração no estado do Rio de Janeiro, especialmente em Niterói; o relativo decréscimo da situação de desemprego no país neste período; a rejeição de parte expressiva dos metalúrgicos dos estaleiros de Niterói com o sindicalismo de colaboração de classe; e as tensões entre a diretoria e parte da categoria em face da disputa eleitoral e da forma como a diretoria encaminhou a campanha salarial de 2012, bem como o expressivo aumento do número de greves no país no mesmo ano.

Como procuramos demonstrar, a área naval foi desativada por um largo período. Seu declínio começou a partir dos anos 80, quando enfrentou uma crise que teve impactos decisivos na economia. Nesse período, ocorreram profundas alterações no setor, repercutidas na constituição do mercado de trabalho, as quais provocaram alterações nas condições de trabalho da categoria e em seu processo organizativo. Também explicitamos que, diante da iminência da exploração de petróleo da camada de pré-sal, o governo federal assumiu o setor da indústria naval como estratégico e investiu vultosas somas de recursos públicos na área – pagos a juros baixos, com isenções de impostos, promessa de abertura de novos estaleiros e de retomada do emprego. No entanto, as condições de trabalho são precárias, o que acarreta constantes acidentes e aumento das doenças de trabalho⁴⁵. A terceirização avançou no setor, acarretou baixos níveis salariais, ampliação da jornada de trabalho, crescimento da rotatividade e inadimplência de direitos trabalhistas.

Na análise do processo de deflagração da greve tem destaque a forte rejeição da categoria à diretoria do sindicato, conforme ressaltado neste texto. Na eleição de 2008, a chapa de oposição organizada pela esquerda atingiu 43% dos votos na categoria⁴⁶. Houve indícios de fraude no pleito. Em junho de 2012, além

da campanha salarial, estava em debate o processo eleitoral do sindicato, que deveria ter acontecido em fevereiro⁴⁷.

Além disso, o ano de 2012 foi marcado por um conjunto de paralisações no serviço público federal impulsionadas pela greve nas universidades, que durou quatro meses. O mesmo ocorreu no setor privado, incluindo bancários e operários da construção civil. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), neste ano ocorreu o maior número de greves no país desde 1997, totalizando 873, fato relacionado ao baixo nível de desemprego. Aproximadamente, 95% das negociações coletivas de 2012 terminaram com reajuste salarial acima da inflação, enquanto que em 2003 apenas 19% obtiveram tal efeito⁴⁸.

Ao buscar apreender os principais determinantes sociais deste processo grevista, devemos levar em consideração o contexto econômico e político no qual se insere: a reestruturação da indústria naval sob o impulso de um vultuoso investimento público; o expressivo aumento do número de trabalhadores no setor e sua concentração no estado do Rio de Janeiro, especialmente em Niterói; o relativo decréscimo da situação de desemprego no país neste período; a rejeição de parte expressiva dos metalúrgicos dos estaleiros de Niterói com o sindicalismo de colaboração de classe; e as tensões entre a diretoria e parte da categoria em face da disputa eleitoral e da forma como a diretoria encaminhou a campanha salarial de 2012, bem como o expressivo aumento do número de greves no país no mesmo ano.

Neste ano, os setores mais organizados da classe trabalhadora demonstraram seu protagonismo e prepararam o terreno para as lutas que viriam em 2013 – que abarcaram a indignação do resto da população com o aumento das passagens dos transportes, com a violência policial, a mídia empresarial, o sucateamento da saúde e da educação públicas. Ainda não é possível afirmar que as greves dos operários navais de Niterói de 2012 compõem um ciclo de lutas que buscam romper com a hegemonia do Partido dos Trabalhadores e da CUT no movimento sindical brasileiro e com a sua política de cooptação. Porém, é possível identificar elementos que apontam nessa direção.

A vivência da luta no campo do sindicalismo combativo – palco de grandes enfrentamentos, não apenas salariais, mas políticos, à ditadura – confere aos metalúrgicos de Niterói uma experiência que lhes permite ser uma das primeiras categorias a organizar um forte confronto com o sindicalismo cutista. No entanto, o legado dessa tradição tão forte para militantes mais antigos deve ser relativizado, pois os trabalhadores que estão ingressando nos estaleiros não possuem o mesmo acúmulo – o que não impossibilitou o processo de intenso engajamento à greve e o confronto com postura da diretoria sindical burocratizada e pró-patronal.

Desde o final do ano passado, a euforia com o setor naval começa a cessar. O acirramento da crise do capital, a redução do preço do petróleo – que, segundo analistas, revela uma estratégia da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) cujo objetivo é forçar as grandes companhias a desistirem

Na análise do processo de deflagração da greve tem destaque a forte rejeição da categoria à diretoria do sindicato, conforme ressaltado neste texto. Na eleição de 2008, a chapa de oposição organizada pela esquerda atingiu 43% dos votos na categoria. Houve indícios de fraude no pleito. Em junho de 2012, além da campanha salarial, estava em debate o processo eleitoral do sindicato, que deveria ter acontecido em fevereiro.

de investimentos de custo alto, como é o caso do investimento da Petrobras no pré-sal –, bem como os escândalos de corrupção envolvendo setores do governo, empresários e a diretoria da Petrobras, provocam alterações substanciais neste quadro. Milhares de trabalhadores já foram demitidos no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco⁴⁹ e a tendência é o aumento desses números.

O movimento sindical combativo brasileiro tem como desafio a superação da hegemonia do sindicalismo de colaboração de classe por meio da unificação daqueles que se confrontam com essa concepção. Certamente, essa dinâmica ainda em curso precisa ser melhor apreendida, posto que seus desdobramentos e implicações são constitutivos do processo mais amplo de reorganização política da classe trabalhadora brasileira. **US**

notas

1. PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 43-55.
2. BARSTED, Dennis L. *Medição de Forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 174-193.
3. PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 67-76.
4. Idem.
5. O “novo sindicalismo” é o termo como ficou conhecido o processo de reorganização dos trabalhadores a partir do final da década de 1970 tanto na academia, quanto no próprio movimento social, em contraposição ao sindicalismo da ditadura e anterior ao golpe. Ricardo Antunes define o “novo sindicalismo” como um movimento que a partir da sua atuação por dentro da estrutura sindical iniciou um processo de mudanças como: “a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo de assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos nos índices reais de sindicalização, (...) etc.”
Ver: ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991, p. 11.
Ver também: MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos - Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
6. PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 67-76.
7. Ver: < <http://metalurgicosniteroi.com/index.php/hist>>. Última visualização em maio de 2016.
8. PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 233-250.
9. PINTO, M. B. Sindicato cidadão: resignificação do método de luta dos trabalhadores. *Libertas* (UFJF. Online), v. 9, p. 2, 2009.
10. Disponível em: <<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/vitoria-da-cut-chapa-1-vence-as-eleicoes-no-sindicato-dos-metalurgicos-de-niteroi>>. Última visualização em fevereiro de 2016.
11. PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 233-250.
12. LACERDA, Sandes Magalhães, Oportunidades e Desafios da Indústria de Construção Naval. In: Revista do BNDES, vol. 10, n. 20, dezembro de 2003.
13. PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 233-250.
14. Idem.
15. O 2º Programa de Construção Naval brasileiro, aprovado em 1974, previa a destinação de US\$ 3,3 bilhões para construir dezenas de navios. Entretanto, o Programa desaguou no chamado “escândalo Sunamam”, em referência à antiga Superintendência Nacional da Marinha Mercante, órgão financiador das vendas dos navios às empresas nacionais. No final do governo Figueiredo, foram descobertas irregularidades nos repasses de recursos da Sunamam aos estaleiros. As dívidas dos estaleiros foram estimadas em US\$ 580 milhões. Em 84, o governo decidiu não reconhecer o aval da Sunamam e foi iniciada uma apuração das irregularidades. Ver: PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 233-250.
16. Idem.
17. Trabalhador 1. Depoimento. 04 fev. 2015, Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.
18. Em 1979, a produção brasileira era de 1.394.980 tpb (tonelada de porte bruto), com 39.155 trabalhadores diretos; em 1997 a produção foi de apenas 110.237 tpb, com 2.641 trabalhadores. Dados disponíveis em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1804.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2014.

notas

19. No Rio de Janeiro, a Petrobras, sob pressão do governo do Estado do Rio de Janeiro, garantiu encomendas aos estaleiros navais. Ver: PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 233-250.
20. FREGUGLIA, R. S. Readmissão e qualidade do emprego nas trajetórias profissionais dos trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro. In: *Revista da ABET*, v. II, nº 1, p. 120-152, 2002, p. 140.
21. PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 251-277.
Ver também: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2011/03/25/promef-transpetro-recebe-propostas-construcao-navios/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
22. PASIN, J. A. B. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e perspectivas. In: *Revista do BNDES*, v. 9, n. 18, Rio de Janeiro, pp. 121.148, dez./2002.
23. Ver: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL1ConstrucaoNaval.pdf>.
24. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL1ConstrucaoNaval.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.
25. GOMES E SOUZA, J. Indústria da Construção Naval e Neoliberalismo no Brasil: Primeiras aproximações. In: Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 5, 2013. Londrina, p. 226-227. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_julia1_GVI.pdf>. Última visualização em janeiro de 2016.
26. Dados disponíveis em: <<http://www.fonseca.soumaisniteroi.com.br/noticias/55-estado/1645-oportunidade-mais-empregos-no-setor-naval-do-estado.html>> Acesso em: 15 jul. 2014.
27. Dados disponíveis em: <<http://www.petroleoenergia.com.br/petroleo/navalshore-exploracao-de-oleo-e-gas-da-novo-impulso-a-industria-naval/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
28. Batista, I. L. Redes produtivas e novas territorialidades no Sul Fluminense. Disponível em: <<http://ppegeo.igc.usp.br/pdf/anigeo/v29n2/v29n2a20.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
29. Dados disponíveis em: <<http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2012-2oTrimestre.pdf>>. Última visualização em julho de 2014.
30. Disponível em: <<http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/SINAVAL-Cenario2011-4tri.pdf>>. Última visualização em maio de 2016.
31. Disponível em: <<http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/SINAVAL-Cenario2012-4tri.pdf>>. Última visualização em maio de 2016.
32. Trabalhador 1. Depoimento. 04 fev. 2015, Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.
Trabalhador 2. Depoimento. 06 fev. 2015, Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.
33. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/acidente-mata-trabalhador-em-estaleiro-de-niteroi>>. Última visualização em fevereiro de 2015.
Trabalhador 1. Depoimento. 04 fev. 2015, Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.
34. SAMPAIO, J. Metalúrgicos protestam pelo centro de Niterói – Trabalhadores da indústria metalúrgica entram em greve e quatro estaleiros da cidade têm atividades suspensas. Duas pessoas foram detidas durante manifestação em frente a sindicato. *O Fluminense*, Niterói, 31 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/trabalhadores-da-industria-metalurgica-ocupam-ruas-do-centro>>. Última visualização em fevereiro de 2015.
35. SAMPAIO, J. Metalúrgicos de Niterói voltam a protestar no Centro da Cidade – Manifestação continua e cerca de 3 mil trabalhadores já ocuparam as ruas em frente ao sindicato. Reunião de conciliação entre as partes no Ministério do Trabalho será na terça. *O Fluminense*, Niterói, 01 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/metalurgicos-protestam-mais-uma-vez-no-centro-de-niteroi>>. Última visualização em fevereiro de 2015.
36. SAMPAIO, J.; VIEIRA, L. Greve dos metalúrgicos de Niterói continua até a próxima segunda-feira: Audiência de Conciliação no Tribunal Regional do trabalho fracassa e trabalhadores prometem continuar com o movimento até a próxima reunião,

na semana que vem. *O Fluminense*, Niterói, 05 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/trabalhadores-da-industria-metalurgica-vaoo-ate-o-centro-do-rio-para-protestar>>. Última visualização em fevereiro de 2012.

37. Idem.

38. SAMPAIO, J. Greve está suspensa, mas ainda pode voltar – Paralisação pode voltar caso metalúrgicos não tenham resposta positiva do Sinaval. *O Fluminense*, Niterói, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades greve-esta-suspensa-mas-ainda-pode-voltar>> Última visualização em fevereiro de 2015.

39. BRAGA, D. Metalúrgicos do Barreto em greve – Eles estão insatisfeitos com propostas. *O Fluminense*, Niterói, 03 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/metalurgicos-do-barreto-em-greve>>. Última visualização em fevereiro de 2015.

40. Estaleiros niteroienses decidem suspender recente onda de demissões – Acordo entre sindicatos referentes à categoria põe fim à paralisação dos metalúrgicos que garante a anulação de demissão por justa causa de 35 trabalhadores. *O Fluminense*, Niterói, 13 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/estaleiros-da-cidade-de-niteroi-suspendem-recente-onda-de-demissoes>>. Última visualização em fevereiro de 2015.

41. Moção Contra Demissões no Estaleiro Mauá (RJ), 21 ago. 2012. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2012/08/mocao-contra-demissoes-no-estaleiro-maua%E2%80%8F-rj/>>. Última visualização em fevereiro de 2015.

42. Trabalhador 2. Depoimento. 06 fev. 2015. Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

43. Lutamos pela geração de empregos para aumentar os salários. *Jornal metalúrgico*, Niterói, 14 ago. 2012, p. 1.

44. *Jornal Metalúrgico*, Niterói, 20 dez. 2012, p. 2-3.

45. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/acidente-mata-trabalhador-em-estaleiro-de-niteroi>>. Última visualização em 13 de fev. de 2015.

46. Disponível em: <<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/vitoria-da-cut-chapa-1-vence-as-eleicoes-no-sindicato-dos-metalurgicos-de-niteroi>>. Última visualização em fevereiro de 2016.

47. Trabalhador 1. Depoimento. 04 fev. 2015, Niterói. Entrevista concedida a Lilian Matias.

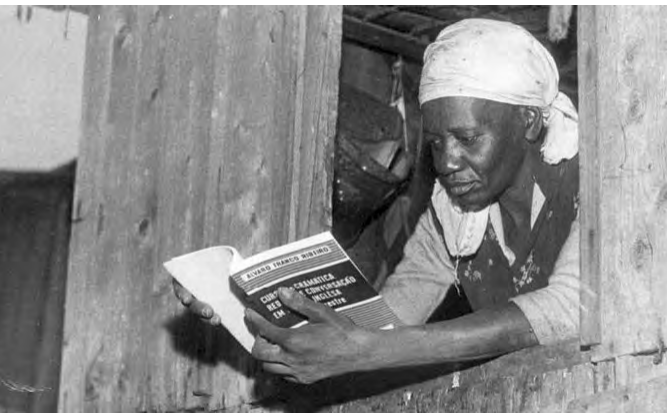
48. Dados do DIEESE disponíveis em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>. Última visualização em fevereiro de 2015.

Ver também:

<http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9641:submanchete230514&catid=72:imagens-rolantes>. Última visualização em fevereiro de 2015. Na indústria naval de Niterói a estimativa feita em setembro de 2012 era a de atingir meta de 70 mil empregos. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/economia/oportunidade-mais-empregos-no-setor-naval-do-estado>>. Última visualização em fevereiro de 2015.

49. Disponível em: <<http://portosenavios.com.br/industria-naval-e-offshore/28276-sindicatos-calculam-mais-de-20-mil-demissoes-em-estaleiros>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

notas



Um número de **Universidade e Sociedade** com o tema central na luta empreendida pelas mulheres não poderia ter melhor homenageada que Carolina Maria de Jesus, uma mulher-símbolo de inúmeros preconceitos e violências que marcam nossa sociedade e que conseguiu vencê-los e ser reconhecida como um dos mais altos expoentes de nossa literatura, representante da literatura marginal.



Dos lixos para os livros - Carolina Maria de Jesus: a escritora marginal

A autora

Filha de pais pobres, de origem ex-escrava, de etnia banto, Carolina nasceu em Desemboque, zona rural de Sacramento, interior de Minas Gerais, em 14 de março de 1914.

Desde jovem, trabalhou como agricultora em fazendas e cursou apenas dois anos do primário no Colégio Allan Kardec, quando se alfabetizou. Foi nesse momento que teve contato inicial com a literatura, ouvindo as narrativas feitas em público para crianças que em geral não tinham acesso à escola. Posteriormente, quando se deslocou para a cidade de São Paulo, teve contato com outras leituras – jornais, revistas, a literatura brasileira e universal. Mais

tarde, fez contato mais direto com as letras, através da biblioteca particular da casa de uma família (onde trabalhou como doméstica) e nos livros recolhidos na rua e no lixo.

Carolina enfrentou todo tipo de problema vivendo em São Paulo. Trabalhou em fazendas, em casas de famílias (como doméstica e diarista), faxineira de hotel, catadora de papel e lixo nas ruas, morando num barraco na favela Canindé. Seu interesse pela leitura levou-a a escrever seus primeiros diários, numa trajetória que se manifestaria no conto, poesia, letra musical (samba e marchinha) e romance. Revelando-se uma escritora perspicaz, audaciosa e jamais



Arquivo fotográfico Carolina Maria de Jesus: Projeto Fotografias do Jornal Última Hora



enquadrada nos moldes impostos pela sociedade e os limites do seu tempo, Carolina manifesta em sua obra de diferentes gêneros os vários elementos que compõem o universo de suas vivências e suas influências, notadamente de seu avô, quando absorveu conhecimento e saberes próprios de seus ancestrais, capacitando-a a uma consciência social e ética.

Foi o acaso que nos proporcionou o conhecimento de sua vasta produção literária. Em 1958, pautado para cobrir a inauguração de um parque infantil na favela do Canindé, o jornalista Audálio Dantas, integrante à época da Folha da Noite, ouviu a reclamação de uma mulher depois que alguns homens expulsaram as crianças dos brinquedos do parque, ameaçan-

do-os de que “iria colocá-los em seu livro”. Curioso, Audálio procurou a mulher e encontrou Carolina e, com ela, uma quantidade enorme de cadernos recolhidos no lixo com anotações de seus escritos diários, todos dentro de um saco de pano. Os 35 volumes encontrados transformaram-se naquele momento na obra **Quarto de despejo – diário de uma favelada**, publicado em 1960 e responsável por revelar ao país e ao mundo uma escritora multifacetada, representante da literatura marginal. Esta e outras obras de Carolina foram traduzidas para mais de 10 idiomas, destacando-se o inglês, alemão, espanhol, catalão, romeno, iraniano, francês, turco, italiano e japonês.

Com o sucesso, Carolina passou a morar em uma casa de alvenaria própria, num bairro de classe média paulistana. Dona de um temperamento forte, não admitia provocações por conta de sua cor. Por isso, invariavelmente, enfrentava conflitos com os vizinhos. Em 1969, mudou-se para um sítio, em Parelheiros, onde viveu praticamente esquecida pelo mercado editorial até sua morte, em 13 de fevereiro de 1977. Está sepultada no cemitério do bairro do Cipó, município de Embu Guaçu, grande São Paulo.

Carolina viveu e sofreu na própria pele toda carga de preconceito, próprio de uma sociedade discriminadora e machista, mas ela o encarou de modo altivo, no cotidiano de sua vivência e na sua produção escrita, o que evidencia

que era uma verdadeira intelectual e uma mulher de grande coragem.

Sua obra inspirou cineastas, produtores de TV, pesquisadores da área social, escritores e jornalistas. Além das traduções e edições estrangeiras de seus escritos, foram realizados os documentários cinematográficos **Favela: a vida na pobreza** (1971), de Christa Gottman-Elter, produção alemã; **O despertar de um sonho** (1975), de Gerson Tavares, produção alemã inédita no Brasil; **Carolina** (2003), de Jeferson De, produção brasileira; a realização televisiva **Quarto de despejo – de catadora de papéis a escritora famosa** (1983), da série “Caso Verdade”; e a adaptação teatral **Quarto de despejo** (1961), feita por Amir Haddad.



A obra

Em sua vasta obra, Carolina Maria de Jesus expressa uma inquietação constante, decorrente de sua experiência de vida, inclusive posicionando-se ironicamente em relação à condição imposta ao gênero feminino. Seu inconformismo revela-se quando fala do lugar social e político destinado à mulher. Assim, em momentos de fúria, se autodenomina “poeta do lixo”, “idealista da favela”. É reconhecida como representante da literatura crítica do modo de vida imposto pela sociedade aos excluídos.

A variedade de gêneros da obra de Carolina inclui composições musicais, antologias, contos, poesias, aforismos, memórias, romances e diários, estes em destaque no conjunto da sua produção. Está expressa nos seguintes títulos que destacamos:

- **Quarto de despejo – diário de uma favelada** (1960)
- **Casa de alvenaria – diário de uma ex-favelada** (1961)
- **Pedaços da fome** (1963)
- **Provérbios** (1965)
- **Onde estais, felicidade?** (1977)
- **Diário de Bitita** (1986)
- **Minha vida** (1994)
- **Meu estranho diário** (1996)
- **Antologia pessoal** (1996)

“[...] em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. [...]”

“[...] Eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visita, a Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o seu jardim. A favela é o quintal onde jogam os lixos. [...]”

“Quando estou na cidade, tenho a impressão que estou na sala de visita, com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludo, almofadas de cetim. E quando estou na favela, tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.”

“[...] nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerada marginal. Não mais se vê os corvos voando às margens dos rios, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.”

“Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.”

“O Brasil devia ser dirigido por quem passou fome.”

“Não digam que fui rebotalho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora.”

(trechos extraídos do livro Quarto de despejo – diário de uma favelada, 1960)

Os comentários

“Renegada às esferas da arte dos ‘bem nascidos’, dos que naturalmente têm a concessão para a criação ficcional, não faz parte de nossos arquivos literários, uma vez que seus diários foram encarados como meros testemunhos sem expressão artística. A sociedade canônica não permite que a escritora se instale nas dependências intelectuais com seu discurso marginal. Carolina estava na favela enquanto escreveu sua primeira obra, mas a favela não estava nela; sua intenção era o bairro, a casa de alvenaria, o que não fazia parte do universo em que vivia. A temática da fome lhe deu de comer e lhe retirou da necessidade; instalou-se na cidade jardim e permaneceu fora do lugar.”

(Christiane Toledo, in Carolina de Jesus: a escritora silenciada, 2011)

“[...] isto tudo quer dizer que a história dos negros brasileiros é uma história de exploração, racismo, discriminação. Carolina Maria de Jesus, embora tenha vindo da origem mais humilde, foi capaz de refletir sobre a situação do país inteiro, sobre a sua situação de mulher, e mulher negra, solteira, com três filhos. Ela refletiu, ela escreveu, ela sofreu as consequências de seu livro. É realmente uma pena que ela ainda não seja reconhecida no Brasil por sua grande inteligência e pelo valor de seu testemunho. Realmente, ela é uma das pessoas mais incríveis que já nasceram no Brasil.”

(Eva Paulino Bueno, in Carolina Maria de Jesus no Kansas: uma história de amor, Revista Espaço Acadêmico, março de 2005)



A matriz de todas as desigualdades é a heterossexualidade

Entrevista com Rita Laura Segato,

concedida a Liliane Machado

Fotos: Mathias Rodrigues/ANDES-SN

Professora titular da UnB, vinculada aos programas de pós-graduação em Biologia Ética e Direitos Humanos, Rita Laura Segato é uma das maiores pesquisadoras em estudos feministas e de gênero com enfoque nas violências praticadas contra as mulheres. Suas pesquisas englobam não apenas o Brasil, mas também vários outros países da América Latina. Não foi fácil para a **Universidade e Sociedade** conseguir um espaço na sua agenda, repleta de viagens a outros países, onde ministra palestras, cursos e realiza pesquisas. Recebeu-nos em sua casa, onde falou sobre as noções de feminicídio, naturalização dos gêneros e sexismos. Lúcida e intensa nas suas avaliações, Rita afirma que a matriz heterossexual é a origem de todas as demais desigualdades existentes na sociedade. Critica a academia por sua miopia sobre a questão do gênero, ironiza Sigmund Freud, quando disse que as mulheres têm inveja do pênis, rebatido por ela com a assertiva de que são os homens que têm inveja da felicidade das mulheres. A pesquisadora também nos fala sobre a saída do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde lecionou por cerca de 25 anos, por divergências éticas, morais e teóricas. Criadora, junto com o também professor Jorge Carvalho, do projeto de cotas para negros e indígenas nas universidades públicas do Brasil, ela comenta sobre os ganhos e desacertos dessa iniciativa, passados mais de dez anos de sua implementação. Ao discorrer sobre a crise política que o Brasil vivencia, anuncia-nos uma novidade: irá naturalizar-se brasileira, como uma maneira de solidarizar-se com as angústias vivenciadas pela população. Nascida na Argentina, Rita é mãe de dois brasileiros, ambos antropólogos. Leia a seguir a íntegra da entrevista.

Universidade e Sociedade: Você é argentina; gostaria que rememorasse sua vinda para o Brasil, onde mora há várias décadas.

Rita Laura Segato: Minha vinda para o Brasil antecedeu minha estada na Venezuela, onde conheci e me casei com Jorge Carvalho, brasileiro (atualmente professor do Departamento de Antropologia da UnB). Ambos fugíamos das ditaduras em nossos países e trabalhávamos no Instituto Ibero-Americano de Musicologia e Folclore. Estive no Brasil, pela primeira vez, em 1976, para fazermos pesquisa de campo em Pernambuco, em parceria com o Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais. Eu e Jorge havíamos terminado em Caracas nossa formação como étnico-musicólogos. Minha formação inicial era em piano. Pesquisamos diversos estilos musicais, tais como as Cantorias, o Reizado, as Bandas de Pifo, um arsenal maravilhoso de cultura popular. Retornamos ao Nordeste em 1977, a convite do antropólogo Aluizio Magalhães, do Instituto Pró-Memória. Nessa época, já havia me especializado em inventariar e em reconhecer a cultura de um povo.

US: Como foi a passagem de pesquisadora étnico-musical para o doutoramento em Antropologia?

RLS: Fiz o mestrado em Antropologia em Belfast, Irlanda do Norte, entre 1977 e 1978. Em seguida, retornamos a Caracas para continuar nosso trabalho no Instituto Ibero-Americano. Paralelamente, estive na Nicarágua, para montar Casas de Cultura Popular, bem como no Nordeste, para prosseguir no inventário da música daquela região.

US: Quando teve início seu interesse pelos estudos feministas e de gênero?

RLS: Antes do interesse científico, propriamente dito, considero que a educação que obtive de minha

mãe foi fundamental para minha decisão futura de ser feminista. Ela era uma dona de casa rebelde, me ensinou a nunca pedir licença para fazer o que quisesse. Ela sempre me dizia: “nunca peças permissão a um homem para fazeres o que quiseres e nunca lhe peça dinheiro”. Ela também jamais me deixou entrar na cozinha, portanto, nunca fui criada como uma mulher no sentido estreito da palavra gênero, ainda que me considere feminina. Não sou obediente, não sou suave, não fui educada para criar, fui criada como pessoa.

US: Quais são as principais lembranças de sua mãe?

RLS: Ela era uma grande leitora, gostava das obras de Voltaire, de Freud, conhecia toda a literatura latino-americana de realismo mágico. Também era muito poderosa e dominadora.

US: Como foi seu primeiro contato com a noção de gênero?

RLS: A noção de gênero circulava de forma muito restrita na América Latina nos anos 1970. Meu interesse adveio da minha pesquisa de doutorado, que realizei também em Belfast, entre 1981 e 1984. O trabalho de campo foi feito em Recife, em terreiros religiosos, nos quais percebi que o masculino e o feminino eram construídos de outra forma. A orientação sexual tinha uma fluidez que não possuía no mundo colonial. O modelo de sexualidade era marcado por uma transitividade. Por não dispor de conhecimentos prévios sobre os estudos de gênero, recorri à gramática para lembrar o que essa palavra significa, mas não era suficiente para responder às indagações que eu formulava.

US: De suas dúvidas surgiram as possibilidades de respostas?

RLS: Sim, finalmente, na Irlanda, comecei a tomar contato com a literatura feminista e de gênero. Comecei a ler autoras como Gayle Rubin, Rosalind Coward, Juliet Mitchell, Nancy Chodorow e Judith Butler, que trabalha com a perspectiva de performance de gênero, assim como eu. Essas teóricas me abriram uma perspectiva ampla para entender melhor meu *corpus*. Pude constatar que nos terreiros havia uma transitividade de gêneros, ou seja, uma fluidez

“ A noção de gênero circulava de forma muito restrita na América Latina nos anos 1970. Meu interesse adveio da minha pesquisa de doutorado, que realizei também em Belfast, entre 1981 e 1984. O trabalho de campo foi feito em Recife, em terreiros religiosos, nos quais percebi que o masculino e o feminino eram construídos de outra forma. A orientação sexual tinha uma fluidez que não possuía no mundo colonial.

de papéis sociais, muito além do engessamento que a nossa cultura colonialista representa e sem amarrar o gênero à sexualidade. Nos terreiros ficou muito claro que a naturalização do sexo é uma invenção e que pode ser desconstruída facilmente.

US: Como foi sua vinda para a Universidade de Brasília?

RLS: Tanto eu como meu companheiro tínhamos muitas saudades de nossos países, mas o ambiente político na Argentina ainda era terrível, por isso, decidimos vir para o Brasil. Ficamos hospedados um tempo na casa de um amigo, no Rio de Janeiro, quando surgiu uma vaga no Departamento de Antropologia da UnB e fui indicada pelo Gilberto Velho. Na época, não existia os concursos como hoje, então a entrada de um professor era analisada pelo conjunto de professores, bem como dos alunos. Dessa forma, passei uma semana ministrando aulas e palestras. A palestra Inventando a Natureza: família, sexo e gênero no Xangô do Recife, baseada em minha tese de doutorado, chamou a atenção do corpo docente e acabei aceita.

US: Como se formou o ambiente de estudos de gênero na UnB? Sabemos que ainda hoje a academia tem resistências a essa área de pesquisa.

RLS: Junto com Mireya Suarez, Lourdes Bandeira e outras professoras, propusemos a disciplina Antropologia da Mulher, origem do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília (NEPeM/UnB), um dos primeiros centros de pesquisa com essa temática a ser fundado no Brasil.

US: A seu ver, qual a principal contribuição do NEPeM?

RLS: Uma boa contribuição foi a parceria firmada, em 1993, entre a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e o NEPeM, que resultou no livro Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal (Editora Universidade de Brasília, 1999). Essa história é interessante, pois foi o então Secretário de Segurança Pública, João Manuel S. Brochado, que procurou a UnB para propor que fosse feita uma pesquisa com o objetivo de conhecer as causas do aumento significativo de denúncias de violência sexual contra as mu-

lheres no Distrito Federal e que também promovesse uma conscientização por parte da população a esse respeito.

US: O capítulo de sua autoria no livro é *A Estrutura de Gênero e A Injunção do Estupro*. Era o início de suas pesquisas relacionando gênero e violência?

RLS: O capítulo é o resultado da leitura de 82 prontuários de internos que se encontravam confinados, em 1994, no presídio da Papuda, Complexo Penitenciário do Distrito Federal, bem como de entrevista direta com 16 internos que praticaram estupros. A ideia era ouvir esses homens e tentar aproximá-los do enigma que reveste o estupro cruento – tanto para eles quanto para nós – no impulso agressivo próprio e característico do sujeito masculino contra quem exibe os signos e os trejeitos de feminidade. Ao analisar detidamente os discursos dos estupradores, percebemos, por exemplo, que, ao perpetrar o ato, ele está tentando comunicar algo, uma masculinidade fragilizada.

“ Nos anos 1990, a violência de gênero quase não era tematizada, ainda que fizesse parte de nossa realidade. A minha antropologia responde às demandas sociais, por isso me dispus a tentar entender a origem de estupros, de mortes, de violências de vários matizes praticadas contra as mulheres. Entendo a violência contra as mulheres como uma forma de expressar algo: o poder.

US: O que te levou a continuar pesquisando o gênero associado a violência?

RLS: Nos anos 1990, a violência de gênero quase não era tematizada, ainda que fizesse parte de nossa realidade. A minha antropologia responde às demandas sociais, por isso me dispus a tentar entender a origem de estupros, de mortes, de violências de vários matizes praticadas contra as mulheres. Entendo a violência contra as mulheres como uma forma de expressar algo: o poder. A masculinidade é sinônimo de potência (bélica, política, econômica, intelectual e moral). A violência não é apenas uma relação do agressor com a vítima e, sim, do agressor com seus pares, de onde sai seu mandato de poder.

US: Você tem vários artigos e livros sobre o tema, tais como *As Estruturas Elementares da Violência* e *Las Nuevas Formas de La Guerra y el Cuerpo de las Mujeres* e também trabalha muito com a noção de feminicídio. Como você define esse tipo de crime?

RLS: Durante um curso de verão que ministrei em Madri ouvi falar, pela primeira vez, nos casos assombrosos de feminicídio que estavam ocorrendo no México, numa região fronteira com os Estados Unidos. Fui pesquisar essa noção e hoje não tenho dúvidas de que o feminicídio, usado de forma generalizada para falar sobre o assassinato de mulheres, tem que ser diferenciado, visto que há assassinatos domésticos e outros estranhos. É preciso perceber a diferença entre o ataque íntimo às mulheres e outros, como os de guerra, por exemplo. O feminicídio em Puerto Suarez, no México, não é feito por uma única pessoa, além de envolver sequestro e prisão.

US: Como você define o assassinato da estudante Louise, perpetrado em um dos laboratórios de Biologia da UnB, ocorrido em março deste ano e praticado por um ex-namorado e colega de curso?

RLS: Pode ser considerado na categoria do feminicídio íntimo. Tanto a sociedade quanto a universidade consideram o tema das mulheres como marginal, o que é um erro cognitivo, pelo qual se paga um alto preço. O tema das mulheres é central, pois é um termômetro da sociedade. É ele que nos permite diagnosticar o grau de violência que está sen-

do perpetrado. Por exemplo, o que dizem os trotes praticados nas universidades? Alguns são marciais, com vestígios fortes de misoginia e homofobia. É um absurdo que isso ainda ocorra! O assassinato de Louise foi motivado pela inveja. O grande erro de Freud foi dizer que as mulheres têm inveja do pênis; são os homens que têm inveja da felicidade das mulheres.

US: Na sua avaliação, como o país tem enfrentado a problemática da violência?

RLS: Falta espelho ao Brasil. A Rede Globo se encarrega de subtrair dos brasileiros esse espelho. O mapa da violência no Brasil é assustador. As execuções praticadas por policiais, por exemplo, são uma pedagogia terrível!

US: Você e seu companheiro à época, Jorge Carvalho, foram responsáveis pelo projeto original do programa de cotas para indígenas e negros na UnB. Passados mais de uma década da implementação das cotas, não apenas na UnB, mas na grande maioria das universidades públicas federais, quais são suas avaliações sobre a iniciativa?

RLS: O maior ganho proporcionado pelo programa de ações afirmativas, com a criação de cotas para negros e indígenas, foi que a raça passou a ser nomeada. As universidades públicas são o corredor por onde todos os que se destinam a comandar os recursos públicos no país transitam. Democratizar a



universidade é discutir o racismo existente no país. Entretanto, ao mesmo tempo em que as cotas eram implementadas, elas eram despolitizadas. Os estudantes foram induzidos a reproduzir carreiras individualistas. As cotas proporcionaram duas amnésias: os estudantes negros se esqueceram do coletivo de origem que o qualificou para ingressar na universidade e também se esqueceu de tomar consciência sobre a história da implementação das cotas. Sabê-las é ter acesso à mudança. Também é importante não nos esquecermos do protagonismo da UnB no planejamento e implementação do programa de cotas no país. Fomos pioneiros no país; isso gerou inveja e retaliações. Senti-me perseguida por meus pares na academia depois que colocamos a política de cotas em discussão, o que me levou a sair do Departamento de Antropologia, em 2010.

US: Não era mais possível a convivência naquele ambiente ao qual você dedicara anos de trabalho?

RLS: Saí por divergências teóricas, políticas e éticas. Ingressei nos programas de pós-graduação em Biologia Ética e Direitos Humanos da UnB. São programas inter e transdisciplinares. O professor não pode ficar restrito em disciplinas fechadas.

US: Como você avalia projetos que estão transcorrendo no parlamento brasileiro que atacam diretamente as bandeiras feministas, tais como a bolsa estupro, a proibição de discussão sobre ideologia de gênero nas escolas e o conceito de família, entre outros?

RLS: É uma política territorial. Aos poucos, a política brasileira foi adquirindo um cariz territorialista, ou seja, são espaços institucionais tomados por grupos, tais como o religioso-fundamentalista e o agronegócio. Esses grupos agem numa modalidade semelhante ao período pré-nazista na Alemanha. É preciso ter claro que o fundamentalismo não é apenas muçulmano; ele tem tentáculos muito mais amplos. Quando esses grupos atacam os direitos das mulheres, eles revelam a nossa época. Afinal, por que os costumes são tão centrais nas preocupações de cunho político e econômico?

US: Na sua opinião, o que mais incomoda aos legisladores com assento no Congresso Nacional?

RLS: O que mais lhes incomoda é que se atinja a

matriz heterossexual que rege a nossa sociedade. Todas as outras formas de desigualdades existentes são transformações da matriz heterossexual. É tão difícil retirar o feminino da posição em que se encontra porque ele é a pedra fundamental das diferenças.

US: A Igreja seria um dos principais inimigos dos feminismos?

RLS: Creio que não se trata da Igreja de uma forma geral, pois assim estaríamos fracionando os problemas. Temos que observar que a Igreja está fracionada. Houve sujeitos que sequestraram as vozes de um coletivo religioso que é muito amplo.

“**Falta espelho ao Brasil. A Rede Globo se encarrega de subtrair dos brasileiros esse espelho. O mapa da violência no Brasil é assustador. As execuções praticadas por policiais, por exemplo, são uma pedagogia terrível!**”

US: Qual é a sua avaliação sobre a crise política que o país vivencia?

RLS: Cheguei ao Brasil em um momento em que o drama da ditadura estava no fim. Agora, eu percebo um momento difícil e me solidarizo com os brasileiros. Decidi que vou me naturalizar brasileira. Antes, nunca havia tido essa vontade, apesar de ter dois filhos brasileiros. Mas é preciso observar também que a crise é um momento de efervescência histórica. As agendas golpistas para o Brasil e para a Argentina são as mesmas. São forças internacionais que querem se apossar das riquezas desses países. Há uma extraordinária semelhança na estratégia golpista. As políticas de bem-estar social implementadas no Brasil melhoraram a vida dos cidadãos, mas não é essa a razão para os golpes. A questão é geopolítica, é o realinhamento do continente americano. A criação do BRIC, o empoderamento do MERCOSUL começaram a ruir com o pacto intercontinental que existia até então. Foi um erro o Partido dos Trabalhadores (PT) achar que estava entrando no Primeiro Mundo sem ter a chave política para tal. O país se distanciou dos seus irmãos latino-americanos. Os títeres dos golpes são constituídos pelo empresariado internacional gerencial. **US**



Ato do "Não Cala USP",
em São Paulo, 2016

Expressões da luta atual das mulheres no Brasil



Daniel Garcia



Mulheres durante o ato "Não Cala USP", em São Paulo, 2016

Pode-se dizer que a luta das mulheres por conquista de espaços, posições e direitos sociais vem de muitos séculos atrás. Se quisermos, pode-se dizer mesmo que, desde as primeiras grandes transformações ocorridas nas primeiras sociedades, quando surge uma nova divisão do trabalho com a agricultura e a propriedade privada, as leis que garantiram a legitimidade da prole alteraram a posição da mulher, transferindo o direito materno para o paterno. Para a nova ordem social do direito privado que surgia, com os homens herdeiros cuidando dos bens, a mulher perde destaque em sua posição e transforma-se em prisioneira do matrimônio monogâmico. Transforma-se, no capitalismo, em dona do lar, escrava doméstica, mãe abnegada, incapaz política e sexualmente, sexo frágil a ser protegida pelo chefe da família.



Sandro Pereira

Manifestante em ato contra a Prefeitura de Manaus, por não negociar com docentes paralisados, 2015

Militante da ANEL discursa em ato no dia 8 de março, em Manaus, 2016

Gedeon Santos



Daniel Garcia



© 2016 GEDEON

Gedeon Santos



Jupiara fala durante ato "Não Cala USP", em São Paulo, 2016

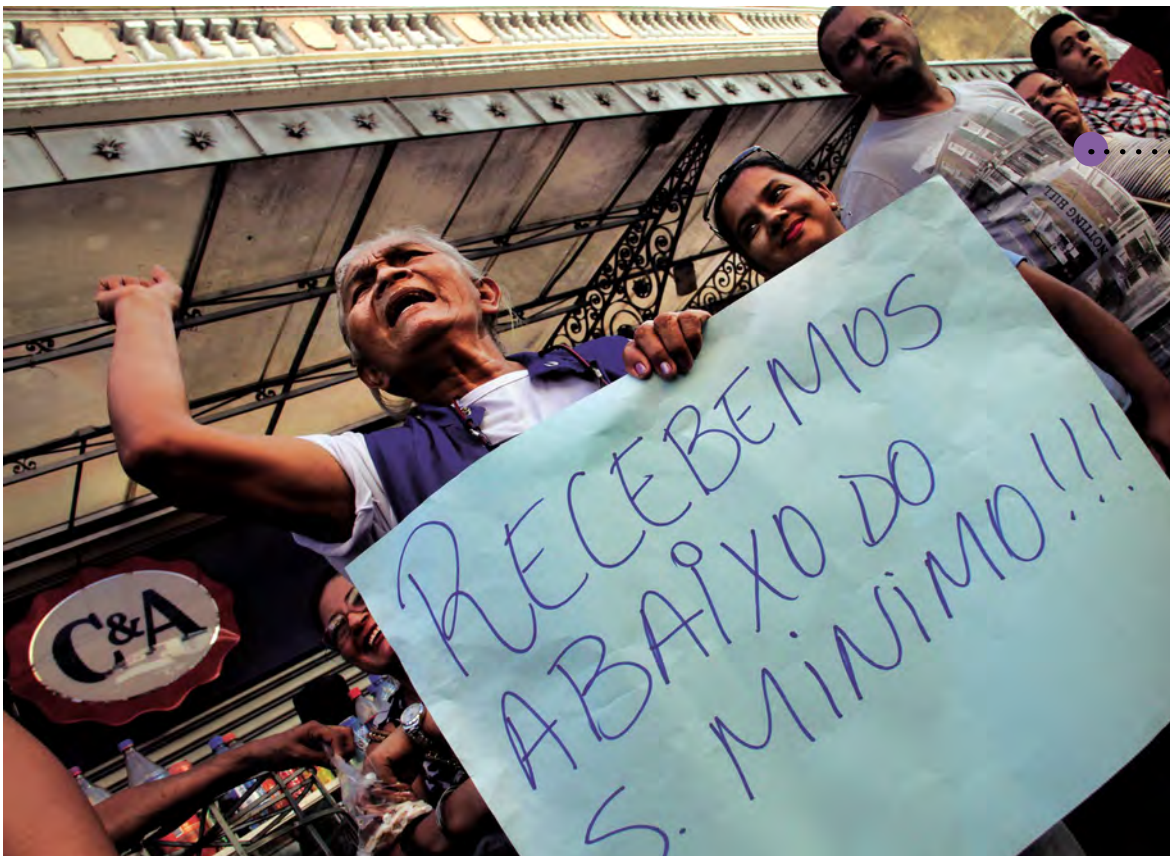
Manifestação nas ruas da cidade de Manaus, março de 2016

No Brasil, a luta pela emancipação política e social da mulher toma corpo no século 20. A mulher vai à luta e, em 1932, conquista o direito ao voto. Depois, nos anos 1960, com a chegada da pílula anticoncepcional, a mulher encontra a possibilidade de se liberar da gravidez indesejada, o que provoca uma revolução em seu comportamento e a conscientização sobre a necessidade de dominar seu próprio corpo. Ainda que seja uma autonomia parcial, pois a Lei 4121/62 expressa a não obrigatoriedade da autorização do marido para que ela trabalhasse fora de casa, a mulher brasileira vai obtendo informações de controle sobre seu papel social a partir da relação com um outro mundo do trabalho, até então destinado apenas ao homem. É com a instituição do Estatuto da Mulher, ainda nos anos 1960, que essa postura machista é abalada e a prerrogativa deixa de existir.



Vera Paiva fala durante o ato "Não Cala USP", em São Paulo, 2016

Ato pela Vida das Mulheres e Contra o PL 5069/13, em Cuiabá, 2015



Manifestação no Dia Nacional de Luta dos Sindicatos, em Manaus, 2013

Ao participar do mercado de trabalho capitalista, a mulher percebe gradualmente o desequilíbrio salarial existente entre o trabalho que os homens praticam e o por elas praticado. Mais tarde, toma consciência de que a mesma natureza do trabalho continua sendo discriminatória às mulheres e da necessidade de organização para atuar na luta. Agregado a isto, com a percepção de que, ao se inserir no mercado de trabalho e poder alcançar um ganho de liberdade e autonomia, a mulher tem a certeza de que sua jornada duplicou ou triplicou com a junção das atividades maternas e caseiras. O movimento de mulheres transforma a luta agora não só para alterar o comportamento machista do homem, mas a própria política social que impõe essa lógica.

.....
 Manifestação em prol da educação, em frente à Arena da Amazônia, em Manaus, 2015



Sandro Pereira

.....
 Denise Crispim durante ato na rua Tutóia, em São Paulo, 2014



Daniel Garcia



Mulheres no ato político pelo levante popular na Praça da Sé, em São Paulo, 2016

Ato contra a falta de água em São Paulo, na frente do MASP, 2015

A luta feminina será permanente em sociedades regidas pelo sistema capitalista. Um sistema regulado pelos mercados econômicos e financeiros onde nem homens e mulheres trabalhadores são devidamente reconhecidos como agentes sociais. Ainda assim, a luta pela inclusão e igualdade das mulheres é necessária, árdua e imprescindível. É importante manter firme a postura crítica às ações do Estado, lutando pela alteração estatutária de seu comportamento político. As lutas atuais das mulheres são por maior escolaridade e capacitação profissional; pelo direito à creche; pela maior ocupação de espaços de trabalho, combatendo o subemprego; pela reforma agrária; pela melhoria dos programas de saúde; pelo combate às diversas formas de violência contra as mulheres; pela descriminalização do aborto, como assertiva de seu controle sobre o corpo; contra o assédio moral e sexual ainda presentes; por maior participação na vida política da sociedade.

Daniel Garcia



Ativista política em passeata pelo levante popular, em São Paulo, 2016



Daniel Garcia

Luta por moradia nos arredores de São Paulo, 2015



Bruna Homrich

Caminhada de mulheres pelo campus da UFSM alusiva ao dia 8 de março, em Santa Maria, RS, 2016

Grupo de mulheres durante a tradicional Lavagem das Escadarias do Senhor do Bonfim - "Boto Fé em Quem Não Mata Mulher!", em Salvador, 2014



Murilo Bereta/Ascom ADUNEB



• Show “Mulheres (En)Canto e Poder”, com cantoras santa-marienses, no dia 8 de março, em Santa Maria, RS, 2016

• Ato “Em Defesa da Educação Pública”, em Brasília, 2015

A luta da mulher pela inclusão e condições de igualdade na sociedade capitalista, com forte corte machista, tem sido dura e lenta, mas perseverante. Diante de um quadro adverso, a mulher há de continuar sua luta por assumir a condição de sujeito histórico e batalhar na construção de uma sociedade mais igualitária, justa, respeitosa e libertadora.





Karine Fênix/Ascom EACMA

Vigília da jornada
“Sem Medo de
Ser Mulher”, em
Camamu, BA, 2015



Karine Fênix/Ascom EACMA

III Feira Agroecológica
de Mulheres do Baixo
Sul Contra a Violência,
em Camamu, BA, 2015

• Feira Cultural da Mulher
• Camponesa, em Ibirapitanga,
• BA, 2014

• Mulheres em capacitação
• de derivados da mandioca,
• no projeto “Construindo a
• Virada”, em Ilhéus, BA, 2014



Karine Fênix/Ascom EACMA



Mulher em passeata confronta policial, em Salvador, 2015

Manifestantes em caminhada no dia 8 de março, em Santa Maria, RS, 2016



Bruna Homrich



Murilo Bereta/Ascom ADUNEB

Estudante protesta no dia de paralisação geral das quatro Universidades Estaduais da Bahia em frente à Assembleia Legislativa, em Salvador, 2015



Murilo Bereta/Ascom ADUNEB

A maior parte das mulheres de nosso século sabe, contudo, que a luta não será fácil e que depende bastante da conjugação de esforços em ter o homem como aliado. Sempre se soube que não se trata de uma competição entre homens e mulheres, mas de construir o desafio de ambos lutarem contra a opressão comum do sistema capitalista e partirem em busca do novo. Juntos. A todas as mulheres, nossa homenagem e solidariedade. **US**

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e as realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser inéditos, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés,

com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, um breve título e a referência completa da obra resenhada - título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de ago. de 2002), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto, e informar **endereço completo**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andesregsp@uol.com.br;

6 - Os artigos que tenham sido enviados por e-mail e que não forem aceitos para publicação serão apagados;

7 - Artigos publicados dão direito ao recebimento de cinco exemplares e as resenhas, a dois exemplares.

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE

Paulo Marcos Borges Rizzo
(SSIND do ANDES-SN na UFSC)

1ª VICE-PRESIDENTE

Marinalva Silva Oliveira (SINDUFAP)

2º VICE-PRESIDENTE

Epitácio Macário Moura (SINDUECE)

3ª VICE-PRESIDENTE

Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS)

SECRETÁRIA GERAL

Cláudia March Frota de Souza (ADUFF)

1º SECRETÁRIO

Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA)

2º SECRETÁRIO

Fausto de Camargo Junior (SINDCEFET-MG)

3º SECRETÁRIO

Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB)

1º TESOUREIRO

Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG)

2º TESOUREIRO

Daniel de Oliveira Franco (ADUFPI)

3º TESOUREIRO

Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ)

REGIONAL NORTE 1

1º VICE-PRESIDENTE

Antônio José Vale da Costa (ADUA)

2ª VICE-PRESIDENTE

Vânia Graciele Lezan Kowalczuk (SESDUF-RR)

1ª SECRETÁRIA

Laurinete Rodrigues da Silva (SINDUERR)

2ª SECRETÁRIA

Moisés Silveira Lobão (ADUFAC)

1º TESOUREIRO

Marcelo Mario Vallina (ADUA)

2º TESOUREIRO

Otino José de Araújo Freitas (ADUNIR)

REGIONAL NORTE 2

1º VICE-PRESIDENTE

André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP)

2ª VICE-PRESIDENTE

Olgaíses Cabral Maués (ADUFPA)

1º SECRETÁRIO

Rigler da Costa Aragão (SINUNIFESSPA)

2ª SECRETÁRIA

Jennifer Susan Webb Santos (ADUFPA)

1ª TESOUREIRA

Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA)

2º TESOUREIRO

Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP)

REGIONAL NORDESTE 1

1º VICE-PRESIDENTE

Alexandre Araújo Costa (SINDUECE)

2ª VICE-PRESIDENTE

Marta Maria Azevedo Queiroz (ADUFPI)

1ª SECRETÁRIA

Sirliane de Sousa Paiva (APRUMA)

2ª SECRETÁRIA

Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI)

1ª TESOUREIRA

Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE)

2º TESOUREIRO

Ariel Clodoaldo Magalhães Costa (APRUMA)

REGIONAL NORDESTE 2

1ª VICE-PRESIDENTE

Maria Regina de Avila Moreira (ADURN)

2º VICE-PRESIDENTE

Clodoaldo da Silveira Costa (ADUFPB)

1ª SECRETÁRIA

Rejane Dias da Silva (ADUFEPE)

2ª SECRETÁRIA

Daniela Maria Ferreira (ADUFEPE)

1º TESOUREIRO

Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE)

2º TESOUREIRO

Antônio Gautier Farias Falconieri (ADUERN)

REGIONAL NORDESTE 3

1º VICE-PRESIDENTE

Gean Claudio de Souza Santana (ADUFS-BA)

2º VICE-PRESIDENTE

Tiago Leandro da Cruz Neto (ADUFAL)

1º SECRETÁRIO

Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC)

2º SECRETÁRIO

Jailton de Jesus Costa (ADUFS)

1º TESOUREIRO

José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB)

2ª TESOUREIRA

Elza Margarida de Mendonça Peixoto (APUB)

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE

Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG)

2ª VICE-PRESIDENTE

Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB)

1º SECRETÁRIO

Fábio Henrique Duarte (SESDUFT)

2ª SECRETÁRIA

Karinne Regis Duarte (ADCAC)

1ª TESOUREIRA

Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ)

2º TESOUREIRO

Paulo Henrique Costa Mattos (APUG)

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE
Marlon Leal Rodrigues (ADUEMS)
2º VICE-PRESIDENTE
Eduardo Soares Gonçalves (ADUNEMAT SSIND)
1º SECRETÁRIO
Cláudio Freire de Souza (ADUFDOURADOS)
2ª SECRETÁRIA
Maria Aparecida M. de Oliveira (ADUFDOURADOS)
1º TESOUREIRO
Rogério Benedito da Silva Añez (ADUNEMAT)
2º TESOUREIRO
Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE
Antônio Libério de Borba (SINDCEFET-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE
Renata Rena Rodrigues (ASPUV)
1ª SECRETÁRIA
Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES)
2ª SECRETÁRIA
Sandra Boari Silva Rocha (ADFUNREI)
1º TESOUREIRO
Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP SSIND)
2ª TESOUREIRA
Valéria Siqueira Roque (ADFMTM)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE
Luis Eduardo Acosta Acosta (ADUFRJ)
2º VICE-PRESIDENTE
Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ)
1º SECRETÁRIO
Guilherme Lucio Abelha Mota (ASDUERJ)
2ª SECRETÁRIA
Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF)
1º TESOUREIRO
Wellington Augusto da Silva (ADUR-RJ)
2º TESOUREIRO
Raul Ernesto López Palácio (SESDUENF)

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE
César Augusto Minto (ADUSP)
2º VICE-PRESIDENTE
Paulo Cesar Centoducatte (ADUNICAMP)
1ª SECRETÁRIA
Rosangela Sarteschi (ADUSP)
2ª SECRETÁRIA
Maria Lúcia Salgado Cordeiro dos Santos (Fac. Sumaré)
1ª TESOUREIRA
Lighia Brigitta Horodyski Matsushigue (ADUSP)
2º TESOUREIRO
Paulo Jorge Moraes Figueiredo (ADUNIMEP)

REGIONAL SUL

1ª VICE-PRESIDENTE
Maria Luiza Domingues (SINDUTF-PR)
2ª VICE-PRESIDENTE
Mary Sylvia Miguel Falcão (SINDUNESPAR)
1º SECRETÁRIO
Leonardo Rafael Santos Leitão (SINDUFFS)
2ª SECRETÁRIA
Carmen Susana Tornquist (APRUDESC)
1º TESOUREIRO
Altemir José Borges (SINDUTF-PR)
2º TESOUREIRO
Alberto Elvino Franke (UFSC SSIND)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL)
2º VICE-PRESIDENTE
Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS)
1º SECRETÁRIO
Jefferson Marçal da Rocha (SESUNIPAMPA)
2º SECRETÁRIO
Daniel Luiz Nedel (SESUNIPAMPA)
1º TESOUREIRO
Paulo Juarez Rieger (APROFURG)
2º TESOUREIRO
Carlos Schmidt (UFRGS SSIND)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF - 70302-914

Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716

E-mails: Secretaria - secretaria@andes.org.br / Tesouraria - tesouraria@andes.org.br / Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I

Avenida Tefé, 121, Conj. 31 de Março - Japiim 1 - Manaus - AM - 69078-000

Tel.: (92) 3237-5189

E-mail: andesnorte1@bol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II

Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA - Setor de Recreações - Altos

Caixa Postal 8603 - Belém - PA - 66075-110

Tel.: (91) 3259-8631

E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I

Rua Tereza Cristina, 2266, Salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE - 60015-038

Tel.: (85) 3283-8751

E-mail: andesne1@gmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, Ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE - 52020-160

Tel.: (81) 3037-6637

E-mail: andesne2@hotmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Av. Presidente Vargas, 60, Sala 101 - Barra Center - Salvador - BA - 40140-130

Tel.: (71) 3264-2955

E-mail: andesne3andes@gmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Av. Afonso Pena, 867, Salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG - 30130-002

Tel.: (31) 3224-8446

E-mail: regleste.bh@terra.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Alameda Botafogo, 68, Quadra A, Lt. 05, Casa 03 - Centro - Goiânia - GO - 74030-020

Tel.: (62) 3213-3880

E-mail: andesrp@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Av. Edgar Vieira (antiga Alziro Zarur), 338, Sala 03 - Cuiabá - MT - 78068-365

Tel.: (65) 3627-7304

E-mail: andesvpr@uol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros - São Paulo - SP - 05410-010

Tel. (11) 3061-3442 / Tel./Fax: (11) 3061-0940

E-mail: andesregsp@uol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, Sala 1306 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20047-900

Tel.: (21) 2510-4242

E-mail: andesrj@msm.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Rua Emiliano Perneta, 424, Conj. 31 - Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR - 80420-080

Tel.: (41) 3324-6164

E-mail: andes_regsul@yahoo.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Av. Protásio Alves, 2657, Sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - 90410-002

Tel.: (51) 3061-5111

E-mail: andesrs@andes.org.br



DOCENTES NA LUTA
PARA **BARRAR O**
PLP 257 / 2016 !

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS



